



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANA MARIA VICENTE DA SILVA

**"QUE EU ME DESORGANIZANDO POSSO ME ORGANIZAR": uma análise sobre o
(des) enredamento da política de economia criativa em Pernambuco**

Recife
2025

ANA MARIA VICENTE DA SILVA

**"QUE EU ME DESORGANIZANDO POSSO ME ORGANIZAR": uma análise sobre o
(des)enredamento da política de economia criativa em Pernambuco**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título /doutor(a) em Administração. Área de concentração: Organização e Sociedade.

Orientador (a): Henrique César Muzzio de Paiva Barroso

RECIFE

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Ana Maria Vicente da.

"Que eu me desorganizando posso me organizar": uma análise sobre o (des)enredamento da política de economia criativa em Pernambuco / Ana Maria Vicente da Silva. - Recife, 2025.

260f.: il.

Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

Orientação: Henrique César Muzzio de Paiva Barroso.

1. Economia criativa; 2. Políticas públicas; 3. Redes de políticas; 4. Governança descentralizada. I. Barroso, Henrique César Muzzio de Paiva. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Administração - CCSA da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 12 de dezembro de 2025.

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 196

Autor: ANA MARIA VICENTE DA SILVA

Título: "QUE EU ME DESORGANIZANDO POSSO ME ORGANIZAR": uma análise sobre o (des) enredamento da política de economia criativa em Pernambuco

Banca examinadora:

FERNANDO DE SOUZA COELHO	Examinador Externo à Instituição	_____
JOSIVANIA SILVA FARIAS	Examinadora Externa à Instituição	_____
MAGNUS LUIS EMMENDOERFER	Examinador Externo à Instituição	_____
FERNANDO GOMES DE PAIVA JUNIOR	Examinador Interno	_____
HENRIQUE CESAR MUZZIO DE PAIVA BARROSO	Presidente	_____

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. ☒ INTRODUÇÃO
Conforme pareceres individuais
2. ☒ REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
Conforme pareceres individuais
3. ☒ METODOLOGIA
Conforme pareceres individuais
4. ☒ RESULTADOS OBTIDOS
Conforme pareceres individuais
5. ☒ CONCLUSÕES

APROVADA

COMENTÁRIOS GERAIS:

APROVADA

Prof. HENRIQUE CESAR MUZZIO DE PAIVA BARROSO

Dedico este trabalho à minha família — Paulo Vicente (in memoriam), Lúcia, Ana Paula,
Rivelino e Thomas. O que seria de mim sem vocês?!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por sua infinita bondade em colocar sonhos concretos em meu coração e me permitir realizá-los.

Agradeço aos meus pais, Paulo Vicente (in memoriam) e Maria Lúcia, por todos os ensinamentos. Apesar das condições difíceis de nossas vidas, sempre prezaram pelos meus estudos. Sendo agricultores e analfabetos, me fizeram reconhecer desde cedo a importância da educação. Esta conquista é para vocês: nela está contida cada gota de suor que, ao meio-dia, escorria de seus rostos para que eu pudesse chegar até aqui. Meu pai não está mais aqui para ver onde cheguei, mas está presente em meu coração e em minhas orações.

Agradeço aos meus irmãos. O que seria da vida sem eles? Ana Paula, minha grande amiga e minha primeira professora, sempre dedicada à nossa família com todo amor. Obrigada por ter sustentado financeiramente e emocionalmente nossa família, permitindo que eu pudesse sair para estudar. Meu irmão Rivelino, quantas vezes precisou enfrentar chuva e sol para me levar às minhas obrigações. Esta conquista também é por vocês.

Ao meu sobrinho querido, Thomas, que trouxe para nossas vidas alegria e simplicidade com todo o seu encanto.

Ao meu namorado, Nélcio, que chegou no final do processo e fez total diferença na minha trajetória, sempre me apoiando e buscando entender esse mundo que é o doutorado.

À minha família, pelo carinho e torcida; à minha avó Helena, minhas tias e tios, e também a Paulina e Bárbara, que fazem parte de nossa família. Obrigada por vibrarem comigo em cada conquista.

Aos amigos de longa data, como Solange Rodrigues, que sempre torceu pelas minhas vitórias como se fossem suas.

Ao meu orientador, Henrique Muzzio, por todos os ensinamentos, pela paciência, humildade e preocupação. Você foi essencial na minha formação.

Ao grupo de pesquisa Laboratório de Criatividade e Inovação, nas pessoas de Mirella, Wendell, Carol, Marília e demais colegas. Aos meus colegas de turma Geymesson e Herlane, pelas horas de estudo, pelas viagens para congressos e pela parceria.

Agradeço ainda ao meu amigo Felipe (in memoriam), que partiu cedo, mas com quem compartilhei uma fase da vida, moradia, risadas e discussões profundas.

À Jéssica, secretária do PROPAD, que se tornou uma amiga de vida.

Ao PROPAD, pelas coordenações, servidores e professores, em especial ao professor Fernando Paiva, que foi fundamental para o meu aprofundamento crítico durante a formação.

À CAPES, pelo apoio financeiro da bolsa.

E, por fim, a todos que não foram citados nominalmente, mas que, de forma direta ou indireta, fizeram parte desta história.

Com a barriga vazia não consigo dormir
E com o bucho mais cheio, comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar

(Chico Science e Nação Zumbi, 1994)

RESUMO

Na literatura sobre redes e políticas públicas, a teoria da sociedade em rede de Castells e a teoria das redes de políticas descentralizadas de Bevir oferecem perspectivas complementares para compreender fenômenos complexos. Enquanto Castells fornece um arcabouço para analisar as transformações socioculturais, econômicas e políticas da sociedade informacional, Bevir contribui com uma lente voltada para as dinâmicas, narrativas e práticas que estruturam as redes de formulação de políticas. Neste estudo, propomos uma abordagem que busca complementar as lacunas de ambas as teorias, permitindo uma visão integrada das redes e apoiando a compreensão de fenômenos atuais, como a economia criativa. A economia criativa insere-se nesse contexto como parte de uma nova economia ainda pouco mapeada, caracterizada por fatores intangíveis como cultura, criatividade, conhecimento e tecnologia. É um setor estratégico que articula dimensões culturais e econômicas, promove inovação e contribui para o desenvolvimento sustentável, mas enfrenta problemas complexos e escassez de políticas públicas adequadas. Dito isto, o objetivo central deste estudo foi compreender como atores políticos e sociais interpretam os fatores internos e externos às redes ao estabelecer a política de economia criativa em Pernambuco. O estado foi escolhido por sua relevância nacional no setor, unindo um ecossistema de iniciativas tecnológicas e criativas a um patrimônio cultural de grande projeção. A partir de revisão de literatura, propôs-se um *framework* analítico que integra elementos como tradições da rede, governança, processo de políticas e influências socioculturais, institucionais, econômicas e políticas. Esse *framework* foi aplicado em pesquisa qualitativa com análise documental, observações de campo e entrevistas envolvendo 48 atores sociais e políticos da rede de política para a economia criativa em Pernambuco. Os resultados mostraram que a economia criativa é compreendida de forma heterogênea, variando entre visões centradas na dimensão cultural ou na tecnologia e inovação, sem conceito unificado, o que afeta o planejamento e a gestão do setor. Nos fatores internos, destacaram-se as tradições da rede marcada por forte influência de governos nacionais e da descontinuidade política, a governança marcada por dependência de lideranças e articulações informais, e um processo de política fragmentado, descontínuo e pouco articulado entre os níveis micro, meso e macro. Nos fatores externos, condicionantes econômicos, socioculturais, institucionais e políticos influenciam o setor de forma desigual, dificultando uma visão estratégica ampla. A rede de políticas apresenta baixa integração e interações limitadas entre seus níveis, e a política pública estadual é inexistente como estratégia consolidada, predominando ações pontuais e temporárias. Propõe-se a formulação de uma política pública integrada que incorpore o conceito de território, valorize o desenvolvimento endógeno e fortaleça a articulação entre os níveis da rede, com marco regulatório, estrutura administrativa e financeira, formação e articulação institucional. Conclui-se que políticas tradicionais e hierarquizadas não respondem à complexidade, diversidade e caráter intersetorial do setor, sendo necessária uma abordagem matricial alinhada às especificidades locais e à força das redes existentes.

Palavras-chave: Economia criativa. políticas públicas. Redes de políticas. Governança descentralizada.

ABSTRACT

In the literature on networks and public policy, Castells' theory of the network society and Bevir's theory of decentralized policy networks offer complementary perspectives for understanding complex phenomena. While Castells provides a framework for analyzing the socio-cultural, economic, and political transformations of the informational society, Bevir contributes a lens focused on the dynamics, narratives, and practices that structure policy-making networks. In this study, we propose an approach that seeks to bridge the gaps in both theories, allowing for an integrated view of networks and supporting the understanding of contemporary phenomena such as the creative economy. The creative economy fits into this context as part of a still-emerging and under-mapped economy, characterized by intangible factors such as culture, creativity, knowledge, and technology. It is a strategic sector that connects cultural and economic dimensions, fosters innovation, and contributes to sustainable development, yet faces complex challenges and a shortage of adequate public policies. That said, the main objective of this study was to understand how state and societal actors interpret the internal and external factors affecting networks when establishing creative economy policy in Pernambuco. The state was chosen for its national relevance in the sector, bringing together an ecosystem of technological and creative initiatives alongside a highly prominent cultural heritage. Based on a literature review, we proposed an analytical framework integrating elements such as network traditions, governance, policy processes, and socio-cultural, institutional, economic, and political influences. This framework was applied in qualitative research combining document analysis, field observations, and interviews with 48 social and political actors involved in the creative economy policy network in Pernambuco. The results showed that the creative economy is understood heterogeneously, with perspectives ranging from a focus on the cultural dimension to technology and innovation, without a unified concept—something that affects planning and sector management. Regarding internal factors, key points included: a network tradition strongly influenced by national governments and political discontinuity; governance characterized by dependence on leadership figures and informal arrangements; and a fragmented, discontinuous policy process with weak articulation between the micro, meso, and macro levels. For external factors, economic, socio-cultural, institutional, and political conditions influence the sector unevenly, hindering the development of a broad strategic vision. The policy network shows low integration and limited interaction among its levels, and state public policy does not exist as a consolidated strategy, with ad hoc and temporary actions prevailing. We propose the formulation of an integrated public policy that incorporates the concept of territory, values endogenous development, and strengthens coordination across network levels—supported by a regulatory framework, administrative and financial structures, training, and institutional collaboration. We conclude that traditional, hierarchical policies do not address the complexity, diversity, and cross-sectoral nature of the sector, making a matrix-based approach—aligned with local specificities and the strength of existing networks—necessary.

Keywords: Creative economy. Public policy. Policy networks. Decentralized governance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Processo da política pública	45
Quadro 2- Abordagens da Teoria das redes de políticas	50
Quadro 3- Ações políticas para a Economia criativa	76
Quadro 4- Inibidores para o desenvolvimento da economia criativa	81
Quadro 5- Processo de formulação das políticas para economia criativa	82
Quadro 6 - Inibidores para construção de uma política de economia criativa no Brasil	92
Quadro 7- Fatores internos às redes de políticas	107
Quadro 8- Fatores externos às redes de políticas	110
Quadro 9- Critérios para escolha do caso/sujeitos e acesso ao campo	123
Quadro 10- Delimitação dos objetivos específicos	124
Quadro 11- Entrevistados do Grupo de Atores Sociais - EGAS	125
Quadro 12- Entrevistados do Grupo de Atores Políticos- EGAP	126
Quadro 13- Documentos institucionais	128
Quadro 14- Etapas da Análise Qualitativa de Conteúdo	135
Quadro 15 - Subcategorias dos emergentes fatores internos	155
Quadro 16- Subcategorias emergentes dos fatores externos	170

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Raízes teóricas das redes de políticas públicas.....	48
Figura 2- Ilustração da teoria de redes de políticas descentralizada.....	57
Figura 3- Classificação das Indústrias Criativas do Reino Unido em 2004	69
Figura 4- Classificação da Unctad para as indústrias criativas (2010).....	70
Figura 5- Definición de la economía creativa	71
Figura 6- Classificação do Sistema FIRJAN para indústrias criativas	72
Figura 7- Políticas públicas para economia criativa.....	74
Figura 8- Tipologia de políticas públicas relacionadas com a economia criativa	75
Figura 9- Uma economia baseada em extensa criatividade e expertise	98
Figura 10- Modelo de percepção dos atores sobre os fatores internos e externos às redes de políticas públicas	106
Figura 11 - Conceito de economia criativa - entrevistas	143
Figura 12 - Rede- entrevistas.....	148
Figura 13- Política - Entrevistas	153
Figura 14- Foto do Palco do Rec n' Play 2024	182
Figura 15- Post de divulgação do Rec n' Play 2022	183
Figura 16 - Protótipo da Jeep na Arena de Tecnologia do Rec n' Play 2024.....	184
Figura 17 - Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2024.....	186
Figura 18 - Fenearte 2024.....	187
Figura 19 - Fenearte 2024.....	187
Figura 20 - Espaço de convivência da SECTI.....	190
Figura 21- Produções do Ateliê da Salamandra	191
Figura 22- Produção do ateliê de Francisco	192
Figura 23 - Produção de Terezinha Gonzaga	192
Figura 24 - Economia criativa - documentos.....	193
Figura 25- Rede - documentos.....	195
Figura 26 - Estrutura de Governança da DGPEC.....	196
Figura 27 - Proposta de desconcentração territorial	199
Figura 28 - Apresentação dos editais – Lei Paulo Gustavo.....	206
Figura 29 - Framework revisado	208
Figura 30 - Proposta de estrutura administrativa para a política de economia criativa.....	230

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEPE – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
AD DIPER – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (antiga denominação)
ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
C&T – Ciência e Tecnologia
CEPC – Conselho Estadual de Política Cultural
CINE-PE – Festival de Cinema de Pernambuco
DASP – Departamento de Administração e Serviço Público
DCMS – Departamento Britânico de Cultura, Mídia e Esporte
DGPEC – Diretoria Geral de Promoção da Economia Criativa
DOC – Documento
EC – Economia Criativa
EGAP – Escola de Governo e Administração Pública
EGAS – Escola de Governo de Administração de Serviços
FABLAB – Laboratório de Fabricação Digital (*Fabrication Laboratory*)
FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
FCCR – Fundação de Cultura Cidade do Recife
FENEARTE – Feira Nacional de Negócios do Artesanato
FIG – Festival de Inverno de Garanhuns
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNCULTURA – Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura
FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IADH – Instituto de Arte e Desenvolvimento Humano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCS – Indústrias Culturais e Criativas
ICT – Instituição Científica e Tecnológica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
KOCCA – Comitê da Indústria Cultural e Agência de Cultura e Conteúdo da Coreia
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LPG – Lei Paulo Gustavo
MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
NGP – Nova Gestão Pública

NPM – New Public Management

NTCPE – Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confeções em Pernambuco

OBEC – Observatório Brasileiro da Economia Criativa

OBEC-LEI – Lei Rubem Braga (sigla coincidente diferenciada para evitar ambiguidade)

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGS – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAAR – Plano Anual de Aplicação de Recursos

PE – Pernambuco

PIB – Produto Interno Bruto

PNAB – Política Nacional de Artesanato Brasileiro

RECRIA – Rede Nacional de Economia Criativa e Cultural

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

SECULT – Secretaria de Cultura

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEI – Sistema Eletrônico de Informação

SEMOBI – Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETUR – Secretaria de Turismo

TD – Teoria Descentralizada

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TCU – Tribunal de Contas da União

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPE – Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS	23
1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	23
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	29
2 REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	31
2.1.1 SOCIEDADE EM REDE.....	34
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	43
2.2.1 DESDOBRAMENTOS DOS ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	43
2.2.2 REDES DE POLÍTICAS	48
2.2.3 ABORDAGENS DAS REDES DE POLÍTICAS	50
2.2.4 TEORIA DESCENTRALIZADA.....	53
2.2.5 GOVERNANÇA DESCENTRALIZADA	55
2.2.6 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL	57
2.3 ECONOMIA CRIATIVA.....	64
2.3.1 CRIATIVIDADE	64
2.3.2 CULTURA	65
2.3.3 DISCUSSÕES PRELIMINARES SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA	67
2.3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA.....	73
2.3.5 PANORAMA INTERNACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA	76
2.3.6 PRINCIPAIS DIFICULTADORES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA.....	81
2.3.7 PROCESSOS DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS VOLTADAS AOS DIVERSOS NÚCLEOS NA ECONOMIA CRIATIVA	82
2.3.8 PANORAMA NACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA.....	85
2.3.9 PANORAMA LOCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA.....	93
3 SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E EM REDE, REDES DE POLÍTICAS E A ECONOMIA CRIATIVA	97
3.1 RELAÇÃO ENTRE E REDE E A ECONOMIA CRIATIVA	97
3.2 CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DESCENTRALIZADA PARA O ESTUDO DAS POLÍTICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA.....	101
3.3 CONSOLIDADO ENTRE AS TEORIAS E A ECONOMIA CRIATIVA.....	104
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	119
4.1 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO ESTUDO	119
4.2 NATUREZA DO ESTUDO	122
4.2.1 DELIMITAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS	123
4.3 CONSTRUÇÃO DO CORPUS	124
4.3.1 COLETA DOS DADOS	124
4.3.2 ANÁLISE DOS DADOS	135
4.4 FERRAMENTAS UTILIZADAS	136
4.5 CRITÉRIOS DE QUALIDADE	137
4.6 LÓCUS DE ESTUDO: GOVERNO DE PERNAMBUCO	138
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	143
5.1 RESULTADOS DA ENTREVISTAS.....	143
5.1.1 CONCEITO DE ECONOMIA CRIATIVA.....	143

5.1.2 REDE	147
5.1.3 POLÍTICA.....	153
5.1.4 FATORES INTERNOS A REDE	155
5.1.5 FATORES EXTERNOS A REDE.....	170
5.2 RESULTADOS DA OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE	181
5.3 RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL.....	193
5.3.1 ECONOMIA CRIATIVA, POLÍTICA E REDE	193
5.3.2 ANÁLISE DOS FATORES INTERNOS A PARTIR DOS DOCUMENTOS	199
5.3.3 ANÁLISE DOS FATORES EXTERNOS A PARTIR DO DOCUMENTOS	205
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	208
6.1 ADAPTAÇÃO DO FRAMEWORK	208
6.2 POR UMA ECONOMIA CRIATIVA EM PERNAMBUCO	211
6.3 DESCENTRALIZANDO A REDE DE POLÍTICA PARA ECONOMIA CRIATIVA EM PERNAMBUCO.....	215
6.4 POR UMA POLÍTICA PARA ECONOMIA CRIATIVA.....	226
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	232
REFERÊNCIAS	239
APÊNDICES	256
APÊNDICE A - PROTOCOLO DE ENTREVISTA COM OS ATORES.....	256
APÊNDICE B - PROTOCOLO DE ENTREVISTA COM OS ATORES	257
APÊNDICE C – GUIA PARA OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE	258
APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido	259
APÊNDICE E – Carta de Apresentação	260

1 INTRODUÇÃO

O final do século XX e início do século XXI são marcados por um padrão de desenvolvimento ligado às tecnologias da informação e do conhecimento. Economistas referem-se a esse processo como a economia do conhecimento (Choi *et al.* 2020). Sociólogos como Bell (1973) a caracterizaram como Sociedade da Informação, Castells (1996) sustenta a ideia de uma sociedade informacional caracterizada por redes globais que englobam capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia, daí seu conceito de Sociedade em Rede na Era da Informação (Castells, 2005). Recentemente, esse padrão de desenvolvimento passou a ser caracterizado pela cultura da realidade virtual (Castells, 2013) e pela pelo capitalismo de plataforma Srnicek (2017).

Esse processo é marcado pela interação entre as forças econômicas, sociais e políticas, que estão aliadas à tecnologia e à informação (Bell, 1973), e plataformas digitais Srnicek (2017) dando origem a novos padrões de comportamento social. Com isso, as redes globais e também locais de fluxos financeiros, mercados e governos passaram a operar de maneira intensiva na esfera social, desempenhando um papel central na configuração da dinâmica societal (Castells, 2023).

Essa interação complexa é fortemente marcada pela presença proeminente das mídias de comunicação, que atuam como redes dominantes, influenciando a opinião pública, disseminando informações e desempenhando um papel crucial na formação de valores e perspectivas na contemporaneidade e no processo de construção de políticas públicas (Duff, 2023). No âmbito do trabalho e das relações sociais de produção, destaca-se o surgimento de uma classe de empreendedores criativos, cujos negócios são orientados por inovações tecnológicas, informacionais e culturais (Ampuja; Koivisto, 2014).

Concomitantemente, observa-se o surgimento de novos padrões econômicos, nos quais elementos imateriais e simbólicos desempenham papéis essenciais como forças propulsoras. A criatividade ocupa espaço central nesses novos padrões devido ao seu papel no que diz respeito às capacidades humanas (FIRJAN, 2022). Em uma economia em rede, a produtividade está intimamente relacionada ao nível educacional, ao estímulo da criatividade e ao aprimoramento contínuo das práticas empresariais (Castells, 2006). Numa perspectiva social, a criatividade é vista como uma configuração de elementos culturais e materiais que resulta da combinação de símbolos, ideias ou objetos por meio de práticas de trabalho e relações estabelecidas socialmente, envolvendo redes de interação (Godart *et al.*, 2020).

Arelada a isso, a cultura se apresenta também como importante fator nesse novo padrão de desenvolvimento. Destaca-se aqui que o conceito de cultura muda em diferentes contextos e períodos históricos. Isso reflete um de seus fundamentos, a cultura como uma relação sócio-histórica. Isso porque a cultura é construída socialmente, formada por uma esfera natural e outra espiritual, a partir de uma relação dialética entre o artificial e o natural (Eagleton, 2006).

A interligação entre criatividade e cultura é fundamental para um novo modelo de desenvolvimento que abarca as esferas econômica, social e cultural (Florida, 2002). Essas áreas, por sua vez, são reconhecidas como vetores alternativos para promover uma estratégia renovada de desenvolvimento econômico e ampliar a competitividade das economias capitalistas (Corazza, 2013). Assim, tanto nações desenvolvidas (Himanen, 2006), quanto nações em desenvolvimento (Procopiuck; Freder, 2020), precisam buscar ativamente novos setores de atividade econômica onde a inovação possa ser um diferencial significativo.

Nesse contexto, surgem economias baseadas nessas duas dimensões, como a economia criativa (Howkins, 2001). Segundo o autor, a economia criativa é definida como a atividade na qual a criatividade e o capital intelectual são os principais elementos para a criação, produção e distribuição de bens e serviços. Além dos setores de artes e indústrias culturais tradicionais, incluem-se também o design, a moda e o software. Ademais, a economia criativa é considerada parte da agenda da economia do conhecimento, sendo um subconjunto das atividades centrais dessa economia (FIRJAN, 2022).

Segundo Buitrago, Restrepo e Márquez (2013), se fosse um país, a Economia Criativa estaria entre as maiores economias do mundo, com forte impacto em PIB, empregos e exportações. Na América Latina e no Caribe, esse setor já movimentava em 2013 cerca de US\$ 174 bilhões ao ano e gera mais de 10 milhões de empregos, configurando-se como estratégico para a inovação, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Países do mundo todo, inclusive aqueles em estado de desenvolvimento como o Brasil (Procopiuck; Freder, 2020), Coreia do Sul (Chang; Lee, 2015), Indonésia (Rosyadi *et al.*, 2021) entre outros, começaram a observar os impactos positivos gerados pela economia criativa. Além disso, seu potencial de geração de renda e emprego, acima da média de outros setores, passou a ser reconhecido (Kon, 2016).

De acordo com a Firjan, o PIB Criativo do Brasil representou 3,59% do PIB nacional em 2023, o que corresponde a R\$ 393,3 bilhões. Em 2022, esse percentual era de 3,21%, indicando um crescimento de 0,38 ponto percentual em apenas um ano. Observa-se, entretanto, uma forte concentração regional, já que São Paulo (5,3%) e Rio de Janeiro (5,2%) respondem juntos por 60,6% do PIB Criativo nacional (FIRJAN, 2025).

No mercado de trabalho, foram mapeados 1,262 milhão de profissionais criativos formalmente empregados em 2023, representando um crescimento de 6,1% em relação a 2022, percentual superior ao do mercado de trabalho total (+3,6%). Esses profissionais correspondem a 2,3% dos vínculos formais no Brasil, sendo que 61,1% estão concentrados na região Sudeste. Em relação às áreas criativas, Consumo e Tecnologia concentram juntas cerca de 85% dos empregos criativos, enquanto a área de Cultura foi a que apresentou maior crescimento em 2023 (+10,4%), impulsionada pela Gastronomia (+14,4%). Já a área de Mídia registrou o desempenho mais modesto, com expansão de apenas 2,1% (FIRJAN, 2025).

Diante desse cenário, a economia criativa se configura como uma economia em ascensão, enquadrada no âmbito mais amplo do capital informacional e de plataforma. Essa dinâmica evidencia a relevância crescente de setores que valorizam a criatividade, a inovação e a capacidade de adaptação em um ambiente impulsionado pela informação e pela tecnologia.

No entanto, para além dos problemas enfrentados por todas as economias capitalistas, a economia criativa apresenta algumas características que potencializam problemas para seu desenvolvimento. Dentre ele estão, um alto nível de incerteza na demanda; uma dimensão artística complexa, com elementos simbólicos, artísticos e econômicos desproporcionais; participação de indivíduos com identidade forte, porém alta autonomia e liberdade; e uma heterogeneidade tanto individualmente, quanto coletivo (Paris; Ben Mahmoud-Jouini, 2019). No Brasil, observa-se forte concentração geográfica, como caso da região Sudeste (FIRJAN, 2025).

Para maximizar o potencial desse setor na sociedade da informação, são necessários certos movimentos nos quais o Estado desempenha um papel crucial. Isso inclui investimentos adicionais em cultura e criatividade, políticas de trabalho que incentivem a inovação e a criatividade, o desenvolvimento de conhecimento especializado e uma cultura de estímulo (Choi *et al.* 2020). Além disso, destaca-se a importância da filosofia de uma sociedade do Bem-Estar Criativo (Himanen, 2006). Ainda, para impulsionar o crescimento dessa economia e lidar com seus desafios, as políticas públicas são utilizadas como ferramentas para contribuir com o desenvolvimento (Si, 2017).

O processo de políticas públicas para economia criativa não é linear e sim transversal, as dimensões culturais e industriais se entrelaçam em uma dinâmica intersetorial e complexa. Além disso, esse processo se depara com alguns problemas inerentes. Dentre eles estão: imprecisão conceitual (Galloway; Dunlop, 2007; Munro, 2017; Pratt, 2010; Pratt; Hutton, 2013); visão economicista, regime político e partidos políticos sem visão de planejamento, excesso de burocracia (Silva; Silveira; Muzzio, 2024). Além disso, uma percepção limitada do

potencial da economia criativa, ausência de uma estratégia unificadora e uma definição precisa para economia criativa, limitações em termos de articulação com demais atores sociais, estatais, e instituições internacionais (Silva *et al.*, 2024), descontinuidade política e influência de cunho político-administrativo (Sarmiento; Anjo, 2019), dados e evidências para conhecer a realidade local, desafios à valoração de intangíveis nas Indústrias Criativas, mensuração do intangível na economia criativa (FIRJAN, 2022). Assim, acredita-se que tanto a burocracia ineficiente e a descontinuidade política típica do Brasil, quanto os problemas próprios de uma economia criativa em rede, dificultam o processo da política.

Ainda de acordo com FIRJAN (2022) a política pública para o fomento das áreas e segmentos criativos tem sido historicamente dividida entre duas perspectivas: uma ligada à política cultural, que visa proteger, preservar e subsidiar a cultura, e outra relacionada à política industrial, para estimular a inovação, o desenvolvimento econômico, o emprego e a renda. Essa falta de congruência entre as visões sobre a política de economia criativa no Brasil, leva a problemas de disputas de interesses e poder.

Para Bevir (2003) as políticas públicas são uma forma de atuação do Estado nos quais são construídas através de debates, negociações e interações entre atores políticos e sociais, refletindo diferentes valores, interesses e perspectivas. Assim, o conceito de políticas públicas enfatiza a natureza dinâmica e multifacetada do processo político, e a importância de considerar o contexto histórico, cultural, as disputas por espaços e recursos e relações de poder ao analisar as políticas públicas (Bever; Rhodes, 2003).

No contexto do Estado, as tradições referem-se ao conjunto de crenças herdadas sobre as instituições e a história dos governos em um determinado tempo e espaço. Essas tradições explicam como certos governos influenciaram e continuam a moldar os padrões de governança das redes (Bever; Rhodes, 2007) e como os formuladores de políticas desenvolvem suas estratégias (Bever, 2022).

Dito isto, uma premissa levantada nesta pesquisa surge ao problematizar as políticas públicas no âmbito da economia criativa. Isso resulta na ideia de que a economia criativa confronta as ramificações de um Estado-Rede, um ambiente permeado por disputas no meio das redes de interesses. As redes são compostas por diversos atores heterogêneos, todos com próprios interesses e buscando seus espaços. Nesse sentido, as políticas públicas emergem como os instrumentos governamentais através dos quais o Estado pode intervir de maneira pragmática.

A perspectiva do processo de políticas públicas adotada nesta pesquisa parte da premissa de que tais políticas são moldadas por redes de atores políticos e sociais. A existência dessas

redes de atores inevitavelmente conduz à formação de um modelo de governança, a partir de uma perspectiva da descentralização. Nesse contexto, a governança se torna uma parte integral de um programa prático de formulação de políticas públicas. A orquestração das redes se dá através das histórias e narrativas que os atores contam reciprocamente (Bevir; Rhodes, 2003). Porém, ao analisar a literatura, encontramos limitações teóricas e analíticas para estudo de redes descentralizadas na economia criativa diante das nuances de uma sociedade da informação.

Nesse sentido, este estudo justifica-se pela necessidade de avançar na compreensão das redes de políticas, propondo uma abordagem que combine elementos da teoria da sociedade da informação, a partir da abordagem da sociedade em rede de Castells, juntamente com a teoria das redes de políticas descentralizadas de Bevir e seguidores. Enquanto Castells fornece um arcabouço analítico para entender as relações sociais na sociedade contemporânea, Bevir oferece uma visão mais específica das redes de políticas.

No entanto, ambas as teorias apresentam lacunas: Castells é criticado por sua falta de pragmatismo na análise micro da realidade social, enquanto a abordagem de Bevir carece de ferramentas para verificação empírica e consideração de fatores externos às redes. Este estudo propõe um modelo de análise que complementa a teoria das redes de políticas, incorporando categorias que permitem analisar o processo de políticas públicas e considerar fatores externos às redes. Essas dimensões são embasadas nas ideias de Castells sobre a sociedade do conhecimento e em rede. Dessa forma, busca-se uma abordagem mais abrangente e atualizada das redes de políticas, que considere tanto as dinâmicas internas quanto as influências externas dessas redes.

Com base nisso, foi possível estabelecer pressupostos, que assumem papel de ideias, que sustentam o argumento central desta tese. Assim, pressupõe-se que as tradições, que abrangem crenças, teorias, narrativas e práticas, com a estrutura de governança, fornecem o contexto essencial para as redes, constituindo os elementos internos distintivos de cada uma delas. A formação histórico-social da rede é delineada pelas narrativas compartilhadas pelos participantes que a compõem. Desta forma, os atores podem interpretá-las de formas variadas, e mudam suas percepções ao longo do tempo. (Bevir; Richards, 2009a).

Os fatores socioculturais, institucionais, econômicos e políticos, que têm origem nos padrões da sociedade do conhecimento e em rede, também exercem uma influência significativa na dinâmica de construção de políticas (Castells, 1996). Esses elementos externos refletem a complexidade do ambiente no qual as redes de políticas estão inseridas. Esses fatores também podem ser interpretados de distintas formas ou mesmo negligenciados pelos membros das redes.

As redes de políticas, embora operem em contextos semelhantes, exibem suas próprias características devido às interpretações variadas dos agentes envolvidos em relação aos fatores internos e externos. Portanto, examinar a percepção desses atores sobre o funcionamento interno das redes e as influências externas pode fornecer insights para entender como as políticas são moldadas. Isso também ajuda a argumentar por que redes podem funcionar de maneiras diferentes, mesmo em contextos similares. Desta forma, rompe-se com a ideia de uma generalização dos padrões de governança das redes por meio de teorias abrangentes de redes que consideram a governança como um arranjo institucional estável, e, são excessivamente centradas no Estado (Bevir; Rhodes, 2012).

Acreditamos que, em sua grande maioria, os governos, ao elaborarem suas políticas públicas, não consideram adequadamente as transformações sociais em constante sintonia nas redes políticas. A percepção limitada do contexto social por parte dos atores envolvidos nessas redes dificulta o processo de formulação de políticas públicas alinhadas com o momento sócio-histórico e econômico em que estão inseridos. Essa limitação na compreensão do panorama social pode resultar em políticas que não atendem plenamente às necessidades e dinâmicas emergentes da sociedade.

Também acreditamos nessa pesquisa que a economia criativa pode ser considerada um exemplo de ocorrência da percepção limitada dos atores estatais e não estatais no processo de políticas públicas, devido principalmente às suas características que amplificam essas limitações. A economia criativa envolve relações de poder e resistência desiguais, falta de planejamento adequado, descontinuidade nas políticas, desconhecimento de suas especificidades por parte dos atores e subvalorização dos recursos criativos e culturais. Ademais, por intermédio da inovação e tecnologia, os padrões de desenvolvimento tendem a ser modificados com pequenos espaços de tempo, o que dificulta a percepção de mudança dos atores.

Assim, o argumento desta tese é o seguinte: países como o Brasil, são carentes de uma política efetiva para a economia criativa. Isso se deve não apenas aos elementos estruturais comuns a qualquer economia em plena concorrência, mas também à limitação dos atores em gerenciar fatores internos às redes de políticas e à falta de percepção adequada dos fatores externos. Fatores socioculturais, institucionais, econômicos e políticos exercem influência sobre o contexto no qual as redes de políticas estão inseridas. Nas economias mais específicas, como a economia criativa, esse problema tende a ser exacerbado devido às suas particularidades. Contudo, uma política efetiva para economia criativa não pode ser construída

a partir de parâmetros generalizáveis e estáticos de governança, mas, a partir do entendimento e mapeamento das práticas dos atores que compõem as redes (Bevir; Rodhes, 2003)

Deste modo, esse estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: De que maneira os atores políticos e sociais envolvidos no processo de políticas públicas interpretam os fatores internos e externos às redes ao estabelecerem a política de economia criativa em Pernambuco?

Analisar o processo de políticas públicas para esse setor se faz pertinente na medida que se observa o tamanho da influência que o Estado possui no âmbito da economia criativa, porém não decisiva, como afirma teorias tradicionais de governança. O Estado é quem dita os setores prioritários, regula, legitima e investe nos setores que mais achar importante, porém, permeado por redes de atores que possuem interesses distintos. Por isso, se defende aqui a importância de analisar como estão sendo pensadas as políticas para esse setor.

Para fins de verificação empírica dos argumentos, foi escolhido o estado de Pernambuco. Pernambuco se destaca no cenário da Indústria Criativa pela forte representatividade em indicadores nacionais e regionais. De acordo com a FIRJAN (2022), foi o estado nordestino com maior participação de profissionais de tecnologia na Indústria Criativa e o segundo em participação de empregados criativos no total de vínculos, além de registrar a maior remuneração média da região. Esse desempenho é impulsionado por iniciativas estratégicas, como o Porto Digital do Recife, reconhecido como um dos principais parques tecnológicos do Brasil, voltado para TIC e Economia Criativa. No campo cultural, o estado fortalece sua identidade por meio de grandes eventos como o Carnaval de Recife e Olinda, o São João, o Festival de Inverno de Garanhuns e o Encontro de Cultura Popular de Caruaru, que atraem milhões de turistas e projetam internacionalmente a diversidade cultural pernambucana.

Contudo, apesar dessa representatividade, Pernambuco ainda enfrenta limitações quando comparado a outros estados. O PIB Criativo estadual representa 2,1% da economia local (2023), índice abaixo da média nacional (3,6%) e distante de referências como São Paulo (5,3%) e Rio de Janeiro (5,2). Além disso, embora tenha bom desempenho em Tecnologia, a participação relativa em Cultura e Mídia é menor do que a de estados vizinhos, como a Bahia e a Paraíba (FIRJAN, 2025).

Assim, Pernambuco apresenta um perfil ambivalente: por um lado, reúne ativos estratégicos, políticas públicas inovadoras e forte capital simbólico, que justificam sua escolha como campo de estudo; por outro, revela fragilidades estruturais e desigualdades internas, que reforçam a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre sua economia criativa e que fragilizam a política, ou a tentativa de uma política, para economia criativa no estado.

A iniciativa desta pesquisa se torna viável à medida que é possível perceber a complementaridade entre as temáticas. Assim, abordaremos a teoria das sociedades do conhecimento e em rede proposta por Castells (1996) como uma teoria social que explica os fenômenos sociais emergentes. Nos novos padrões socioculturais, políticos e econômicos, destaca-se a economia criativa, foco central desta pesquisa. No que tange o campo das políticas públicas, recorreremos à teoria das redes de políticas descentralizadas proposta por Bevir e seus seguidores. Assim, através da perspectiva da descentralização, abordaremos o processo de política pública a partir da crítica aos padrões positivistas e generalistas predominantes.

Para auxiliar na realização da pesquisa, serão propostas dimensões que abordam os fatores internos e externos que impactam as redes. Um framework analítico foi desenvolvido com base na revisão da literatura. A partir do modelo, foi possível ilustrar um mapeamento do percurso seguido pelos atores no processo de políticas públicas para a economia criativa. Isso foi possível a partir da execução dos seguintes objetivos propostos.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender como atores políticos e sociais interpretam os fatores internos e externos às redes ao estabelecer a política de economia criativa em Pernambuco.

1.1.1 Objetivos específicos

- Discutir os fatores internos e externos que influenciam as redes de políticas públicas;
- Propor um framework de análise da percepção dos atores no processo de política pública para economia criativa;
- Identificar as redes de políticas públicas na economia criativa em Pernambuco;
- Analisar as percepções dos atores políticos e sociais do processo de políticas públicas a respeito da economia criativa;
- Ensaiair um *framework* e ilustrar um caminho para o processo de política pública para a economia criativa.

1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Em termos teóricos, essa análise se justifica pelo motivo de apresentar um avanço na abordagem das redes de políticas propostas por Bevir e Richards (2009a) e colegas. Além disso, permite uma discussão pragmática de alguns aspectos da teoria da sociedade do conhecimento e em rede desenvolvida por Castells (1996) dentro outros autores.

Observamos que os autores da sociedade da informação, ao discutir sobre a sociedade do conhecimento e em rede, nos fornecem um grande arcabouço analítico para entender o comportamento da sociedade, grupos, governos e redes na atualidade. Suas ideias, ainda muito presentes atualmente, nos fornecem uma lente para analisar as relações sociais com a tecnologia e o conhecimento e de como isso influencia também novas economias o processo de políticas públicas.

No entanto, não é objetivo de Castells e demais seguidores realizar análise micro da realidade social. Isso faz com que receba várias críticas por falta de pragmatismo. No entanto, defende-se aqui como uma teoria viável e atual. Sendo assim, utilizada como teoria social para auxiliar as análises desta tese.

Utilizamos a teoria das redes de políticas descentralizadas (Bevir; Richards, 2009b) pois consideramos uma teoria adequada para mapear o comportamento dos atores que fazem parte das redes de políticas para economia criativa. Essa teoria parte da crítica aos modelos positivistas e generalistas de políticas públicas. Nela é defendido que o processo de política pública ocorre mediante redes de atores que partilham de suas crenças e práticas adotadas no contexto das tradições que formam a natureza da rede. Assim, defendemos essa lente como adequada para possibilitar a captura dos elementos simbólicos e específicos que a economia criativa apresenta. Não vamos focar nossa análise na governança da rede em específico, mas a governança se trata de um programa pragmático da política. Assim, para entender como os atores operam na rede, acreditamos que a literatura de governança descentralizada permite análises de colaboração e orquestração no âmbito da rede.

No entanto, essa teoria é eventualmente questionada por não oferecer ferramentas mais pragmáticas para verificação empírica. Ademais, ao ser destacado que ocorre a mudança no âmbito das redes a partir da capacidade de agência dos atores, não é explicado e nem fornecidos subsídios para analisar como ocorre esse processo de agência situada. Além do mais, defendemos aqui que, ao analisar apenas o pano de fundo das redes (Bevir, 2022), a teoria pouco oferece em termos de análise de fatores externos às redes. Nesse sentido, avançamos no conhecimento por dois motivos.

Primeiro, propomos um framework que se refere a uma complementação da teoria de redes de políticas para contribuir com a lacuna na teoria (ver figura 2 figura 10 e figura 29). Além do mais, inserimos categorias de análise, que permitem ser analisado o processo de política pública. Em seguida, inserimos novas dimensões e categorias (ver quadro 7 e 8), que se encarregam de assumir o papel de fatores externos às redes de políticas. Essas dimensões são reflexos das mudanças no contexto social nos quais as redes estão inseridas. O suporte teórico

para a consolidação das dimensões está nas ideias de Castells e seus seguidores sobre a sociedade do conhecimento e em rede.

Assim, buscamos em uma teoria social elementos que explicam as mudanças atuais da sociedade para explicar como esses fatores influenciam o dia a dia de redes de políticas. Algumas ideias de Castells serão verificadas empiricamente, ao passo que complementamos e atualizamos a abordagem da rede de políticas proposta por Bevir e Rhodes (2003).

Embora Castells e Bevir partam de matrizes epistemológicas distintas respectivamente, um estruturalismo de orientação dialética e um interpretativismo radical, suas abordagens são complementares em diferentes níveis de análise da economia criativa. Castells oferece um diagnóstico macro-histórico e tecnológico que evidencia a reorganização global da economia, das instituições e da comunicação em redes, contribuindo para a definição de objetivos estratégicos e da infraestrutura necessária às políticas públicas. Bevir, por sua vez, permite compreender os processos microssociais da governança, ao enfatizar a agência, as crenças, as tradições e os contextos locais que orientam a formulação, a implementação e a interpretação das políticas, bem como suas falhas na prática.

Ainda que ambos não sejam autores do Sul Global, suas contribuições são tensionadas e complementadas por pensadores como Leitão e Celso Furtado, cujas reflexões reforçam uma perspectiva territorial, histórica e situada da economia criativa. Dessa articulação emerge uma construção teórica híbrida, que combina infraestrutura global em rede e cultura colaborativa local, fortalecendo a compreensão da economia criativa como um fenômeno contextual e socialmente enraizado, e não como um modelo universal ou imposto externamente.

Ademais, esse texto ao mapear a trajetória de estudos de políticas públicas, busca fornecer as bases conceituais para compreender os atuais desafios de governança em sociedades cada vez mais conectadas e mediadas por tecnologia. A passagem do modelo linear para o paradigma das redes não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida para investigar como se formulam, implementam e avaliam políticas públicas em um mundo marcado pela complexidade, digitalização e por atores de poder assimétricos.

Em termos acadêmicos, a pesquisa se justifica por contribuir com novas análises teóricas sobre a política para economia criativa no Brasil. Assim, ajuda a preencher uma lacuna apontada por Silva, Silveira e Muzzio (2024) sobre a escassez de estudos nacionais com outras vertentes teóricas para analisar as implicações da política de economia criativa, que, geralmente, se concentram em mesmas abordagens teóricas. Além disso, permite uma reflexão crítica, dentro do campo dos estudos organizacionais, sobre a economia criativa. Em sua grande maioria, essas discussões são realizadas no campo da economia política, teoria crítica e teorias positivistas e,

no âmbito do interpretativismo, grande parte dos estudos sobre economia criativa se pautam no neoinstitucionalismo. Buscamos aqui, através de uma contribuição também interpretativista, uma alternativa para o campo dos estudos organizacionais, com abordagens interpretativistas atuais, sobre essa temática em ascensão sobre a economia criativa.

A teoria das redes de políticas públicas amplamente desenvolvida por Bevir e seguidores apresenta suas raízes conceituais tanto nos estudos organizacionais, quanto na ciência políticas e ciência de políticas. Ao longo de seus pouco mais de 20 anos de desenvolvimento da teoria, vários estudos foram desenvolvidos usando essa teoria. A teoria consiste em descentralizar o processo de formulação de políticas públicas por meio da análise das práticas dos atores envolvidos nas redes, no qual tem como tese central, o fato de não concordar com fundamentos fixos que definem a atuação desses atores. Mas, fundamentos que são fruto de um processo recursivo entre contexto e fundamentos, por isso que é considerada pós-fundacional.

Bevir e Richards (2009b) destacam que alguns estudos, mesmo sem utilizar a terminologia adotada por ele, realizam o processo de descentralização nas análises. Assim, argumentamos que para o campo acadêmico, contribuimos ao usar essa teoria com a análise da política para economia criativa. Isso porque, até o momento, não foram encontrados estudos que tendem a aprofundar a teoria com essa temática, mesmo que em alguns momentos, os estudos tenham descentralizado suas análises, mas pouco contribuído para o avanço da teoria.

Também do ponto de vista acadêmico, essa pesquisa se enquadra nos apontamentos destacados por Silva, Silveira e Muzzio (2024) e Pratt (2010) sobre a limitada literatura de qualidade sobre políticas públicas no âmbito internacional e do trabalho de Silva *et. al.* (2024) e Bresciani, Peria e Chér (2022) no âmbito nacional. Por ser um fenômeno relativamente recente, a temática das políticas públicas para economia criativa ainda é incipiente, apresentando estudos superficiais que pouco contribuem de forma pragmática para a construção de políticas efetivas.

Em termos sociais, a discussão aqui levantada tem como intuito abordar a economia criativa em uma abordagem crítica e emancipatória. Tais discussões fortalecem o discurso contra o economicismo no setor, uma vez que a economia criativa é principalmente um espaço de manifestação de elementos culturais e históricos de uma nação. Contudo, ao enfatizar essa visão da economia criativa, pretendemos considerá-la nas discussões sobre um caminho o processo de política pública mais efetiva para economia criativa.

Em termos práticos, esta pesquisa se justifica pelo seu pragmatismo em oferecer uma possibilidade analítica em termos de um framework teórico para fins de verificação empírica. Contribui para o avanço do conhecimento, trazendo ferramentas atualizadas sobre o arcabouço

teórico existente. Além disso, em termos políticos e gerenciais, a pesquisa se torna pertinente, ao oferecer um mapeamento do processo de política pública a partir da lógica da descentralização e não generalização.

Defendemos que, ao ser traçado um caminho no processo de políticas públicas, podemos entender quais as influências de fatores internos externos às redes, como isso impacta no dia a dia das redes e no seu processo. De modo geral, o intuito é oferecer subsídio teórico e prático para os formuladores de políticas públicas para economia criativa. Assim, planejamos contribuir para o âmbito das políticas públicas para economia criativa por meio de análises críticas e empíricas sobre o dia a dia de redes de políticas.

Longe da pretensão em estabelecer uma política pública efetiva para economia ou mesmo a consolidação única de políticas, o objetivo aqui é ilustrar um caminho, que acreditamos ser pertinente, que nos leve às discussões profundas e efetivas para o processo de políticas para economia criativa. Contudo, ao desenvolver essa tese, temos a pretensão de desenvolver esse produto: ferramenta prático-teórica para auxiliar no processo de políticas para economia criativa.

Concordamos com tanto com literatura internacional, quanto a nacional, que o que falta nos governos é um projeto estratégico para economia criativa. Tal problema reflete consideravelmente nos projetos estaduais e municipais para o setor, como afirmado por Bresciani, Peria e Chér (2022) sobre a fragmentação das políticas para economia criativa. Também reconhecemos que a unificação de uma única política não é o caminho viável para nenhuma área pública, mas o que falta é uma estratégia nacional para economia criativa. No entanto, esbarramos com um problema central em qualquer tentativa de consolidação de um setor em um país, a necessidade de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, que inclua a economia criativa como um dos setores estratégicos. Esse problema não será resolvido com essa tese, seria audacioso pensar assim.

Também reconhecemos que temos uma limitação em termos de recorte geográfico, a análise de um único estado como ponto de referência. Desta forma, queremos enfatizar que nossa pretensão é oferecer uma contribuição para o que poderá se tornar uma agenda de pesquisa mais ampla. A intenção é permitir uma análise em um recorte geográfico, para que poder ser replicado em outras regiões e governos. O consolidado deste trabalho seria uma análise de baixo para cima do processo de políticas para economia criativa no Brasil, quais os possíveis caminhos que diversas regiões podem trilhar para se alinhar a uma estratégia nacional de economia criativa para o país. Isso se justifica na medida em que o Brasil se destaca por ser um país altamente diversificado, com expressões culturais e criativas diversas, altamente

influenciado por fatores climáticos, econômicos e culturais. Pensar uma análise de cima para baixo iria contra a teoria de redes de políticas, ao passo que dificultaria o processo de percepção das nuances do setor no país.

Nesse sentido, escolhemos o estado de Pernambuco como *locus* de investigação, que se justifica pela representatividade que este estado tem em indicadores desse setor. De acordo com o FIRJAN (2022) o estado de Pernambuco (39,3%) apresentou-se com maior participação na região nordeste no quesito Participação dos Profissionais de Tecnologia na Indústria Criativa, no contexto nacional ficou atrás apenas dos estados do Amazonas, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Já no quesito Participação dos Empregados Criativos no Total de Empregados, o estado se enquadra como segundo da região nordeste, atrás apenas do Ceará. Em termos de remuneração média da Indústria Criativa nacional em reais, no ano de 2019, o estado apresentou-se como o que possuía maior remuneração da região Nordeste e oitavo no ranking nacional.

O Estado conta com iniciativas resultados de políticas públicas decisivas para impulsionar os índices de economia criativa, como o Porto Digital do Recife. O parque tecnológico de Pernambuco é reconhecido como um dos principais do Brasil, destacando-se em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia criativa (EC), com foco em diversos setores como games, audiovisual, música, fotografia, design e tecnologia urbana. Surgiu a partir de uma política pública visando posicionar o estado globalmente no mercado de tecnologia, com investimento inicial do governo estadual para infraestrutura.

No âmbito das festas culturais, no estado de Pernambuco, destaca-se o carnaval de Recife e Olinda, o São João, o Festival de inverno de Garanhuns e o Encontro de Cultura Popular de Caruaru, que desempenham um papel crucial na promoção e preservação da rica diversidade cultural da região. Além de atrair milhões de turistas de todo o mundo, esses eventos oferecem uma experiência única de imersão nas tradições locais, como o frevo, o maracatu, o forró e outras expressões artísticas. Sua importância transcende as fronteiras de Pernambuco, servindo como embaixadores culturais que promovem a riqueza e a vitalidade da cultura brasileira para o mundo, contribuindo para a valorização e difusão da identidade cultural do país. Essas são apenas alguns dos diversos exemplos que o estado de Pernambuco apresenta em termos de economia criativa que justificam a necessidade de estudos como este.

Por fim, destacamos que esta pesquisa faz parte de uma agenda de trabalho e pesquisa do seguinte projeto: EDITAL FACEPE 29/2022 Políticas públicas de fomento à economia criativa em Pernambuco: Análise e proposições de processos e práticas de qualificação e desenvolvimento

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em seis capítulos, cada um com seus respectivos itens. O primeiro capítulo compreende a Introdução, que inclui a contextualização do problema de pesquisa, a formulação da questão de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, juntamente com a premissa de pesquisa orientadora do trabalho. Além disso, o capítulo apresenta a justificativa do estudo, acompanhada das justificativas teóricas, acadêmicas, sociais, práticas e políticas da pesquisa.

Em seguida, são apresentados e discutidos elementos teóricos necessários para compreender o fenômeno das redes de políticas para a economia criativa. No capítulo 2 destaca-se a teoria da sociedade da informação, com ênfase na abordagem da sociedade em rede. Em seguida, no capítulo 3, são discutidos aspectos sobre políticas públicas, seus desdobramentos, redes de políticas e governança descentralizada. O capítulo 4 aborda discussões sobre a economia criativa, incluindo conceitos iniciais de criatividade e cultura, economia criativa e políticas públicas para a economia criativa, com ênfase na literatura internacional e nacional. Por fim, no capítulo 5, são apresentadas as relações entre as teorias em relação ao fenômeno da economia criativa, culminando na proposição de um framework de análise da percepção dos atores das redes de políticas diante de fatores internos e externos às redes.

Em seguida no capítulo de Caminhos Metodológicos serão abordados os fundamentos ontológicos e epistemológicos do estudo, explorando as bases filosóficas que fundamentam a pesquisa. Serão discutidas as questões relacionadas à natureza do estudo, delineando os objetivos, propósitos e alcance da pesquisa em questão. A construção do corpus será detalhada, descrevendo o processo de coleta, seleção e organização dos dados a serem analisados. Serão apresentados os critérios de qualidade adotados, destacando os padrões e princípios utilizados para avaliar a credibilidade, validade e confiabilidade da pesquisa. Além disso, será feita uma caracterização do local de estudo, com foco no Governo de Pernambuco, explorando seu contexto, características e relevância para o estudo em questão.

Em seguida, é apresentado o capítulo de resultados, no qual são detalhadas as análises dos dados coletados por meio de entrevistas, observações de campo e análise documental. Essa etapa tem como objetivo principal expor as evidências empíricas que emergiram da pesquisa, evidenciando padrões, narrativas e percepções dos atores envolvidos no estudo.

No capítulo seguinte, dedicado à discussão dos resultados, realiza-se uma análise mais aprofundada, confrontando os achados empíricos com a literatura especializada. Esse confronto teórico visa validar, refinar e ampliar o entendimento dos fenômenos estudados, além de

possibilitar o ensaio do framework analítico proposto para a compreensão da economia criativa e das redes políticas em Pernambuco.

Por fim, o trabalho é finalizado com o capítulo de considerações finais, onde são sintetizadas as principais contribuições da pesquisa, discutidas suas limitações e indicadas sugestões para futuras investigações e para a formulação de políticas públicas mais eficazes no campo da economia criativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

As discussões sobre a sociedade da informação são resultados de uma tradição de pesquisa que teve em vista colocar o conhecimento e a informação no centro das transformações do sistema capitalista. Nas variantes teorias denominadas pós-industriais, destacam-se os trabalhos de Bell (1973) e Touraine (1995), nos quais evocam o termo sociedade da informação, que enfatizaram a ascensão do setor de serviços.

Bell e Touraine tratando de uma sociedade pós-industrial, contribuíram para elucidar as discussões sobre sociedade da informação, trazendo para o debate as transformações do trabalho e crises das ideologias políticas e crenças culturais. Isso contribuiu para o desenvolvimento de outros estudos centrados na sociedade do conhecimento, e de teorias que identificaram aspectos centrais na evolução das sociedades modernas. Desta forma, destacam-se dentre a tradição de pesquisa industriais as teorias de sociedade da informação, as teorias do pós-fordismo e do pós-modernismo (Kumar, 2006).

Os pós-fordistas são decorrentes de uma linha de pensamento marxista, buscam identificar as relações de produção diante das mudanças na sociedade. Assim, para Kumar (2006), nessa corrente de pensamento, muitos dos quais alinhados à esquerda em suas diversas formas ideológicas, podem sentir-se ambivalentes diante das novas realidades, oscilando entre o otimismo e a apreensão.

Em essência, o pós-fordismo seria um estágio na evolução do capitalismo global, onde a flexibilidade, a inovação e a resposta ágil às demandas do mercado são enfatizadas em contraste com os métodos mais rígidos do fordismo. Isso pode incluir uma análise das novas formas de organização do trabalho, como o trabalho flexível, a produção sob demanda e o papel crescente da tecnologia na gestão e na automação dos processos produtivos (Kumar, 2006).

Já a teoria pós-moderna, na visão de Kumar (2006), foi a que mais ganhou ramificações, além de ser considerada a que causa maiores equívocos nas interpretações. Para entender o que seria pós-moderno, é preciso discutir algumas conceituações, apesar de não existir consensos sobre seus significados sobre modernidade, modernismo, pós-modernidade e pós-modernismo.

Entendo por “modernidade” uma designação abrangente de todas as mudanças — intelectuais, sociais e políticas — que criaram o mundo moderno. “Modernismo” é um movimento cultural que surgiu no ocidente em fins do século XIX e, para complicar ainda mais a questão, constituiu, em alguns aspectos, uma reação crítica à modernidade (Kumar, 2006, p 106).

Modernidade não é “modernismo”. A ideia de modernidade, uma vez formulada no final do século XVIII, enfrentou uma complexa reação em fins do século XIX. Isso aconteceu sob a forma do movimento cultural denominado modernismo, que simultaneamente afirmava e negava a modernidade, mas dava continuidade a seus princípios e desafiava-a em seu próprio núcleo (Kumar, 2006, p. 107).

Quando se trata de Pós-modernismo e pós-modernidade a distinção não pode se dar aos moldes das conceituações de modernismo e pós-modernismo, ainda sobre isso Kumar destaca:

O mesmo, porém, não se aplica à ideia de pós-modernidade. Não há uma tradição de uso a que possamos recorrer para diferenciar coerentemente “pós-modernidade” e “pós-modernismo”. Ambos são usados mais ou menos um pelo outro. Poderíamos preferir, na analogia com a modernidade, reservar pós-modernidade para o conceito social e político mais geral, e pós-modernismo para seu equivalente cultural. Mas isso se chocaria com o uso comum, que se recusa a fazer uma distinção analítica tão nítida — se recusa, geralmente, a fazer qualquer distinção (Kumar, 2006, p. 139).

Assim, o pós-modernismo seria a corrente que, ao valorizar a diversidade e as múltiplas perspectivas, tende a gerar uma visão fragmentada da sociedade, carente de fundamentos sólidos e compartilhados. Kumar (2006) argumenta que essa abordagem relativista pode prejudicar a capacidade de enfrentamento das injustiças sociais e políticas, em vez de promover mudanças substanciais na sociedade.

Por outro lado, Kumar (2006) propõe que o conceito de “pós-modernidade” seria como uma alternativa ao pós-modernismo. Ele descreve a pós-modernidade como uma reflexão crítica sobre as condições sociais e políticas da era pós-industrial e pós-moderna. Essa abordagem reconhece as complexidades e contradições da sociedade contemporânea, mantendo uma postura engajada diante das desigualdades e desafios, enquanto ainda valoriza a diversidade de perspectivas.

Já as teorias que exploram a sociedade da informação destacam que o surgimento do termo informação não se dá apenas como um conceito, mas também como uma ideologia, intimamente ligada ao desenvolvimento do computador durante os anos de guerra e no período subsequente. Enquanto a Terceira Revolução Industrial estava em curso, um processo de valorização do pensamento humano estava em andamento — o que foi chamado de “trabalho mental autêntico”. Se as duas primeiras revoluções foram impulsionadas pela energia, baseadas no vapor e na eletricidade, havia um consenso de que a terceira revolução seria centrada na informação (Kumar, 2006).

Assim como a sociedade industrial foi caracterizada pela produção de bens, a sociedade pós-industrial seria caracterizada pela informação. Desta forma, tanto o conhecimento quanto a informação, são os principais recursos estratégicos para sociedade pós-industrial (Bell, 1980). Já Kumar (2006) destaca que a informação é a nova moeda do poder, ao contrário do dinheiro e das terras em sociedades anteriores e caracterizou um novo estilo de vida completo.

Bell foi um dos principais teóricos pós-industriais que discutiram a sociedade da informação. A abordagem da sociedade pós-industrial de Daniel Bell é amplamente reconhecida e enfoca o conhecimento teórico acadêmico validado. Isso a torna particularmente influente nas indústrias manufatureiras de ponta (Mladenović, 2023).

No entanto, Bell é criticado por suas projeções um tanto romantizadas para a sociedade, que teria no futuro a informação como meio democrático de desenvolvimento, visão um tanto exacerbada que foi considerada um determinismo tecnológico e visão idealizada da sociedade da informação (Bertero, 2012).

Assim, verificou-se que o comportamento da sociedade da informação tendeu a diversos problemas da sociedade industrial. A produção de conhecimento não foi um fenômeno descentralizado, mas centralizado e em uma dinâmica fordista. A emancipação da sociedade não foi celebrada e o conhecimento e a informação foram cada vez mais centralizados, contribuindo para aumentar a desigualdade (Kumar, 2006).

Mladenović (2023) destaca outras duas teorias da informação que são consideradas relevantes no campo. Uma delas é o paradigma da sociedade do conhecimento, associado à Escola Austríaca de Economia, que possui uma definição mais ampla e popular de conhecimento, como o que as pessoas acreditam saber. Esse paradigma é particularmente relevante no mercado de mídia, especialmente em redes sociais, onde os modelos de negócio das plataformas digitais dependem da coleta e do processamento de conhecimento não acadêmico, conhecido como big data. Os principais autores são Fritz Machlup e Peter Drucker.

Por outro lado, o conceito de sociedade em rede de Manuel Castells, embora baseado nas ideias de Bell, enfatiza aspectos culturais ligados às identidades coletivas, que contrastam com o abstrato instrumentalismo da economia digital atual. Castells se concentra nas contradições econômicas e políticas globais resultantes em crises sociais, déficits democráticos e conflitos militares. Além disso, o autor destaca que a sociedade da informação tende apenas a potencializar a dinâmica do capitalismo, que agora se encontra em outro modo de produção, o informacionalismo. Nesse ínterim, destaca-se o trabalho de Manuel Castells, que discorre

sobre a formação de redes globais de fluxos financeiros, de bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia, de e de informações como nova estrutura social.

2.1.1 SOCIEDADE EM REDE

A revolução da tecnologia da informação é um pertinente ponto de partida para analisar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura, isso, pois, as interferências dessa revolução penetraram em todas as dimensões da vida humana em curto tempo e intensidade alta.

Essa complexidade é reflexo de um padrão interativo entre tecnologia, criatividade, iniciativa empreendedora, descobertas científicas e inovação tecnológica. Por isso, não significa um determinismo tecnológico, mas antes de tudo, uma relação interativa entre sociedade e transformação tecnológica, a partir da lógica da penetrabilidade (Castells, 1996).

Por tecnologia, entende-se como a ação em que se destina o uso de conhecimentos cientificamente definidos como um caminho para se realizar coisas de maneira reproduzível. Já as tecnologias da informação, as TICs, são um conjunto de tecnologias ligadas às áreas de microeletrônica, computação, telecomunicações e processamento de informações (Castells, 1996).

Sendo assim, a sociedade que se configura a partir dos anos de 1980 apresenta a tecnologia como principal fonte de energia. É responsável pela geração de conhecimento, por meio de uma produção imaterial e intelectual, fruto da mente humana. Esses elementos se constituem como motores de um padrão de um novo desenvolvimento capitalista, o informacionalismo. Esse modo de desenvolvimento é caracterizado pela capacidade humana de processar símbolos.

Tecnologia e conhecimento não são típicos de sociedades informacionais. Mas é nesse momento que o conhecimento passa a operar a serviço do próprio conhecimento, ou seja, conhecimento para gerar conhecimento. Assim, em sociedades capitalistas industriais, o conhecimento era um importante fator para gerar mais tecnologia, e a partir dessas tecnologias ocorre o acúmulo de capital. Na sociedade informacional, o acúmulo de capital é oriundo da acumulação de conhecimento (Castells, 1996).

De modo geral, as principais características do paradigma tecnológico são: a informação como matéria-prima (tecnologia agindo sobre as informações); penetrabilidade dos efeitos; lógicas das redes; sistemas de redes flexíveis; crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado e o seu caráter globalizado.

Por uma economia global entende-se que ocorre uma organização em escala global ou mediante redes de conexões entre os diversos agentes econômicos. Diferentemente de outras economias mundializadas, o informacionalismo é uma economia nas quais os componentes centrais conseguem operar em tempo real, ou escolhido e em escala planetária.

Por redes, entende-se que essa nova economia opera via uma rede global de interação entre redes empresariais. As redes constituem a nova morfologia social, na qual modificam as formas de produção e experiência de poder e cultura. Essa forma de organização da sociedade, apesar de ter existido entre outros tempos e espaços, ganha força e penetra em toda a estrutura social a partir do novo paradigma de tecnologia da informação. Mas especificamente, as redes são um conjunto de “nós” interconectados. O “nó” é um ponto no qual uma curva se entrecorta, cada “nó” será especificado conforme o tipo de cada rede da qual faz parte (Castells, 1996).

Essas redes, como unidade de análise da estrutura da sociedade da informação, têm um papel preponderante na dinâmica de transformação e dominação. Isso, pois, a primazia das redes, como morfologia social, opera sobre a ação social. Desta forma, as redes se formam de acordo com um conjunto de interesses, que passam a influenciar interesses coletivos (Duff, 2023).

Essas transformações impulsionaram novas formas de organizações da economia. Tudo leva a argumentar que a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento de informação e Know-how tecnológico, como principais fontes de produtividade e competitividade. Em grande medida, a nova economia é estruturada em redes de fluxos financeiros (Castells, 1996).

Os mercados financeiros se apresentam como núcleo globalizado dessa nova economia. Esse mercado é constituído pelo comércio internacional, produção internacional, e mão de obra especializada. No que diz respeito à mão de obra especializada, Bell (1980) ao retratar a sociedade pós-industrial, chamou atenção para a ascensão de uma nova classe de trabalhadores, que apesar de serem assalariados, não são considerados operários. O autor estava falando da classe de trabalhadores especializados em conhecimento científico e técnico.

Já Castells (1996) avança nessa discussão, retratando uma classe que surge a partir de conhecimento ligado à informação e conhecimento, que usam a criatividade, o empreendedorismo e a inovação como matérias-primas. Uma classe criativa de trabalhadores que possuem habilidades diferenciadas por meio de um trabalho inteligente e coletivo (Ampuja; Koivisto, 2014).

No que diz respeito ao papel do Estado diante dessa nova conjuntura, Bell (1973) defende que existe uma subordinação da economia à ordem política ao se analisar a sociedade

pós-industrial. Já Castells (1996) defende que o Estado não é o centro comandante do desenvolvimento da sociedade da informação, apesar de ainda ser detentor de poder. Mas, a economia global opera sob a égide dessas redes de dominação, inclusive do sistema de comunicação e de mídias e de redes de influências de interesses próprios (Ampuja; Koivisto, 2014). Isso porque a estrutura das redes é um sistema aberto, dinâmico e propício à inovação. Nessa dinâmica, integram instituições financeiras, mercados e governos.

Assim, o paradigma da tecnologia conseguiu se consolidar a partir das mudanças e adaptações nas formas como esses atores interagem, e o papel do governo é preponderante como principal instituição reguladora. Contudo, os fatores que contribuíram para que o informacionalismo ganhasse força e penetrasse em todas as áreas da vida humana foram os processos de desregulamentação dos mercados, privatização, liberalização de comércio e investimento, que contribuíram para uma economia globalizada (Duff, 2023).

Ademais, no âmbito das organizações, observam-se mudanças estruturais. A exemplo de trabalhadores e empresas voltadas à flexibilidade, adaptabilidade, cultura da desconstrução, processos instantâneos, cultura e valores voltados ao encorajamento dessas novas dinâmicas. Toda essa mudança organizacional propicia a criatividade, fator preponderante dessa nova economia (Duff, 2023).

Essas mudanças políticas e ideológicas na sociedade, que acabaram por influenciar as organizações, são uma resposta à conjuntura neoliberalizante como projeto político do capitalismo globalizado (Ampuja; Koivisto, 2014). O informacionalismo não rompe com o sistema capitalista, pelo contrário, se apresenta como uma modalidade capaz de responder às mudanças, tecnologias e avanços em termos de conhecimento, no qual se intensifica em meio ao período financista do capital.

Nesse sentido, o capital passa a funcionar globalmente, por meio de uma unidade de tempo real, mas, ao contrário da sociedade industrial, ele é percebido, acumulado e investido no âmbito da circulação. O papel das redes globais de capital é ponto central da acumulação numa sociedade informacional. Pois é por meio dessas redes globais que o capital está centralizado, seu papel não é produzir para gerar mais acumulação, mas investir em diversos setores da economia, geralmente os mais rentáveis, para o fluxo financeiro voltar para a Meta rede global de capital. De modo geral, as redes globais de capital dependem da produtividade, competitividade e tecnologias geradas pelas empresas em diversos setores, nos quais foram investidos, para o dinheiro circular em seus espaços de transações (Castells, 1996).

A classe capitalista emanada dessa nova ordem está acima da classe de grupos capitalistas tradicionais, mas é uma rede de capital global, nos quais seus movimentos

determinam e influenciam as sociedades. São exemplos dessas redes grandes instituições financeiras e empresas de serviços que os auxiliam, redes de políticas de grandes governos de países desenvolvidos, sistemas de comunicação e mídia, grandes grupos de empresas ligadas à tecnologia. As redes de empresas no leste asiático são outros exemplos. No Japão, as redes que comandam outras empresas são chamadas de *Kabushiki Mochai* e englobam redes horizontais (*Kigyo Shudam*) e redes verticais (*Kaisha*). Na Coreia são as *Chaebol*, na China são empresas familiares (*Jiazhuqiye* e *Jitunqiye*) (Castells, 1996).

Nas palavras de (Castells, 1996, p. 570) essas redes são uma “entidade capitalista coletiva sem rosto, formada de fluxos financeiros operados por redes eletrônicas”. Essas Meta redes, cada vez mais globalizadas e sem uma personificação que permitam a interação entre homem e mercado, leva algumas características. Um deles é o trabalho altamente individualizado, apesar de ser global. Por meio dos fluxos entre as redes, a produção se dá em escala global, mas fragmentada em localidades de diversos espaços geográficos e de tempo no âmbito das redes.

Isso porque, a amplitude das redes é infinita, e não depende de fatores como aproximação geográfica, temporal, política e ideológica para as transações ocorrerem. Os processos são executados em tempo real, com auxílio das tecnologias das informações, nos quais permitem maior impessoalidade e individualismo nos procedimentos de trabalho. De modo geral, as relações entre redes são globais, mas o trabalho é regionalizado (Castells, 1997).

A Sociedade em Rede está expandindo-se cada vez em um ritmo mais acelerado à escala global, devido à combinação entre a mudança tecnológica, mudança cultural e mudança institucional. Observam-se novas formas de organizações da sociedade, diferente das anteriores. Isso inclui a penetração das tecnologias de informação cada vez mais na vida das pessoas, as quais espalharam a lógica da rede de forma onipresente. Também, os movimentos sociais ganharam força através dos mecanismos de comunicação. Por outro lado, essa construção social de dominação gera cada vez mais distanciamento social. Tanto entre indivíduos, quanto grupos e setores menos valorizados. Esses atores não são reconhecidos nas redes, e operam como fantasmas (Castells, 1997).

Porém, como as redes são seletivas de acordo com os seus programas específicos, e porque conseguem, simultaneamente, comunicar e não comunicar, a sociedade em rede difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De facto, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afetada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social (Castells, 2005).

Castells (2023), ao revisitar sua Teoria da Sociedade em Rede, enfatiza o papel disruptivo das mídias sociais e a autonomia das redes sociais formadas por esse tipo de comunicação, frente às empresas de comunicação social tradicionais e aos governos. A exemplo da Google e Facebook (atualmente o Meta), nos quais se tornaram potências oligopolizadas. Também a tendência de regresso do Estado forte. Analisa isso, após evidências de crise nas democracias liberais e crescimento de governos mais centralizadores como a China. Ao mesmo tempo, esse Estado operando em rede, Estado-Rede, volta como sede de poder e está mais poderoso, e conta com o papel das tecnologias de controle e vigilância.

Assim, de acordo com Castells (2023, p. 944), “o Estado utiliza a lógica da Sociedade em Rede para aumentar a dominação através da vigilância, uma vez que todos vivem em redes digitais”. Esse poder do Estado, reinventado pelas tecnologias de informação, conduzi-los a uma mudança na geopolítica, nos quais Estados vivem uma incessante disputa cibernética. Observa-se uma globalização diferente da que vinha sendo praticada, pois os Estados-Rede passam agora a disputar por seus espaços de forma regionalizada.

As mudanças tecnológicas, culturais e institucionais inserem novos atores no processo de transformação da sociedade. São exemplos as novas redes de mídias sociais e internet, movimentos sociais e contra sociais (Castells, 2023). Esses novos atores surgem em decorrência do processo de inclusão e exclusão no âmbito das redes. As elites dominantes gravitam em torno do poder, da riqueza, da cultura e da capacidade comunicativa. As Meta redes, como já apontado, excluem cada vez mais atividades que não são relevantes economicamente. Por outro lado, a grande parte dos não envolvidos nas tramas das Meta redes, apresentam-se carentes de capacidade institucional que os represente.

Para a imensa maioria dos humanos, carentes de capacidade institucional de ação sobre os programas que governam tais redes, o sentido de suas vidas provém de sistemas culturais específicos construídos por uma experiência comum: seus territórios, idiomas, suas culturas e histórias próprias, seu grupo étnico, sua nação, sua religião. A lógica das redes penetra nessas comunas culturais sem chegar a dissolvê-las. Porque quanto mais abstrato se torna o sistema de poder articulado nas redes, mais a defesa do direito a ser se refugia em identidades irreduzíveis às lógicas dominantes (Castells, 2018, p.97).

Isso, pois o Estado Nação Moderno enfrenta uma crise de legitimidade política e institucional. Perdendo seu poder de representatividade, funciona a serviço dos interesses dos grupos com acesso exclusivo ao poder (Castells, 2018). Ao mesmo tempo, observa-se a volta de um Estado, mas agora em rede e forte, mas em um momento em que seu modelo de governar apresenta-se desacreditado por grande parte da população. Essa relação de Rede e identidade,

Castells (1997) trata da Rede e do Eu, desenvolvendo que ao poder da Rede opõe-se o poder da Identidade.

Castells (1996) havia observado que, no processo de globalização, fortalecimento do capital financeiro, desregulamentação institucional e enfraquecimento político, o Estado-Nação havia perdido espaço para as grandes redes de capital global. Em meio a isso, as reformas neoliberais haviam tomado conta de grande parte dos governos, a partir do final dos anos de 1980, fazendo com que a atuação dos Estados fosse minimizada.

No entanto, o modelo de capitalismo financeiro, globalizado e neoliberalizante se mostrou inconsistente em suas propostas. Isso se intensifica em 2008 com uma das maiores crises financeiras e recentes, nas quais os governos precisaram ocupar as lacunas deixadas pelo capital e dos escândalos financeiros, a fim de conter os danos da crise. Como no Brasil com políticas expansionistas na década de 2010 (Carvalho, 2015). Nos Estados Unidos, com o governo Obama, que aumentou o gasto público, sobretudo em infraestrutura, educação e inovação (Castells, 2018). A pandemia veio para selar essa inconsistência de uma ideologia que vinha sendo empregada nesse novo tipo de capitalismo.

Assim, o que se apresenta atualmente, é a volta não do Estado Nação, como a economia industrial. mas, um Estado-Rede, mais forte, e em busca por disputas territoriais e dominância tecnológica. Se torna um espaço de disputas cada vez mais complexo e heterogêneo, no qual age por intermédio de suas políticas públicas.

Em uma economia em rede, a produtividade está intrinsecamente ligada ao nível de formação, ao desenvolvimento da criatividade e à melhoria contínua das práticas empresariais. Castells (2005), ao analisar a sociedade europeia, constatou que o desenvolvimento dessas práticas foi comprometido, pois alcançar seu potencial requer combinar iniciativas e setores diversos, como tecnologia, negócios, educação, cultura, reestruturação espacial, desenvolvimento de infraestruturas, mudança organizacional e reforma institucional. É na sinergia entre esses processos que as ações conseguem transformar os mecanismos da sociedade em rede. Do ponto de vista teórico, a sociedade em rede sustenta seu crescimento baseado na produtividade decorrente da inovação (Himanen, 2006).

Do ponto de vista político, Jorgensen e Khuong (2005) destacaram o ressurgimento da economia norte-americana na década de 1990, atribuindo um papel crucial ao investimento em TI, especialmente nos desenvolvimentos da tecnologia de semicondutores. Esses avanços não apenas impulsionaram o crescimento econômico, mas também moldaram a paisagem empresarial e tecnológica global. Paralelamente, Fountain (2005) introduziu o conceito de “Estado Virtual”, descrevendo como a digitalização da informação e da comunicação está

transformando as estruturas e processos do Estado, possibilitando a colaboração entre entidades governamentais, organizações não governamentais e empresas privadas.

Katz, Rice e Acord (2005) destacaram o potencial da internet e dos sistemas móveis na área da saúde, fornecendo acesso rápido a informações médicas e melhorando a eficiência dos cuidados de saúde. Essas perspectivas destacam o papel transformador das TI na economia, na governança e na prestação de serviços, apontando para um futuro cada vez mais digital e interconectado. Essas são apenas algumas das contribuições das TIs na atuação governamental, tendo em vista que esse fenômeno vem avançando ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido, o setor público atua como um importante ator por meio de políticas públicas que podem deliberar e/ou apoiar as estratégias para difusão das potencialidades da economia da sociedade em rede (Castells, 2006).

Isso porque a sociedade em rede é um fenômeno estrutural que engloba dimensões políticas, econômicas, tecnológicas, institucionais, sociais e culturais. Por ser global, algumas tendências foram apontadas como marcadores para a sociedade da informação. Himanen (2006) destaca algumas delas: Aumento da competitividade internacional nos impostos; A nova divisão global do trabalho; Envelhecimento da população; Pressões crescentes na sociedade do bem-estar; A segunda fase da sociedade da informação; A ascensão das indústrias culturais; A ascensão das bioindústrias; Concentração regional; Uma divisão global mais profunda; A propagação de uma cultura de emergência.

Fazendo um recorte das tendências globais, essa pesquisa estuda o fenômeno da economia criativa, além da ascensão das indústrias culturais. Destaca-se que a perspectiva teórica da sociedade da informação é a mais relevante para analisar o fenômeno da economia criativa, considerando a criatividade, inovação e conhecimento como principais impulsionadores do desenvolvimento nas economias contemporâneas. Através dessa abordagem, é possível observar novos comportamentos culturais emergentes em uma sociedade informacional, bem como novas formas de economia e fatores de produção.

Além disso, a vertente de Castells se destaca por ser uma das mais completas para a pesquisa em questão. Isso porque permite a identificação tanto de fatores culturais e sociais quanto políticos e institucionais em uma sociedade da informação, na qual a economia criativa surge como um fenômeno que ganhou destaque desde o final do século XX e início do século XXI.

Para Castells, as identidades na era da informação podem assumir formas de legitimação, resistência ou projeto, sendo atualmente marcadas por uma condição cada vez mais fluida, relacional e dinâmica. Em *Redes de indignação e esperança*, o autor aprofunda essa

análise ao demonstrar como as tecnologias digitais e as redes de comunicação em tempo real possibilitam a emergência de identidades coletivas construídas a partir da experiência, da emoção e da ação conectiva, especialmente em contextos de contestação social. Essas identidades são formadas e reconfiguradas em ambientes híbridos, que articulam o espaço físico e o digital, evidenciando uma cultura da virtualidade real, na qual os sentidos são permanentemente disputados (Castells, 2013).

Essa leitura dialoga com contribuições anteriores desenvolvidas em parceria com Peter Hall, em *Las tecnópolis del mundo*, onde Castells já apontava para a centralidade das infraestruturas territoriais de inovação, dos sistemas produtivos locais e da articulação entre conhecimento, tecnologia, instituições e cultura. Nesse trabalho, os autores demonstram que redes econômicas e tecnológicas não se organizam de forma homogênea, mas se ancoram em territórios específicos, dotados de capacidades institucionais, trajetórias históricas e culturas locais que condicionam seus resultados. Tal abordagem antecipa debates contemporâneos sobre ecossistemas de inovação, economia criativa e governança em rede (Castells, 1994).

Ao atualizar sua análise, Castells chama atenção para a transição da sociedade em rede para um contexto marcado por plataformas digitais, algoritmos e mídias móveis, no qual o poder passa a operar de forma mais opaca e centralizada nas infraestruturas técnicas. Essa transformação impulsiona uma nova geração de estudos que desloca o foco da simples conectividade para a infraestrutura da rede, seus códigos e lógicas de controle (Castells, 2013).

Assim, tanto em *Redes de indignação e esperança* quanto em *Las tecnópolis del mundo*, observa-se uma preocupação convergente com a relação entre estrutura tecnológica, território, cultura e ação coletiva, oferecendo bases analíticas fundamentais para compreender como sujeitos, organizações e políticas públicas são modulados, organizados e governados no ambiente técnico-social contemporâneo, especialmente no campo da economia criativa, que depende simultaneamente de redes globais e de ancoragens territoriais locais.

Nesse campo, destacam-se contribuições como as de Srnicek (2017) e van Dijck, Poell e de Waal (2018), ao analisarem o capitalismo de plataforma; Zuboff (2019), com o conceito de capitalismo de vigilância; Noble (2018), ao discutir os vieses algorítmicos inscritos nos sistemas algorítmicos; além de estudos sobre trabalho fantasma, empreendedorismo criativo e trabalho digital, desenvolvidos por autoras como Roberts (2019) e Duffy (2017). Esses aportes constituem atualizações fundamentais à obra de Castells, ao aprofundarem a compreensão das formas contemporâneas de poder nas redes, hoje centralizadas em plataformas opacas, mediadas por algoritmos e sustentadas por regimes de trabalho ubíquos.

Assim, essas abordagens oferecem ferramentas analíticas relevantes para compreender como os sujeitos são modulados, classificados, explorados e governados no ambiente técnico-social pós-plataformas, ampliando a tipologia clássica da sociedade em rede e permitindo uma leitura mais crítica das dinâmicas contemporâneas de poder, cultura e economia digital.

Plataformas digitais, algoritmos de recomendação e mídias sociais tornaram-se novos espaços de arena política, reconfigurando a formação de agendas, a mobilização de interesses e a própria implementação de políticas. Surge, assim, um novo campo de estudos que investiga as políticas públicas na era digital, onde conceitos como governança de dados, regulação algorítmica, soberania digital, e ecossistemas de inovação passam a ser centrais.

Nesse cenário, o Estado mantém seu papel de garantidor último, mas vê-se obrigado a atuar como articulador, regulador e habilitador dentro de ecossistemas complexos e dinâmicos marcado pela lógica de fluxos contínuos e por atores com poder assimétricos, como as grandes corporações tecnológicas. O Estado é um nó importante nas redes de políticas públicas, mas não o único central, em um tecido dinâmico de criatividade, tecnologia e participação social.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo é apresentado o caminho teórico traçado até chegar na teoria de rede de política. Não se pretende aqui esgotar a análise do campo, mas apontar os principais estudos de interesses da pesquisa.

O campo das políticas públicas é interdisciplinar, envolve as ciências econômicas, organizacionais, políticas, jurídicas, entre outras. Qualquer tentativa de esgotar essas discussões apresenta-se limitada. Assim, para uma análise mais sistemática, os estudos podem ser associados àqueles que fazem uma visão geral e trazem modelos e tipos de políticas, estudos que se enquadram na formação da agenda, na elaboração da política, formulação da política, implementação, execução e dos novos arranjos.

Isso não significa que os estudos podem estar inseridos em mais de uma fase da elaboração da política. Também não significa dizer que os estudos acompanharam uma linha cronológica gradual, mas que muitos estudos estavam ocorrendo concomitantemente e com abordagens distintas ou até similares.

Para fins desta pesquisa, foram identificados os principais autores e teorias que contribuíram para a construção do que se convencionou chamar de teoria da rede de políticas. Em seguida, são apresentados os principais desdobramentos dessa teoria, em termos epistemológicos e teóricos. Também são apresentados os desdobramentos recentes sobre a governança no âmbito das redes de políticas. Por fim, é discutida brevemente sobre a governança pública no Brasil.

2.2.1 DESDOBRAMENTOS DOS ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

A palavra política traz consigo diversas significações, o que em um primeiro momento pode parecer redundante quando acompanhada da palavra pública. Uma possível causa pode ser o fato de a própria palavra política derivar do grego *polis*, que se refere à cidade e à vida pública.

Para Secchi, Coelho e Pires (2019) existe uma diferença entre Polity, Politics e Policy.

A Polity compreende as instituições políticas, abarcando o ordenamento do sistema político, delineado pelo sistema jurídico, e à estrutura organizacional político-administrativa. A Politics representa a dinâmica política, envolvendo as gramáticas – no entendimento de formas de se fazer política – que norteiam as decisões e definem os conteúdos a partir dos interesses dos atores. A Policy é a materialização de uma diretriz política, referindo-se à tradução dos propósitos/ valores políticos em agendas governamentais (ou organizacionais) que, por sua vez, são materializadas em ações públicas (Secchi, Coelho; Pires, 2019).

Heidemann (2014) destaca cinco concepções do uso da palavra política. O conceito clássico de Aristóteles ver a política como tudo que engloba a vida das pessoas em sociedade, organizações e as relações sociais que surgem da interação entre as pessoas e seu contexto. Também pode ser vista como conjunto de métodos, processos e técnicas usados para influenciar as pessoas e para o exercício do poder. Outra visão da política a concebe como a arte de governar o bem público e com isso a busca do bem comum.

O Estado, de forma pragmática, atua na sociedade mediante políticas. Nesta concepção, a política é entendida como conjunto de ações, práticas, diretrizes, fundadas em leis, para exercício do Estado e de seus governos. Para fins de estudo e investigação sobre fenômenos associados à regulação da vida em sociedade, a política pode ser concebida como teoria política (Hiedemann, 2014).

Desta forma, a palavra política pública, articulada com a visão pragmática da política, pode ser concebida como sendo um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade (Saraiva, 2006a). Para Howlett, Perl e Ramesh (2013), a política pública é adotada por um conjunto de decisões inter-relacionadas por um ator ou demais atores envolvidos para buscar objetivos e meios para alcançá-los.

Souza (2003, p.10) define política pública como “conjunto de medidas que um formulador de políticas decide ou não adotar para resolver um problema que se distingue por impactar uma coletividade”. Assim, para entender o que pensam seus formuladores, é preciso analisar a natureza dessa política pública, para tanto estabelece cinco características. 1) a existência de um ou mais propósitos reconhecidos e objetivos declarados que, entre outras coisas, contribuem para colocar cada política em um setor específico; 2) a disposição de um conjunto de recursos e instrumentos para alcançar esses objetivos; 3) a política pública está, preferencialmente, baseada em uma teoria preexistente; 4) referir-se a um interesse público específico; 5) há uma autoridade pública que decide ser o garantidor da política, tendo também poder de coerção (Souza, 2003).

O estudo das políticas públicas remete às iniciativas de problematização no âmbito da administração pública. Apesar de no século XIX já existirem estudos da administração pública enquanto disciplina, só a partir da Primeira Guerra Mundial que a visão do gestor público como formulador de políticas públicas e não simplesmente um executor de políticas passou a ser explorada (Fischer, 1993). Mas foi a partir da década de 1950 que o campo da política pública passou a ser desenvolvido pontualmente. Laswell (1951) é considerado o precursor de estudos que buscavam modelos para o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Laswell (1951) introduziu *policy analysis* (análise de política pública) na tentativa de conciliar o conhecimento acadêmico com a aplicação das políticas públicas. Seus estudos dão início às análises dos processos de políticas públicas, também, considerado como marco inaugural do campo. A partir dele, outros trabalhos buscaram entender a política como um processo, ou mais comum atualmente, como um ciclo de políticas públicas.

A perspectiva do processo das políticas públicas destacada nesta pesquisa enfatiza a composição de etapa das interconectadas que descrevem o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas governamentais. Para Xu *et al.* (2014) argumentam que a compressão do processo de políticas públicas (*policy processes*) auxilia os gestores a superarem as barreiras que prejudicam o referido processo. Na literatura nacional Secchi (2013) compreende como o ciclo de políticas públicas. O quadro a seguir expõe o processo de políticas públicas de acordo com Xu *et al.* (2014).

Quadro 1- Processo da política pública

Fase	Descrição
Definição de agenda	A definição de agenda diz respeito ao processo pelo qual os governos decidem quais questões precisam de sua atenção. Ela enfoca, entre outras coisas, a determinação e definição do que constitui o “problema”, que ações de política pública subsequentes são destinadas a resolver.
Formulação de políticas públicas	A formulação de políticas públicas se refere ao processo de gerar um conjunto de escolhas de políticas plausíveis para resolver problemas. Nessa fase do processo, uma gama de potenciais escolhas de políticas é identificada e uma avaliação preliminar da sua viabilidade é oferecida.
Tomada de decisão	A tomada de decisão é a função de política pública em que se decide tomar um curso de ação (ou não ação) para tratar de um problema de políticas.
Implementação de políticas públicas	A implementação ocorre na fase do processo de políticas públicas em que as decisões de política pública se traduzem em ações. Ela é considerada uma das etapas mais difíceis e críticas no processo de políticas para os gestores públicos – a fase em que qualquer deficiência na concepção das políticas ou quaisquer vulnerabilidades relacionadas ao ambiente externo se tornarão visíveis.
Avaliação de políticas públicas	A avaliação de políticas públicas refere-se amplamente a todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais e sociais com o intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro.

Fonte: Retirado de Xu *et al.*, (2014)

Nesta mesma vertente, Simon (1957) desenvolve uma abordagem racionalista para as políticas públicas, conhecida como racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*). O autor argumenta que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Contrastando as visões de Laswell e Simon, Lindblom (1959) elabora

uma perspectiva instrumentalista. Essa visão, via a política pública tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o qual não teria necessariamente um fim ou um princípio (Heidemann; Salm, 2014).

Etzioni (1967) desenvolve uma abordagem mista. Argumenta que a abordagem racional é utópica e que não consegue identificar os recursos necessários em um processo de decisão. Já a instrumentalista não considerava o contexto nos quais as decisões são tomadas, nem as oportunidades relevantes de inovação. Desta forma, a sondagem mista, seria um modelo hierárquico de decisão, nos quais concilia decisões de ordem superior e inferior (Etzioni, 1967).

Já Lowi (1972) desenvolve os tipos de políticas públicas, amplamente conhecidas na literatura. São elas, políticas distributivas (visa a concessão de benefícios a um determinado grupo, sem de certa forma gerar custos diretos); políticas redistributivas (nesse caso existe um deslocamento consciente de recursos diretos para grupos ou camadas da sociedade); regulatórias (este tipo de política é estabelecido na imposição de normas, ordens, proibições, decretos e portarias para regular o comportamento dos indivíduos e de certas questões na sociedade). Constitutivas (esse tipo de política exige modificações constitucionais, organização de poderes públicos e da administração pública e as condições gerais pelas quais as três políticas anteriores são gerenciadas).

Uma série de modelos de análise de políticas públicas foram desenvolvidos por Dye (2005). São modelos menos sofisticados e com poucas capacidades explicativas (Heidemann; Salm, 2014). Dentre eles estão modelos (institucional, de processo, de grupos, de elite, racional, incremental, teoria dos jogos, opção pública e sistêmico). Outras formas de análise são encontradas na literatura, como o modelo de “*garbage can*” de Cohen, March e Olsen (1972); *Coalizão de defesa*, desenvolvido por Sabatier e Jenkins-Smith (1993); *Modelo do “equilíbrio interrompido*, elaborado por Baumgartner e Jones (1993). Esses são alguns dos modelos que influenciaram uma tradição de pesquisa em políticas públicas e que ainda auxiliam na compreensão de modelos atuais (Heidemann; Salm, 2014).

Muitos destes modelos de análise são ainda influenciados pela análise de ciclo da política apontada por Laswell (1951). Essa abordagem oferece uma análise linear da política e é frequentemente contestada na literatura. Porém, alguns autores a recorrem para ilustrar as diversas abordagens e modelos que se desenvolveram no campo. Por exemplo, em alguns Handbooks essa divisão é utilizada, além de alguns livros como o de Saraiva (2006b).

Os primeiros estudos apresentavam um viés linear e outros posteriores um viés processual. Apesar da vasta literatura sobre análises das políticas públicas, os modelos que sustentam uma visão clássica da política pública veem a instituição governo como o único a

promover a serviços. A análise processual (não confundir com modelo de processos de Dye) da política influenciou uma série de estudos que contestavam a visão do ator racional, também das visões sobre racionalidade limitada, instrumental e mista. Essas abordagens, colocam o tomador de decisão em uma posição distinta, em alguns casos privilegiadas e em sentido bilateral. Os modelos de processos contestam essa visão, ao passo em que consideram que a formação das políticas é rodeada por muitos atores e ambiguidades (Klijn, 1998).

As políticas públicas, são desenvolvidas por uma ampla gama de atores como empresas privadas, ONGS, sociedade civil entre outros, apesar da responsabilidade última ser do Estado (Heidemann, 2019). A visão reducionista da política pública, no qual explica a realidade social a partir de uma das partes, não contempla a gama de relações complexas que envolve o processo de política pública. Além disso, a realidade é vista como um espaço de amplas possibilidades, não previamente determinadas (Ramos, 1996).

O modelo de múltiplos fluxos de Kingdon (1984) que tem influência do Cohen; Mach; Olson (1972) é um exemplo. Nele, o autor afirma que na fase de formulação da agenda ocorrem os fluxos de problemas, fluxos de decisões e fluxos políticos que abrem uma janela de opções que o tomador de decisão tem para a formulação da política pública.

A partir da década de 1970 surgiram os estudos que consideram a formulação das políticas como um processo de múltiplos atores que operam em conjunto (Sharpe, 1985; Rhodes, 1990). Como uma forma de contextualizar os modelos processuais anteriores, essas abordagens destacam o papel das redes interorganizacionais (Klijn, 2008). Nesse sentido, as redes de diversos atores sociais permitem a articulação entre várias ordens sociais locais, ao passo que as redes de ação pública transcendem as instituições. Assim, é notório que no trabalho em rede “os vários grupos de interesse relevantes, os formuladores de políticas públicas e pesquisadores muitas vezes têm um amplo conhecimento dos problemas de políticas e dos potenciais soluções, e podem oferecer uma valiosa fonte de informação e conhecimento” (Xu *et al.* 2014, p.72).

Assim, as redes de políticas públicas são um conjunto de organizações conectadas entre si devido à dependência dos recursos (Rhodes; Marsh, 1992). São as interações dos atores sociais e governamentais, por meio de práticas formais e informais, que dão origem à política. São constituídas por atores ligados por relacionamentos e entendimentos, que colaboram para atingir objetivos (Bevir; Richards, 2009a).

De modo geral, as novas configurações e arranjos políticos deram início aos estudos e teorias e abordagens sobre as redes de políticas públicas. A maior parte da literatura utiliza o termo redes de políticas — policy network.

Contudo, a visão clássica de policy networks, desenvolvida no final do século XX, é desafiada e ressignificada no contexto contemporâneo pela revolução digital e pelo advento da sociedade em rede (Castells, 2013). As interações entre atores não se dão apenas em fóruns formais ou por relações institucionais tradicionais, mas são mediadas, amplificadas e, por vezes, distorcidas por infraestruturas tecnológicas globais.

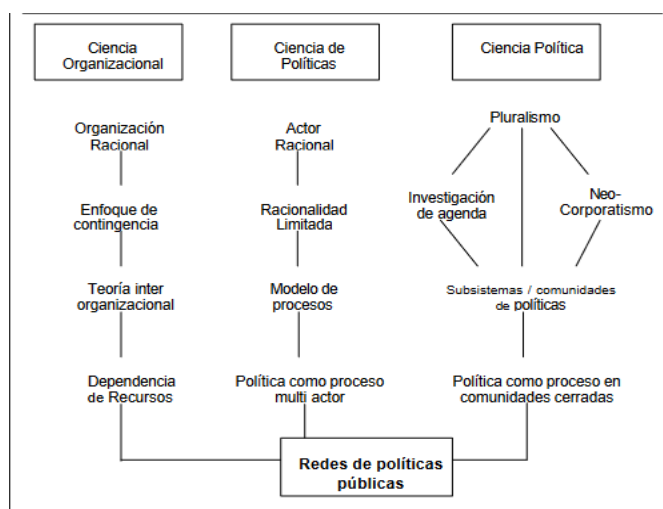
Acredita-se que para um estudo das políticas públicas atualmente, faz-se necessário enfatizar a governança em rede na era digital. Isso exige não apenas entender os atores e seus recursos, mas também as infraestruturas técnicas que moldam suas interações, as narrativas que circulam em alta velocidade e as novas formas de cidadania e controle social.

2.2.2 REDES DE POLÍTICAS

Apesar dos estudos de redes de políticas se intensificarem a partir do final da década de 1990, seu conceito já era visto na década de 1970. Sharpe (1985) já alertava que a análise de política deveria ser direcionada às redes interorganizacionais, nas quais as decisões são tomadas. Os estudos clássicos das políticas públicas não descartam a existência de redes, porém elas não eram colocadas como principais elementos para o processo de formulação das políticas.

Klijn e Koppenjan (2000) definem as redes de políticas como padrões formais e não formais de relações sociais de atores interdependentes que buscam solucionar um problema comum ou estabelecer um programa. Assim, entendimento de redes de políticas recebe influências da ciência organizacional, da ciência política e da ciência política, conforme o esquema apresentado por Klijn (1998).

Figura 1- Raízes teóricas das redes de políticas públicas



Fonte: Retirado de Klijn (1998)

Na figura anterior, foi analisado o caminho dentre as ciências políticas nos quais as abordagens sobre as redes de políticas se originaram. De forma enfática, os modelos de processo desencadearam essa tradição de pesquisa.

No âmbito da ciência organizacional, as abordagens das redes de políticas derivam da Teoria interorganizacional. Essa abordagem surge a partir dos anos de 1960, e tem influência na sociologia organizacional. Seu foco nos relacionamentos organizacionais. O núcleo dessa teoria é a dependência de recursos. Teoricamente, as organizações operam em redes interorganizacionais como uma estratégia de sobrevivência perante a dependência de recursos que apresentam (Klijn, 1998).

A partir da ciência política, são discutidos como o contexto influencia o processo de política. As bases conceituais herdadas da ciência política vêm da contestação de duas abordagens opostas da relação Estado-sociedade. A pluralista e elitista (corporativismo) (Saraiva, 2006b). Para os pluralistas a arena política é aberta aos diversos grupos organizados que queiram participar. Similar ao mercado, a arena política era vista como um espaço de negociação para diferentes atores com diferentes interesses. Já os elitistas viam a arena política como fechada a grupo de interesses organizados, que possuíam privilégios perante o Estado e desempenham papel pertinente na formulação das políticas (Klijn, 1998).

O resultado das discussões sobre essas duas vertentes anteriormente citadas leva a uma abordagem de políticas, as quais são formuladas mediante um conjunto complexo de atores que interagem para atingir seus objetivos. Nessa linha, encontram-se estudos com nomenclaturas diferentes que derivam de regiões geográficas e pensamentos diferentes sobre o processo de formulação de política através das redes. Perspectivas chamadas de neocorporativistas, comunidade de políticas, subsistemas, triângulo de ferro, comunidades epistêmicas, redes temáticas, sub governos, rede de problema, governança e redes de políticas públicas.

De acordo com Allison (2009), esses termos são apenas variações do conceito de redes de políticas públicas. Já Aldrich e Whetten (1981) fazem distinção entre redes, conjuntos e grupos. Para esses autores, as principais características das redes de políticas são: elas existem devido à interdependência entre os atores, são constituídas por uma infinidade de atores cada um com seus objetivos e as relações entre os atores que a compõem são mais ou menos duradouras (Aldrich; Whetten, 1981).

As diversas variações de termos não são apenas formas distintas de nomear as redes, que variam de correntes de estudos. Mas, as redes de políticas são um contexto amplo que inclui diferentes formas de organização de atores em rede. Rhodes e Marsh (1992) citam pelo menos cinco: comunidades de políticas, redes interorganizacionais, rede profissional, rede de produto

e rede de problemas. Assim, as redes de políticas fazem parte da intermediação de grupos de interesses.

Em termos conceituais, a abordagem das redes de políticas públicas é constituída devido à articulação processual de diversos atores na formulação das políticas, que se organizam em grupos ou unidades de atores com objetivos semelhantes, ou seja, não operam sozinhos, mas colaboram devido à dependência de recursos de diversas naturezas.

No entanto, a literatura ainda não é consensual considerando a rede de política pública como teoria. Dowding (1995) defende que a abordagem das redes de políticas não possui embasamento teórico se tratando de uma explicação vaga, de caráter metodológico. Além disso, o autor defende que a abordagem não possui evidências empíricas que a sustentam como teoria.

Marsh e Smith (2000) discordam de Dowding (1995), enquanto defendem que, apesar de essa abordagem carecer de pontos que precisam ser melhorados, apresentam subsídios suficientes para dissolver uma estrutura explicativa útil. Além disso, a abordagem das redes de políticas apresenta um desenvolvimento próprio, com diversas correntes epistemológicas e evidências empíricas.

2.2.3 ABORDAGENS DAS REDES DE POLÍTICAS

Para os teóricos que enxergam o mundo pela ótica das redes, o processo de formulação de políticas e a governança não poderiam ser diferentes. Desta forma, as teorias que formam a abordagem da teoria da rede de política formam um empreendimento crítico e analítico (Enroth, 2011). Esse campo contribuiu para um subcampo da ciência política, incluindo implementação, relações intergovernamentais, grupos de interesse, governança e políticas públicas (Bevir; Richards, 2009b).

No quadro 2 são apresentadas as principais abordagens que desenvolveram o campo da teoria de redes de políticas. Cada uma apresenta desenvolvimento próprio com suas respectivas teorias e métodos.

Quadro 2- Abordagens da Teoria das redes de políticas

Tempo	Ênfase	Abordagem	Descrições gerais
Pré-história		Anglo- Americana	<ul style="list-style-type: none"> - 1978-1990; - Visão de redes como um continuum -Foco na interdependência e relações interpessoais. -Redes como mediação de interesses - Principais expoentes: Heclo, Ripley e Franklin.

Desdobramentos recentes	Descrever	Escola da Governança Anglo	<ul style="list-style-type: none"> - 1990-2010 - Construir tipologias das redes; - Teorias de métodos de como governar a sociedade; - Mudança do termo governo para governança; - Foco nas relações contratuais entre os atores sociais; - Forte influência da teoria da dependência dos recursos; - Estudos da Grã-Bretanha - Principal expoente: Rhodes
	Explicar	Instituto Max Planck	<ul style="list-style-type: none"> - Ênfase em explicar o processo de formulação de políticas públicas em redes - Forte influência do novo institucionalismo e teoria dos jogos. - Institucionalismo centrado no ator - Difere Escola da Governança Anglo por explicar como as redes são governadas pelos atores. - Principais expoentes: Scharpf, Mayntz, Kenis, Scheider.
	Gerenciar	Clube de Governança	<ul style="list-style-type: none"> - Redes de políticas como ação estratégica entre atores; - Não existe ator preponderante; - Estudos holandeses; - Perspectiva gerencial prescritiva não apenas descritiva; - Foco em encontrar novas formas de coordenação entre os atores - Principais expoentes: Kickert, Klijn, Koppenjan.
	Compreender	Abordagem Dialética	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica a abordagem do clube de governança; - Epistemologia realista crítica; - Forte influência da estruturação de Giddens; - Crítica a governança; - Principais expoentes: Marsh e Smith
	Interpretar	Abordagem Interpretativista	<ul style="list-style-type: none"> - Virada linguística/ interpretativa; - Redes como construções sociais por meio da capacidade dos indivíduos de criar resultados; - Ênfase nas tradições, crenças e dilemas; - Defende que os fatos institucionais e estruturais não condicionam a interação em redes; - Gestão da rede não é apenas uma prerrogativa do Estado; - Rejeita técnicas genéricas de gerir a governança; - Interpretativista e historicista. - Principais expoentes: Bervir, Rhodes.

	Reavaliar	Abordagem da participação e Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Em paralelo a virada linguística/interpretativa; - Foco na participação de democrática e responsabilidade política; - Foco na governança social; - Redefinição da Democracia; - Não buscar prescrever nem descrever, mas questionar sobre o papel da democracia no processo de formulação das políticas. - Principais expoentes: Bevir, Rhodes, Dryzek.
--	-----------	--	--

Fonte: Construído a partir de Enroth (2011)

As escolas de pensamento que desenvolveram o campo da teoria da rede de política apresentam epistemes, teorias e métodos diversos. Mas, entram em congruência na maioria das vezes, por considerarem três características centrais das redes: interdependência de recursos que os atores possuem reciprocamente, o que os limita a realizar seus objetivos sozinhos. Coordenação, como uma necessidade de auto-organização para atingir objetivos compartilhados. E pluralismo (não confundir com a corrente pluralista das ciências sociais). Nesse caso, as redes são mais ou menos autônomas em relação às demais redes e ao próprio Estado (Enroth, 2011).

Observa-se uma mudança de ruptura epistemológica entre as abordagens a partir do surgimento da abordagem dialética. Até então, as abordagens eram consensualmente positivistas, não existindo assim discordâncias epistêmicas. Os realistas críticos apresentam um modelo dialético que confronta as abordagens anteriores por não considerarem as relações dialéticas estruturais das redes com a agência, contexto e com os resultados (Marsh; Smith, 2000).

A virada interpretativista oferece também outro rumo para o campo. Para essa abordagem, as redes de políticas são criadas a partir das capacidades dos atores, que inseridos em contextos com diversas tradições, formulam as políticas a partir da construção de significados (Bevir; Richards, 2009a).

Os expoentes chamaram todo esse movimento de uma abordagem descentralizada. Porém, após críticas, reconheceram que a virada interpretativista vai além do que formularam como teoria descentralizada que existem outras visões da vida social. Desta forma, a teoria descentralizada é a mais utilizada pelos autores que se enquadram como humanistas sociais e tendo raízes no historicismo e humanismo (Bevir; Rodhes, 2012).

2.2.4 TEORIA DESCENTRALIZADA

Descentrada significa que a governança não é apenas controlada por um centro (Estado ou elite), mas ela emerge de ações e interações de diversos atores. Descentralizar significa desmembrar uma prática composta por crenças e ações diversas e incertas dos indivíduos. É uma forma de considerar as práticas como construídas por meio da capacidade dos indivíduos de criar sentidos (Bevir; Richards, 2009a). Com base na perspectiva da descentralização, a Teoria Descentralizada-TD tem como objeto de estudos as crenças diversas e contingentes dos agentes situados, para posteriormente explicar essas crenças através das tradições e dilemas (Bevir; Richards, 2009b).

As tradições são um conjunto de entendimento e crenças que os indivíduos recebem no processo de socialização. Essas tradições são o pano de fundo nos quais os indivíduos estão presentes e influenciam ações posteriores. Porém, os indivíduos não estão condicionados a essas tradições, mas podem romper e criar novos significados quando confrontados com dilemas novos (Bevir; Needham, 2017). Os dilemas são novos problemas ou situações que os indivíduos se deparam, que os fazem questionar crenças. Novas crenças vão surgir a partir das experiências dos indivíduos e/ou de reflexões teóricas, ou morais (Bevir, 2022).

A ruptura com tradições anteriores acontece devido à capacidade de agência criativa que os indivíduos apresentam, em um contexto social que os confere autonomia situada. O contexto não os define, mas influencia. O produto dessa agência individual gera novas tradições e, por assim dizer, novas práticas (Bevir, 2016).

No âmbito do Estado, as tradições seriam o conjunto de crenças herdadas sobre instituições e a história dos governos em determinado tempo e espaço. Essas tradições explicam como determinados governos moldaram e moldam os padrões de governanças das redes (Bevir; Rhodes, 2007) e como os formuladores criam suas políticas (Bevir, 2022).

Nesse sentido, a TD não se encarrega de oferecer um padrão genérico de ferramentas para orientar as redes, mas a intenção é definir ou redefinir problemas de novas maneiras. Isso se dá enquanto se conta histórias distintas aos formuladores de políticas sobre seu mundo e como ele é governado (Bevir; Rhodes, 2009).

As teorias empiristas modernas buscam explicar as redes por meio de uma lógica estrutural e os motivos gerais que designam seu sucesso ou fracasso. Essa abordagem acredita que o que justifica a formação das redes é a posição dos indivíduos e as estruturas sociais estabelecidas. A mudança seria explicada mediante fatores exógenos, como os fatores econômicos, ideológicos, entre outros (Marsh; Smith, 2000).

Diferentemente, a TD afirma serem as crenças e práticas, adotadas no contexto das tradições, que formam a natureza da rede. Ou seja, por questões endógenas (Bevir; Rhodes 2009). Isso não significa dizer que os fatores exógenos não tenham influência nas redes, porém, não definem exclusivamente sua natureza. Assim, a TD tem em vista fazer uma interpretação das narrativas nas quais os atores que compõem as redes se baseiam.

As premissas centrais da TD são: rejeita a noção de que é possível ter uma teoria abrangente de redes; argumenta que as estruturas não determinam a natureza das redes; refuta a visão de que as redes podem ser definidas por quaisquer propriedades essenciais. Além disso, para essa teoria, as redes são a orquestração de indivíduos com base em histórias e narrativas que ambos contam reciprocamente. Esse processo deve ser narrado e descrito o processo de como as redes mudaram. A governança de uma rede a partir dessa lente teórica dever-se-á primeiramente a partir de uma perspectiva *bottom-up* (Bevir; Rhodes, 2009).

Nesse sentido, o processo de políticas nas redes se dá via um padrão complexo e contínuo de interpretação, conflito e atividade, isso gera padrões de regra em constante mudança (Bevir; Rhodes; Weller, 2003). Os padrões de regra não são práticas definidas pelas estruturas que podem ser pensadas formas de gestão preditivas. Modelos, tipologias e correlações só podem fazer um trabalho explicativo se forem construídos a partir de narrativas.

Os expoentes desta teoria enfatizam que ela é utilizada para analisar fenômenos de conceito meso, preferencialmente. Além disso, permite fazer uma ligação entre teorias do macroestado e com o estudo de políticas particulares. Desta forma, essa teoria pode ser aplicada a estudos ao nível de Estado-Nação, como foi o caso do Bevir e Rhodes (2003), que analisaram as narrativas de governança britânica. Mas, também pode ser analisada ao nível de política, como o estudo de política de segurança de Bevir (2016) e a descentralização das redes de saúde (Bevir; Waring, 2020).

Na edição especial do Journal Public Administration (março de 2009), existe uma série de estudos que, ao analisar ações governamentais, se utilizam da descentralização, dentre eles estão. Hodgett e Deneulin (2009) estudaram as políticas de desenvolvimento humano na União Europeia. Poulsen (2009) fez um estudo para entender as transformações do governo dinamarquês e com isso a mudança de um governo comum para a governança. Needham (2009) faz análise das narrativas do consumismo no serviço público do New Labour.

Na edição especial: Descentralização da política social: narrativas, resistências e práticas do International Journal of Sociology and Social Policy (outubro de 2017), Bevir e Needham (2017) fazem um estudo de como as políticas sociais são construídas a partir de práticas contestadas a partir de narrativas de resistência política social na Grã-Bretanha. Wiggan

(2017) fez um estudo sobre a modernização nas tradições social-democratas britânicas e escandinavas. Warren (2017) estudou a política nacional do Nordeste da Inglaterra. West e Needham (2017) estudaram a política atual de estender os orçamentos pessoais aos idosos do Reino Unido. Já MacDonald (2017) refletiram criticamente sobre os debates e tensões atuais na governança da pesquisa no Reino Unido.

Estudos com a perspectiva descentralizada utilizam técnicas de análise textual e etnografias para realizar a análise das histórias e narrativas contadas pelos atores que compõem as redes e formulam as políticas. Na maioria das vezes, usam estudos de caso para evidenciar um fenômeno. Porém, argumentam seus expoentes que essa teoria é multimétodo e que pode possivelmente utilizar técnicas quantitativas, quando assim o fenômeno pedir (Bevir; Rhodes 2009). Por exemplo, as políticas de desenvolvimento precisam muitas vezes de indicadores numéricos para descrever o fenômeno (Hodgett; Deneulin, 2009).

De modo geral, analisar as ações governamentais a partir de uma ótica de descentralização é inspirar novas abordagens para os formuladores de políticas públicas com bases na construção e reconstrução de tradições, por meio de narrativas e histórias. Significa negar qualquer tentativa de generalização dos padrões de gestão dessas redes, pois se considera que a governança de cada rede é própria e reflete as tradições passadas e histórias contadas entre os atores. Assim, essa abordagem contesta o gerencialismo e modelos tradicionais de governar, ao passo que adota a abordagem da governança descentralizada.

2.2.5 GOVERNANÇA DESCENTRALIZADA

A governança diz respeito ao novo processo de governo, condição de regras alteradas ou nova forma como a sociedade é governada, envolve um processo de mudança (Bevir; Rhodes, 2003). Contudo, a governança das redes se refere aos padrões governamentais usados para gestão e processo de políticas no âmbito de um governo estruturado em rede.

De acordo com Bevir (2013b) a governança surgiu como resposta às crises do Estado modernista. Os principais dilemas enfrentados foram os desafios impostos ao corporativismo, a burocracia e ao bem-estar social. Duas grandes correntes separaram dois contextos da governança. Primeiro, a corrente inspirada pela racionalidade de mercado e o neoliberalismo. Essa corrente foi impulsionada pela onda neoliberal que via o papel do Estado como fragmentado e insuficiente. Desta forma, o Estado esvaziado, passou a operar de uma mudança hierárquica e burocrática, para uma governança em redes. O modelo da Nova Gestão Pública, influenciado por reformas gerencialistas no âmbito da administração pública, é uma marca dessa narrativa.

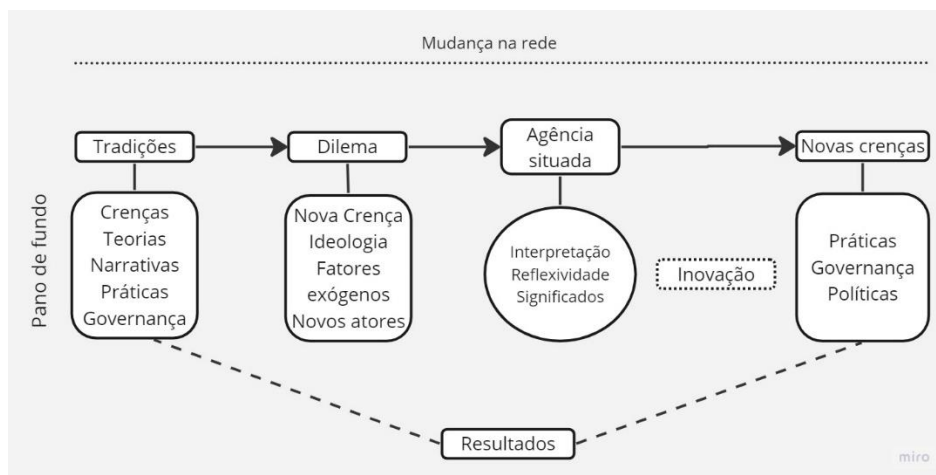
Uma segunda narrativa, a metagovernança, tem uma perspectiva diversa. Ao contrário da anterior, que via o Estado esvaziado, aqui observa-se uma reificação do executivo central. Reafirma-se o papel do Estado por meio de sua capacidade de coordenação e controle da governança. Nesta narrativa, o mercado é caracterizado em redes e parcerias, gerenciadas pelo Estado, por meio de instrumentos diretos e indiretos de negociação e controle social (Bevir, 2013a).

Bevir e Rhodes (2003) usaram a abordagem interpretativa para explorar a governança por meio de crenças, tradições e dilemas no governo britânico. Interpretaram quatro narrativas de governança. A Tory Wrecked se refere às instituições intermediárias nos quais buscam preservar a autoridade local. A narrativa liberal com foco na diminuição do tamanho do Estado. A Whig, que na visão dos autores seria um retorno à constituição orgânica. A Socialista que busca a união do governo redefinição da burocracia e do Estado.

A TD vê a governança como descentralizada e parte de uma perspectiva contrária as visões de Estado esvaziado Estado reificado, mas sim um Estado sem Estado. Isso significa que o Estado não é uma instituição soberana que existe independente de seu contexto, e, fixado pelas estruturas que o criam. Tampouco o Estado foi fragmentado a ponto de perder seu papel de executivo central. Mas, o Estado é constituído por um conjunto de práticas culturais sobrepostas, fluídas e carregadas que emergem das ações de diversos atores sociais (Bevir, 2013b).

Com isso, a TD vê a governança como uma série de práticas sociais sendo constantemente criadas e recriadas por meio da atividade humana concreta e significativa. Seria mais ampla que o conceito de governos, pois sua ênfase não se sustenta apenas no estado e nas instituições, mas na criação de regras e ordem nas práticas sociais. Descentralizar seria reconhecer a diversidade e contingência nas redes, assim como disputas políticas baseadas em narrativas (Bevir, 2013a).

A figura a seguir ilustra, de forma simplificada a partir do já discutido neste item, a abordagem da TD e como a governança é entendida nesse processo. Como visto, a mudança no âmbito das redes ocorre a partir da agência situada dos atores. Inseridos em contextos diversos, os atores podem recriar suas práticas por meio da criatividade e inovar, por meio da capacidade de agência, que difere de autonomia, ao estar inserida em um contexto situado, permite que os atores ressignifiquem suas práticas, quando confrontados com algum dilema. Isso faz com que as tradições, sendo o pano de fundo das redes, não sejam estáticas, mas construídas e reconstruídas internamente.

Figura 2- Ilustração da teoria de redes de políticas descentralizada

Fonte: criado a partir de Bevir e Richards (2009a).

Novas crenças dão origem a novas práticas, novas políticas e novos modelos de governança que produzem resultados para a rede. Assim, os resultados são influenciados pelas tradições, ao passo que a influenciam. Ou seja, o contexto, que está em constante mudança, influencia as políticas e os resultados das políticas.

2.2.6 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A governança pública no Brasil é um reflexo da história de reformas que fizeram parte da construção da República desde a proclamação de 1889 (Costa; Coelho, 2021). A primeira reforma administrativa ocorreu a partir de 1930, surgiu em meio a todos os embates políticos e sociais da época, a considerada “revolução de 30”. Também é reflexo das discussões relacionadas ao rearranjo e descentralização administrativa, resolução de problemas sociais e diversas bandeiras e lutas em prol de diversas questões sociais, sendo considerada uma das principais promessas da Nova República (Costa, 2017). A reforma, ainda que considerada pouco impactante, foi contestada por satisfazer os interesses dos grupos políticos que apoiavam o governo de Tancredo Neves, através da ampliação de cargos e ministérios e órgãos estatais.

Em 1938, foi criado o Departamento de Administração e Serviço Público — DASP, organismo de planejamento e fiscalização, defendidos pela reforma, foram legitimados no Brasil. A criação do DASP foi marcada por muitas críticas por ser considerado como o órgão para a manipulação dos interesses de facções políticas e ferramenta para favorecer o clientelismo, patrimonialismo e a corrupção (Andrews; Bariani, 2010).

De acordo com Costa (2017, p.13) o decreto que estabelecia a reforma administrativa continha os seguintes elementos: restauração da cidadania para prover os cidadãos de meios

para a realização de seus direitos, obedecendo aos critérios de universalidade e acesso irrestrito; democratização da ação administrativa em todos os níveis do governo, por meio de dinamização, redução do formalismo e transparência dos mecanismos de controle, controle do Poder Executivo pelo Poder Legislativo e pela sociedade, e articulação e proposição de novas modalidades organizacionais de decisão, execução e controle administrativo-institucional; descentralização e desconcentração da ação administrativa para situar a decisão pública próxima do local de ação, além de reverter o processo de crescimento desordenado da administração federal; revitalização do serviço público e valorização dos serviços; melhoria dos padrões de desempenho a fim de promover a alocação mais eficiente de recursos.

De forma geral, a reforma administrativa representou um momento de tentativas de reestruturar a gestão do Estado. Mas, foi marcada por diversas tensões políticas e sociais, perdurando e se modificando por várias décadas, com as modificações e pequenos ajustes até chegar a segunda reforma.

A segunda reforma administrativa ocorreu em 1967, sendo estabelecida pelo decreto-lei n. 200. A reforma tinha como objetivo incorporar na administração federal mais agilidade e controle, por meio da descentralização e racionalização das atividades (Costa, 2017).

Essa reforma foi influenciada pelas pressões econômicas em flexibilizar as ações do Estado por meio da descentralização administrativa. Além disso, criaram-se instituições da administração indireta, como autarquias, empresas públicas, de economia mista, entre outros. A reforma buscava transformar as ações do Estado não apenas no âmbito federal, mas também ao nível estadual e municipal. Era uma tentativa de modernizar a ação do Estado por meio de técnicas de iniciativa privada, de flexibilização, desburocratização, controle e planejamento. Por esse motivo, ficou conhecida por criar as bases para a reforma gerencial (Ribeiro; Pereira; Benedicto, 2013).

Essa reforma foi influenciada pelas tensões que o país enfrentava, entre elas a ditadura militar, retração na economia e instabilidade política. Além disso, a reforma apresentou um retrocesso no que refere às eliminações de práticas clientelistas e patrimonialistas (Costa, 2017).

A terceira reforma foi a reforma gerencial, datada de meados dos anos 1980, influenciada pelo movimento global New Public Management (NPM) ou Nova Gestão Pública (NGP). Esse movimento surgiu em meio à crise do Estado de Bem Estar Social, crises no aparato estatal e surgimento do neoliberalismo. A reforma inspirou a utilização dos mecanismos da administração privada na gestão pública.

A reforma foi desencadeada principalmente no Reino Unido e Nova Zelândia. Os primeiros países subdesenvolvidos a introduzir a reforma gerencial foram Brasil e China. No

Brasil, ela foi desencadeada no governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo então ministro da Fazenda Bresser Pereira.

Nesse período, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), responsável por pensar a reforma e reorganizar a burocracia pública. Ainda, o Plano Diretor, construído em 1995, foi o principal documento para consolidação da reforma. No plano, era feita uma crítica à Constituição Federal de 1988 por retomar alguns aspectos da burocracia e tornar a máquina pública mais ineficiente, com a criação de alguns cargos, ministérios, considerados em alguns aspectos ineficientes. Desta forma, era preciso romper com o modelo burocrático e assumir novos rumos em busca da eficiência.

Para defender seu ideário e confrontar as diversas críticas de ser considerado neoliberal, Bresser defendeu que a Reforma Gerencial foi uma forma de “tornar os serviços sociais universais mais eficientes do que já são por natureza — porque é mais eficiente do que o consumo privado, não obstante as ineficiências que sempre existem no fornecimento do consumo público” (Bresser-Pereira, 2017, p.194).

A reforma buscava a diminuição do tamanho do Estado face aos grandes compromissos que o mesmo havia assumido. Desta forma, quatro são seus problemas, os dois primeiros de caráter econômico-político, um está relacionado a delimitação do tamanho do Estado, que envolve aspectos de privatização, “publicização” e terceirização e o outro a redefinição do papel regulador do Estado, que diz respeito ao maior ou menor grau de intervenção do Estado no funcionamento do mercado. O Terceiro de é de caráter econômico-administrativo, buscando solucionar problemas referentes à recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; o quarto de caráter apenas político, em relação ao aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar (Bresser-Pereira, 1998).

Para Xu *et al.* (2014) a reforma gerencial foi influenciada pelas teorias administração públicas tradicionais. Essas, por suas vezes, de natureza oriental, pregavam a separação entre administração e políticas.

A NPM foi uma abordagem que muitas vezes teve como objetivo separar mais claramente os órgãos “criadores de políticas públicas” dos órgãos “implementadores”, a fim de impulsionar a eficiência e a eficácia administrativa. Nos Países Baixos, por exemplo, as reformas na década de 1990 criaram órgãos completamente distintos para a política e a administração (Xu *et al.* 2014, p. 17).

A reforma gerencial inaugurou a instauração da boa governança no país. Esse modelo de governança foi adotado nos países anglo-saxônicos e em seguida se instaura em países

subdesenvolvidos. Esse modelo foi considerado gerencial e neoliberal, por colocar a supremacia do mercado nas relações.

Rhodes (2010) faz uma distinção de quatro usos da governança ligados ao gerencialismo ao considerar um distanciamento maior do Estado e abertura para o mercado. A governança como Estado mínimo, onde preza pela prestação dos serviços pelo mercado, e afastamento do mercado; a governança como governança corporativa onde o centro das relações e decisões está nas organizações; Governança como Nova Gestão Pública- NPG, sendo movimento do gerencialismo e da nova economia Neoinstitucional; a governança como *boa governança*, desenvolvida pelo Banco Mundial, em que preza pela primazia da gestão privada na gestão pública.

Para Bresser-Pereira (2008), essa governança seria uma espécie de modelo de gerência pública estrutural, tendo em vista o desenvolvimento econômico, por meio de um Estado eficaz. Neste caso, a iniciativa privada lidera a maior parte dos investimentos, mas o Estado continua sendo o principal ator na criação das condições institucionais e econômicas de acumulação de capital e de crescimento.

No Brasil, o modelo de *boa governança* passou a ser adotado como novo arranjo de desenvolvimento econômico e político internacional. Foram estabelecidos princípios de boas práticas de governança nas organizações públicas. Os princípios são: Capacidade de resposta; 2. Integridade; 3. Transparência; 4. Equidade e participação; 5. Accountability; 6. Confiabilidade; 7. Melhoria regulatória (Brasil, 2014).

O Tribunal de Contas da União — TCU é a principal instituição a comandar o processo de planejamento, execução e controle da governança. Para o TCU, a governança vai além da gestão, pois se trata de uma função direcionadora, não apenas realizadora. Nesse sentido, a governança compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Brasil, 2014).

Em meio ao processo de adoção de um modelo de boa governança, o Brasil também incorporou os paradigmas da cidadania, passando pelo processo de redemocratização. Com a Constituição Federal de 1988 iniciou-se uma etapa inédita de democratização no país, inspirada nos princípios do Estado do Bem-Estar Social, universalidade, seguridade social e direito, elaborando e implementando políticas públicas (Fagnani, 2017). A partir dos anos 2000 novos padrões de desenvolvimento e descentralização ocorrem em todo o mundo. A governança torna-

se uma prática cada vez mais necessária, evidenciando a necessidade de uma estrutura de gestão mais democrática (Silva; Cândido, 2025).

Ainda, a descentralização administrativa passou a fazer parte das agendas dos governos. Grande parte das responsabilidades administrativas e financeiras, ficaram a cargo dos municípios e estados. Isso gerou um problema, pois a capacidade dos governos locais para assumir as responsabilidades que emergiram não eram uniformes, influenciando nas políticas públicas (Silva; Cândido, 2025).

Essa combinação entre coordenação intergovernamental e autonomia subnacional, com ênfase no reconhecimento dos municípios como entes federados e atores importantes para a gestão, é algo considerado uma das marcas do governo brasileiro, que o diferencia das demais repúblicas federativas (Grin; Abrucio, 2021b).

Em contrapartida, esse modelo se esbarra nas limitações das capacidades estatais. O tema capacidades estatais vêm sendo amplamente estudado na literatura brasileira de políticas públicas. Entende-se por capacidade estatal o fato de os governos têm, ou podem mobilizar rapidamente, conhecimento, instituições e organizações capazes de implementar políticas. Desta forma, o conceito incorpora quatro grandes grupos: político, legal, organizacional/administrativo e de política pública (Souza, 2017). Assim, a robustez da capacidade estatal influencia a escolha e a adoção dos modelos políticos pelos decisores políticos, bem como a eficácia de sua implementação e as consequências dessa adoção (Guillén; Capron, 2016).

Do ponto de vista municipal o movimento é similar.

No nível local a capacidade estatal pode ser compreendida como um estoque de competências municipais que são mobilizadas pela estrutura político-administrativa das localidades que afetam a formulação e a implementação de políticas, planos e Programas, abarcando fundamentalmente, a burocracia das prefeituras (Coelho; Barcelos; Ferreira, 2021, p.17).

Ainda sobre a necessidade de estruturação da administração pública, o planejamento governamental no Brasil tem sido uma jornada marcada por esforços contínuos ao longo do tempo, começando já na década de 1930. A mais recente iniciativa nesse sentido é a sistemática de planejamento e orçamento estabelecida pela Constituição Federal de 1988. No entanto, mesmo com esse marco, a realidade municipal ainda enfrenta desafios significativos, com experiências incipientes que se deparam com uma série de limitações técnicas, administrativas, financeiras, políticas e institucionais (Pereira; Coelho; Olenscki, 2023).

Ainda em meio à reforma gerencial, o Governo de Fernando Henrique Cardoso teve como principais políticas a busca pela eficiência econômica do Estado, por meio de uma gestão por resultados e busca de metodologias e indicadores de avaliação. Sua política era sustentada pelo tripé macroeconômico (câmbio flutuante, meta de inflação e superavit primário).

Já no governo Lula, que o sucedeu, as prioridades do seu governo foram a busca por inovações nos campos do combate à desigualdade, da participação social e da transparência e controle do poder público. A partir desse período, se fortaleceu o paradigma participativo no qual ampliou o número de atores envolvidos na esfera pública, e no processo de formulação e implementação das políticas públicas (Grin; Abrucio, 2021a). Temas como transparência, *accountable*, participação cidadã, instrumento de participação ganharam destaque nos discursos sobre governanças públicas.

Esse processo inaugurou a agenda de governança democrática, está por suas vezes, representou uma concepção do desenvolvimento institucional da administração pública cercada pela sua indissociabilidade com o regime democrático. Os principais elementos da governança democrática são: (1) as capacidades estatais para implementação e coordenação; (2) os mecanismos de transparência e accountability; (3) os mecanismos de participação política (Filgueiras, 2018).

A adesão ao paradigma participativo significou mudanças incrementais e com objetivo de fortalecimento da máquina pública (Filgueiras, 2018). Além disso, a ausência de uma agenda de gestão fez com que políticas públicas fossem formuladas e implementadas dispersamente, sem uma articulação com um projeto maior. Em outras palavras, “políticas públicas puxando a gestão”.

Apesar de não ser considerado um plano de desenvolvimento que rompesse com as estruturas imposta na gestão pública até então, nos governos Lula, foram desenvolvidas propostas que contribuíram para o crescimento econômico do país, diminuição da desigualdade, e governança participativa (Grin; Abrucio, 2021a).

Do ponto de vista social, os governos Dilma seguiram as políticas de governança democráticas do governo Lula. Do ponto de vista econômico, foi adotado uma postura contracionista, diferente do modelo expansionista que até então vinha sendo aplicado. O modelo de Nova matriz econômica, criticado como uma agenda FIESP, tinha como premissa a desvalorização do real, diminuição das taxas de juros e spreads, desonerações tributárias, crédito subsidiado, estagnação dos investimentos públicos, entre outros (Carvalho, 2015).

O não sucesso dessa agenda, somado às implicações das crises globais e crises políticas, possibilitaram um cenário que contribuiu para a perda de legitimidade do governo, resultando

no Impeachment de Dilma Rousseff. A partir de então, com o governo interino de Temer e em seguida o governo Bolsonaro, a agenda de governança democrática passou a não ser a prioridade do governo brasileiro.

Costa (2023) destaca que o governo Bolsonaro se caracterizou como um modelo de gestão que contraria alguns princípios do próprio neoliberalismo. Apesar de ser uma política gerencial centralizadora, seu modelo processual se contrapõe à racionalidade administrativa própria da burocracia. Pelo contrário, se apoiou em princípios teológicos, econômicos e políticos que não se comprometem com a liberdade, democracia, justiça, paz, segurança, desenvolvimento e bem-estar.

Gomes e Lisboa (2020) ao fazer uma análise das reformas administrativas no Brasil destacam:

A conclusão a que chegamos é que a reforma administrativa no Brasil está em consonância com a ideologia. Os partidos políticos de direita tendem a implementar reformas fiscais relacionadas para manter os custos controlados e garantir a eficiência administrativa. Os partidos políticos de esquerda tendem a implementar reformas sociais para aumentar a participação popular e o bem-estar (Gomes; Lisboa, 2020, p.6-7).

De modo geral, o que se observa no Brasil é o que acontece em boa parte dos países subdesenvolvidos. As transformações globais acabam por influenciar a dinâmica política de países subdesenvolvidos. Porém, a forma com que os eventuais governos interpretam essas reformas, têm implicações nas decisões políticas.

Além disso, a construção histórica do Estado Brasileiro é antes de tudo complexa, os modelos de governos atravessam a história, mas não se esgotam. Isso faz com que características, patrimonialistas e burocráticas e gerenciais convivam atualmente.

2.3 ECONOMIA CRIATIVA

Este capítulo oferece uma visão abrangente das discussões preliminares sobre a economia criativa, destacando sua interconexão com a criatividade e a cultura. Serão abordadas as classificações e tipologias que delineiam as diversas facetas desse campo emergente, desde as indústrias tradicionais até as inovações tecnológicas. Além disso, serão examinadas as políticas públicas, tanto em nível nacional quanto internacional, que buscam fomentar e sustentar o crescimento desta economia.

2.3.1 CRIATIVIDADE

As raízes da criatividade estão pautadas nos postulados dos filósofos clássicos. Durkheim quando trata da capacidade natural humana do poder criativo. Nos estudos de Marx podemos encontrar a criatividade fundamentalmente como um fenômeno cultural, em que está relacionada com seus fundamentos materiais. Já Weber vê a criatividade como um fenômeno organizacional, que pode ser influenciada pela burocracia. Em suma, a criatividade para os autores clássicos, está ligada à estabilidade da mudança, o que pode ser um fato prejudicial. Tarde relaciona a criatividade com a capacidade de imitação, Latur com a teoria do ator rede, Bourdieu com a abordagem artística, Giddens relacionado com as estruturas, Adorno com a teoria crítica, entre outros (Godart *et al.*, 2020).

A criatividade pode ser apresentada de duas formas: a primeira relacionada a criação de algo novo, a segunda com a figura moderna do artista e com a estética em geral. Assim, o fenômeno criativo está ligado aos processos de estetização social, apesar de não serem um único conceito. A criatividade é uma forma específica de estética.

O conceito de estética desloca nossa atenção para a complexidade da sensibilidade perceptiva incorporada na conduta humana, cujo caráter multifacetado, sem dúvida, o torna particularmente relevante para a sociologia e a história cultural. Diante disso, a estética envolve os elementos a sensibilidade, a imaginação, o incompreensível, o sentimento, o gosto, a corporalidade, a criatividade, o sem propósito, o sublime, o belo. Não seriam em si todos os elementos da percepção dos sentidos, ela abrange apenas aqueles atos perceptivos desfrutados para seu próprio bem (Reckwitz, 2020).

Outro elemento da estética é que ela é um fim em si e se refere a ela mesma, a partir de uma relação de auto dinâmica. Em outras palavras, o que importa em relação à estética não é saber o resultado entre a dicotomia entre seus elementos, mas saber que ela por si só já responde seus questionamentos. Não importa se é belo ou feio, mas a estética por trás disso. A estética é um elemento construído socialmente, que reflete a percepção e as experiências das pessoas. Por

operar em um espaço socialmente construído, são compartilhados objetos esteticamente, uma vez que os indivíduos se identificam e compartilham experiências (Reckwitz, 2020).

Outra conceituação de criatividade a partir de uma abordagem social a considera como uma configuração de elementos culturais e materiais. Ela decorre de uma combinação de símbolos, ideias ou objetos, realizadas através das práticas de trabalho e de uma relação estabelecida socialmente, na medida que envolve relações de rede (Godart *et al.*, 2020).

A criatividade vem da sociedade para a sociedade, produzida por indivíduos, grupos e organizações. Ela é estabelecida mediante um consenso da sociedade, ou seja, um reconhecimento social da capacidade criativa, marcada por criar algo valioso e útil para a sociedade ou um grupo. Assim, o próprio conceito já diz que faz parte a configuração de elementos simbólicos e culturais, por isso que determinado grupo se identifica, pois ela é construída e sua utilidade é reconhecida pelos indivíduos.

São considerados antecedentes da criatividade a estrutura, instituições e o contexto. Estrutura está relacionada com o conceito de rede, e deriva do fato de que os fenômenos não acontecem isoladamente, ou seja, o resultado de ideias e trocas materiais que fluem por conexões em um determinado campo. As instituições seriam os canais nos quais a criatividade é legitimada. Assim, a criatividade está enraizada na combinação de elementos que refletem indivíduos e contextos (Godart *et al.*, 2020).

2.3.2 CULTURA

O conceito de cultura comumente usado é o de cultura como sendo o conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver m comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças e serviços criativos (UNESCO, 2001).

Autores como Eagleton (2005) fizeram uma discussão histórica do conceito de cultura mais aprofundada. O autor retrata que os primeiros estudos, na antropologia, tratavam da cultura ligada ao refinamento humano. O ato de cultivar, metáfora oriunda da agricultura, perdurou nas discussões por grande parte da história. Nessa perspectiva, a cultura faria parte de uma evolução sincrética de aprimoramento individual.

Isso leva a argumentar que, o conceito de cultura muda em diferentes contextos e períodos históricos. Isso reflete uma de seus fundamentos, a cultura como uma relação sócio-histórica. Isso porque, a cultura é construída socialmente, formada por uma esfera natural e

outra espiritual, a partir de uma relação dialética entre o artificial e o natural. Em suma, a cultura seria uma desconstrução constante da natureza.

Para Eagleton (2005), essa relação dialética demonstra duas perspectivas sobre a cultura. A realista, por existirem elementos na cultura que independem da nossa existência. E a perspectiva construtivista, às quais se refere a matéria trabalhada e conferida a partir de uma relação humana dotada de significado. Desta forma, não existe uma dimensão individual na qual o ser humano vivencie a cultura isoladamente. Isso diz respeito a não existência de um ser humano puro, sem influência da cultura. Já Williams (1992) retrata uma terceira visão de cultura, a materialista, que exige a experiência para compreender a realidade.

No entanto, Eagleton (2005) destaca três conceitos de cultura, os quais apresentam limitações pelo fato de considerarem a cultura como verdadeiro um processo civilizatório. O primeiro deles é a cultura como conceito de artes e estética. No qual afirma que tratar a cultura dessa forma reduz a cultura aos aspectos artísticos. Outro conceito, o de cultura como modo de vida, que na visão do autor seria uma forma normativa de identificar a sociedade. Por fim, a visão anticapitalista, que se trabalha de forma idealista, pode ser utópica. O autor utiliza o terceiro conceito para posicionar a cultura como engrenagem para estabelecer grandes narrativas hegemônicas.

As sociedades passam a ser comandadas por essas narrativas, que vão além do modo de vida como as vivem. Mas que se tornam uma unidade imutável, buscando homogeneizar a sociedade em determinados padrões. Esses padrões fazem parte de uma ideia capitalista de expropriação da riqueza, para manter o sistema operante. Por isso, a cultura sempre é vista, na sociedade pós-moderna, como uma ideia de conflito, nos quais grupos passam a disputar espaços sociais. Os grupos hegemônicos controlam os mecanismos culturais para comandar o restante de grupos periféricos. Desta forma, encontram no Estado, governos, instituições e narrativas apoio necessário e legitimidade para se propagarem.

Por fim, a dimensão da criatividade é imbricada com a cultura e ambas são vistas como peças-chave para um novo modelo de desenvolvimento, pautado nas vertentes econômica, social e cultural (Florida, 2002). Estas áreas, por sua vez, foram reconhecidas como vetores alternativos para promoção de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e ampliação da competitividade das economias capitalistas (Corazza, 2013). Nesse sentido, surgem economias pautadas nessas duas dimensões, a exemplo a economia criativa (Howkins, 2001).

2.3.3 DISCUSSÕES PRELIMINARES SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA

Antes de estudar sobre a economia criativa, é necessário entender as discussões antecedentes sobre o tema. A gênese da discussão sobre o tema iniciou-se com os estudos críticos sobre política cultural e economia política. Adorno e Horkheimer (1979) cunharam o termo indústria cultural, lançando críticas à influência do Capital sobre política cultural a partir da segunda metade do século XX. A tese central era a de que a cultura passou a ser um instrumento de massificação e acumulação da Capital. Contudo, as próprias contradições do capitalismo não deixaram de interferir na indústria cultural (Adorno, 2001). Além de reforçar as ideologias de opressão enquanto reprime a criatividade genuína (Kong, 2014).

As transformações políticas e econômicas que ocorreram a partir dos 1980 também impactam a indústria cultural, cuja definição e terminologia não abarcavam mais a complexidade da indústria (O'Connor, 2010). A mudança na terminologia de indústria cultural para indústrias culturais permitiu a compreensão das mudanças nos modelos de negócios, das influências da tecnologia, comunicação e do conhecimento na produção e distribuição de bens e serviços (Hesmondhalgh, 2002).

A ênfase dada à cultura e a criatividade a partir do final do século XX e início do século XXI abriu espaço para alargamento dos debates sobre as indústrias culturais (Hesmondhalgh, 2002). A criatividade é considerada um mecanismo para desenvolvimento econômico e pessoal, emergindo como um valor moderno e um recurso valioso para os negócios (O'Connor, 2010).

O debate passou a ser em torno das indústrias criativas e da busca de uma definição para essa nova terminologia, que possui uma carga política em seu conteúdo (Caves, 2003; Cunningham, 2002; Hesmondhalgh, 2002). O discurso da criatividade vai além das indústrias, mas envolve uma série de fatores ligados às cidades criativas (Landry, 2000) classe criativa (Florida, 2002) e economia criativa (Howkins, 2001).

A falta de argumentos às indústrias culturais e às indústrias criativas retardam a criação de sentido pragmático e de comunicação do debate (Cunningham, 2002). Além disso, a delimitação das fronteiras entre indústrias culturais, indústrias criativas e outras atividades econômicas não são bem definidas (Drake, 2003).

As indústrias criativas foram conceituadas pelo Departamento Britânico de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS), nos quais foram inseridas na sua política cultural e econômica. O mapeamento feito pelo DCMS conceitua as indústrias criativas como aquelas “que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais, que têm potencial para riqueza e criação de empregos por meio da geração e exploração da propriedade intelectual” (DCMS,

2001, p. 3). Essa iniciativa influenciou governos de outros países a reverem o papel da cultura e criatividade em suas políticas (O'Connor, 2010).

A incorporação da palavra “criativo” inseriu as indústrias culturais em uma agenda mais ampla de inovação e competitividade. No entanto, o rebranding das indústrias criativas potencializou a deficiência de clareza e distinção entre o que seria ou não criativo (O'Connor, 2010). A falta de conceituação e uniformidade leva os países a tomarem diferentes decisões políticas sobre as indústrias criativas. Isso fica evidente nas terminologias adotadas por diversos estudos.

São exemplos de termos adotados pelos governos: indústrias criativas na Romênia (Becut, 2016), França (Benneworth; Dauncey, 2015), Indonésia (Fahni *et al.* 2016), Taiwan (Chang; Lee, 2015), Rússia (Gavrilova *et al.*, 2022). Além disso, alguns estudos adotaram a terminologia de indústrias culturais e criativas, por exemplo, em Pequim (Si, 2017). Outros países enfatizam a economia criativa (Kon, 2016; Procopiuck; Freder, 2020). Recentemente, a Indonésia (Rosyadi *et al.*, 2021, 2022).

As nomenclaturas supracitadas não se diferenciam apenas em termos de denominação. Uma carga política e conceitual as acompanha. O termo indústria criativo é originário de políticas de países de natureza anglo-saxônica, nos quais, suas maiores preocupações são em como desenvolver uma economia globalizada (Guilherme, 2018). Para (Leitão, 2016) esse termo remete a uma espécie mais sofisticada de sistema capitalista, no qual potencializa as desigualdades sociais, não valoriza particularidades de países subdesenvolvidos e provoca o declínio da diversidade cultural.

Defende-se que as indústrias criativas fazem parte de um sistema social e político inovativo de uma economia. Desta forma, devem ser analisadas a partir de uma lógica conceitual acompanhada também de uma mudança discursiva nos estudos sobre mercado emergente, não apenas industrial (Potts *et al.*, 2008). Nesse contexto, esses termos surgem com uma carga política (Kong, 2014).

Foi a partir da terminologia adotada por Howkins (2001) que a economia criativa ganhou espaço nos discursos acadêmicos e empresariais em diversas partes do mundo. Para Howkins (2001), a economia criativa foi definida em uma agenda econômica que buscava se diferenciar da política cultural tradicional. Para o autor, a economia criativa é a atividade nas quais a criatividade e o capital intelectual são a matéria-prima para a criação, produção e distribuição de bens e serviços. Fazem parte dessa economia os setores de artes e o setor das indústrias culturais clássicas, adicionando design, moda e software (Howkins, 2001).

A partir disso, o termo economia criativa é utilizado como mais adequado para retratar as atividades econômicas que têm como matéria-prima a cultura e a criatividade. Isso inclui tanto os setores das indústrias criativas, mas também aquelas atividades culturais que não necessariamente geram riqueza, mas são essenciais para a manutenção das manifestações culturais de países e regiões.

No governo britânico, o Primeiro-Ministro Tony Blair em 1997 (Partido Trabalhista), com objetivo de fomentar os setores ligados à economia criativa, instaura uma definição própria para o país, ficando a cargo do Departamento de Cultura, Mídia e Transporte do Reino Unido, conforme a figura a seguir (Cunningham, 2002). No ano de 2004, o governo britânico atualizou sua classificação, agrupando as indústrias criativas em quatro áreas, conforme a natureza dos produtos.

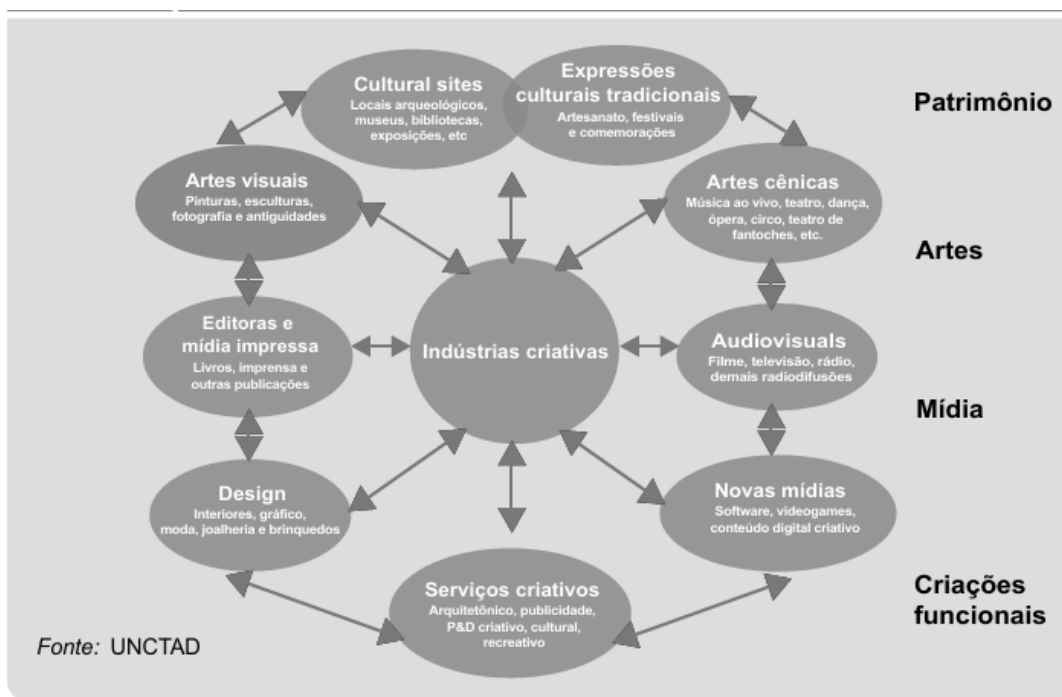
Figura 3- Classificação das Indústrias Criativas do Reino Unido em 2004

AUDIOVISUAL (AV)	AUDIOVISUAL (AV)
<ul style="list-style-type: none"> • A televisão e o rádio • Cinema e vídeo • Fotografia • Música • Publicidade • Mídia digital interativa (jogos, Internet, telefones móveis) • Software de computador 	<ul style="list-style-type: none"> • Publicações (livros, revistas, jornais) • Literatura • Impressão
ARTES CÊNICAS (AE)	ARTES VISUAIS E DESIGN (AVD)
<ul style="list-style-type: none"> • Teatro • Dança • Circo • Carnaval • Puppets 	<ul style="list-style-type: none"> • Design (incluindo o design de moda) • Arquitetura • Belas artes • Artesanato • Arte e Antiguidades

Fonte: Retirado de BOP Counselling (2010)

Já a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) classifica o mercado de economia criativa em quatro núcleos. O primeiro é o núcleo do patrimônio material e imaterial, composto por atividades como artesanato e espaços culturais (teatro, museus, dentre outros). O segundo núcleo das artes, com atividades como música, dança e artes visuais (pintura, fotografia e escultura). Em seguida, o núcleo da mídia (produção de conteúdo), com atividades de imprensa, editoria de livros e audiovisual (TV, cinema e rádio). Por fim, o núcleo da criatividade aplicada, com atividades de design, arquitetura, publicidade, entretenimento e educação em software, vídeo game e conteúdos digitais (United Nations, 2013).

Figura 4- Classificação da Unctad para as indústrias criativas (2010)

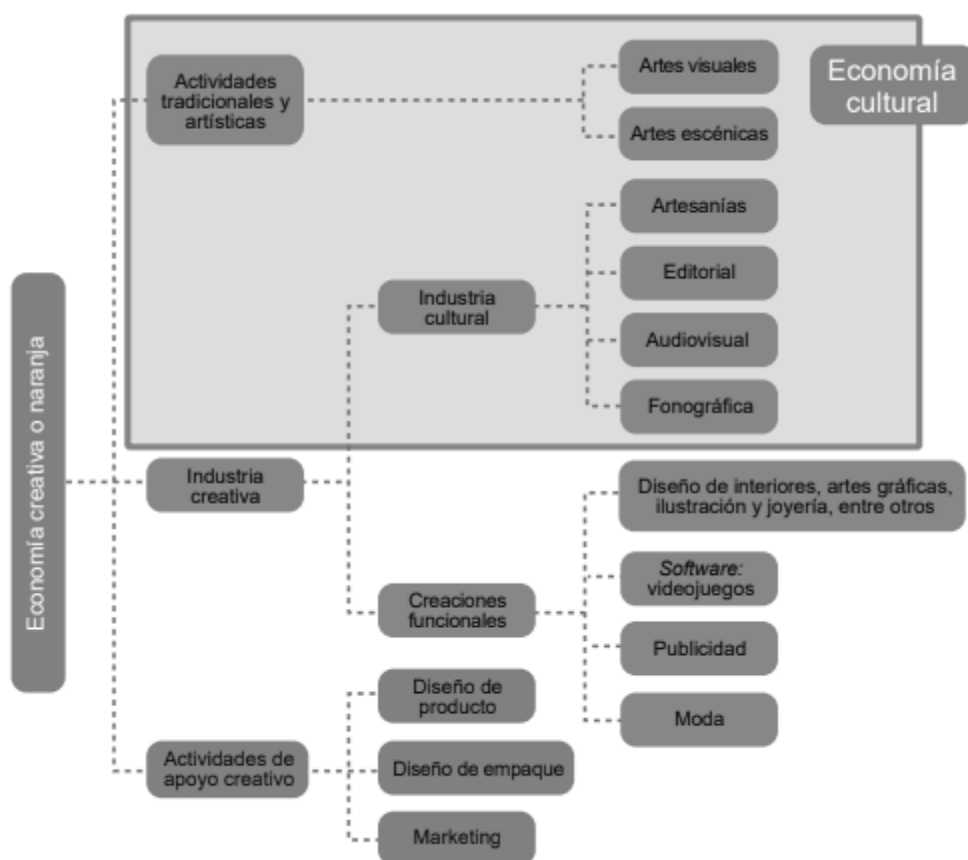


Fonte: Retirado de UNCTAD (2010)

Na América Latina e no Caribe, a economia criativa também é denominada de economia laranja. Recebe esse nome “laranja”, pois esta é a cor ligada à estética, criatividade e inovação (Buitrago; Duque, 2013). Nessas regiões, a economia criativa tem avançado ao longo das duas últimas décadas, destacando-se mais ainda que a inovação (Benavente; Grazzi, 2017).

Nesse sentido, Benavente e Grazzi (2017) destacam que as principais instituições internacionais definem economia criativa como sendo aquela caracterizada pelos setores de criatividade, arte e culturas; geração de produtos e serviços de propriedade intelectual; e, seu papel na cadeia de valor para gerar produtos e serviços. Com base nisso, os autores propõem uma definição para economia criativa com base em: (i) atividades tradicionais e artísticas, (ii) indústria criativa e (iii) atividades que fornecem apoio criativo às indústrias tradicionais, conforme a figura a seguir.

Figura 5- Definición de la economía creativa



Fonte: Benavente e Grazzi (2017)

No contexto brasileiro, no ano de 2011, o governo adotou sua própria nomenclatura, buscando inserir as características presentes na realidade local e fugindo de práticas internacionais (Leitão, 2016). No entanto, sua política de consolidação de instrumentos de planejamento para a economia criativa foi interrompida no ano de 2016 com a extinção da Secretaria Nacional de Economia Criativa.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro — FIRJAN é a instituição que mais desenvolve mapeamentos e diagnósticos setoriais para a economia criativa. Desta forma, sua classificação e seus documentos fornecem dados e informações para demais instituições e governos formularem suas políticas.

O Sistema FIRJAN classifica a indústria criativa em quatro núcleos: núcleo da Tecnologia, Mídia, Cultura e Consumo. Na figura a seguir, é possível visualizar as atividades relacionadas para cada núcleo, em termos de serviços e indústria. Ademais, são apresentados os setores de apoio.

Figura 6- Classificação do Sistema FIRJAN para indústrias criativas



Fonte: Retirado de FIRJAN (2022)

A terminologia universal adotada pela UNCTAD contribuiu para que alguns governos se posicionassem conceitualmente em relação à economia criativa. No entanto, isso não resolveu por completo o problema. Ainda é possível identificar a falta de clareza conceitual, a qual influencia a formulação das políticas públicas (Pratt; Hutton, 2013). Além disso, é necessário avanço nas conceituações para a economia criativa assumir papel estratégico nos planos de governos de países subdesenvolvidos (Leitão, 2016).

Esse setor enfrenta alguns problemas. Por se tratar de um setor no qual os produtos, em sua grande maioria, não são físicos, e sim de propriedade intelectual, apresentam-se problemas em termos de financiamento. Existem dificuldades na contabilização dos serviços e conteúdo, devido à grande diferenciação de atividades e atores. Em relação ao tempo, esse setor apresenta problemas, pois o período de incubação para os projetos da economia criativa é geralmente de longo prazo, mas a dinâmica do mercado pede antecipação, gerando conflitos (Boya; Topcu, 2020).

De modo geral, esses problemas ocorrem porque esse setor apresenta características peculiares. São elas, alto nível de incerteza da demanda; a dimensão artística é mais complexa e envolve elementos simbólicos, artísticos e econômicos; é constituída também por indivíduos que apresentam identidade forte, mas com grande autonomia e liberdade. Também se apresenta heterogênea, por englobar tanto no nível individual, quanto no coletivo (Mahmoud-Jouini, 2019).

Esses problemas, dificultam o processo de formulação de políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento desse setor. Tendo em vista o papel dos governos no planejamento e estímulo para a economia criativa em seus territórios.

2.3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA

Para Rosyadi *et al.* (2021) as políticas para economia criativa consistem na capacidade administrativa do Estado em executar ações para o setor. São essas a capacidade de entender a política, o compromisso, a coordenação e a política pró-negócios. A ausência dessas capacidades inibe o desenvolvimento do setor, como a Indonésia. Em síntese, as políticas públicas são ações governamentais projetadas e implementadas em uma agenda específica para cada setor, no caso em estudo, a economia criativa.

Uma justificativa para a intervenção dos governos na economia criativa diz respeito às particularidades desse setor. Isso porque, apresenta alto grau de variação em termos de tipos de produtos e bens culturais. Um ponto positivo, é a capacidade de gerar externalidades, ou seja,

seus impactos para inspirar e proporcionar a criação de novos bens. Mas, sua estrutura de custos e tempo é impactada por suas características, dificultando o processo de padronização (Benavente; Grazzi, 2017).

Os autores defendem que um conjunto de políticas abrangentes é necessário para desenvolver um ecossistema criativo. Assim, uma única política ou políticas isoladas, não possibilitam o desenvolvimento da economia criativa. Desta forma, o conjunto de políticas para esse setor, devem compreender diferentes instrumentos que estimulem simultaneamente a oferta e a demanda. Tendo isso em vista, Benavente e Grazzi (2017) pensaram uma definição de políticas públicas para economia criativa, nos quais envolve as dimensões de insumos públicos e intervenção de mercado, conforme a figura a seguir.

Figura 7- Políticas públicas para economia criativa

	Horizontal	Vertical
Insumos públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Formación de capital humano y programas de capacitación en STEAM* - Marcos regulatorios (por ejemplo, DPI, derecho de la competencia y derecho contractual) - Infraestructura y patrimonio cultural - Festivales, eventos nacionales o regionales - Aceleradoras e incubadoras - Infraestructura de investigación - Formación empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de capacitación específicos del sector - Centros de investigación en las industrias creativas (por ejemplo, marketing, diseño, audiovisual) - Servicios de información e inteligencia de mercado para los sectores creativos - Premios y concursos
Intervención del mercado	<ul style="list-style-type: none"> - Subvenciones y subsidios para las actividades culturales y creativas - Incentivos fiscales - Medidas financieras (por ejemplo, garantías para valores intangibles e inversiones en tecnología) - Financiamiento público de capital semilla, ángel o de riesgo, de forma directa o indirecta a través de fondos de capital privados 	<ul style="list-style-type: none"> - Subvenciones y subsidios para un sector determinado - Cupones (<i>vouchers</i>) de innovación - Incentivos tributarios para un sector determinado - Contratación pública - Incentivos de demanda (por ejemplo, <i>vouchers</i> culturales y creativos)

Fonte: Retirado de Benavente e Grazzi (2017)

Para Uvario (2021) as políticas públicas para economia criativa buscam uma relação entre cultura, economia e território, pois estas buscam identificar e incentivar os crescimentos dos setores criativos. Além disso, as políticas públicas estão relacionadas à ativação de recursos intangíveis e seus impactos nos territórios. Para o autor, elas podem ser classificadas em políticas de oferta, que buscam fomentar competitividade e inovação por meio de incentivos financeiros. Também há políticas de demanda, que buscam fomentar a relação entre economia e mercado. Além disso, existem políticas de formação de capital humano e políticas ligadas ao fomento de infraestrutura criativa.

Figura 8- Tipologia de políticas públicas relacionadas com a economia criativa



Fonte: Retirado de Uvario (2021)

Não é nenhuma novidade a afirmação de que as políticas públicas são necessárias para o desenvolvimento dessa economia (Si, 2017). A inserção das agendas da economia criativa no plano estratégico dos governos potencializa e torna o setor mais competitivo (Chang; Lee, 2015). A atuação governamental se torna cada vez mais significativa enquanto a economia criativa passou a ser reconhecida pelo seu potencial de geração de renda e emprego, acima da média de outros setores (Kon, 2016). No entanto, Sternberg (2012) destaca que as políticas

governamentais não conseguem gerar espaços regionais criativos. Pois eles se formam a partir da dinâmica cultural e econômica desses lugares.

No entanto, a atuação dos governos é pertinente no sentido de amenizar as discrepâncias e problemas nesse setor, Benavente e Grazzi (2017). Além disso, o ator estatal possui legitimidade para articular os demais atores sociais, por meio de sua capacidade regulatória e normativa. Em momentos de crise, o papel do governo torna-se preponderante para amenizar os impactos, como na Indonésia, após a crise instaurada pela Covid 19 (Rosyadi *et al.* 2022).

Além disso, o Estado, responsável pela garantia do bem-estar dos cidadãos, também é responsável por minimizar os impactos negativos gerados pelas contradições no âmbito da economia criativa. Isso porque, nem todos os impactos da economia criativa são positivos, nem a mesma consegue resolver todos os problemas de uma determinada sociedade. Além do que, implicações que estavam presentes desde os debates da indústria cultural em diante, não foram supridas com a economia criativa. A motivação econômica que orienta a arte e a cultura, a necessidade de velocidade na geração de conteúdo, a precarização do trabalho artístico (Peltoniemi, 2015) e ganhos centralizados dos trabalhadores ou grupos em detrimento de outros (Warren; Jones, 2015) são exemplos dessa herança negativa.

A seguir é apresentado o panorama atual sobre as políticas públicas para economia criativa no âmbito internacional. Também destacados os principais problemas recentes e heranças históricas que comprometem o processo de formulação e implementação de políticas públicas. Assim como, são apresentados como alguns governos elaboram suas políticas para esse setor.

2.3.5 PANORAMA INTERNACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA

As primeiras ações governamentais no âmbito dos diversos núcleos na economia criativa são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 3- Ações políticas para a Economia criativa

DIMENSÕES POLÍTICAS	LITERATURA
Regulatórias	(Liu, 2013; Hesmondhalgh, 2005; Hesmondhalgh e Pratt, 2005; Rosyadi <i>et al.</i> , 2022; Webber, 2018)
Parcerias institucionais	(Bassett <i>et al.</i> , 2002; Si, 2016; Yoon, 2017)
Incentivos fiscais	(Rosyadi <i>et al.</i> , 2021, 2022; Si, 2016)

Financiamento	(Bassett <i>et al.</i> , 2002; Galloway e Dunlop, 2007; Kon, 2016; Liu, 2021; Munro, 2017; Rosyadi <i>et al.</i> , 2021, 2022; Zhou <i>et al.</i> , 2020)
Planejamento estratégico	(Becuț, 2016; Budge, 2019; Gavrilova <i>et al.</i> , 2022; Hadley <i>et al.</i> , 2020; Kon, 2016)
Legitimação	(Bassett <i>et al.</i> , 2002; Fahmi <i>et al.</i> , 2016; Grodach <i>et al.</i> , 2017; Hesmondhalgh, 2005; Liu, 2013)
Políticas educacionais e profissionais	(Benneworth e Dauncey, 2016; Kong, 2011; Munro, 2017)
Políticas de inovação	(Holroyd, 2019; Liu, 2021; Si, 2016; Yoon, 2017)
Valorização e Estruturação do espaço Urbano, Rural e Turismo	(Bell e Jayne, 2010; Chang e Lee, 2015; Héraud, 2011; Mulero e Rius-Ulldemolins, 2017; O'Connor <i>et al.</i> , 2020; Pratt, 2010; Scott <i>et al.</i> , 2018; Steward e Kuska, 2010; Wen, 2012)

Fonte: adaptado de Silva, Silveira e Muzzio (2024)

Assim, as primeiras ações governamentais foram de caráter regulatório e estavam ligadas aos setores de mídia e comunicação, em seguida políticas para o setor de cinema (Hesmondhalgh; Pratt, 2005). Desta forma, a regulação de empresas na participação no mercado jornalístico nacional, licenças de transmissão nacional e de divulgação de anúncios, entre outros, são exemplos dessas primeiras políticas (Hesmondhalgh, 2005).

O contexto político nos quais foram estruturadas foi marcado por governos de centro-esquerda em uma conjuntura influenciada pelo neoliberalismo e pela globalização. Ao mesmo tempo, as ICCs estavam em ascensão. No entanto, foram marcadas por uma crescente massificação da produção cultural orientada para a perspectiva econômica (Hesmondhalgh, 2005).

Com o desenvolvimento das ICCs e crescimento urbano, observou-se a formação de clusters, constituídos por empresas e demais atores interessados no setor. Recebe destaque a formação de clusters na cidade de Bristol, localizada no Sudoeste da Inglaterra. O papel do setor público, por meio de parcerias público-privadas, captação de financiamento para festivais e no apoio a infraestruturas físicas, contribuiu para tornar a cidade como centro de produção cinematográfica internacional (Bassett *et al.*, 2002).

A ascensão das ICCs em paralelo ao crescimento urbano, doravante desestruturado, é percebida nos estudos com forte respaldo para as cidades. Surge, então, um campo amplo e com diversos objetivos destinado a estudar políticas públicas para cidades culturais e criativas (Pratt, 2010). A política de desenvolvimento urbano e economia cultural foi pensada por alguns formuladores (Grodach *et al.*, 2017).

Na área de planejamento, os governos perceberam a importância de estabelecer instrumentos de gestão para a política cultural e criativa. O governo da Romênia introduziu em 2009 a preocupação com o tema, estabelecendo um plano estratégico para a cultura e alavancando o setor no país (Becuț, 2016). No caso do Brasil, uma das ações foi a criação do Plano de Gestão da Economia Criativa (Kon, 2016). Na Austrália, ocorreram iniciativas de planejamento estratégico de gestão das cidades em suas diversas vertentes (Budge, 2019). Na Irlanda, recebe destaque o *Culture 2025*, como uma nova estrutura de política cultural (Hadley *et al.*, 2020). Em Moscou, Rússia, o governo estabeleceu o Plano de Desenvolvimento das Indústrias Criativas para 2030, que contém diversas políticas para o setor (Gavrilova *et al.*, 2022).

Outros exemplos de estudos no campo das ICCs são as políticas públicas como um domínio para a sustentabilidade em cidades criativas (Steward; Kuska, 2010). Políticas ligadas ao setor de esporte, eventos culturais, festivais, entre outros (Héraud, 2011; Pratt, 2010). Política de promoção a cidade literária, o caso da Espanha (Mulero; Rius-Ulldemolins, 2017). Políticas ligadas ao desenvolvimento do turismo nacional e local (Chang; Lee, 2015; Wen, 2012). Além disso, a participação na Rede de Cidades Criativas promovida pela UNESCO fortalece o desenvolvimento das ICCs e contribui para a formulação e implementação de tais políticas (Pratt, 2010).

A atenção direcionada ao espaço urbano levou pesquisadores a questionarem a falta de valorização do espaço cultural e criativo rural apreciados como lugares não criativos por parte da literatura (Scott *et al.*, 2018). A esse respeito, destacam-se as políticas criativas rurais emergentes do governo do Reino Unido para o condado de Shropshire (Bell; Jayne, 2010).

Outro exemplo foi a consolidação do projeto de parque de indústrias culturais e criativas — a White Horse Lake Eco Creative City, um espaço com estilo de vida rural, fora do centro urbano de Hangzhou, China. Essa iniciativa faz parte do projeto do governo chinês em desenvolver as ICCs no país através da potencialização dos recursos locais, fugindo dos padrões ingleses de crescimento econômico (Wen, 2012).

Uma área que continua despontando no âmbito das ICCs é a Indústria dos Jogos. O governo britânico reconheceu o caráter cultural da indústria dos jogos e estabeleceu políticas destinadas à produção, regulamentação e reconhecimento nesse setor (Webber, 2018). O governo chinês também estabeleceu uma política de regulamentação e percebeu a necessidade de ampliação da internet banda larga no país para promover seu crescimento. Além disso,

recebem destaque as políticas de protecionismo perante a indústria internacional e a incorporação dos jogos em sua própria agenda de construção nacional (Liu, 2013).

A preocupação com o trabalho precário oriundo da massificação da cultura e criatividade em economia criativa levaram alguns governos a se preocuparem com políticas educacionais. Um exemplo disso foi visto em Cingapura, por meio de políticas destinadas à formação e especialização de mão de obra qualificada para acompanhar o desenvolvimento da economia criativa (Kong, 2011). Reformas educacionais no âmbito do ensino superior também são exemplos de políticas como forma de qualificação da mão-de-obra para o setor, como no governo francês (Benneworth; Dauncey, 2016). As políticas de inovação no âmbito da economia criativa tornam-se outra preocupação. O governo municipal de Pequim, China, estabeleceu uma política de incentivo fiscal com cerca de 48 subitens para incentivo à inovação nas ICCs. Dentre eles estão: impostos financeiros para empresas relacionadas, imposto comercial, de selo, sobretaxas educacionais, impostos para manutenção das cidades, entre outros (Si, 2016). Destaca-se o papel da política de inovação para o desenvolvimento da economia criativa para lidar com seus principais avanços e desafios (Liu, 2021; Si, 2016; Yoon, 2017).

O avanço tecnológico atinge todas as economias, mesmo que em proporções diferentes. No âmbito da economia criativa, observam-se políticas de apoio ao conteúdo digital, com destaque para o Japão e Coreia do Sul. Sobressaem-se por serem dois dos poucos países asiáticos a integrar o setor de conteúdo digital em suas estratégias nacionais de inovação. Além disso, também fazem parte do conjunto de políticas adotadas as exportações culturais do K-pop, a capitalização dos jogos online no país e o financiamento para a incubação de startups (Holroyd, 2019). Mesmo antes da pandemia da Covid 19.

As políticas públicas são influenciadas pela governança dos países e demais locais onde se encontra a economia criativa. Diante disso, destaca-se a interação com demais atores interessados na economia criativa para o processo de formulação das políticas públicas (Mulero; Rius-Ulldemolins, 2017; Park, 2016; Procopiuck; Freder, 2020). Principalmente em momentos de crise econômica e financeira, nos quais a economia criativa necessitou se adaptar (Pratt; Hutton, 2013). No caso da Coreia do Sul, após a crise financeira de 1998, o governo estabeleceu a Lei Básica das Indústrias Culturais e o Comitê da Indústria Cultural e a Agência de Cultura e Conteúdo da Coreia (KOCCA) (Chang; Lee, 2015).

Isso significa que para a gestão da economia criativa, como forma de se manterem inovadoras e sustentáveis, é necessário enfatizar também aspectos em níveis locais e regionais

(Si, 2016; Yoon, 2017). O caso do governo de Barcelona é um exemplo da iniciativa de promover uma política cultural com atenção ao público local e internacional, fortalecendo a identidade regional e fugindo dos paradigmas globais de massa (Mulero; Rius-Ulldemolins, 2017).

A economia criativa é ampla e apresenta diversos subsetores, além de variar conforme as particularidades de cada região. Desta forma, faz-se necessário tanto projetos financiados pelo governo nacional quanto projetos financiados pelo governo local (Zhou *et al.*, 2020).

Nessa conjuntura, o governo do Reino Unido desenvolveu um programa de intervenção direcionada de financiamento e apoio para profissionais criativos para desenvolver um negócio a partir de seus talentos (Munro, 2017). O governo de Sydney, Austrália, se preocupou em fortalecer a cultura tradicional e a inserção de artistas locais nos seus festivais, vistos como lugares de experimentação para esses artistas não reconhecidos.

Na economia criativa existem setores fortemente desenvolvidos, com empresas grandes e/ou multinacionais mais consolidadas e especializadas. Por outro lado, apresenta áreas formadas por pequenas e médias empresas que apresentam barreiras para seu crescimento e por isso requerem políticas específicas (Rosyadi *et al.*, 2021). Atenção especial precisa ser dada também às pequenas manufaturas e artesãos individuais, que, muitas vezes, são negligenciados principalmente nos contextos dos centros urbanos (Grodach *et al.*, 2017).

Pontuam-se as ações do governo da Indonésia para superar as barreiras políticas de pequenas e médias empresas da economia criativa (Rosyadi *et al.*, 2021). Além do já então reconhecido desse setor para a economia do país (Fahmi *et al.*, 2016; Hadley *et al.*, 2020). Principalmente por meio de políticas destinadas a restabelecer a economia criativa da Indonésia após a crise instituída pelo Covid 19. Desta forma, pontuam-se as políticas de financiamento federal, regulamentações, planos de retomada da crise, auxílios para trabalhadores do setor, cursos de capacitação para pessoas e empresas, entre outros (Rosyadi *et al.*, 2022).

Por fim, destacam-se as políticas de diversos tipos de financiamento como as mais preponderantes diante da economia criativa (Bassett *et al.*, 2002; Galloway; Dunlop, 2007; Kon, 2016; Liu, 2021; Munro, 2017; Rosyadi *et al.*, 2021, 2022; Zhou *et al.*, 2020). Inclusive, após a pandemia do Covid 19, que afetou fortemente o setor, nos quais possui núcleos que não estavam preparados para os impactos (Gavrilova *et al.*, 2022; Rosyadi *et al.*, 2022).

2.3.6 PRINCIPAIS DIFICULTADORES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA

Apesar do papel dos governos para a consolidação da economia criativa em seus territórios, nem sempre as ações podem ser positivas, conforme exposto no quadro a seguir.

Quadro 4- Inibidores para o desenvolvimento da economia criativa

INIBIDORES	LITERATURA
Imprecisão conceitual	(Pratt e Hutton, 2013) (Galloway e Dunlop, 2007) (Pratt, 2010) (Munro, 2017)
Visão economicista	(Hesmondhalgh, 2005; Hesmondhalgh e Pratt, 2005) (Galloway e Dunlop, 2007) (Kim, 2017) (Park, 2016)
Regime Político e Partidos Políticos / Método de produção	(Galloway e Dunlop, 2007) (Kim, 2017)
Excesso de Burocracia	(Liu, 2013)

Fonte: adaptado de Silva, Silveira e Muzzio (2024)

O próprio setor cultural e criativo apresenta problemas de conceituação e definição precisa do que seria economia criativa e ICCs (Pratt; Hutton, 2013). Isso é visto como uma das principais barreiras para seu desenvolvimento. Ademais, em sua grande maioria, os governos não se preocupam em estabelecer definições precisas e específicas para seus territórios (Galloway; Dunlop, 2007). Objetivos confusos e avaliação inadequada para com as políticas culturais são outros inibidores desenvolvimento dos diversos núcleos nas economias criativa (Pratt, 2010).

Isso acontece porque, em vários países, o conceito de economia criativa é estabelecido conforme as potencialidades existentes. Isso pode gerar o fechamento de caminhos para fatores não econômicos, mas que são criativos. Nessa conjuntura, o termo economia criativa pode ser inútil na formulação de políticas (Munro, 2017). A formulação das políticas e a governança do setor não podem atender a padrões unicamente globais. Na maioria das vezes, não é exatamente isso que acontece.

Já foi percebido por parte de alguns governos o potencial da cultura e criatividade para alavancagem da economia. Desde as primeiras iniciativas para fortalecimentos das ICCs, alguns governos elucidaram apenas o caráter econômico do setor e a marginalização da cultura (Hesmondhalgh, 2005; Hesmondhalgh; Pratt, 2005). Como já destacado, as ICCs surgem em um contexto de neoliberalização das economias a partir do final do século XX e da massificação da produção cultural influenciada pela indústria norte americana (Galloway; Dunlop, 2007).

O regime político, partidos militantes e métodos de produção adotado no país influencia na natureza das políticas (Galloway; Dunlop, 2007). No entanto, não apenas governos com posicionamentos neoliberais enxergam a economia criativa sob a ótica econômica. Um exemplo disso é o governo coreano, que apesar de um regime autoritário, também recebe diversas críticas por enxergar a economia criativa pela lente econômica. Desta forma, a cultura e criatividade torna-se um sub-discurso dessa interpretação (Kim, 2017).

A natureza das alianças feitas entre governos e demais atores envolvidos pode influenciar tanto positivamente quanto negativamente. De modo geral, alianças com o capital financeiro e instituições conservadoras, levam os governos a adotarem políticas que enfatizam a perspectiva econômica da cultura e criatividade (Galloway; Dunlop, 2007). Posicionamentos ortodoxos sempre influenciaram políticas culturais, assoladas por medos modernistas (Hesmondhalgh; Pratt, 2005).

Ainda assim, a visão instrumentalista adotada por parte de diversos governos, contribui para estabelecimento de políticas que visam apenas obter ganhos monetários instantâneos (Scott *et al.*, 2018). Sendo traduzida apenas como fonte de crescimento econômico (Park, 2016).

Se por um lado as regulamentações consolidam as políticas culturais e criativas, em muitos casos, de caráter protecionista, por outro podem gerar excesso de burocracia (Liu, 2013). O excesso de regulamentação engessa as políticas, dificultam a inovação e adaptação e deixam o setor dependente do plano de governo vigente. Isso pode ser danoso para as políticas, principalmente em contexto de autoritarismo fragmentado e interesses conservadores (Liu, 2013).

2.3.7 PROCESSOS DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS VOLTADAS AOS DIVERSOS NÚCLEOS NA ECONOMIA CRIATIVA

A preocupação com o processo de formulação das políticas públicas não é recente. No quadro abaixo são apontados os principais processos de formulação das políticas para a economia criativa.

Quadro 5-Processo de formulação das políticas para economia criativa	
FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS	LITERATURA
Departamentos governamentais	(Gavrilova <i>et al.</i> , 2022)
Consultorias	(Schlesinger, 2009)
Agências intermediárias	(Munro, 2017)
Governança	(Park, 2016) (Mulero e Rius-Ulldemolins, 2017) (Procopiuck e Freder, 2020)

Saber quem está por trás desse processo, como pensam esses formuladores e quais relações as interações com demais política culturais, é uma demanda desde que se identificou o setor cultural e criativo (Hesmondhalgh; Pratt, 2005).

Alguns governos, como o caso Britânico, contaram com a atuação de empresas de consultorias especializadas para a formulação de suas políticas culturais. Mais especificamente as Think Tanks, formados por um grupo seletivo de intelectuais que fazem parte de uma proposta de expertise governamental capaz de gerar argumentos políticos direcionados e dominantes (Schlesinger, 2009). Outra prática é a transferência exatamente iguais de modelo de políticas, tida como práticas ideais. Apesar disso, não é possível constatar que existe um modelo explícito de política britânico (Pratt, 2010).

Recentemente o governo britânico, através dos formuladores de políticas públicas, desenvolveu um programa de intervenção direcionada. Foram criadas agências intermediárias, que são instituições que tangenciam tanto o governo e os formuladores de políticas, quanto os profissionais criativos e microempresas. O objetivo principal foi o treinamento e desenvolvimento dos indivíduos incluídos nas ICCs (Munro, 2017).

Para auxiliar no processo de formulação das políticas, o governo Russo criou agências para as ICCs. Dentre elas estão o departamento de Empreendedorismo e desenvolvimento inovador como forma de fortalecer os clusters criativos (Gavrilova *et al.*, 2022).

O papel da governança horizontal e flexível (Park, 2016), governança local (Mulero; Rius-Ulldemolins, 2017), governança multinível (Procopiuck; Freder, 2020) tem sido uma estratégia utilizada por alguns governos, inclusive municipais. A participação ativa de atores privados e sociais tanto na formulação quanto na implementação da política, contribui para implementar uma imagem mais próxima dos governos com os demais agentes da economia criativa (Park, 2016).

A preocupação de ser um agente que dialoga foi observada pelo governo da Austrália. O papel do discurso político e popular realçou a necessidade da implementação de políticas de consultas contínuas à comunidade, por meio de diversas plataformas de participação e aceitação (Budge, 2019). Já no governo Irlandês, a formulação das políticas é sustentada pelo governo de coalizão e reorganizações departamentais. Ressalta-se a falta de estruturação do governo em termos administrativos para adequação aos problemas que assolam as políticas (Hadley *et al.*, 2020).

No que tange a formulação de políticas públicas para as cidades Steward e Kuska, (2010) introduziram a metodologia EcoSTEPSPM. Trata-se de um instrumento abrangente para

projeto, planejamento e administração urbana sustentável para coordenação das cidades a longo prazo. A ferramenta é composta por cinco domínios da sustentabilidade: qualidades ambientais, condições socioculturais, aplicações tecnológicas, padrões e vitalidades econômicas e políticas públicas democráticas de apoio.

Por fim, um modelo ideal de práticas políticas também não existe. Mesmo a aplicação de tais métodos genéricos em diferentes contextos, gera resultados diferentes. Isso porque, cada contexto apresenta suas particularidades e as reações serão de acordo com a relação entre a política e a natureza do lugar (Pratt, 2010).

Em síntese, as ações governamentais por meio das políticas públicas, nas economias criativas são diversas e estão em torno dos diversos núcleos. Setor de jogos, comunicação, cinema, esporte, eventos, conteúdos digitais, turismo, planejamento urbano e rural. O limite é estabelecido por cada país, na medida em que determina o que para sua realidade está inserido dentro da economia criativa.

Nas políticas de inovação estão todas ações voltadas para dinamizar o setor, clusters, ecossistemas criativos e culturais, acompanhamento dos avanços tecnológicos, entre outros. As dimensões de políticas para o turismo e valorização e estruturação do espaço urbano e Rural em alguns momentos podem se imbricar. No entanto, a valorização dos espaços urbanos e rurais devem ocorrer independentemente do objetivo turístico. Por fim, a estrutura de governança é uma dimensão que engloba tanto como a gestão está estruturada, quanto quem são os atores preponderantes nas tomadas de decisões. Além disso, o nível de especialização, estruturação, transparência e eficiência administrativa nos espaços de tomadas de decisão.

De modo geral, as ações governamentais, por meio das políticas públicas, nas economias criativas podem ocorrer em diversos espaços de atuação e níveis. Nível nacional, regional e local, nos distritos clusters, nos espaços rurais e urbanos. Além disso, cabe sua atuação tanto nas empresas de grande porte, quanto pequenas e médias empresas, artesãos individuais. Mas, o primeiro passo é uma atuação interna de reestruturação administrativa para ser capaz de lidar com as diversas demandas dos diversos núcleos. Também a inserção das demandas da economia criativa nas prioridades nacionais.

No entanto, observa-se a carência de uma política voltada para o setor da economia criativa. As tentativas apresentam-se fragmentadas em ações particulares. O setor continua disperso, dependendo de pequenas ações que copiam a governança para uma economia tradicional.

2.3.8 PANORAMA NACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA

Pensadores brasileiros, a exemplo de Celso Furtado, já haviam inserido a cultura e criatividade como recursos para promoção do desenvolvimento. Atuando como secretário no recente Ministério da Cultura do Governo de José Sarney, em 1985, Furtado promoveu debates a respeito de um modelo de desenvolvimento endógeno.

Furtado (1978) já havia observado que a criatividade e cultura estavam se tornando fontes de matérias-primas para as economias até então emergentes. Por serem recursos infinitos e democráticos, a cultura e a criatividade são um importante ponto de partida para países que apresentam grande diversidade cultural estruturarem seus processos econômicos. Em países desenvolvidos como o Brasil, o aproveitamento dos recursos culturais permite um desenvolvimento pautado nas potencialidades locais e regionais. Porém, Furtado apontou que tanto a cultura quanto a criatividade foram colocadas a serviço da acumulação do capital.

Na Constituição Federal de 1988 a cultura é inserida como um direito aos cidadãos e direito do Estado em promover e proteger os bens culturais. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, art. 215).

Outro importante momento para a cultura no Brasil foi a atuação de Gilberto Gil (2003-200) como ministro da cultura no governo Lula (2003 a 2010). Gil inseriu a cultura como elemento central para o desenvolvimento econômico e social do país. Sua política cultural era embasada em três dimensões: a dimensão simbólica, a dimensão cidadã e a dimensão econômica.

A criação da Secretaria de Economia Criativa foi um momento importante para a política de economia criativa no país. Leitão (2016) afirma que o conceito adotado pela secretaria para a economia criativa não englobava a propriedade intelectual, uma característica dos países que usam a nomenclatura de indústrias criativas. Apesar disso, a tentativa de inserir uma política para economia criativa, o conceito adotado no Brasil para economia criativa, ainda é muito limitado e reproduz a ideologia anglo-saxônica. Isso impossibilita a formulação de políticas públicas mais adequadas para essa economia (Leitão, 2016).

Ao analisar a literatura nacional para identificar as nuances das políticas formuladas para esse setor, observou-se que os estudos sobre as ações governamentais, por meio de políticas públicas, estão relacionados às demandas da economia intensificadas a partir dos anos de 2010. Até então, as pesquisas eram voltadas para discutir localidades ou setores específicos, como o trabalho de Burman (1996) que estudou os impactos da Cultura na Economia da Bahia.

Fornazari (2006) estudou sobre as políticas públicas de regulação e incentivo ao cinema no Brasil. Bruno, Fonseca Netto e Bruno (2011) estudaram as políticas públicas para o setor têxtil e distritos criativos. Leitão *et al.* (2010) problematizaram o Nordeste em termos do seu potencial em Economia criativa. Já Vasconcelos e Santos (2010) estudaram sobre o papel da Fundação Nacional em Artes, criada em 2008. Costa *et al.* (2011) estudaram a política cultural de desenvolvimento do Programa Bairro Escola, do município de Nova Iguaçu — Rio de Janeiro. Wachowicz e Silva (2011) em suas análises, buscaram discutir sobre o direito autoral no âmbito da economia criativa.

A inserção da economia criativa como estratégia governamental apontada pela literatura ainda era um incipiente, foram discutidos aspectos, de formas amplas, nos quais essa economia poderia contribuir para a dinâmica econômica e social do país. A partir de 2013, as publicações, em um primeiro momento, foram direcionadas para pesquisas que pensavam em uma política pensada para a economia criativa no país. Um fator que contribuiu para esse fenômeno foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Criativa em 2011, considerada passo primordial para a consolidação de uma estratégia nacional para o setor. Porém, os avanços a partir de então foram comprometidos com sua extinção em 2016, nos quais a literatura reflete bem.

Nesse ínterim, Marchi (2014) ao realizar uma análise sobre o Plano Nacional de Economia Criativa, criado a partir da constituição da secretaria, observou problemas políticos já de início. As mudanças do quadro de funcionários, restrições orçamentárias, disputas de soberania entre a pasta de cultura e outras pastas, por exemplo, já eram observadas desde o início da construção dessa política.

Bianchi e Borini (2013) ao estudar o processo de internacionalização das indústrias criativas brasileiras identificaram que as instituições formais possuem papel de fomento à força de trabalho e inovação. Já as instituições informais são responsáveis pela diversidade e criatividade. Também identificam que o papel dos governos para o desenvolvimento da economia criativa é no sentido de 1) Articular a visão do futuro; 2) Criar regras e normas coerentes; 3) Oferecer recursos necessários; 4) Criar um ambiente onde as pessoas criativas possam florescer; 5) Preparar a sociedade para ser aberta, criativa, consciente e comunicativa.

Serra e Fernandez (2014) ressaltam a pertinência da economia criativa para geração de emprego e renda, principalmente de jovens, por sua atratividade e dinamicidade, que muitas vezes faz com que esse público se identifique. Mas, sinalizam que no ano de 2014 às políticas públicas para esse setor apresentam lacunas que promovam seu desenvolvimento e limitações por parte do poder público na compreensão do potencial dessa economia.

Reis *et al.* (2017) ao estudarem o processo de institucionalização da economia criativa no Brasil, ressaltam que o marco divisor de águas para esse setor foi com a criação do Plano da Secretaria da Economia Criativa, por meio da criação de uma secretaria própria, e também do Observatório Brasileiro da Economia Criativa (OBEC). Atrelado a isso, os aumentos nos investimentos por parte do governo federal contribuíram para o avanço no setor. Até então, segundo os autores, a economia criativa no Brasil estava passando pela fase de sedimentação.

Essa fase é apontada por Kon (2016) em que se destaca o período pós criação da Secretaria de Economia Criativa como fase de planejamento e formulação das metas institucionais. Ademais, a autora reconhece que não é apenas o ator governo, capaz de desenvolver esse setor, apesar de sua atuação ser necessária. Nesse sentido, a atuação se dá primordialmente por meio de regulação e incentivos financeiros e não financeiros. Mas, antes de tudo, e sinalizado pela autora, faltando no Brasil é um reconhecimento do potencial da economia criativa como um importante setor para o desenvolvimento do país, seria um urgente plano de articulação e o estímulo ao desenvolvimento de empreendimentos criativos.

Bresciani, Peria e Chér (2022) fizeram uma análise do panorama da economia criativa na América Latina e evidenciaram que os países estudados se encontram em estágios diferenciados de desenvolvimento. Colômbia e México se destacam por apresentarem grande patrimônio cultural, com estratégias nacionais mais robustas e estruturadas. Chile e Uruguai apresentaram estratégias centradas em suas capitais nacionais, pautadas na participação social ou em planejamento de longo prazo. O Brasil se destacou pela ausência de uma estratégia nacional para economia criativa, apesar de sua pujante diversidade cultural. Além disso, observam-se atuações isoladas por parte de governos locais (estados e municípios), também a participação de demais atores da sociedade civil.

Essas constatações de Bresciani, Peria e Chér (2022) corroboram com os trabalhos de Bianchi e Borini (2013) e Serra e Fernandez (2014) e demais autores que anteriormente sinalizaram as limitações por parte do governo brasileiro de formular políticas efetivas para a economia criativa. Porém, o que Bresciani, Peria e Chér (2022) trazem de novo é a pertinente atuação dos governos subnacionais, juntamente com demais atores sociais, nos quais passaram a responder por grande parte da articulação da economia criativa no Brasil. Os atores (stakeholders) também foram destacados por Kon (2016), a autora destaca a participação desses atores, mas também uma falta de políticas pragmáticas que reconheçam seu papel na cadeia produtiva.

Isso fica evidente também na literatura, quando se observa produções que investigam políticas de cunho subnacional. Com a criação da Secretaria de Economia Criativa, que se configurou como um divisor de águas para pensar uma estratégia nacional de economia criativa, as publicações refletem esse processo. Observaram-se as preocupações, por parte das pesquisas, em estudar a política de economia criativa do ponto de vista estratégico, como o caso de Bresciani, Peria e Chér (2022), Serra e Fernandez (2014), Bianchi e Borini (2013). Porém, a escassez de evidência empírica resultou em trabalhos documentais em torno de documentos e regulamentos.

Emmendoerfer, Fioravante e Cezar (2016) contribuíram com o artigo analisa o planejamento governamental e a comunicação organizacional voltados à Economia Criativa no Brasil, com foco no período de 2011 a 2014 e na atuação da Secretaria de Economia Criativa (SEC). Os autores destacam que a comunicação, tanto interna quanto interorganizacional, foi um eixo central para articular governo, sociedade civil, universidades e organismos internacionais. O estudo mostra que a EC passou a ser reconhecida como política de Estado, estruturada em vetores macro (institucionalização, pesquisas, marcos legais) e microeconômicos (empreendedorismo, capacitação, redes criativas). Como contribuições, evidencia-se que instrumentos como o Observatório Nacional de Economia Criativa e os Criativas Birôs foram fundamentais para difusão de informações e apoio a empreendedores. Entretanto, também se apontam desafios, como carência de dados sistematizados, disputas políticas e falhas de comunicação pública, que dificultam a institucionalização plena da EC. O trabalho conclui que, apesar dos entraves, o Brasil deu passos relevantes ao inserir a criatividade como vetor de desenvolvimento territorial, demandando continuidade, transparência e articulação entre diferentes atores para consolidar essa política.

Para enfraquecer o processo de investigação de uma política nacional para economia criativa, o Governo Federal em (2016) extingue a Secretaria Nacional de Economia Criativa, e consequentemente, as ações estabelecidas no Plano Nacional ficam comprometidas. Em seguida, com a pandemia do Covid 19, as ações governamentais passaram a ser no sentido de conter as consequências da crise.

Como reflexo, as produções se intensificaram em torno das políticas subnacionais. Destacam-se os trabalhos de Marçal e Santos (2018) que estudaram a política de economia criativa em Pernambuco para os anos de 2013–2016. Os autores destacaram que, ao longo desse período, as políticas pensadas para economia criativa não se sustentaram apenas com investimentos de empreendedores sociais e culturais da iniciativa privada, uma vez que os

governos federal e estadual diminuíram seus investimentos. Nesse sentido, destacam-se as consequências da extinção da Secretaria Nacional de Economia Criativa. Santos, Gonçalves e Simões (2019) ao estudar a gestão de programas públicos de economia criativa no estado do Rio de Janeiro, destacam que os programas enfrentam a falta de definição do papel do estado e as formas compartilhadas de gestão e de transparência de informações sobre os programas.

Batista (2017) estudou sobre a Lei da TV Paga (Lei 12.485/2011) e da nova configuração dada por esta ao Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) a partir da política de regulação audiovisual. Já Sarmento e Anjo (2019) estudaram o papel da Lei Municipal 3.730 ou Lei Rubem Braga (LRB) da capital Vitória-ES. Evidenciaram que os avanços em termos de políticas no setor foram prejudicados desde a suspensão dos editais, em 2016, pois a economia criativa em ES é ainda dependente do controle estatal. Já Teixeira, Teixeira e Benini (2019) investigaram a institucionalização da economia criativa no Mato Grosso do Sul. Destacaram que o rebaixamento da Superintendência de Economia Criativa para a categoria de Coordenação, significou perda de autonomia das ações para o setor, além de implicações negativas. Consequentemente, do ponto de vista de orçamento, o setor passou a ser comprometido.

Aguiar e Lima (2020) constataram que a política pública para São José dos Campos (SP) apresenta um viés focado apenas na dimensão econômica, além disso, não contempla as formas de manifestação da heterogeneidade presente no lugar quando analisadas as decisões governamentais. Procopiuck e Freder (2020) destacaram as dificuldades em estabelecer uma governança que estabeleça uma relação entre atores dos três entes federados para a formulação e implementação de políticas públicas para o setor cultural e criativo de Curitiba.

Já sobre as políticas de urbanização no âmbito da economia criativa em Belo Horizonte, Salles (2022) constatou que o processo de renovação urbana e utilização de novos espaços públicos podem ocorrer por meio de parcerias público-privadas. Esse processo acontece antes de tudo em metrópoles, como Belo Horizonte.

O pensar o espaço urbano através da ótica da economia criativa foi discutido também por Leitão (2016). Em um estudo reflexivo, a autora relata que o “destino de uma cidade” é muito mais significativo e estratégico para as políticas públicas do que a “cidade como um destino”, isso significa pensar a cidade como um lugar de inclusão, socialização e humanização dos indivíduos. Já Junqueira e Anjos (2019) estudaram como a economia criativa, pensada através das cidades, pode beneficiar a atividade turística local de Balneário Camboriú. Já Piekas *et al.* (2018) fizeram um estudo parecido na cidade de Chapecó-SC. Outra parte da literatura

se destina a estudar atividades turísticas, como o caso Silva, Paiva Júnior e Santana (2021). Os autores relatam que a política pública para o turismo criativo pode contribuir para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável — ODS.

Pensar a economia criativa como setor potencial de desenvolvimento é pensar também em territórios e aglomerados. Nesse sentido, Aguiar e Lima (2021) afirmam que o protagonismo do território e dos atores locais levam a uma visão de desenvolvimento endógeno. Na economia criativa, pensar nesse desenvolvimento é considerar a capacidade estatal em desenvolver políticas públicas. Para tanto, os autores pensaram os fatores estruturantes: instrumentos de planejamento, incentivos ao setor, estrutura organizacional governamental, relações intergovernamentais. Diniz e Mendes (2017) afirmam que a relação entre território, criatividade, economia e cultura são múltiplas, isso permite a construção de novos nexos territoriais e econômicos.

Dias e Lima (2022) fizeram um mapeamento das indústrias criativas no Brasil a partir de um mapeamento de aglomerações produtivas potenciais e sua contribuição para o desenvolvimento local. Os resultados dos autores apontaram três grupos principais classificados, respectivamente, como grande polo criativo nacional, polo criativo nacional e polo criativo regional. Já Reis, Lima e Teixeira (2022) discutiram a possibilidade de um ecossistema criativo para o nordeste brasileiro.

Já no âmbito do empreendedorismo destaca-se o trabalho de Emmendoerfer *et al.* (2021), cujo objetivo é de analisar a apropriação do empreendedorismo em políticas públicas, especificamente no contexto da Economia Criativa no Brasil. O estudo revelou que o empreendedorismo em políticas públicas na Economia Criativa (EC) brasileira é multifocal, integrando educação, gestão, redes de cooperação e sustentabilidade. A PPNEC institucionalizou ações voltadas à cultura, inovação e inclusão social, mas enfrenta desafios de identidade profissional e falta de órgãos especializados. Riscos na implementação incluem desconhecimento do setor e tensões entre valores culturais e empresariais, mitigáveis por educação e parcerias público-privadas. A pesquisa aponta lacunas empíricas, inspirando novas agendas de investigação e políticas para fortalecer territórios criativos.

Silva *et al.* (2025) em um estudo sobre o Festival Folclórico de Parintins (AM) demonstraram que o *placemaking*, entendido como construção de lugares criativos, fortalece a diversidade, a inclusão social, a resiliência e a sustentabilidade urbana, tendo como estudo de caso o Festival Folclórico de Parintins. A pesquisa qualitativa revelou que, embora a administração pública tenha implementado iniciativas relevantes, persistem desafios na

manutenção de investimentos contínuos, fundamentais para consolidar o placemaking como política pública de fomento à economia criativa.

Vitória e Emmendoerfer (2025a) desenvolveram uma pesquisa sobre a sistematização dos CNAEs da economia criativa no Brasil. A pesquisa analisou as potencialidades e limitações da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para mensurar e monitorar a economia criativa no Brasil. Constatou-se que, apesar de fornecer detalhamento relevante, a classificação ainda apresenta lacunas para abranger ocupações emergentes e setores híbridos, prejudicando o desenho de políticas públicas. O estudo concluiu que revisões periódicas e maior integração com indicadores modernos são necessárias para que os CNAEs representem melhor a dinâmica da economia criativa.

Vitória e Emmendoerfer (2025b) analisaram os espaços teatrais Belo Horizonte. O estudo analisou a distribuição dos espaços teatrais em Belo Horizonte e revelou uma forte concentração na região Centro-Sul, responsável por 67% dos teatros, enquanto diversas áreas periféricas possuem poucos ou nenhum equipamento cultural. Essa centralização reforça desigualdades no acesso à infraestrutura, financiamento, visibilidade e participação cultural, além de limitar a democratização das políticas culturais. O artigo conclui que a descentralização cultural exige políticas públicas substantivas que promovam justiça territorial, equidade no financiamento, valorização das práticas culturais comunitárias e participação social na gestão dos equipamentos.

Negrão *et al.* (2025) estudaram as estratégias para a sustentabilidade no contexto da (bio) economia criativa de Belém (PA). O estudo investigou empreendimento gastronômicos da Ilha do Combu (PA) e demonstrou como esses negócios têm incorporado estratégias ambientais alinhadas à *Natural Resource-Based View* (NRBV), adaptando-as a pequenos empreendimentos de serviços, tradicionalmente negligenciados pela literatura. Os resultados mostraram que tais empresas articulam turismo, gastronomia, cultura e meio ambiente, oferecendo experiências que vão além do consumo alimentar e aproximam os visitantes do processo produtivo. Embora apresentem avanços estratégicos, ainda não exploram todo o potencial das cadeias de sustentabilidade, o que poderia ampliar benefícios econômicos e sociais. Como contribuição teórica, os autores propõem a evolução do modelo RBV/NRBV para uma *Sustainable Resource-Based View* (SRBV), capaz de explicar de forma mais abrangente as dinâmicas da bioeconomia criativa e servir como referência para estudos comparativos e futuras políticas de desenvolvimento sustentável.

A partir da literatura nacional, foi possível categorizar os principais dificultadores que contribuem para inibir a criação de uma política para a economia criativa no Brasil.

Quadro 6 - Inibidores para construção de uma política de economia criativa no Brasil

Inibidores	Literatura
Percepção limitada do potencial da economia criativa	Kon (2016); Bresciani, Peria e Chér (2022)
Ausência de uma estratégia unificadora e uma definição precisa para a economia criativa.	Kon (2016); Bresciani, Peria e Chér (2022); Santos, Gonçalves e Simões (2019)
Ausência de um banco de dados confiáveis, dentre eles indicadores, levantamentos, entre outros. Além de um sistema de transparência confiável para o setor que permita avaliação e controle das políticas de forma adequada.	Kon (2016); Santos, Gonçalves e Simões (2019); Teixeira, Teixeira e Benini (2019) Vitória e Emmendoerfer (2025a)
Limitações em termos de articulação com demais atores sociais, estatais e instituições internacionais.	Kon (2016); Bresciani, Peria e Chér (2022); Procopiuck e Freder (2020), Lelis, Costa e Silva (2018); Sarmento e Anjo (2019), Reyes Junior; Dias; Gomes (2019)
Comunicação organizacional	(Emmendoerfer; Fioravante; Cezar, 2016) Fioravante e Cezar (2016)
Descontinuidade política e influência de cunho político-administrativo	Anjo e Teixeira (2019)
Limitações em termos de financiamento	Marçal e Santos (2018), Teixeira, Teixeira e Benini (2019), (Reyes Junior; Dias; Gomes, (2019) Vitória e Emmendoerfer (2025b)

Fonte: Dados da pesquisa adaptado de Silva *et. al.* (2024)

Os problemas relacionados à ausência de informações e estabelecimento de marcos legais já tinham sido apontados por Leitão (2016). Somados a isso, a oferta de formação, modelos de negócios precários e baixa institucionalidade comprometem o processo de formulação de políticas públicas.

Na ausência de estratégias nacionais, as políticas passam a ser pensadas nos níveis subnacionais (estados e municípios). Também se conta com a participação de outros atores sociais para dinamizar a economia criativa.

Nesse sentido, um estudo feito por Muzzio *et al.* (2024) na literatura sobre criatividade no Brasil, mostrou que as especificidades do contexto brasileiro revelam um campo fértil para o estudo da criatividade, mas que ainda permanece pouco explorado. A cultura nacional, marcada por manifestações como o carnaval e pelo conhecido “jeitinho brasileiro”, apresenta práticas que refletem formas singulares de resolução de problemas e de geração de soluções criativas, carregadas de valores simbólicos e sociais. Um exemplo emblemático é a forma como,

diante da escassez de recursos, comunidades e organizações brasileiras desenvolvem alternativas inovadoras, como as gambiarras utilizadas nas produções carnavalescas, que transformam limitações em oportunidades para a criação estética e funcional.

Além dos elementos culturais, o país conta com ecossistemas estratégicos como o Porto Digital e a própria indústria criativa, que demonstram a capacidade de articulação entre tecnologia, cultura e inovação. No entanto, esses espaços ainda carecem de maior análise sob a ótica da gestão, de modo a compreender como tais iniciativas podem fortalecer tanto a competitividade organizacional quanto a formulação de políticas públicas.

Assim, um país que investe pouco no potencial criativo de sua população e de suas organizações tende a não valorizar esse recurso tão essencial para o desenvolvimento da economia criativa. Isso se reflete nos órgãos públicos e na formulação de políticas voltadas para o setor.

2.3.9 PANORAMA LOCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA

A Firjan em análise no Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil 2025 mostra que o estado de Pernambuco é um dos polos mais relevantes da região Nordeste, destacando-se sobretudo na área de Consumo, onde reúne volume expressivo de empregos formais em segmentos como publicidade, marketing, moda, arquitetura e design. Embora São Paulo concentre a maior parte desses vínculos, Pernambuco aparece entre os estados com presença significativa, o que reflete sua capacidade de articular tradição cultural e inovação aplicada ao mercado criativo (FIRJAN, 2025).

Outro ponto importante é a contribuição da área de Cultura, em que Pernambuco se sobressai pela força das expressões culturais, patrimônio e música, que dialogam com a identidade nordestina e alimentam tanto o turismo quanto cadeias produtivas locais. Esse segmento, em 2023, foi o que mais cresceu nacionalmente e em Pernambuco é sustentado por eventos como o Carnaval e o São João, além da produção artesanal reconhecida em cidades como Caruaru e Passira. Esse dinamismo cultural não apenas preserva tradições, mas também amplia oportunidades de geração de renda e visibilidade internacional (FIRJAN, 2025).

Comparando Pernambuco com outros estados do Nordeste, observa-se que o estado ocupa posição relevante na economia criativa regional, mas apresenta características distintas. No PIB criativo, Pernambuco registra cerca de 2,6% de participação, ficando abaixo da média nacional (3,6%) e atrás de estados como Ceará (4,9%) e Bahia (3,0%). Isso indica que, embora expressivo, o peso da economia criativa em Pernambuco ainda não alcança os mesmos

patamares de contribuição econômica observados em outros vizinhos nordestinos (FIRJAN, 2025).

No campo do mercado de trabalho criativo, Pernambuco tem destaque na área de Tecnologia, com 35,8% de participação dos empregos criativos em 2023, superando Bahia (33,1%) e ficando muito acima do Ceará (24,0%). Esse resultado está fortemente associado ao Porto Digital, em Recife, reconhecido como um dos maiores parques tecnológicos do país, e que sustenta a competitividade do estado em inovação, TI e serviços digitais. Por outro lado, em Cultura, Pernambuco tem participação menor (8,8%) em comparação com Bahia (12,0%) e Rio Grande do Norte (12,5%) o que mostra uma relativa perda de protagonismo em setores tradicionalmente ligados à sua identidade cultural (FIRJAN, 2025).

Já em termos de expressões culturais e patrimônio, a força de Pernambuco se mantém evidente, mas de forma mais localizada. Festas como o Carnaval do Recife e Olinda e o São João de Caruaru, além do artesanato de Caruaru e Passira, projetam o estado nacional e internacionalmente. Contudo, a Bahia e o Ceará aparecem como líderes regionais em termos absolutos de vínculos empregatícios na Cultura. Assim, o panorama revela que Pernambuco desponta como polo tecnológico criativo, enquanto Bahia e Ceará mantêm maior peso na dimensão cultural da economia criativa nordestina (FIRJAN, 2025).

Por fim, o estudo aponta que Pernambuco, apesar do potencial, ainda enfrenta desafios estruturais para consolidar a economia criativa, sobretudo na área de Tecnologia. O Porto Digital, em Recife, é referência nacional em inovação, abrigando empresas de TI, games e soluções digitais, mas a falta de infraestrutura digital em regiões fora da capital limita a expansão do setor. Além disso, há uma dependência considerável de eventos sazonais e forte informalidade em áreas como artesanato e música. Assim, o futuro da economia criativa no estado dependerá de políticas de formalização, capacitação técnica e ampliação da conectividade digital, de modo a garantir sustentabilidade e expansão do setor (FIRJAN, 2025).

Uma pesquisa feita pela ADEPE sobre a economia criativa em Pernambuco mostra que o setor tem grande relevância para o estado, especialmente nos agrupamentos de patrimônio, mídia, criações funcionais e artes. O estudo revelou que municípios como Bezerros, Glória de Goitá e São Caitano apresentam altos índices de especialização (QL), destacando-se como polos criativos regionais. Já cidades maiores, como Recife, concentram o maior volume de empregos no setor criativo, mas de forma mais diversificada, o que resulta em índices de especialização relativamente menores (ADEPE, 2023).

Outro resultado importante foi a análise do Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), que mostrou diferenças entre os agrupamentos. O setor de patrimônio apresentou o menor índice (0,08), evidenciando ser o mais competitivo e diversificado, com diversas iniciativas de pequeno porte coexistindo. Já criações funcionais (0,42) e mídia (0,40) apresentaram concentração moderada, sugerindo que algumas empresas ou atividades têm maior peso nesses segmentos, embora ainda haja espaço para diversidade. Esse quadro reforça que a economia criativa em Pernambuco combina nichos especializados com setores mais dispersos (ADEPE, 2023).

Por fim, a pesquisa destacou desafios que comprometem o pleno desenvolvimento do setor, entre eles a informalidade, principalmente no artesanato e na música, e a dificuldade de acesso ao financiamento para pequenos empreendedores criativos. Além disso, a falta de infraestrutura digital em regiões fora dos grandes centros limita a expansão de setores como mídia e criações digitais. O estudo conclui que, apesar do enorme potencial de geração de empregos e promoção cultural, é necessário investir em políticas públicas de formalização, crédito e infraestrutura tecnológica para consolidar Pernambuco como um polo criativo sustentável no Brasil (ADEPE, 2023).

Em Pernambuco, a economia criativa tem sido fomentada por diferentes instâncias do governo estadual, ainda que de forma fragmentada e com pouca articulação estratégica. A pasta responsável por esse setor está vinculada à Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (ADEPE), que atua com foco na promoção da inovação, do empreendedorismo e das cadeias produtivas criativas no estado. Paralelamente, a Secretaria de Cultura desenvolve ações voltadas ao fomento cultural, sendo responsável por programas e editais que dialogam diretamente com setores que compõem a economia criativa.

Entre algumas iniciativas de fomento e apoio à economia criativa em Pernambuco, destacam-se a Feneart - Feira Nacional de Negócios do Artesanato, a Incubadora Pernambuco Criativo, o Edital Desenvolve Cultura, o Mape – Mapa da Moda Autoral de Pernambuco, e o projeto “Ser Tão Mais Criativo”. Além dessas ações específicas, o estado também se apoia em mecanismos de financiamento cultural como o Funcultura, e em políticas federais como a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) e a Lei Paulo Gustavo, que vêm desempenhando papel importante na recuperação do setor cultural após os impactos da pandemia.

Apesar da existência desses programas e fontes de financiamento, observa-se que grande parte das ações implementadas em Pernambuco têm se concentrado na execução de

políticas federais. Isso evidencia uma forte dependência da governança nacional, com poucas iniciativas estruturadas de origem local que considerem as especificidades regionais e as vocações criativas do território pernambucano. A atuação estadual tem se limitado, em muitos casos, à operacionalização dos recursos repassados pela União, sem a construção de uma estratégia própria que fortaleça a governança local da economia criativa.

Outro ponto crítico é a ausência de um Plano Estadual de Economia Criativa que articule as diversas secretarias e agentes envolvidos, conectando políticas públicas nas áreas de cultura, economia, turismo, inovação e educação. A falta de uma política pública estruturante impede a consolidação de um ecossistema sustentável para a economia criativa no estado, o que compromete a continuidade e a eficácia das ações desenvolvidas.

Iniciativas como o MAPE ou a Incubadora Pernambuco Criativo, embora relevantes, tendem a ser pontuais e de alcance limitado, justamente por não estarem inseridas em uma política de longo prazo. Nesse sentido, torna-se urgente a formulação de um plano estadual que defina diretrizes claras, metas, indicadores e linhas de ação que possam orientar o desenvolvimento da economia criativa como vetor de desenvolvimento econômico, inclusão social e valorização da cultura local em Pernambuco.

3 SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E EM REDE, REDES DE POLÍTICAS E A ECONOMIA CRIATIVA

Nesse capítulo, será abordada a relação entre a sociedade do conhecimento e em rede e a economia criativa, destacando a contribuição da teoria descentralizada para o estudo das políticas para economia criativa. Primeiramente, será discutido como a sociedade do conhecimento e em rede proporciona um ambiente propício para o florescimento da economia criativa, caracterizada pela inovação, colaboração e disseminação do conhecimento. Em seguida, será explorado o papel da teoria descentralizada como uma lente analítica relevante para entender as dinâmicas econômicas e sociais relacionadas à economia criativa.

Por fim, serão apresentadas as dimensões e categorias sugeridas no estudo para a proposição do modelo, cujo objetivo é compreender as percepções dos atores sobre os fatores internos e externos às redes de políticas públicas voltadas para esse setor.

3.1 RELAÇÃO ENTRE E REDE E A ECONOMIA CRIATIVA

Como apontado por Castells (1996) e demais de seus trabalhos, ocorreu no final do século XX a ascensão de uma sociedade que possui como fonte de energia a tecnologia e o conhecimento. Estes, por sua vez, são elementos intangíveis e apresentam grande capacidade de reprodução. Ao mesmo tempo, essa sociedade está organizada em fluxos globais de capital, intermediados por tecnologias que emanam da reprodução desse conhecimento. Nesse sentido, forças sociais e culturais interagem com as tecnologias da informação complexamente, moldando-as e sendo moldadas por elas (Duff, 2023).

Surge uma economia dinâmica, imaterial, menos prejudicial ao ambiente e a inovação, criatividade e democracia, no qual o combustível é a inovação. Para Castells (1996) essa sociedade é dinamizada pelo papel dos empreendedores e dos demais atores que formam a classe criativa, nos quais lideram projetos informacionais em constantes mudanças.

Na era da informação e em rede, tendências globais estão se expandindo especialmente no campo da cultura. Desta forma, abrange setores da música, televisão, cinema, jogos de computador, literatura, design e materiais de aprendizagem. Esse processo é influenciado pela convergência tecnológica, isto é, pela digitalização de conteúdos e pela integração de tecnologias de informação com tecnologias de comunicação e mídia (Himanen, 2006).

Nessa conjuntura, surgem economias, a exemplo da economia criativa (Howkins, 2001), que se destaca por sua dupla relação com a sociedade do conhecimento e em redes. A economia criativa é caracterizada por apresentar como matéria-prima a criatividade e capital intelectual. Engloba diversos setores que vão desde os ligados aos aspectos culturais, quanto às mídias e

tecnologias da informação. É um tipo de economia que representa bem o que Castells defende como economia movida aos elementos simbólicos e intangíveis, no qual apresenta uma classe própria de empreendedores que dinamizam a economia por meio da inovação, criatividade e tecnologia.

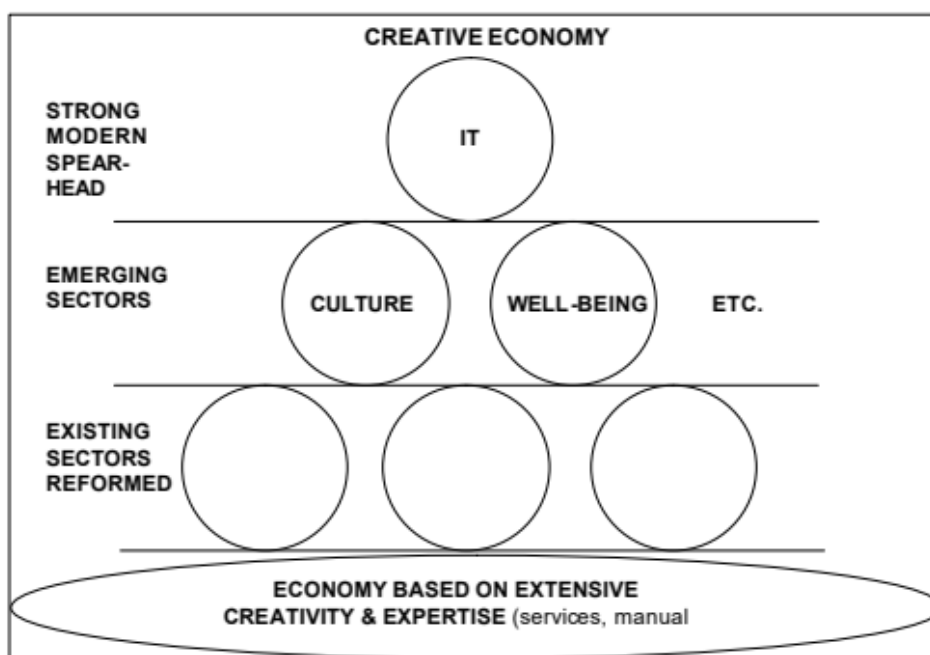
As prospecções são de que a criatividade continue sendo fonte de produtividade nas próximas fases da sociedade da informação.

Os países desenvolvidos têm que procurar ativamente novas áreas de atividade econômica onde a criatividade faça a diferença. Apesar de os países desenvolvidos não se deverem fixar apenas em certos campos, encontrarão um novo potencial na cultura e bem-estar, o maior setor emergente na segunda fase da sociedade da informação (Hiemanen, 2006, p. 355).

Porém, vale salientar que não apenas os países desenvolvidos tendem a pautar suas atividades produtivas nos setores criativos e inovadores. Como visto no capítulo de economia criativa, a tendência para países subdesenvolvidos é a utilização dessas fontes para suas atividades.

A economia criativa é uma área que penetra todas as áreas da economia. Não apenas seus setores próprios, mas setores tradicionais também requerem desenvolvimento de criatividade e inovação, conforme a figura a seguir (Hiemanen, 2006, p.358).

Figura 9- Uma economia baseada em extensa criatividade e expertise



Fonte: Retirado de Hiemanen (2006)

Esse setor se estrutura em torno de redes de atores que partilham de significados comuns e habilidades distintas. Se articulam tanto globalmente quanto localmente. Ao passo que movimentam grande montante de riqueza. Por apresentar diversos setores distintos e desproporcionais, a economia criativa apresenta problemas de desigualdade entre os atores, tanto discrepância de tamanho como de poder. Além disso, o mapeamento desses atores se torna limitado. Os setores mais influentes, que envolvem maiores lucros, apresentam-se como dominantes.

Negativamente, essa tomada de poder por parte das grandes redes dominantes insere a economia criativa em uma agenda de mercantilização dos aspectos criativos e culturais. Isso ocorre porque a cultura e a criatividade das nações a partir de meados do século XX passaram a ser aproveitadas para o desenvolvimento dos países, inclusão da diversidade e coexistência pacífica. Desta forma, a cultura passou a ser vista como um recurso para melhoria sociopolítica e para solução de conflitos acerca da cidadania. Nesse ínterim, a cultura foi evocada para resolver problemas que eram de domínios da economia e da política (Yúdice, 2013).

Porém, os aspectos sociopolíticos e econômicos de gerenciamento cultural dificilmente, ou raramente, chegam a um acordo, sem que haja conflitos de interesses (Yúdice, 2013). A cultura é colocada a serviço dos processos econômicos, e tem na tecnologia e nas mídias de comunicação um aparato impulsionador para garantir a apropriação dos aspectos culturais e criativos pelo mercado (Kellner, 2001).

Por outro lado, também engloba as diversas pessoas, grupos e movimentos que por carência de representatividade institucional, organizam-se em todos de seus valores culturais e sociais, nos quais vivem em diferentes dimensões da prática social. Esses grupos retratam a fala de Castells (2018, p 98).

O Estado-nação, construído durante a Idade Moderna, entra em crise por sua tensão interna entre ser nodo de redes globais, nas quais se decide o destino de seus povos, e representar seus cidadãos, que não se resignam a deixar suas raízes históricas, geográficas e culturais nem a perder o controle sobre o próprio trabalho. Cosmopolitas e locais vivem cada vez mais em diferentes dimensões da prática social (Castells, 2018, p.97).

Nessa situação de crise estrutural e bloqueio institucional, são os movimentos sociais autônomos, como tantas vezes na história, que exploram novas formas de ação coletiva enraizadas na vivência daqueles que produzem, vivem, sofrem, amam e projetam na urdidura da experiência humana (Castells, 2018, p.99).

Em meio a predominância de redes ligadas aos setores mais privilegiados da economia criativa, é possível observar a sobrevivência de grupos, redes colaborativas e organização de indivíduos que compartilham de valores culturais e sociais. Organizados às margens da dominância das Metas redes, esses grupos vivenciam suas práticas em torno de suas identidades.

Isso ocorre porque a cultura e a criatividade, fontes de recursos para a manutenção da economia criativa, não são determinadas unicamente por forças econômicas. Mas existem forças políticas e sociais que estão em uma arena de disputa no âmbito da cultura e criatividade. Além disso, a cultura goza de certa autonomia relativa e é o local de lutas por significados. Se a cultura e criatividade fossem unicamente determinadas pelas forças econômicas, não veríamos as manifestações culturais de grupos que emergem de diversos contextos. Ressaltamos que essas disputas refletem determinado tempo e realidade histórica e que se transformam com as mudanças na sociedade.

O confronto destas forças serve para regulamentar ou re-regulamentar na manutenção ou restauração da ordem social e do patrimônio cultural. O maior problema desde então, é que nem sempre essas forças são positivas para manter a ordem social. Forças hegemônicas, a serviço do capital, tem mais preponderância diante das demais.

No entanto, se a cultura fosse unicamente determinada pelas forças econômicas, não veríamos as manifestações culturais de grupos que emergem de diversos contextos. Ressaltamos que essas disputas refletem determinado tempo e realidade histórica e que se transformam com as mudanças na sociedade.

Para que na sociedade da informação esse setor possa ser aproveitado ao máximo às suas potencialidades, fazem-se necessários alguns movimentos, nos quais o Estado é um ator preponderante nesse processo. Desta forma, necessita-se de investimentos adicionais em cultura e criatividade, políticas de trabalho que incentivem a criatividade e inovação, do conhecimento especializado e a cultura de encorajamento. Além disso, a filosofia de uma sociedade do Bem-Estar Criativa (Himanen, 2006).

Nesse sentido, o Estado tornou-se um lugar de disputas entre esses diversos grupos de atores que operam em redes ou entre redes. A margem desses grandes grupos, estão os movimentos que resistem às lógicas das redes globais, mas que foram redes locais de resistência cultural e de afirmação identitária.

Desta forma, defende-se que para uma análise de como os governos atuam por intermédio das políticas públicas nesses contextos de disputas complexas, é necessário como

entender como o Estado-Rede, que opera em redes de políticas, descentraliza suas ações, tendo em vista a construção histórica de suas práticas entre atores e contextos sociais.

3.2 CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DESCENTRALIZADA PARA O ESTUDO DAS POLÍTICAS PARA ECONOMIA CRIATIVA

A teoria descentralizada se fundamenta em uma ontologia construtivista em que afirma que a realidade não é dada, mas construída socialmente. Do ponto de vista epistemológico tem bases em uma abordagem interpretativista e pós-fundacional.

Desta forma, se contrapõem às teorias empiristas modernas que tem raízes no positivismo. Essas, por sua vez, buscam explicar a sociedade como se tivesse a mesma lógica de funcionamento da sociedade. Isso levaria os pesquisadores a observar, prever e intervir no funcionamento das sociedades da mesma maneira que fazem as ciências naturais. Porém, os indivíduos agem não apenas de forma objetiva, capazes de serem programados. Aspectos subjetivos e intersubjetivos influenciam no comportamento dos sujeitos enquanto sociedade.

Com isso, os indivíduos interpretam a realidade a partir da criação de sentidos. Os seres sociais agem de acordo com suas intencionalidades e historicidade. A intencionalidade diz respeito aos significados da ação, ou seja, quais crenças e tradições inspiram a ação dos indivíduos. Da mesma forma, a visão interpretativa rejeita tentativas de explicações generalistas de fenômenos em que negam sua historicidade.

No âmbito das políticas públicas, essa perspectiva influencia a TD no sentido de negar qualquer tentativa de explicar um modelo de gestão que generalize padrões de governança. Não existe um conjunto de ferramentas pronto, mas cada realidade apresenta suas particularidades, conforme as tradições e crenças dos indivíduos. Além disso, essa realidade está em transformação, ao estarem sujeitas a dilemas que podem confrontar ações atuais.

Essa abordagem é útil para o processo de políticas públicas, enquanto sugere aos formuladores um caminho por meio de narrativas para explicar como políticas foram construídas. Em suma, não diz que caminho deve seguir, mas, como ele pode ser construído, a partir da ilustração de outros caminhos.

O processo de políticas públicas para a economia criativa encontra desafios quando se utiliza abordagens empiristas. Isso porque essas buscam explicações genéricas para os fenômenos. No entanto, a economia criativa apresenta suas especificidades, por ser um setor altamente diversificado, que envolve aspectos subjetivos de criatividade e cultura que mudam conforme o local e com o tempo. Até mesmo em um mesmo país ou região, a diversidade pode ser imensurável. Para Kon (2016) a economia criativa é imaterial, a simbólica, que se alimenta

de talentos criativos, individual ou coletivamente organizados, para produzir bens e serviços criativos.

A economia criativa enfrenta diversos desafios no que diz respeito também a políticas públicas para seu desenvolvimento. Em sua grande maioria, os países desenvolvem as políticas de economia criativa, buscando desenvolvê-las apenas do ponto de vista econômico. Além disso, por ser altamente heterogêneo, as políticas são fragmentadas por núcleo. Não existe uma política de desenvolvimento da economia criativa tendo em vista tanto seu desenvolvimento econômico, mas respeitando os aspectos particulares, culturais e criativos.

Para a abordagem das redes de políticas descentralizadas, os atores sociais operam em redes, que partilham de tradições e crenças, ao passo que estruturam a política. Essa teoria é uma lente adequada para estudar a economia criativa pelos seguintes motivos: as teorias empiristas não conseguem preencher essa lacuna, por isso que se recorre às abordagens interpretativistas. Pois, essas conseguem direcionar caminhos para a construção de políticas mediante narrativas não de padrões generalizáveis. Este último não corrobora com as necessidades particulares da economia criativa.

Com a TD é possível traçar histórias que narram as tradições e crenças dos formuladores de políticas, descrever como se deram eventuais mudanças e quais crenças sustentam suas práticas. Quando se diz formuladores, está se referindo a todos os atores envolvidos no processo de construção da política. Apesar da tomada de decisão final ser do ator-Estado, essa teoria alerta para o processo anterior à implementação da política, que seria a sua construção.

A análise pode ser feita tanto do ponto de vista do ator-Estado, com bases nas tradições que influenciaram os governos a tomarem decisões sobre as políticas, quanto do ponto de vista dos atores locais. Estes últimos podem recorrer às suas tradições para resistir às políticas promovidas pelos governos. No âmbito da economia criativa os atores locais são heterogêneos, pois apesar de diversos setores, culturais e expressões criativas, apresentam assimetria de poder.

Além de estudos sobre a TD serem escassos sobre as categorias poder e resistência, quando apresentados observam apenas a relação entre o núcleo executivo e os atores locais. Porém, entre os próprios atores locais, existem disputas por espaços de representação, sendo a economia criativa um espaço fértil para essas disputas. A partir disso, é possível analisar as disputas de poder e resistência não de um ponto de vista bilateral, mas multilateral.

Ainda, os atores que fazem parte desse setor estão articulados em sistema e arranjos criativos, dos quais partilham suas crenças, valores e interesses. Isso está alinhado com as mudanças no próprio âmbito da sociedade, que passou a operar em redes de articulações entre

diversos atores (Castells, 2005). No âmbito do Estado, também se observa uma mudança na perspectiva da formulação das políticas públicas, em que se considera a formulação de ações governamentais com a participação de outros atores (Heidemann, 2019). Assim, uma forma adequada de análise de formulação das políticas seria analisar conforme construídas em meio a um cenário de redes.

Por fim, a abordagem pós-fundamentalismo que sustenta a TD auxilia a análise enquanto rejeita a ideia de que existem fundamentos fixos e pré-estabelecidos que sustentam as ações dos indivíduos. Não negam a existência de tais fundamentos, mas entendem serem construídos socialmente. Além disso, eles não são mutáveis, mas, por meio da agência criativa, os indivíduos conseguem atribuir novos sentidos às suas ações e práticas.

Essa abordagem afirma que os indivíduos não apresentam razões e constroem suas crenças apenas por seu raciocínio. Mas os constrói no contexto anterior à teoria, ou seja, o indivíduo é concebido anteriormente no seio de uma comunidade. O conceito de indivíduo é de um indivíduo comunitário que constrói suas razões em conjunto com outros indivíduos, e que escolhem em quais organizações estão inseridos.

Assim, a comunidade vem antes da organização. Mas isso não seria um comunitarismo, pois o contexto social em que as pessoas trocam suas experiências é um contexto aberto. Na comunidade aberta, os indivíduos podem exercer sua singularidade, isso influencia na busca pela ética de companheirismo, centrada na preocupação com o bem-estar e o empoderamento dos outros. Desta forma, rejeita a filosofia neoliberal que doutrina o individualismo do sujeito. Pelo contrário, parte da ideia do bem-estar que sustenta uma ética social-democrata.

Assim, entende-se que a governança no âmbito da economia criativa não foi construída tendo em vista estruturas e fundamentos sociais estáveis. Mas, antes de tudo, é uma política criada e recriada por padrões em constantes transformações no seio da comunidade em que deriva os atores que a compõem.

Por isso que essa abordagem questiona o uso de padrões gerais de governança para explicar a realidade das políticas de lugares diversos. Pois, é preciso analisar as singularidades do contexto em que está sendo executado a governança, para então saber o porquê de ela acontecer de tal forma. Isso fica cada vez mais evidente quando analisada a economia criativa, pois se trata de um setor altamente diversificado, que precisa de políticas próprias.

Certamente, os modos de governança dos países anglo-saxônicos têm influência sobre os demais países ocidentais. Porém, a forma com que os atores desses lugares interpretam, refletem e disputam por significados refletirá em como será reconstruída essa governança.

3.3 CONSOLIDADO ENTRE AS TEORIAS E A ECONOMIA CRIATIVA

De modo geral, defende-se aqui que uma forma de analisar a economia criativa é entendendo que ela se situa em um contexto de capital informacional e sob a morfologia social de redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia que partilham fluxos de informações e financeiros. Nesse contexto, o Estado apresenta-se também em rede, e possui papel preponderante, ao ser a instituição que possui capacidade de legitimar as ações dos atores, além de ser um espaço de disputas entre redes.

Como já destacado por autores da sociedade da informação, a relação entre as forças econômicas, sociais e políticas que interagem com a tecnologia e a informação gera novos padrões culturais, institucionais e políticos. Redes de fluxos financeiros, de mercados e governos operam com intensidade no âmbito da sociedade. Essa relação é fortemente influenciada pelas mídias de comunicação, que, em geral, atuam como redes dominantes.

Ao mesmo tempo, novos padrões econômicos surgem, nos quais apresentam elementos imateriais e simbólicos como forças motrizes. Uma classe de empreendedores criativos, que pautam seus negócios em inovações tecnológicas, informacionais e culturais. Nesse contexto, a economia criativa se enquadra como uma economia emergente em meio ao cenário do capital informacional.

Ademais, a economia criativa também se depara com as implicações de um Estado-Rede, espaço de disputas, em meio às redes de interesses. As políticas públicas são os mecanismos governamentais nos quais o Estado pode atuar de forma pragmática. Defende-se que, de acordo com Bevir e Richards (2013b) a noção de um Estado sem Estado, que, em geral, significa que essa instituição não existe independente de seu contexto e nem determinada pelas instituições que os criam. Nem tão pouco é fragmentado a ponto de perder seu papel de executivo central. Mas, o Estado é constituído por um conjunto de práticas culturais sobrepostas, fluídas e carregadas que emergem das ações de diversos atores sociais (Bever; Richards, 2013b).

Tantos autores da sociedade da informação, a exemplo de Castells, quanto Bevir concordam com uma visão do Estado como ator preponderante como executivo central. Quando Castells discute que as redes são uma nova forma de morfologia social, e estão inseridas em toda sociedade, seja por fluxos financeiros, econômicos e políticos, coaduna com o que Bevir adverte sobre as redes políticas. Bevir destaca que as redes políticas surgem a partir de práticas sociais constantemente criadas e recriadas por meio da atividade humana concreta e significativa.

Castells fornece uma visão geral do porquê e como essas redes surgem como nova estrutura social. Sem intenção de analisar a estrutura e governança das redes, fornece subsídios para se argumentar que, são construídas por relações de interesses e práticas entre os atores que a compõem.

No caso de Bevir e demais seguidores, buscam analisar as redes de políticas com ênfase na governança dessas redes. De modo geral, reconhece que no âmbito do Estado, as políticas são construídas sob égide de redes de atores, que disputam interesses e poder nas redes e entre as redes. Apesar de considerar que as redes são sistemas abertos e que estão constantemente recebendo influência desse ambiente, Bevir e demais seguidores não buscaram a fundo discutir as implicações que esses fatores externos podem ter nas redes de políticas. Isso porque, a ênfase do autor está nos fatores endógenos às redes de políticas, sem desconsiderar os fatores exógenos. Nesse sentido, acreditamos que poderia ser dada uma atenção a esses fatores externos, porém não de forma independente às redes, mas enfatizando que eles são interpretados de formas distintas e influenciam de diversas formas o funcionamento das redes, devido à natureza das relações acometidas também pelos fatores internos.

Esses fatores externos são reflexos das mudanças sociais, culturais, institucionais, econômicas e políticas, amplamente discutidas por autores da sociedade da informação, nos quais o autor defende que mudam totalmente as estruturas de funcionamento das sociedades. Mas, enfatizamos aqui que não são analisadas de forma micro no âmbito das redes de políticas.

Como observado anteriormente na Figura 2, para Bevir, a transformação nas redes ocorre a partir da agência situada dos atores. Envolvidos em diferentes contextos, esses atores conseguem recriar suas práticas devido à agência criativa. Essa capacidade difere da autonomia, uma vez que está contextualizada e permite que os atores atribuem novos significados às práticas quando confrontados com dilemas. Isso resulta na dinâmica das tradições, que não são estáticas, mas construídas e reconstruídas internamente, servindo como o substrato em constante evolução das redes.

No entanto, além da literatura sobre redes de políticas não discutir como ocorre a influência desses fatores no âmbito das redes, não apresentam subsídios de como e quais elementos são pertinentes ao se analisar a agência situada dos atores. De certo modo, a mudança no âmbito das redes de políticas ocorre pela capacidade de interpretação, reflexão e inserção de novos significados, nos quais atores adotam e modificam suas tradições para gerar novas crenças, com isso práticas e políticas. Porém, não se discute quais são esses elementos ou

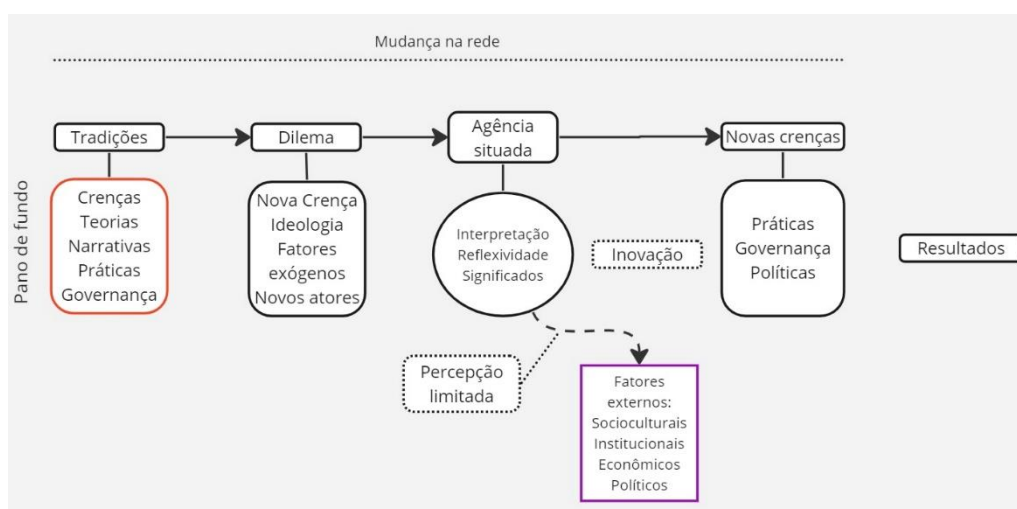
fatores, que podem gerar a transformação nas redes por intermédio da agência situada dos indivíduos.

Defende-se aqui que a sociedade está em constante transformação, principalmente com os imperativos das tecnologias de informação e o surgimento de novas economias. A penetrabilidade das redes é um fator a se considerar no processo de políticas. De certo modo, não se pode analisar o processo de formulação de políticas públicas sem considerar que fazem parte de um contexto de crenças e práticas ao nível de sistema. Assim, defende-se que a governança das redes de políticas é influenciada também pelas forças externas da sociedade em rede e informacional, ao passo que também influencia e alimenta esse modo de operar.

Nesse sentido, destaca-se que existem fatores socioculturais, institucionais, econômicos e políticos que estão em constante transformação na sociedade. São resultados das mudanças da sociedade da informação destacadas já destacadas nesse trabalho. Defende-se também que, apesar de não serem fenômenos recentes, esses fatores muitas vezes não são considerados pelos formuladores de políticas públicas. Apesar de surgirem no final do século XX, estão cada vez mais potencializados na terceira década do século XXI.

Defende-se também que grande parte dos Governos, ao formular suas políticas públicas, não reflete sobre essas mudanças sociais em constante sintonia nas redes de políticas. A percepção limitada do contexto social dos atores das redes dificulta o processo de formulação de políticas públicas condizentes com o período sócio-histórico e econômico nos quais estão inseridos. Na figura a seguir, é ilustrada a relação entre os fatores socioculturais, institucionais, econômicos e políticos e a mudança nas redes de políticas públicas.

Figura 10- Modelo de percepção dos atores sobre os fatores internos e externos às redes de políticas públicas



Fonte: elaboração própria (2025)

As tradições compostas por crenças, teorias, narrativas, práticas e a própria governança formam o pano de fundo das redes, ou seja, são os fatores internos, que são próprios de cada rede. A construção sócio-histórica da rede será descrita pelas narrativas dos atores que a integram. Isso leva a argumentar que as redes, apesar de estarem inseridas em contextos sociais iguais, apresentam suas particularidades, devido à sua própria narrativa histórica. Por isso, a necessidade de pensar formas de gerenciamento dessas redes de acordo com suas especificidades, não por padrões generalizáveis.

Para facilitar a verificação empírica, propomos o seguinte quadro com dimensões e categorias conforme a teoria de redes de políticas descentralizadas.

Quadro 7- Fatores internos às redes de políticas

Dimensões	Categorias	Descrição
Crenças	Visão	Busca identificar qual a percepção dos atores sobre funcionamento da rede. O que seria uma rede em funcionamento efetivo para eles. Como eles encontraram a rede, se concordam com a visão dos demais atores, atuais e anteriores. O que pensam sobre a construção da rede e o que pensam sobre o futuro dela Como devem ser pensadas as políticas. Quais valores políticos e sociais.
	Mudanças	Aqui busca identificar a percepção deles sobre em quais aspectos devem ser mudados ou mantidas as práticas na rede. Como eles enxergam as mudanças que ocorreram ou podem ocorrer.
	Novos Dilemas	Busca entender o quão os atores estão abertos às novas crenças, prática, atores (entre outros) que servem como dilemas nas redes. Como eles lidam com isso.
Práticas	Funcionamento das redes	Com é o dia a dia de funcionamento da rede no processo de suas políticas. Reuniões, ferramentas, entre outros.
	Parecerias e afiliações	Como se dá as relações de parcerias e afiliações ou até mesmo a de ausência delas.
	Decisões	Como ocorre a tomada de decisão sobre uma política. Quando decidem permanecer com as decisões anteriores e quando pensam em inovar (quando devem mudar)

Governança	Relação com os demais atores (legitimidade)	<p>Relações com outros atores sociais antes da construção da agenda de política.</p> <p>Se existem relações de parcerias ou conflitos, entre outros.</p>
	Construção da Agenda	<p>Como os atores interpretam e atuam na fase de construção da agenda.</p> <p>Na etapa de Definição da Agenda, são identificados os problemas ou temas que necessitam de atenção política. Esses problemas podem ser identificados por diversos atores, a exemplo de: funcionários do governo, grupos de interesse, especialistas, mídia ou público. No entanto, nem todos os problemas identificados se tornam parte da agenda política, pois requerem um certo nível de priorização. Essa etapa é crucial para determinar quais questões serão consideradas e abordadas pelo governo ou outros atores políticos. A seleção e priorização dos problemas podem ser influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo a urgência percebida, a pressão pública, a viabilidade política e os recursos disponíveis (Secchi, 2013; Xu <i>et al.</i>, 2014).</p>
Outras práticas Políticas	Formulação das políticas	<p>Como os atores interpretam e atuam na fase de formulação das políticas.</p> <p>Se trata da etapa de planejamento das políticas públicas, nos quais envolve a análise detalhada dos problemas identificados, o estabelecimento de objetivos específicos e mensuráveis, a exploração de diferentes abordagens e a avaliação de seus impactos. Com base nessa análise, as políticas mais adequadas são selecionadas, detalhadas em planos de ação e sujeitas a consulta e participação pública. Esse processo dinâmico é continuamente revisado e ajustado com base nos resultados alcançados e nas mudanças no ambiente político, social e econômico, permitindo o desenvolvimento de políticas mais eficazes e adaptadas às necessidades da sociedade Secchi, 2013; Xu <i>et al.</i>, 2014).</p>
	Implementação e avaliação	<p>Como os atores interpretam e atuam na fase de implementação e avaliação.</p> <p>Após a adoção de uma política, o processo continua com sua implementação, que implica em realizar as ações necessárias para aplicar a política, na prática. Essa implementação pode ser conduzida por agências governamentais, organizações não governamentais, empresas privadas ou outras entidades. Posteriormente, durante a etapa de avaliação e monitoramento, o impacto e a eficácia da política em relação aos seus objetivos estabelecidos são avaliados. Isso geralmente inclui a coleta e análise de dados, estudos de caso ou avaliações formais, permitindo uma avaliação crítica do desempenho da política e a identificação de áreas que podem requerer ajustes ou melhorias. Essas etapas são essenciais para garantir que as políticas públicas</p>

		sejam eficazes e capazes de cumprir seus propósitos pretendidos (Secchi, 2013; Xu <i>et al.</i> , 2014).
--	--	--

Fonte: Construído a partir de Bevir (2003;2009a, 2009b, 2022); (Secchi, 2013; Xu *et al.*, 2014).

Desta forma, as dimensões e categorias acima destacadas, foram abstraídas das ideias iniciais de Bevir. Com foco interno nas redes, é possível identificar os elementos centrais que servem como pano de fundo. Assim, as crenças, práticas e relações de governança adotadas nos ajudam a identificar como os atores interpretam o funcionamento e a mudança nas redes.

No que diz respeito às outras práticas políticas, autores na teoria descentralizada não desmembraram fases e processos de políticas. Desta forma, para fins de verificação empírica, recorreremos à literatura de políticas públicas e fizemos uma adoção da ferramenta de análise ciclo de políticas públicas. Com cautela, pois se trata de uma ferramenta com grande teoria pragmática, analisaremos qual a percepção dos atores sociais e políticos no processo de construção da agenda, formulação, implementação e avaliação das políticas.

O processo de políticas públicas abrange desde a concepção até a implementação de uma política governamental. Envolve a formulação de programas e ações pelo governo para lidar com questões sociais, políticas e econômicas, exercendo controle sobre elas. A formulação de políticas é influenciada pela ideologia e pensamento do governo em questão e do funcionamento das redes.

No entanto, a fase de construção da agenda foi inserida na dimensão governança e não outras práticas. Isso, pois defendemos haver maior envolvimento de outros atores não governamentais na fase da construção da agenda, ou seja, maiores relações desse dão antes da formulação da política. Isso não seria uma regra, pode mudar de rede para rede, mas acreditamos ser uma fase nos quais poderemos explorar melhor as relações de governança entre os membros. Diferentemente das próximas fases, nas quais, na maioria das redes, os formuladores de políticas tendem a agir de forma mais isolada.

Já os fatores externos são elementos que influenciam a mudança das redes. Eles existem, independentemente de a percepção dos atores locais ser mais ou menos limitada. Apesar de estarem presentes na sociedade no nível de sistema, sua influência nas redes não se dá da mesma forma. Isso ocorre porque cada rede apresenta sua narrativa própria, constituída por atores diversos que interpretam, refletem e buscam sentidos distintos, resultando em percepções variadas e inconstantes, tanto nas redes quanto entre redes.

Desta forma, analisar a percepção desses atores sobre o funcionamento interno das redes e das influências externas, podem contribuir para construção de um pensamento que nos leve a identificar como as políticas estão sendo construídas. Também contribui para argumentar os

motivos pelos quais, redes podem operar distintamente, sendo que estão inseridas em contextos similares. Defende-se que isso ocorre, devido à percepção distintas que os indivíduos possuem sobre fatores internos e externos no âmbito das redes.

A percepção limitada dos atores pode ser decorrente de diferentes fontes. A primeira delas diz respeito à racionalidade limitada dos indivíduos, já apontada por Simon (1957). Conforme a perspectiva da racionalidade limitada, os tomadores de decisão são confrontados com complexidade e incerteza no ambiente, o que os impede de processar todas as informações disponíveis e considerar todas as alternativas antes de decidir. Portanto, os agentes utilizam heurísticas, regras práticas e simplificações para lidar com a sobrecarga de informações e chegar a decisões satisfatórias, embora não necessariamente adequadas.

As influências ideológicas são outro fator que pode influenciar a percepção dos atores. Isso ocorre porque o Estado se tornou um espaço de disputas entre redes globais e locais de fluxos financeiros e de informações, assim como de influência de grupos sociais e contra sociais. Nesse contexto, os atores das redes de políticas podem assumir contratos e/ou parcerias nas redes, ou entre redes, o que influenciará as decisões. Assim como, podem simplesmente apresentar resistência à mudança e inovação no âmbito das redes.

Quando se trata de economias emergentes, como a economia criativa, esse problema tende-se a potencializar. Por ser uma economia em ascensão, ser altamente sensível a mudanças culturais e pautar-se em insumos imateriais e simbólicos (dentre outras características), a economia criativa apresenta-se como um desafio para os formuladores de políticas públicas mediante suas percepções limitadas.

Para analisar as implicações dos fatores externos, foram inseridas categorias para poderem ser identificadas a percepção dos atores no que diz respeito à formulação de políticas públicas que podem ser utilizadas no contexto da economia criativa. No quadro a seguir estão descritas as dimensões que são fatores e as categorias.

Quadro 8- Fatores externos às redes de políticas

Sociedade da informação em Rede	Base teórica	Dimensões	Categorias	Base teórica	Descrição
	Castells (1996; 1994; 2013); Bell(1980) Tourine (1995); Himanen (2006); Kumar (2006) Ampuja; Koivisto (2014); Duff (2023)	Socioculturais Busca identificar a percepção dos atores no que diz respeito às mudanças sociais e culturais na sociedade devido aos novos padrões oriundos da influência da tecnologia da informação, das transformações de uma sociedade em rede e informacional.	Tecnologia	Castells (1996; 1994; 2013); Jorgensen e Khuong (2006); Katz, Rice e Acord (2006); Fountain (2006)	Buscar identificar a percepção dos atores no que diz respeito aos imperativos da tecnologia na vida das pessoas, mercados e governos. Destacam-se as tecnologias da informação - TICs, redes sociais e mídias (enquanto ferramentas) em geral, como mecanismos que influenciam no comportamento social e no modo de operação de novas economias. De modo geral, busca identificar a percepção dos atores políticos no que diz respeito ao uso dessas ferramentas e/ou na influência delas no comportamento da rede.
			Grupos e movimentos emergentes	Castells (1996); Himanen (2006); Yúdice (2013).	Busca identificar a percepção dos atores no que diz respeito aos grupos, movimentos sociais e contra sociais, que surgem de forma alternativa ou em decorrência das redes globais de capital, com novos padrões de comportamento culturais diferentes de uma economia tradicional.
			Mídias e comunicação	(Kellner, 2001); Castells (1996; 2013)	Busca identificar a percepção dos atores a respeito da existência e influência das mídias de comunicação (enquanto redes de interesses) no âmbito das redes de políticas.
		Institucionais Busca identificar a percepção dos atores no que diz respeito às mudanças na forma com os quais indivíduos e organizações	Outros atores nas redes	Bevir; Rhodes, 2009a) (Silva; Cândido, 2025); Kon (2016); Bresciani, Peria e Chér (2022); Procopiuck e Freder (2020), Lelis, Costa e Silva (2018); Anjo e Teixeira (2019), Reyes	Busca identificar a percepção dos atores no que diz respeito à participação ou a influência de outros atores nas dinâmicas dos mercados e governos, nas quais essa mesma dinâmica ocorre no processo de construção de políticas para EC. Aqui se busca analisar a lógica das redes que se formam entre fluxos financeiros e/ou informação.

		operam em termos de reconhecimento e legitimação dos demais atores das redes, e da identificação das relações de conflitos e interesses (relações de poder) no âmbito das redes.		Junior; Dias; Gomes (2019); Heidemann, (2019)	
			Legitimação e relações de poder	Bevir; Rhodes, 2009a); Kon (2016); Bresciani, Peria e Chér (2022); Procopiuck e Freder (2020), Lelis, Costa e Silva (2018); Sarmiento e Anjo (2019), Reyes Junior; Dias; Gomes (2019) Bevir; Rhodes, 2009a).	Busca identificar a capacidade de legitimação desses atores sociais e políticos, principalmente no âmbito da EC. Busca identificar as relações de disputa entre conflitos e interesses entre esses atores.
		Econômicas Busca identificar a percepção dos atores sobre as mudanças econômicas no que diz respeito às novas formas de economia, novas fontes de matéria-prima e classe emergente de trabalhadores.	Novas Matérias-primas (conhecimento, criatividade, inovação)	(Godart <i>et al.</i> , 2020); (Corazza, 2013); Castells (1996); (Hesmondhalgh, 2002); Furtado (1978); Himanen (2006); Yúdice (2013).	Compreensão dos atores no que diz respeito às novas fontes de matéria-prima de uma economia emergente.
			Novas classe de trabalhadores (criativos e tecnológicos) Sociedade da informação em Rede	Florida (2002) Bell (1980) Castells (1996); Himanen (2006)	Novas classes de trabalhadores que se fundamentam no trabalho intelectual e criativo, nos quais lideram projetos informacionais em constante mudança.

			Papel da EC na Economia	Hesmondhalgh, (2002); Howkins (2001); Caves (2003); Cunningham, (2002); Buitrago; Duque (2013); Benavente; Grazzi (2017); Chang; Lee, (2015); Kon, (2016); Leitão <i>et al.</i> (2010); Serra e Fernandez (2014); Procopiuck e Freder (2020); Aguiar e Lima (2021)	Identificar a percepção dos atores sobre a EC como uma economia emergente e sua relação com o desenvolvimento econômico e social.
		Políticas	Compreensão e Planejamento	Silva, Silveira, Muzzio (2024); Uvario (2021); Becuț (2016); Budge (2019); Gavrilova <i>et al.</i> (2022); Hadley <i>et al.</i> (2020); Kon (2016); Kon (2016); Bresciani, Peria e Chér (2022); Santos, Gonçalves e Simões (2019)	Compressão dos atores para o conceito de política para economia criativa e suas percepções sobre o planejamento da política destinada a esse setor.
		Busca identificar a percepção dos atores sobre a construção da política pública para economia criativa. Mas especificamente no que diz respeito à capacidade de compreensão da política pública para economia criativa, da capacidade de planejamento , de recursos físicos e humanos e da capacidade administrativa e legal	Recursos humanos e físicos	Silva, Silveira, Muzzio (2024); Uvario (2021); Benavente e Grazzi (2017); Benneworth e Dauncey (2016); Kong (2011); Munro (2017)	Percepção dos atores no que diz respeito ao corpo de colaboradores com competências técnicas, conceituais destinadas a atender as demandas da economia criativa. Percepção dos atores no que diz respeito aos equipamentos e instalações destinadas às demandas da economia criativa.

			Administrativa e legal	<p>Silva, Silveira, Muzzio (2024); Uvario (2021); Benavente e Grazzi (2017); Rosyadi <i>et al.</i> (2021); (Souza, 2017); (Filgueiras, 2018); Marçal e Santos (2018), Teixeira, Teixeira e Benini (2019), (Reyes Junior; Dias; Gomes, (2019)</p>	<p>Capacidade dos governos em gerenciar a política pública para economia criativa, desde o processo de implementação do planejamento, coordenação, controle e avaliação.</p> <p>Capacidade de financiamento adequado para as políticas.</p> <p>Capacidade de criar e implementar um arcabouço regulatório condizente com as demandas da economia criativa.</p>
--	--	--	------------------------	---	--

Fonte: elaboração própria (2025)

De modo geral, as dimensões e categorias aqui propostas se constituem como o desmembrar dos fatores externos às redes de políticas, que juntamente com os fatores internos, propostos por Bevir, irão compor um quadro de categorias mais robustas para a análise da percepção dos atores no âmbito das redes de políticas.

Tais dimensões podem afetar de forma assimétrica as redes de políticas. Os impactos serão conforme a funcionalidade das redes. Ademais, a percepção dos atores não será necessariamente a mesma sobre tais dimensões.

As categorias de dimensões propostas no quadro acima podem servir de análise para qualquer economia emergente no contexto de sociedade do conhecimento e em redes. Ademais, as categorias propostas também auxiliam na análise, podendo ser perfeitamente adaptadas em se tratando de outras análises, a exemplo da economia social, economia verde, entre outros. No entanto, para fins desta pesquisa, foram pensadas as categorias que pudessem servir de aporte para análise da economia criativa.

Assim, o modelo aqui proposto não aspira ser uma ferramenta estática de análise das redes. Isso porque as redes mudam de acordo com sua natureza e funcionamento, carecendo de modelos analíticos flexíveis.

Todavia, embora Castells seja epistemologicamente associado a um estruturalismo de orientação dialética e Bevir a um interpretativismo radical, o que pode resultar em análises epistemológicas aparentemente opostas, levando alguns especialistas a questionarem ou mesmo recusarem essa articulação teórica, acredita-se que ambas as abordagens podem ser vitais em diferentes níveis de análise.

Castells oferece um quadro macro-histórico e tecnológico sobre como o poder, as instituições e a comunicação se reorganizam globalmente em forma de redes. Já Bevir fornece os mecanismos microsociais de explicação, permitindo compreender como, no contexto macro, atores específicos, a partir de suas crenças e tradições, atribuem sentido e executam a governança e as políticas públicas no cotidiano.

Nessa medida, Castells torna-se indispensável por fornecer um macrodiagnóstico que justifica a economia criativa como política pública, ao evidenciar que a economia contemporânea é global, informal e organizada em rede. Essa perspectiva auxilia na análise da necessidade de uma infraestrutura de conexão e de adaptação institucional para a formulação e implementação de políticas. Apesar de leituras atuais sobre sociedade pós-plataformas permitirem uma visão dentro das redes, fornecendo ferramentas de análise internas, não é possível analisar o processo das políticas por meio dessas teorias. A análise ainda continua global.

Por sua vez, a análise de Bevir permite compreender como e por que essas políticas falham na prática. Na teoria descentrada, a governança em rede é concebida como uma prática social, o que contribui para o desenho de processos de formulação de políticas a partir do mapeamento de tradições, crenças, oportunidades e elos criativos locais, e não como imposições externas.

Além disso, Bevir possibilita um foco analítico na agência e no contexto local, o que coaduna com a visão territorial da economia criativa adotada nesta tese, segundo a qual a economia criativa não constitui um modelo universal. Assim, essa abordagem contribui diretamente para os achados do estudo, na medida em que permite investigar tradições culturais locais, arranjos informais existentes e dinâmicas territoriais específicas, possibilitando a formulação de políticas que sejam interpretadas como oportunidades pelos atores locais, e não como prescrições exógenas.

Apesar de Bevir e Castells não serem autores oriundos do Sul Global o que, à primeira vista, poderia parecer contraditório, considerando que esta tese dialoga com uma epistemologia do Sul Global aplicada à economia criativa, suas contribuições oferecem caminhos analíticos relevantes para essa discussão, na medida em que partem de teorias já estruturadas que auxiliam na compreensão das dinâmicas contemporâneas de poder, governança e redes.

Essa abordagem é complementada por leituras de Leitão e Celso Furtado, pensadores centrais para a compreensão de uma economia do Sul Global, cujas reflexões enfatizam as especificidades históricas, culturais e estruturais dos territórios periféricos. Enquanto Bevir e Castells fornecem instrumentos teóricos para analisar estruturas e práticas de governança em rede, Leitão e Furtado permitem tensionar essas análises a partir de uma perspectiva crítica, situada e territorializada, alinhada às realidades do Sul Global.

Dessa forma, o diálogo entre esses autores não se trata apenas de uma justaposição de teorias, mas possibilita uma construção teórica híbrida, que articula referenciais do Norte Global com contribuições do pensamento latino-americano, evitando tanto a importação acrítica de modelos exógenos quanto o isolamento teórico, e fortalecendo uma leitura da economia criativa como fenômeno contextual, territorial e socialmente situado.

De modo geral, Castells contribui para o diagnóstico do contexto global, auxiliando na definição de objetivos estratégicos e da infraestrutura necessária à política pública, enquanto Bevir orienta o processo da política, especialmente do ponto de vista da formulação, implementação e interpretação pelos atores envolvidos.

Assim, uma economia criativa bem estruturada requer, simultaneamente, uma infraestrutura global em rede, conforme destacada por Castells, e uma cultura colaborativa local, tal como enfatizada por Bevir. Essa articulação evidencia que políticas de economia criativa só se

tornam efetivas quando combinam condições estruturais amplas com práticas sociais enraizadas nos territórios, respeitando crenças, tradições e formas locais de organização.

Por fim, também se pretende a partir do modelo analisar como ocorre o processo de orquestração dessa rede. A Orquestração está ligada à liderança. Nesse sentido, destaca-se o papel do orquestrador (indivíduo, organização ou grupo coletivo) que atua alinhando atores, coordenando recursos e incentivando interações. Pode ser um governo, universidade, empresa ou outro agente focal, mas também há experiências com modelos auto-organizados (Hoffmann *et al.*, 2022).

O tema orquestração em redes é difundido na pesquisa de redes de inovação, ainda pouco difundida na literatura de redes e ecossistemas da economia criativa.

Toigo (2020) desenvolveu um modelo conceitual que explica como ocorre a orquestração em redes de inovação a partir de um estudo de caso. A pesquisa evidencia que o papel do orquestrador exige capacidades de coordenação, facilitação e integração de atores, além de práticas de microgovernança que sustentam a confiança, reduzem conflitos e favorecem a colaboração. Os resultados demonstram que a orquestração não se limita a estruturas formais, mas depende de processos dinâmicos e adaptativos capazes de alinhar interesses, mobilizar recursos e gerar valor coletivo. Ao sistematizar essas dimensões, os autores contribuem para o avanço teórico e prático da gestão de redes colaborativas, oferecendo subsídios para líderes que atuam em ecossistemas de inovação.

Wegner, Verschoore e Balestrin (2022) investigaram como a governança de redes ocorre na prática, detalhando as funções e práticas desempenhadas por líderes e gestores para viabilizar a colaboração. Os autores identificam cinco funções principais: configuração da rede, coordenação, facilitação, monitoramento e representação, todas apoiadas por práticas como reuniões periódicas, definição coletiva de metas, uso de plataformas digitais, mediação de conflitos e estímulo à confiança entre os participantes. O estudo mostra que a governança em redes não se limita a estruturas formais, mas se concretiza em ações dinâmicas de microgovernança que variam conforme o estágio e as necessidades da rede. Embora o termo central seja “network governance”, o artigo se aproxima do conceito de orquestração, ao destacar que o sucesso das redes colaborativas depende da capacidade de alinhar atores, coordenar recursos, engajar participantes e criar valor coletivo por meio de práticas contínuas e adaptativas.

Souza, Wegner e Faccin (2024) investigam as práticas de orquestração em ecossistemas de inovação ainda na fase de pré-iniciação, ou seja, antes de sua formação formal. O estudo mostra que, nesse estágio inicial, os orquestradores atuam no mapeamento de atores e recursos, no

desenho de arquiteturas de colaboração e na articulação de interesses que irão sustentar a futura configuração do ecossistema. A pesquisa destaca que, mesmo sem estruturas consolidadas, a orquestração é fundamental para alinhar expectativas, legitimar o projeto e reduzir incertezas, garantindo as bases para a evolução posterior do ecossistema. Assim, o artigo contribui ao evidenciar que a orquestração é necessária não apenas durante o funcionamento do ecossistema, mas também desde suas etapas embrionárias.

Ao transpor essas reflexões para o campo da economia criativa, torna-se possível compreender que as redes de políticas também demandam processos de orquestração para articular atores públicos e privados, integrar fatores internos e externos e responder às transformações sociais e tecnológicas próprias da sociedade em rede. Nesse sentido, a relação entre os estudos de orquestração em redes de inovação e o modelo aqui proposto para análise da política de economia criativa reside justamente na capacidade de mostrar que a eficácia dessas políticas depende da forma como os atores são coordenados e legitimados, revelando a orquestração como dimensão fundamental tanto para a gestão de redes de inovação quanto para a governança das redes de políticas.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O capítulo a seguir abordará os fundamentos ontológicos e epistemológicos do estudo, explorando as bases filosóficas que fundamentam a pesquisa. Serão discutidas as questões relacionadas à natureza do estudo, delineando os objetivos, propósitos e alcance da pesquisa em questão. A construção do corpus será detalhada, descrevendo o processo de coleta, seleção e organização dos dados analisados. Serão apresentados os critérios de qualidade adotados, destacando os padrões e princípios utilizados para avaliar a credibilidade, validade e confiabilidade da pesquisa. Também será feita uma caracterização do locus de estudo, com foco no Governo de Pernambuco, explorando seu contexto, características e relevância para o estudo em questão.

4.1 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO ESTUDO

A perspectiva do processo de políticas públicas adotada nesta pesquisa parte da premissa de que tais políticas são moldadas por redes de atores políticos e sociais. A existência dessas redes de atores inevitavelmente conduz à formação de um modelo de governança. Nesse contexto, a governança se torna uma parte integral de um programa prático de formulação de políticas públicas.

No entanto, defende-se que qualquer tentativa de explicar um modelo de gestão que generalize padrões de governança é desafiadora. Isso porque há um conjunto de ferramentas predefinido, pois partimos da visão de que cada realidade apresenta suas próprias peculiaridades, moldadas pelas tradições e crenças dos indivíduos envolvidos. Além disso, essa realidade está em constante evolução, sujeita a dilemas que podem desafiar as ações atuais. Assim, nessa pesquisa, adota-se a visão de Bevir (2010) de que a governança é um processo complexo e contínuo de interpretação, conflito e ação, resultando em padrões de governo em constante fluxo e mudança.

À medida que se desenvolvem políticas públicas para a economia criativa, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de uma abordagem adaptativa ao contexto. O processo de tais políticas enfrenta desafios quando se baseia em abordagens empiristas, que tendem a buscar explicações genéricas para os fenômenos observados. Isso porque a economia criativa é altamente diversificada, abrangendo uma ampla gama de setores e envolvendo aspectos subjetivos ligados à criatividade e à cultura, como já discutido no capítulo quatro.

Nesse sentido, a visão de processo de políticas adotadas nessa pesquisa remete às dimensões ontológicas (ser) e epistemológica (saber) conforme abordadas por Burrell e Morgan (1976), Morgan e Smircich (1980), Cunliffe (2010) e Bevir (2010).

Do ponto de vista ontológico, que se referem à verdadeira essência do fenômeno sob investigação, esta pesquisa se enquadra em uma ontologia subjetivista. Os pressupostos

ontológicos subjetivistas veem a realidade como imaginada e, portanto, um produto da mente humana. Desta forma, os humanos atribuem certos significados ao seu entorno (Cunliffe, 2010).

Nesta pesquisa, o caráter subjetivista é respaldado pela visão de que consideramos a construção das políticas como uma forma de atuação do Estado e demais atores, os quais são moldados mediante debates, negociações e interações entre atores políticos e sociais, refletindo diferentes valores, interesses e perspectivas. Assim, o conceito de políticas públicas enfatiza a natureza dinâmica e multifacetada do processo político, e a importância de considerar o contexto histórico e cultural ao analisar as políticas públicas. Nesse sentido, cogitamos analisar a percepção que os atores possuem do contexto interno e externo das redes, para então examinar como constroem suas narrativas que dão sentido às suas práticas políticas.

Do ponto de vista epistemológico, os pressupostos fundamentais do conhecimento nesta pesquisa caracterizam-se como interpretativista. No paradigma interpretativista, há um interesse em compreender o mundo como ele é, mas especialmente em entender a natureza fundamental do mundo social ao nível da experiência subjetiva (Morgan; Smircich, 1980).

Para Bevir (2010), abordagens interpretativas para o estudo das políticas públicas vão além do estudo de significados. Elas se concentram principalmente em uma agenda teórica que destaca a intencionalidade, historicidade e reflexividade das ações, práticas e vida social. A seguir destacaremos as três dimensões enfatizadas no estudo da governança como programa prático de formulação de políticas e com elas podem ser analisadas do ponto de vista da formulação de políticas públicas para economia criativa.

No que tange à intencionalidade, os teóricos interpretativos se recusam a separar os significados das explicações nas ciências sociais. Eles argumentam que os significados são constitutivos da ação humana, ou seja, as intenções por trás das ações são fundamentais para compreender o comportamento social (Bever, 2010). Assim, nessa pesquisa, serão analisados os significados que os atores sociais e políticas adotam ao interpretar os contextos das redes de políticas.

Sobre a historicidade, Bevir (2010) destaca que se refere ao processo que requer explicações narrativas que desvendem as condições contingentes e particulares de ações e eventos, em vez de buscar modelos, classificações ou correlações trans históricas. Nesse caso, a compreensão da governança, portanto, é moldada pelo contexto histórico específico em que ocorrem as práticas políticas. De mesmo modo, será analisada a relação histórica da construção das políticas para economia criativa no estado de Pernambuco.

Já a reflexividade, diz respeito ao processo que sempre ocorre a partir de pontos de vista linguísticos, históricos e normativos particulares. Para Bevir (2010), os teóricos interpretativos acreditam que a explicação envolve um diálogo entre os cientistas sociais e aqueles que estão sendo estudados, reconhecendo assim a subjetividade e a perspectiva dos atores envolvidos na governança. Defende-se que no memento de construção e desenvolvimento da pesquisa, os pesquisadores estarão em posição reflexiva com os atores e contextos que constroem as redes de políticas para economia criativa no estado de Pernambuco. Inclusive, a reflexividade também se configura como uma técnica de validação e confiabilidade da pesquisa destacada ao final deste capítulo.

Contudo, as abordagens interpretativas se opõem às epistemologias empiristas modernas, derivadas do paradigma positivista. Enquanto estas últimas buscam explicar a sociedade como se obedecesse à mesma lógica das ciências naturais, com uma visão objetiva e passível de previsão, as abordagens interpretativas reconhecem a influência dos aspectos subjetivos e intersubjetivos no comportamento humano. Os indivíduos não podem ser simplesmente programados; eles agem de maneira complexa, influenciados por seus próprios significados, intenções e interações sociais. Portanto, as abordagens interpretativas valorizam a compreensão da diversidade e complexidade dos contextos sociais na análise da sociedade.

Acreditamos que se torna uma abordagem adequada para analisar a governança no contexto atual, assim como a economia criativa. Isso porque, cada vez mais, os estudos na área de governança estão direcionados não apenas para considerar a existência, mas também a atuação dos atores sociais envolvidos nas redes de governança. Com uma abordagem qualitativa, esses estudos buscam, por meio de uma lógica interpretativa, analisar o funcionamento das redes, buscando uma maior proximidade com os atores envolvidos e uma relação sujeito-objeto mais significativa.

No que diz respeito a economia criativa, esse setor é reflexo das transformações no próprio contexto da sociedade, que passou a operar por meio de redes de articulações entre diversos atores em um ambiente de capitalismo informacional, conforme observado por Castells (2005).

Do ponto de vista da natureza humana, destaca-se a intencionalidade e a contingência da ação, tanto por parte dos cientistas sociais quanto dos objetos que eles estudam. Isso implica reconhecer que as ações humanas são motivadas por intenções e estão sujeitas a uma série de circunstâncias que podem influenciar seu curso.

Metodologicamente, os estudos adotam frequentemente o estudo de caso, entrevistas e análise de conteúdo, métodos qualitativos amplamente utilizados em pesquisas interpretativas. Esses métodos estão alinhados com a teoria-base da pesquisa, a qual é a teoria de redes de políticas

descentralizadas. Esta teoria emergiu em meio à mudança de paradigma nos estudos sobre governança, conforme descrito no referencial teórico.

4.2 NATUREZA DO ESTUDO

Essa pesquisa apresenta uma natureza qualitativa segundo Creswell (2021), uma vez que se planeja compreender como os atores sociais e políticos que integram as redes de políticas públicas para economia criativa em Pernambuco interpretam fatores internos e externo às redes no processo de políticas. Também se caracteriza como pesquisa indutiva, para Chalmers (1976) a pesquisa indutiva parte de observações específicas para fazer inferências, de modo geral, parte da coleta e análise dos dados para chegar a conclusões. Ainda, se caracteriza como pesquisa exploratória e descritiva (Yin, 2015).

A pesquisa exploratória permitiu um primeiro acesso ao campo para identificar a rede ou as possíveis redes de políticas ligadas a economia criativa em Pernambuco, além disso, foi identificado os principais atores sociais e políticos que compõem tais redes. Arelado a isso, um estudo documental, contribuiu com a elucidação de evidência para o mapeamento da rede.

Desde o primeiro momento, essa estratégia de aproximação e observação direta foi adotada também em outros estudos, o que reforça sua relevância para compreender a realidade dos atores envolvidos. Desde o início, o diálogo com os membros das redes foi buscado de forma ativa, seja por meio da participação em eventos, seja por interações no ambiente universitário. A técnica de indicação constituiu uma ferramenta essencial para a exploração e o mapeamento dos participantes e, quando o contato presencial não foi viável, consideramos o uso de plataformas de videoconferência para a realização de entrevistas.

Assim, na pesquisa, buscou descrever como se dá o processo de políticas e o reflexo das crenças e tradições que os indivíduos vivenciam na rede e das narrativas contadas e recontadas. Por meio da observação empírica, chegamos a um caminho de construção da política, diferentemente de pesquisas que buscam modelos generalizáveis.

Tendo em vista essas considerações, optamos por adotar o método de pesquisa de estudo de caso único, conforme proposto por Stake (2011). Para o autor, este método permite uma análise minuciosa de fenômenos contemporâneos, investigando as diversas variáveis inter-relacionadas que conduzem a determinados resultados. Além disso, busca-se a validação empírica dos achados. O pesquisador envolve-se profundamente com o caso em questão para compreender sua complexidade e dinâmica.

Nossa pesquisa é natureza transversal, visando descrever o fenômeno em um determinado momento. Nosso foco estará nas políticas atualmente implementadas no âmbito da rede, em vez de investigar o processo de desenvolvimento da própria rede até o momento.

Para Stake (2011) as fases da construção do estudo de caso são: Preparação e Planejamento, coleta de dados, análise e transcrição do relatório. Até o momento está sendo desenvolvida a fase de Preparação e planejamento.

Em termos de unidade de análise, se trata de um estudo de caso do tipo holístico (Yin, 2015), no qual apresenta um caso e um contexto. A unidade de análise da pesquisa será ao nível de indivíduos. Isso porque, apesar de a rede ser composta por diversas instituições, a pesquisa terá como ênfase a interpretação dos atores que formulam tais políticas.

O objetivo do estudo de caso é a investigação de casos que apresentem relevância e singularidade, que possam ser verificadas empiricamente e sejam relevantes teoricamente, a partir de uma perspectiva crítica (Stake, 2011).

Diante disso, para escolha do caso estudado e como critérios para selecionar novos respondentes para a pesquisa, adotamos os seguintes critérios de escolha e acesso ao campo.

Quadro 9- Critérios para escolha do caso/sujeitos e acesso ao campo

Critério	Descrição
Interatividade e contexto	-Principais organizações políticas e sociais ligadas à construção da política para economia criativa em Pernambuco. -Atores sociais e políticos que constituem a arena política do processo de políticas públicas no Estado de Pernambuco. -Agentes políticos ligados à área de economia criativa. -Atores de instituições não governamentais mais que atuam diretamente na arena política da economia criativa.
Complexidade do caso	-Caso ligado à Economia Criativa, em que é possível identificar aspectos ligados à formação de arranjos institucionais criativos. -Rede que possui diversos atores que atuam conjuntamente no processo de políticas.
Acessibilidade e Identificação dos líderes	-Ser acessível e possível à identificação dos líderes ou principais organizações que regem a rede.
Primeiro acesso ao campo	-E-mail, sites, telefone, indicações, redes sociais, estudos já desenvolvidos como teses e dissertações.

Fonte: adaptado de Stake (2011)

4.2.1 DELIMITAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

No quadro 10, a seguir, resgatamos os objetivos específicos expostos na introdução para indicar em quais etapas da pesquisa e como serão alcançados.

Quadro 10- Delimitação dos objetivos específicos

Objetivos específicos	Onde	Como
Discutir os fatores internos e externos que influenciam as redes de políticas públicas.	Seção de fundamentação teórica	Estudo teórico
Propor um framework de análise da percepção dos atores no processo de política pública para economia criativa	Seção de fundamentação teórica / Seção de Resultados e Discussões	Estudo teórico
Identificar as redes de políticas públicas na economia criativa em Pernambuco.	Seção de Resultados e Discussões	Estudo exploratório/documental/descritivo
Analisar as percepções dos atores políticos e sociais do processo de construção de políticas a respeito da economia criativa	Seção de Resultados e Discussões	Estudo empírico
Ensaiair um <i>framework</i> e ilustrar um caminho para o processo de política pública para a economia criativa.	Seção de Resultados e Discussões	Análise dos dados Reflexividade

Fonte: elaborado pela autora (2025)

4. 3 CONSTRUÇÃO DO CORPUS

Um dos critérios de confiabilidade e validade da pesquisa foi a construção do *corpus* dados, nessa técnica, o tamanho da amostra não tem grande importância, uma vez que haja evidência na saturação dos dados (Paiva Júnior; Leão; Mello, 2011). O *corpus* de pesquisa é uma coleção finita de textos linguísticos, apresentados nos mais variados formatos, selecionados como fonte de dados para a pesquisa científica (Mello; Sá, 2016). A construção de um corpus envolve selecionar cuidadosamente os textos ou dados relevantes para a questão de pesquisa em questão e prepará-los para a análise (Bauer; Gaskell; 2002).

4.3.1 COLETA DOS DADOS

Coleta 1- foi empregada a técnica de entrevistas semiestruturadas, ou seja, por meio de roteiros estruturados *a priori*, com categorias selecionadas a partir do estudo bibliográfico e descrito nos capítulos de revisão teórica (Apêndices A e B). Mas, ao mesmo tempo, buscou-se deixar os entrevistados livres para tecer suas considerações, pois a qualquer momento podem surgir elementos inovadores. As entrevistas foram realizadas com gestores e principais representantes de instituições como: Secretaria Estadual de Cultura, ADEPE, FACEPE, Conselho Estadual de Cultura, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, Porto Digital, SEBRAE, dentre outros. Essas instituições estão melhor descritas no item de apresentação do Lócus de pesquisa.

A seguir são apresentados o perfil dos atores que foram entrevistados na pesquisa. Utilizamos o código EGAS para identificar os entrevistados pertencentes ao grupo de atores

sociais. No quadro a seguir, estão apresentados os códigos de cada entrevistado, juntamente com seu gênero, função/ocupação, setor da economia criativa, formato no qual foi realizada a entrevista e a duração da entrevista.

Quadro 11- Entrevistados do Grupo de Atores Sociais - EGAS

Entrevistado	Gênero	Formação	Ocupação	Setor da EC	Formato	Duração
EGAS 1	M	Bacharel em Direito e cursando Turismo	Produtor cultural	Crenças	Presencial	01:05:43
EGAS 2	M	Bacharel em história	Artista plástico autônomo	Pintura	Meet	00:49:07
EGAS 3	F	Graduação Mestrado e Doutorado em Administração	Produtor Cultural	Capoeira	Meet	00:45:45
EGAS 4	M	Graduação em Jornalismo e em dança Mestrado em artes Cênicas	Artista Circense	Circo	Meet	00:55:07
EGAS 5	M	E. Médio completo	Liderança local	Cultura popular	Meet	00:28:57
EGAS 6	F	Graduação em secretariado, pós-graduação em gestão da qualidade e RH	Assessora	Moda	Meet	00:41:31
EGAS 7	M	Graduação, Mestrado e Doutorado em Design	Produção Cultural	Design	Meet	00:52:53
EGAS 8	M	Graduação em Design Pós- graduação em produção em moda	Consultor	Moda	Meet	00:47:43
EGAS 9	F	Graduação em Hotelaria, Mestrado em administração, Doutoranda em Turismo	Consultor	Turismo	Meet	00:59:15
EGAS 10	F	Graduação em Direito	Liderança e atriz	Literatura Teatro	Meet	00:51:03
EGAS 11	F	Graduação em Dança	Produtora cultural	Dança	Meet	00:25:49
EGAS 12	F	Graduação em Design	Consultora e curadora	Design	Meet	00:44:59
EGAS 13	F	E. Médio Completo	Empreendedora	Moda	Presencial	00:49:34
EGAS 14	F	E. Fundamental I completo	Artesã	Artesanato	Meet	00:37:25
EGAS 15	M	Graduação em Hotelaria Mestrado em Segurança e Saúde Alimentar em Restaurante	Cozinheiro Empreendedor	Gastronomia	Meet	00:31:25
EGAS 16	F	Não Informado	Artesã	Artesanato	Meet	00:30:03
EGAS 17	F	Mestrado em Artes Cênicas	Produtora cultural	Teatro	Meet	00:51:47
EGAS 18	M	Cursando tecnólogo em audiovisual	Produtor cultural	Cinema	Meet	00:44:36

EGAS 19	M	E. Médio Completo	Educador e mobilizador cultural	Expressões tradicionais	Meet	00:51:52
EGAS 20	M	Gestão da TI Pós-graduação em desenvolvimento de software	Desenvolvimento de software	Software	Meet	00:36:59
EGAS 21	M	Graduação em Publicidade	Consultor	FABLAB	Meet	00:52:57
EGAS 22	F	Graduação em Direito Mestrado em Gestão da Cultura	Consultora	IADH	Meet	00:55:04

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Já o código EGAP foi utilizado para identificar os entrevistados pertencentes ao grupo de atores políticos.

Quadro 12- Entrevistados do Grupo de Atores Políticos- EGAP

Entrevistado	Gênero	Formação	Ocupação	Instituição	Formato	Duração
EGAP 1	F	Graduação e Mestrado em Administração	Gerente	ADEPE	Presencial	00:56:01
EGAP 2	M	Graduado em Música, filosofia e cursando mestrado em Designer. Pós- graduação em gestão cultural e Gestão e Tecnologia	Gerente	ADEPE	Meet	00:45:42
EGAP 3	F	Graduação em Turismo, Mestrado e Doutorado em Antropologia, pós doutorado na área de empreendedorismo criativo.	Pesquisadora	UFPE	Meet	00:53:30
EGAP 4	M	Graduação em Sistemas da Informação, Mestrado e Doutorado em Computação	Pesquisador e consultor	UPE	Meet	00:34:49
EGAP 5	F	Graduação em Turismo, Mestrado em Antropologia e Doutorado em Turismo	Gestora	SETUR-L	Meet	00:44:08
EGAP 6	M	Graduação em Engenharia da Comunicação mestrado e Doutorado em Ciência da Computação.	Consultor	SENAI PE	Meet	00:34:43
EGAP 7	M	Graduação em Turismo e História, Especialização em história do Nordeste	Gerente	SETUR-L	Meet	00:50:44
EGAP 8	M	Graduação em Arte Cênicas, Mestrado em Artes Visuais	Assessor	Secretaria de Cultura do Recife	Meet	00:58:44
EGAP 9	F	Graduação em Administração	Gerente	SEBRAE PE	Meet	00:50:02

EGAP 10	F	Graduação em Educação Física	Gestora	Fórum de Turismo Criativo	Meet	00:43:29
EGAP 11	F	Licenciatura, Especialização e Mestrado em Dança	Professora e curadora	SESC FCCR	Meet	00:38:54
EGAP 12	M	Graduação em Biomedicina, Mestrado em inovação Terapêutica, Doutorado Genética	Gestor	Usina Pernambucana de Inovação	Meet	00:39:53
EGAP 13	M	Graduação em Marketing	Gestor	Fundação de Cultural de Caruaru	Meet	00:30:10
EGAP 14	F	Graduação em design Mestrado em Indústrias Criativas	Gestora e consultora	SEBRAE PE	Meet	00:35:41
EGAP 15	M	E. Médio Completo	Consultor	NTCPE	Meet	00:41:26
EGAP 16	M	bacharelado em Comunicação Social/Jornalismo, especialização em Gestão de Negócios, técnico em Contabilidade e mestrado em Hotelaria e Turismo	Gestor	SECULT-PE	Meet	00:51:40
EGAP 17	M	Graduação em turismo Mestrado em desenvolvimento Local e Doutorado em Desenvolvimento Urbano	Gestor e pesquisador	Gabinete do Centro do Recife	Meet	00:42:15
EGPI18	M	Graduação em Comunicação	Vereador	Câmara Municipal do Recife	Meet	01:12:49
EGPI19	M	Graduação em artes cênicas Especialização em história da arte e das religiões	Assessor	SECULT PE	Meet	00:35:55
EGPI20	M	Graduação em sistema da informação mestrado e doutorado em Ciências da computação	Professor e Gestor	SECTI	Meet	00:34:08
EGPI21	M	Bacharel em Sistemas da Informação mestrado em Gestão da Inovação e Consumo	Coordenador	Porto Digital	Meet	00:43:24
EGPI22	F	Graduação em Administração especialização em Marketing	Diretora	ADEPE	Meet	00:37:02
EGPI23	M	Graduação, mestrado e doutorado em Economia	Professor e Diretor	FACEPE	Meet	00:45:56
EGPI24	F	Graduação em gastronomia, mestrado em história do nordeste	Gestora	SECULT PE	Meet	00:37:44

EGPI25	F	Graduação em Administração Mestrado em Gestão da Inovação e consumo	Gestora	Armazém da Criatividade	Meet	00:42:13
EGPI26	F	Graduação em Jornalismo	Co deputada estadual	ALEPE	Meet	00:29:30

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Ao todo, foram realizadas 35 horas, 40 minutos e 6 segundos de entrevistas, resultando em 624 páginas transcritas e analisadas para a obtenção dos resultados.

Coleta 2 - A segunda técnica de coleta foi a Observação não participante, que, de acordo com Yin (2015), se refere à técnica na qual o observador faz anotações de campo sobre o comportamento e as atividades dos indivíduos no local de pesquisa (Apêndice C). Assim, o pesquisador buscou observar as atividades realizadas pela rede, tais como eventos, reuniões e visitas, para entender o funcionamento das redes e dos aspectos da governança desenvolvida pelos atores desde de outubro de 2022. Além disso, a pesquisadora realizou uma imersão entre os dias 01 de abril a 14 de julho de 2025 no Porto Digital como Analista de Inovação, no qual permitiu obter resultados significativos.

Uma das formas de sistematizar os dados foi através da construção de um diário de campo. Em meio à observação, foi aplicada a técnica de fotografia, que segundo Muzzio (2023), é uma importante técnica para produzir evidências na pesquisa organizacional.

Coleta 3 - A terceira técnica foi a análise documental, que, de acordo com Yin (2016), se refere à utilização de documentos confiáveis que possuem informações sobre o fenômeno estudado. A seguir são descritos os documentos analisados.

Quadro 13- Documentos institucionais

Código	Título do Documento	Instituição	Ano/Data
DOC 1	LEI Nº 12.196, DE 2 DE MAIO DE 2002	Governo de Pernambuco	2002
DOC 2	DECRETO Nº 25.343, DE 31 DE MARÇO DE 2003	Governo de Pernambuco	2003
DOC 3	LEI Nº 15.225, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013	Governo de Pernambuco	2013
DOC 4	LEI Nº 15.430, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	Governo de Pernambuco	2014
DOC 5	Plano Estratégico de Longo Prazo – Pernambuco 2035	Governo de Pernambuco	2014
DOC 6	LEI Nº 16.113, DE 5 DE JULHO DE 2017	Governo de Pernambuco	2017
DOC 7	DECRETO Nº 45.508, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017	Governo de Pernambuco	2017
DOC 8	Plano Estadual de Cultura	SECULT	2018
DOC 9	Regimento Interno do Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC-PE)	CEPC / Governo de Pernambuco	2019
DOC 10	DECRETO Nº 49.253, DE 31 DE JULHO DE 2020	Governo de Pernambuco	2020
DOC 11	Apresentação Ciclo de Escutas - Lei Paulo Gustavo	SECULT	2023
DOC 12	Relatório de Gestão ADEPE 2019–2022	ADEPE	2023
DOC 13	Plano Anual de Aplicação dos Recursos 2024	SECULT	2024

DOC 14	EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024	SECULT	2024
DOC 15	Análise do Setor de Economia Criativa	ADEPE	2024
DOC 16	A importância da Economia Criativa em Pernambuco	ADEPE	2024
DOC 17	DECRETO Nº 58.014, DE 20 DE JANEIRO DE 2025	Governo de Pernambuco	2025
DOC 18	Plano de Governo Eduardo Campos 2007-2010	Governo de Pernambuco	2007–2010
DOC 19	Plano de Governo Eduardo Campos 2011-2014	Governo de Pernambuco	2011–2014
DOC 20	Plano de Governo Paulo Câmara 2019-2022	Governo de Pernambuco	2019–2022
DOC 21	Estratégia de Longo Prazo-AD-Diper-2019-2023	AD Diper	2019–2023
DOC 22	Estratégia de Longo Prazo - ADEPE 2023-2026	ADEPE	2023–2026
DOC 23	Plano de Governo de Raquel Lyra 2023-2026	Governo de Pernambuco	2023–2026
DOC 24	Estratégia de Longo Prazo - ADEPE 2025-2029	ADEPE	2025–2029
DOC 25	1ª Reunião extraordinária dos Conselhos de Política Cultural, Preservação do Patrimônio Cultural e Consultivo do Audiovisual	CEPC	23.08.2017
DOC 26	Ata_ Reunião_ CEPC 10.04.2019-39	CEPC	10.04.2019
DOC 27	Ata_ Reunião_ CEPC - 11.03.2020-53 - Caruaru	CEPC	11.03.2020
DOC 28	Ata_ Reunião_ CEPC 12.08.2020-61	CEPC	12.08.2020
DOC 29	Ata_ Reunião_ CEPC_ 31.10.2023	CEPC	31.10.2023
DOC 30	Ata – Reunião – CEPEC -21.11.2023	CEPC	21.11.2023
DOC 31	Ata_Reunião_unificada_de_todos_Consehos_15.12.2023	CEPC	15.12.2023
DOC 32	Ata-Reunião-CEPC-08.01.2024	CEPC	08.01.2024
DOC 33	Ata – Reunião – CEPEC -31.01.2024	CEPC	31.01.2024
DOC 34	Ata_ Reunião_ CEPC_ 21.02.2024	CEPC	21.02.2024
DOC 35	Ata_ Reunião_ CEPC_ 13.03.2024	CEPC	13.03.2024
DOC 36	Ata_ Reunião_ CEPC_ 20.03.2024	CEPC	20.03.2024
DOC 37	Ata_ Reunião_ CEPC_ 26.04.24	CEPC	26.04.2024
DOC 38	Ata_ Reunião_ CEPC_ 06.05.24	CEPC	06.05.2024
DOC 39	Ata_ Reunião_ Ext. CEPC PAAR_ 27.05.24	CEPC	27.05.2024
DOC 40	Ata_ Reunião_ CEPC_ 28.06.24	CEPC	28.06.2024
DOC 41	Ata_ Reunião_ CEPC_ 24.07.24	CEPC	24.07.2024
DOC 42	Ata_ Reunião_ CEPC_ 14.08.24	CEPC	14.08.2024
DOC 43	Ata_ Reunião_ CEPC_ 06.09.24	CEPC	06.09.2024
DOC 44	Ata_ Reunião_ CEPC_ 25.10.24	CEPC	25.10.2024
DOC 45	Ata_ Reunião_ CEPC_ 21.11.24	CEPC	21.11.2024
DOC 46	Ata_ Reunião_ CEPC_ 11.12.24	CEPC	11.12.2024
DOC 47	Ata-Reunião-CEPC-12.02.25	CEPC	12.02.2025
DOC 48	Ata-Reunião-CEPC-11.03.25	CEPC	11.03.2025
DOC 49	Ata-Reunião-CEPC-08.04.25	CEPC	08.04.2025
DOC 50	Ata-Reunião-CEPC-06.05.25	CEPC	06.05.2025
DOC 51	Ata-Reunião-CEPC-19.05.25	CEPC	19.05.2025
DOC 52	Ata-Reunião-CEPC-06.06.25	CEPC	06.06.2025

Fonte: dados da Pesquisa (2025)

Foram utilizados documentos oficiais disponibilizados nas bases de dados online das instituições. Não foram adotados recortes temporais, sendo considerados todos os materiais

relevantes disponíveis no momento da pesquisa, que, acreditamos, possuem relação com o estudo e contribuem para responder aos objetivos propostos.

Descrição dos documentos

DOC 1. Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002: A lei cria o Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco (RPV-PE), reconhecendo pessoas e grupos detentores de saberes e práticas da cultura popular como patrimônios vivos. Os registrados recebem uma bolsa de incentivo e têm prioridade em editais culturais. O objetivo é preservar e transmitir conhecimentos tradicionais, valorizando mestres da cultura popular e incentivando sua continuidade no estado (Pernambuco, 2002)

DOC 2. Decreto nº 25.343/2003 – Regulamentação do FUNCULTURA: Este decreto regulamenta o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA), estabelecendo critérios de contribuição e gestão dos recursos, especialmente para empresas que recolhem ICMS no estado. Define a FUNDARPE como órgão gestor do fundo e detalha os mecanismos de arrecadação, prestação de contas e cadastro de produtores culturais. O decreto consolida a base legal para o financiamento público à cultura e é peça-chave para a política cultural do estado (Pernambuco, 2003).

DOC 3. Lei nº 15.225, de 30 de dezembro de 2013 (revogada): Essa lei definiu a estrutura e competências dos órgãos do Poder Executivo de Pernambuco, organizando secretarias e órgãos auxiliares do governador. Posteriormente foi revogada, mas representou um marco organizacional ao detalhar funções como as das secretarias de Administração, Ciência e Tecnologia, e Desenvolvimento Econômico, promovendo maior clareza na gestão pública estadual (Pernambuco, 2013).

DOC 4. Lei nº 15.430, de 22 de dezembro de 2014: Essa lei institui o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC), responsável por políticas públicas de valorização e proteção dos bens culturais pernambucanos. Ela estabelece diretrizes para atuação do Estado na salvaguarda do patrimônio imaterial e material (Pernambuco, 2014).

DOC 5. Plano Estratégico de Longo Prazo – Pernambuco 2035: Este documento apresenta a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo para Pernambuco, projetando ações até o ano de 2035. Resultado de um processo participativo iniciado ainda na gestão do governador Eduardo Campos, o plano organiza uma carteira de projetos estruturantes com foco na qualidade de vida, educação, sustentabilidade, infraestrutura e inovação. Com base em diagnósticos, cenários e metas, o plano busca nortear políticas públicas de forma integrada, envolvendo o governo, a sociedade civil e o setor privado na construção de um futuro mais próspero e equilibrado para o estado (Pernambuco, 2014).

DOC 6. Lei nº 16.113, de 5 de julho de 2017: Este documento dispõe sobre o Sistema de Incentivo à Cultura (SIC) de Pernambuco, regulamentando suas modalidades – FUNCULTURA, Mecenato Cultural e CREDCULTURA – e estabelecendo diretrizes para o fomento cultural no Estado. A lei define objetivos como a democratização do acesso aos recursos culturais, a valorização da diversidade e o estímulo à descentralização e à sustentabilidade econômica dos agentes culturais, além de regulamentar quem pode propor projetos e receber incentivos, assegurando critérios técnicos e legais para a aplicação dos recursos públicos na área da cultura (Pernambuco, 2014).

DOC 7. Decreto nº 45.508, de 28 de dezembro de 2017: Este decreto regulamenta as regras específicas do Sistema de Incentivo à Cultura (SIC), estabelecendo normas para a linguagem do Audiovisual dentro do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA). Define critérios para apresentação, tramitação e execução de projetos culturais no audiovisual, destacando aspectos como fases de seleção, exigências de acessibilidade e detalhamento orçamentário. O objetivo é valorizar a produção audiovisual independente em Pernambuco e fortalecer o mercado local por meio de mecanismos transparentes e estruturados de financiamento público (Pernambuco, 2017).

DOC 8. Plano Estadual de Cultura de Pernambuco: O Plano Estadual de Cultura (PEC) é o primeiro da história de Pernambuco e estabelece diretrizes estratégicas para a política cultural no estado pelos próximos dez anos. Construído por meio de ampla participação social, com conferências e pré-conferências regionais e setoriais, o documento organiza ações a partir de oito eixos temáticos, contemplando o patrimônio cultural, a produção artística, a formação, a sustentabilidade, entre outros. Aprovado pelo Conselho Estadual de Política Cultural, o PEC reflete o compromisso do governo com a gestão democrática e a valorização da diversidade cultural pernambucana (Pernambuco, 2018).

DOC 9. Regimento Interno do Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC-PE): O Regimento Interno do CEPC-PE estabelece as normas de funcionamento do Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco, órgão colegiado responsável por propor, aprovar e fiscalizar diretrizes da política cultural do estado. O documento define sua composição paritária entre sociedade civil e poder público, competências legais, estrutura organizacional e mecanismos de participação. Vinculado à Secretaria de Cultura, o CEPC atua de forma consultiva e deliberativa, promovendo a gestão democrática e o controle social na formulação e acompanhamento das ações culturais (Pernambuco, 2019).

DOC 10. Decreto nº 49.253, de 31 de julho de 2020: Este decreto regulamenta a Lei Complementar nº 400/2018 e institui a Usina Pernambucana de Inovação. Foca no estímulo à pesquisa, inovação tecnológica e criação de ambientes cooperativos entre governo, universidades, empresas e entidades privadas. Ele estabelece critérios para cessão de uso de imóveis públicos, contrapartidas obrigatórias, fundos de investimento, e governança dos espaços de inovação, visando transformar Pernambuco em um polo inovador e competitivo a partir da integração entre setores estratégicos (Pernambuco, 2020).

DOC 11. Apresentação – Ciclo de Escutas Lei Paulo Gustavo (2023): Este material apresenta a metodologia e os critérios adotados pelo Governo de Pernambuco na distribuição dos recursos da Lei Paulo Gustavo. Detalha os percentuais por segmento, as diretrizes para ações afirmativas, e os critérios de descentralização territorial. A apresentação reforça a importância da inclusão, da acessibilidade e da democratização dos recursos públicos para a cultura, com foco especial na economia criativa e nos grupos historicamente marginalizados (Pernambuco, 2023).

DOC 12. Relatório de Gestão ADEPE 2019–2022: Este relatório apresenta os resultados da atuação da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (ADEPE) no período de 2019 a 2022. Detalha a estrutura institucional, governança, programas e ações promovidas em áreas como inovação, economia criativa, infraestrutura e atração de investimentos. A ADEPE se destacou por iniciativas como o "Programa Compra Local" e o "Máscara para Todos", ambos voltados ao enfrentamento da pandemia e ao apoio a pequenos produtores e empresas locais. O documento também enfatiza o fortalecimento das práticas de governança e a obtenção de bons indicadores de desempenho institucional (ADEPE, 2023).

DOC 13. Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR) 2024: O PAAR 2024 apresenta o planejamento da aplicação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) em Pernambuco. Elaborado de forma participativa, com escutas presenciais e online em todas as macrorregiões do estado, o plano sistematiza as contribuições da sociedade civil para orientar o uso de mais de R\$ 74 milhões destinados à cultura. O documento evidencia o compromisso com a descentralização, inclusão e transparência, detalhando a metodologia de escuta social, os canais de consulta pública e o papel do Conselho Estadual de Política Cultural no processo (Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2024).

DOC 14. Edital de Chamamento Público nº 003/2024 – PNAB: O edital regulamenta o fomento à cultura no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), com repasses financeiros a iniciativas culturais em Pernambuco. Organizado em seis categorias — como Multilinguagens, Economia Criativa, Festivais e Cultura Periférica — o edital promove a democratização e a

acessibilidade da cultura, com forte componente de ações afirmativas. São contempladas atividades presenciais, híbridas e on-line, com foco em diversidade, formação, memória e valorização das expressões artísticas regionais (Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2024).

DOC 15. *Análise do Setor de Economia Criativa – outubro de 2024*: Trata-se de um estudo técnico conduzido pela ADEPE com foco na análise da distribuição geográfica e da especialização das atividades criativas em Pernambuco. A partir de indicadores como Quociente Locacional, Participação Relativa e Índice de Herfindahl-Hirschman, o documento identifica os principais polos criativos do estado e aponta desafios como informalidade e falta de acesso ao crédito. A conclusão é clara: o setor tem alto potencial, mas precisa de políticas estruturantes para crescer de forma sustentável (ADEPE, 2025).

DOC 16. *A Importância da Economia Criativa em Pernambuco*: Este documento destaca o papel estratégico da economia criativa no desenvolvimento econômico e social do estado. Mostra como atividades baseadas na cultura, criatividade e inovação vêm ganhando espaço e reconhecimento, com destaque para eventos como a FENEARTE. O texto reforça o impacto econômico e simbólico do setor, propondo o fortalecimento de políticas públicas e o estímulo à valorização do capital humano e das manifestações culturais locais (ADEPE, 2025).

DOC 17. *Decreto nº 58.014, de 20 de janeiro de 2025*: Este decreto cria o edital específico de Patrimônio Cultural dentro do FUNCULTURA e define a distribuição percentual dos recursos entre diferentes linguagens artísticas. A medida atende às reivindicações da sociedade civil e diretrizes do Plano Estadual de Cultura, com foco em garantir maior equidade e valorização do patrimônio cultural pernambucano. O novo edital fortalece ações de preservação, restauro e difusão cultural, com um percentual de 9% dos recursos do fundo reservado exclusivamente a essa linguagem (Pernambuco, 2025).

DOC 18. *Plano de Governo - Eduardo Campos (2007-2010)*: Este plano marca o início da proposta de um “Novo Pernambuco” sob a liderança de Eduardo Campos, com forte ênfase na justiça social, interiorização do desenvolvimento e modernização da economia. O documento destaca a necessidade de romper com os modelos excludentes do passado, priorizando educação, saúde, segurança e cultura como vetores centrais da política pública. O plano propõe também o fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação como alicerces para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades regionais e sociais (Campos, 2006).

DOC 19. *Plano de Governo - Eduardo Campos (2011-2014)*: O segundo mandato de Eduardo Campos traz um plano orientado pela continuidade do projeto de desenvolvimento com inclusão social e inovação. O documento aprofunda compromissos com a educação de qualidade,

o Pacto pela Vida na segurança pública e a promoção da economia do conhecimento. A proposta se estrutura em torno da ampliação das oportunidades de vida digna, com políticas voltadas a mulheres, juventude, idosos e minorias, e à consolidação de um estado eficiente, transparente e orientado por resultados (Campos, 2010).

DOC 20. Plano de Governo - Paulo Câmara (2019-2022): Com base na experiência acumulada pela Frente Popular de Pernambuco, o plano de Paulo Câmara reforça o modelo participativo de gestão por meio de iniciativas como o “Todos por Pernambuco”. Estruturado em cinco eixos (educação, qualidade de vida, prosperidade, coesão social e territorial, e instituições de qualidade), o programa visa consolidar avanços sociais e econômicos, enfrentando os desafios de um cenário nacional desfavorável. A prioridade está na inclusão social, melhoria dos serviços públicos e ampliação das oportunidades para todas as regiões do estado (Câmara, 2018).

DOC 21. Estratégia de Longo Prazo – AD Diper 2019-2023: Este plano estratégico cobriu o período de 2019 a 2023 e consolidou a atuação da AD Diper (atual ADEPE) como promotora do desenvolvimento econômico em Pernambuco. A estratégia foi construída com participação interna e orientada pelos princípios da Lei das Estatais. O foco esteve na promoção dos arranjos produtivos locais, inovação, industrialização do interior e no fortalecimento institucional para atuação mais eficiente e transparente, contribuindo para a dinamização da economia estadual (ADEPE, 2018).

DOC 22. Estratégia de Longo Prazo – ADEPE 2022-2026: Este documento apresenta os planos estratégicos da ADEPE para o período 2023-2026, com foco no desenvolvimento econômico e social de Pernambuco. A estratégia envolve ações nos setores industrial, comercial, agroindustrial e de economia criativa, com atenção à inovação e sustentabilidade. A ADEPE adota uma abordagem participativa e institucional alinhada à Lei das Estatais, com o objetivo de ampliar sua atuação como agente indutor do desenvolvimento regional por meio de planejamento, execução e avaliação sistemática (ADEPE, 2022).

DOC 23. Plano de Governo - Raquel Lyra (2023-2026): O plano de Raquel Lyra é apresentado como um projeto de reconstrução para Pernambuco, baseado em escuta ativa da população e na participação de especialistas. Com enfoque na transformação social, o documento está estruturado em 13 eixos estratégicos, incluindo educação, saúde, segurança, políticas para mulheres, inclusão, meio ambiente, cultura e economia criativa. Defende uma gestão transparente e colaborativa, destacando a importância da representatividade feminina e da retomada do protagonismo de Pernambuco no cenário nacional (Lyra; Krause, 2022).

DOC 24. Estratégia de Longo Prazo – ADEPE 2025-2029: A nova edição da estratégia de longo prazo da ADEPE para 2025-2029 reforça seu papel como articuladora do desenvolvimento

econômico estadual. Reformulada após mudanças de governo, a estratégia foca na inclusão produtiva, na economia criativa, inovação e interiorização do desenvolvimento. O documento também aprimora os mecanismos de planejamento estratégico e transparência, reforçando a atuação institucional em alinhamento com o Plano de Governo de Pernambuco e as demandas dos setores produtivos locais (ADEPE, 2024).

Documentos 25-52: Dos documentos analisados, entre os números 25 e 52, identificam-se atas de reuniões do Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco – CEPC, realizadas no período de 2019 a 2025. Esses registros oficiais refletem as discussões, deliberações e decisões tomadas pelo colegiado nesse intervalo de tempo, evidenciando o papel estratégico do CEPC na condução da política cultural do Estado e na garantia da participação democrática da sociedade civil na gestão cultural pernambucana (CEPC, 2025).

4.3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados foi usada técnica de análise de conteúdo, segundo Schreier (2014). Conforme o autor, a Análise Qualitativa de Conteúdo é um método que descreve sistematicamente o significado de dados qualitativos, por meio da redução dos dados, sua codificação e flexibilização. Para tanto, foi realizado as seguintes etapas:

Quadro 14- Etapas da Análise Qualitativa de Conteúdo

Construindo um quadro de codificação	
Selecionando o material	-Seleção do conteúdo entre as transcrições das entrevistas, material documental e as anotações feitas na observação, que reflitam toda diversidade dos dados. Uma leitura preliminar foi realizada, buscando analisar e separar os documentos em nível de informações relevantes. Também foi o momento de tratamento dos dados, no entanto, buscaremos ser o mais fiel possível ao material coletado.
Estruturar e gerar as categorias	-Após a leitura prévia do material, uma nova consulta a teoria foi feita para lembrar dos aspectos mais pertinentes. -Em seguida, foi iniciado o processo criação das categorias e subcategorias com base na teoria (quadros 7 e 8). -Categorias a "a priori" e "a posteriori" foram identificadas
Revisar e expandir o quadro	-Revisão e realização eventuais modificações
Segmentação	-Divisão do material em unidades de codificação (palavras/frases enumeradas e ordenadas). - Aplicação das categorias no material selecionado.
Fase Piloto	
Selecionar e preparar o material	-Seleção novamente material

Codificação experimental	-Realização de uma codificação inicial para teste (Duas rodadas entre 10-14 dias ou com quantificadores independentes).
Avaliar e modificar o quadro de codificação	-Examinação os resultados da codificação do estudo em termos de consistência e validade.
Análise principal	
<ul style="list-style-type: none"> • Após o quadro estruturado, material necessário estabelecido e duplicado iniciou-se o processo de codificação e análise do material. • Foi feita a Triangulação com os dados das observações. • Os documentos foram analisados com base nas categorias a "a priori" e "a posteriori" resultantes das análises das entrevistas. 	
Apresentação e interpretação dos resultados	
<ul style="list-style-type: none"> • Os dados foram apresentados e estruturados em formas de texto, quadros etc. • Por fim, interpretados em relação a teoria. 	

Fonte: Adaptado de Schreier (2014)

Como ferramenta para auxiliar as análises, foi utilizado o software de análise qualitativa Atlas.ti 9 na etapa de exploração do material, na qual permite organizar, explorar e compreender os dados coletados de maneira dinâmica através de recursos visuais, e também facilita os procedimentos operacionais desta técnica. Para a categorização da análise de conteúdo, foram utilizadas dimensões e categorias do modelo de percepção dos atores, com base na literatura sobre sociedade em rede e na teoria descentrada conforme o apêndice A e B.

A análise dos dados esteve em constante sintonia com a teoria estudada, desta forma, buscou-se uma análise crítica do fenômeno estudado para validar ou refutar as premissas iniciais de pesquisa.

4.4 FERRAMENTAS UTILIZADAS

Para a construção desta tese, foram utilizados diversos softwares e plataformas online que contribuíram para o desenvolvimento técnico do manuscrito. É importante salientar que, embora tenham sido empregadas ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial, todas as ideias apresentadas são de autoria exclusiva da pesquisadora e, em nenhum momento, houve substituição das atividades intelectuais da autora, mas sim apoio para a otimização de processos.

Entre as ferramentas utilizadas, destaca-se o *Start - State of the Art through Systematic Review*, software voltado ao gerenciamento da revisão de literatura, permitindo a organização, seleção e análise de artigos científicos; o *Atlas.ti* empregado para o gerenciamento e análise de dados oriundos das entrevistas e de documentos, possibilitando a categorização, classificação e construção de redes de significados; o *Zotero*, (utilizado para o gerenciamento de referências bibliográficas e citações, facilitando a organização e a padronização conforme normas acadêmicas.

Na escrita do texto também foram utilizados o *Transkriptor* que contribuiu na transcrição das entrevistas gravadas; o *LanguageTool* auxiliou na correção de erros gramaticais e ortográficos; o *ChatGPT* que contribuiu para identificar inconsistências na escrita, aprimorar a coesão textual e melhorar a fluidez do texto; o *Miro* que foi empregado na criação e organização visual de figuras, diagramas e mapas conceituais; e o *Google Meet* utilizado para a gravação das entrevistas realizadas de forma remota.

4.5 CRITÉRIOS DE QUALIDADE

Como critérios de Qualidade e validade da pesquisa destacamos a construção do *corpus* de acordo com Bauer e Gaskell (2002) já destacados anteriormente. Também foi usado os seguintes critérios:

O critério de saturação na pesquisa. Para Bauer e Gaskell (2002), envolve a demarcação do ponto em que novos dados deixam de fornecer insights adicionais ou informações significativamente diferentes em relação ao fenômeno estudado. A saturação é alcançada quando os dados coletados já abordam as principais dimensões do problema, fornecendo uma base sólida para análise e conclusões robustas. Desta forma, a coleta foi interrompida na medida em que observarmos que os membros das redes passarem a nos fornecesse informações similares sobre o processo de construção das políticas públicas para economia criativa.

Outro critério adotado foi o da Triangulação. Para Denzin (2014), a triangulação envolve a utilização de múltiplos métodos, fontes de dados ou perspectivas teóricas para aumentar a validade e a confiabilidade das conclusões da pesquisa. Desta forma, foi usado o tipo de triangulação para coleta de dados. Os dados do tipo entrevistas, observação, fotos e documentos, foram selecionados.

Foi adotado critério de reflexividade em toda fase da pesquisa. A reflexividade refere-se à capacidade do pesquisador de se voltar para dentro de si mesmo e para o processo investigativo, considerando não apenas suas próprias perspectivas, mas também as dos informantes, da audiência e do próprio texto da pesquisa (Paiva Júnior; Leão; Mello, 2011).

O critério de reflexividade foi aplicado em diferentes etapas da pesquisa. Durante a coleta de dados, realizou-se um processo contínuo de imersão, observação e reflexão articulada à teoria, bem como experimentação em espaços proporcionados pelos próprios atores. No momento da análise, a reflexividade manteve-se presente por meio de uma interpretação constante dos dados à luz do referencial teórico e da triangulação com as demais evidências empíricas. Ademais, a pesquisadora manteve uma imersão prolongada no fenômeno, acompanhando suas dinâmicas ao longo do tempo.

Embora não seja originária do território pesquisado, essa condição permitiu uma aproximação inicial com menor interferência de referenciais culturais próprios, contribuindo para uma postura analítica mais isenta. Ao mesmo tempo, a inserção no campo ocorreu antes do início formal da coleta de dados, ainda na fase de aproximação ao fenômeno, possibilitando observar o contexto, estudar o campo, participar de eventos e vivenciar, de forma concreta, a economia criativa em Pernambuco. Esse processo favoreceu o estabelecimento de contatos, o acesso aos atores e a compreensão das dinâmicas locais.

A reflexividade foi, assim, enriquecida por uma combinação entre proximidade e distanciamento analítico. Quando a coleta de dados teve início, a pesquisadora já se encontrava familiarizada com o campo empírico; contudo, após cada ida ao campo, retornou sistematicamente à teoria em busca de arcabouço analítico para interpretar elementos emergentes, como a orquestração de redes e a gestão da criatividade. A observação presencial, especialmente no Porto Digital e em outros eventos do ecossistema criativo, possibilitou uma introspecção aprofundada sobre o fenômeno, reforçando a posição da pesquisadora enquanto acadêmica que interpreta criticamente a realidade empírica, sem perder o rigor teórico-metodológico.

Além disso, foi seguindo as recomendações propostas por Tracy (2019) para aumentar a excelência na pesquisa qualitativa. Dentre elas estão: escolha de um tópico digno, ou seja, a pesquisa aborda um tema relevante, significativo e oportuno. Também o critério de rigor na pesquisa, por adotar recursos suficientes, abundantes, apropriados e complexos. Esses recursos são tanto de análise quanto de coleta de dados e aporte teórico. O critério de sinceridade, assim o estudo busca apresentar auto reflexividade sobre valores subjetivos, preconceitos e inclinações dos pesquisadores, assim como busca transparência nos procedimentos adotados. Ainda sobre as recomendações de Tracy (2019), destaca-se a necessidade de uma pesquisa com credibilidade. Adotaremos esse critério na medida em que buscaremos uma descrição densa e detalhes concretos.

4.6 LÓCUS DE ESTUDO: GOVERNO DE PERNAMBUCO

Pernambuco, localizado no nordeste do Brasil, é um estado economicamente significativo. Com uma área de cerca de 98.067,877km², seu PIB em 2019 foi de aproximadamente R\$ 210 bilhões, representando cerca de 2,9% do PIB nacional. Sua economia é diversificada, destacando-se nos setores de serviços, indústria, comércio, agricultura e grande potencial no que diz respeito à economia criativa.

Pernambuco é um dos estados brasileiros mais ricos em diversidade cultural, com uma ampla variedade de expressões artísticas, manifestações populares, tradições orais, festas religiosas e eventos que refletem a pluralidade de seus territórios. Essa diversidade é resultado da

confluência de influências indígenas, africanas e europeias ao longo da história, que se manifestam de maneira singular em cada região do estado.

Cada território pernambucano guarda uma identidade cultural própria. No Agreste, por exemplo, destacam-se os bacamarteiros, as feiras de cordel e repente, além do emblemático Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), que reúne múltiplas linguagens artísticas, desde música e teatro até literatura e cinema. Já o Sertão é berço de tradições como o xaxado, dança criada pelos cangaceiros, e palco de festas religiosas como a Festa de Nossa Senhora da Penha, em Serra Talhada, e a Festa de Setembro, em Ouricuri, que misturam religiosidade e cultura popular.

A Zona da Mata se destaca com os maracatus de baque solto, as cavalcadas e o ciranda, especialmente na cidade de Goiana. O litoral, e sobretudo a capital Recife, concentra expressões como o frevo, o maracatu de baque virado, o coco de roda, além de eventos consagrados como o Carnaval do Recife e de Olinda, que é um dos mais tradicionais e democráticos do Brasil, reunindo blocos de rua, troças, orquestras de frevo, e desfiles de maracatus e caboclinhos.

No Recife Antigo, acontece ainda o Festival Rec'n'Play, que integra música, tecnologia e inovação, e o Festival de Cinema de Pernambuco (CINE-PE), consolidando o estado como um dos polos da economia criativa no país. Outro destaque é a Festa de São João, fortemente celebrada em todo o estado, com particular força em Caruaru, considerada o maior São João do mundo, onde predominam quadrilhas juninas, forró pé-de-serra e comidas típicas.

Essa diversidade de manifestações culturais, brinquedos populares, danças, ritmos e eventos não apenas fortalece a identidade cultural pernambucana, como também evidencia a sua pluralidade territorial e simbólica. Cada região imprime sua marca nas expressões culturais que produz e mantém vivas, tornando Pernambuco um estado profundamente plural, criativo e representativo da cultura brasileira.

Do ponto de vista institucional, existe instituições que trabalham diretamente ou indiretamente com o governo do estado para fomentar as políticas de cultura e economia criativa. São instituições governamentais, não-governamentais e privadas que atuam em parceria em diversas dimensões da política, seja fomento, regulação, formação e incentivo, entre outros. Dentre as instituições estão.

A própria Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE), que tem como objetivo promover e executar a política cultural do Estado, mobilizando apoio técnico para a produção cultural e fomentando a arte pernambucana e brasileira é uma delas. Também é responsável por preservar e conservar o patrimônio histórico, arqueológico, paisagístico, artístico, documental e cultural de Pernambuco. Desde sua criação em 2011, a Secult- busca ampliar e consolidar a política

cultural do estado por meio de ações de fomento, difusão, formação, regionalização, reconhecimento, valorização e promoção da diversidade cultural, com o patrimônio e a memória como horizontes (Portal Secult).

A Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, criada conforme a Lei Estadual Nº 18.139 de 18 de janeiro de 2023, e tem como competências: formular, fomentar e executar políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação; promover e apoiar ações de incentivo à ciência, ao ensino superior, à pesquisa e à extensão; planejar e executar iniciativas para criar e fortalecer ambientes e empreendimentos inovadores no Estado; ampliar e interiorizar as competências científicas e tecnológicas; apoiar ações de polícia científica e medicina legal; gerir centros tecnológicos; promover a educação tecnológica; e supervisionar a radiodifusão pública e serviços correlatos (Portal da SECTI). Acreditamos que essa instituição é um importante fomentadora dos setores da economia criativa intensivos em inovação e tecnologia no estado de Pernambuco.

A FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco). É uma instituição voltada para o apoio e fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação em Pernambuco. Criada em 1987, sua missão é promover o desenvolvimento científico e tecnológico do estado, incentivando projetos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. A FACEPE desempenha um papel importante no fortalecimento do ecossistema de inovação local, contribuindo para o avanço do estado em termos de ciência, tecnologia e inovação (Portal da FACEPE).

Também a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) que desempenha um papel crucial na execução da Política Cultural do Estado, em todas as suas dimensões e expressões, com base democrática. Sua missão é promover, apoiar, incentivar, preservar e difundir as identidades e produções culturais de Pernambuco de maneira estruturada e sistêmica, com foco na inclusão social, no acesso universal, na diversidade cultural, na interiorização das ações e no desenvolvimento regional integrado. Fundada em 17 de julho de 1973, a Fundarpe não apenas promove a cultura, mas também preserva os monumentos históricos e artísticos de Pernambuco. Como parte da administração indireta do Estado, está vinculada à Secretaria de Cultura (Portal Fundarpe).

A Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (ADEPE), que foi fundada em 1965, a permanece dedicada a impulsionar o crescimento do estado. No qual seu objetivo é atrair investidores de todos os portes, visando o futuro e identificando novas oportunidades de negócios para promover a geração de empregos e renda em Pernambuco. A ADEPE conta com uma equipe

multidisciplinar com proficiência em diversos idiomas e operamos com base em um sistema de inteligência de mercado (Portal ADEPE).

O Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, que é um órgão de deliberação coletiva da administração direta, ligado à Secretaria Estadual de Cultura. Suas principais atribuições são: a formulação das diretrizes das ações culturais do Governo do Estado de Pernambuco e a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, tanto tangível quanto intangível, do Estado (Portal do Conselho).

As universidades públicas, como a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade de Pernambuco (UPE), exercem papel central na formação acadêmica e na geração de conhecimento crítico. Esses espaços oferecem grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e projetos de extensão voltados para o estudo das dinâmicas culturais, urbanas e turísticas, possibilitando a análise dos impactos e potencialidades do turismo criativo nos territórios.

A Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco, por sua vez, representa um locus institucional relevante por ser responsável pela formulação e implementação de políticas estaduais de turismo. Suas ações e programas revelam diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do setor, incluindo iniciativas voltadas para a valorização da cultura local, o incentivo à inovação e a integração entre turismo e economia criativa.

Nesse mesmo campo de atuação, destaca-se a atuação da Prefeitura do Recife, que desenvolve políticas públicas voltadas à promoção do turismo criativo, como o Fórum de Turismo Criativo do Recife — um espaço permanente de diálogo entre poder público, iniciativa privada, universidades e sociedade civil. O fórum constitui um canal de escuta e construção colaborativa, e sua análise possibilita compreender práticas de governança em rede.

A Câmara Municipal do Recife e a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) são locus essenciais para a observação do processo legislativo e da institucionalização das políticas públicas de cultura e turismo. Nessas casas legislativas são debatidas e aprovadas leis que moldam o marco normativo das ações voltadas para a economia criativa e o turismo no estado.

No campo da inovação, o Porto Digital se destaca como um dos principais parques tecnológicos do Brasil, com forte inserção na área da economia criativa. Sua atuação conecta empresas, governos, startups e instituições de ensino, promovendo um ecossistema de inovação que influencia diretamente práticas criativas no território urbano.

Complementando esse cenário, o Armazém da Criatividade, unidade avançada do Porto Digital localizada no interior do estado, funciona como laboratório de inovação,

empreendedorismo e formação, sendo um importante espaço para o mapeamento de experiências criativas descentralizadas.

O Sistema S (SESC, SENAC, SEBRAE) constitui um lócus estratégico de pesquisa por seu papel na qualificação profissional, na oferta de serviços de apoio a empreendedores criativos e na realização de eventos e estudos sobre tendências no turismo, cultura e economia.

Apesar da representatividade do setor cultural para o estado de Pernambuco, foram observados alguns problemas relacionados à política de economia criativa. O primeiro e único Plano Estadual de Cultura foi construído em 2018 e, desde então, não há indícios de revisões ou relatórios de cumprimento. As atividades de economia criativa ficam todas nas pastas da cultura, ou de ciência e tecnologia quando estamos falando nos setores de tecnologia avançada. Poucos dados são encontrados nas bases institucionais.

Essas constatações revelam a existência de um ecossistema institucional robusto, mas ao mesmo tempo fragmentado e, por vezes, pouco articulado, o que compromete a efetividade das políticas públicas para a economia criativa no estado. A diversidade de atores – entre secretarias, fundações, universidades, parlamentos, parques tecnológicos e entidades do Sistema S – aponta para a complexidade das redes de governança envolvidas na formulação e implementação dessas políticas.

Com base nesse cenário, optou-se por adotar a abordagem metodológica de estudo de caso, conforme proposta por Stake (2011), que enfatiza a investigação aprofundada de contextos específicos e complexos. Segundo o autor, o estudo de caso é especialmente útil quando se busca compreender os significados atribuídos pelos atores sociais às suas ações e interações em ambientes organizacionais e institucionais. No presente trabalho, o governo de Pernambuco se configura como caso instrumental, pois oferece um terreno fértil para analisar as dinâmicas, os desafios e as potencialidades da política de economia criativa em nível estadual, permitindo, assim, uma compreensão ampliada dos processos de articulação, governança e implementação dessas políticas.

Portanto, o Governo de Pernambuco, por meio de suas secretarias, fundações, universidades e instituições parceiras, se consolida como um lócus estratégico para esta pesquisa. Seu histórico de atuação no campo cultural, sua estrutura institucional voltada para ciência, tecnologia e inovação, bem como sua capacidade de fomentar ações criativas e empreendedoras, justificam plenamente a escolha do caso e a abordagem qualitativa adotada.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os dados empíricos coletados ao longo da pesquisa, com foco nas percepções dos diferentes atores sociais e políticos envolvidos com a temática da economia criativa em Pernambuco. Em seguida traz os resultados das entrevistas realizadas com 22 atores sociais e 26 representantes do grupo de atores políticos, cujas falas ajudam a compreender os diversos olhares e experiências relacionadas às políticas públicas e às redes culturais.

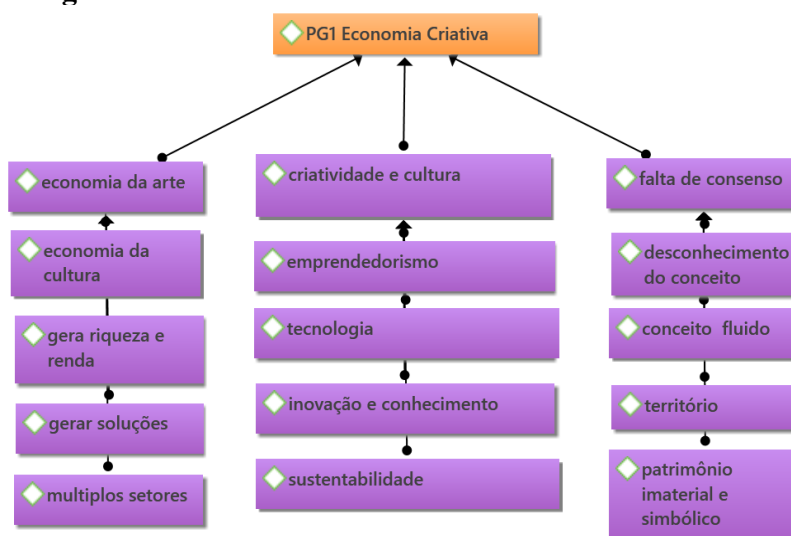
Na sequência, são expostos os achados oriundos da observação não participante, incluindo registros de conversas informais com especialistas da área. Embora essas interações não tenham seguido um roteiro formal de entrevista, contribuíram de forma significativa para a compreensão do contexto e das práticas observadas. Algumas dessas situações foram registradas em imagens, que também serão incluídas ao longo do capítulo como forma de ilustrar e complementar as análises. Por fim, serão apresentados os resultados da análise documental, com base em dados extraídos de fontes institucionais, que ajudaram a contextualizar e sustentar as informações levantadas nas demais etapas da pesquisa.

5.1 RESULTADOS DA ENTREVISTAS

5.1.1 CONCEITO DE ECONOMIA CRIATIVA

A categoria conceito tinha como intuito saber a percepção dos atores EGAS e EGAP sobre o conceito de economia criativa. Acreditamos que, o que eles consideram como conceito, influencia na sua tomada de decisão. A figura abaixo traz as categorias de primeira ordem que emergiram das entrevistas.

Figura 11 - Conceito de economia criativa - entrevistas



Fonte: (dados da pesquisa 2025, feito no Atlas Ti.)

A falta de consenso sobre o que seria economia criativa ficou evidente tanto nas falas dos EGAS quanto no EGAP. Nas falas de um dos entrevistados observamos que o termo economia criativa é complexo, e que, apesar de já estar mais debatido atualmente, esse problema ainda persiste.” Economia criativa, o que eu entendo existem vários, depende para quem estamos falando, para qual edital estamos respondendo” (EGAP 15).

Não há um consenso desse conceito. E cada vez que eu converso mais com as pessoas, que eu estudo mais, coloco mais, eu vou mudando o meu conceito sobre o que é economia criativa. Hoje, eu chamo que são economias criativas. São várias economias criativas (...) (EGAP 22).

Por outro lado, o desconhecimento do conceito ficou evidente nas falas de alguns entrevistados do grupo EGAS. Apesar de estarem incluídos na economia criativa, esse termo não era tão propagado, conforme as seguintes falas: “Não, ainda não. Para ser sincero, eu não ouvi falar ainda (...)” (EGAS 5).

Economia criativa, então. Para te falar bem, a primeira vez que ouvi essa palavra, lembro que a gente estava organizando um evento de dança. E, para pensar sobre a economia criativa, eu tinha um ideal: como é que eu posso dizer? Primeiro que eu achava que era uma coisa desorganizada, depois achava que era uma coisa organizada, depois achava que era uma coisa... Mas o que eu entendo hoje de economia criativa, o que eu vejo na prática, é que é um... Estou tentando pensar em uma palavra específica, mas... É um lugar, é um nicho de diferença (...) (EGAS 4).

O entrevistado EGAS 4 relatou que ficou sabendo desse conceito em um evento de trabalho, anos já fazendo parte do setor. Na sua percepção via como algo desorganizado, após refletir bem, passou a perceber que, na verdade, a forma que esse setor está inserido é pautado na diferença, e assim que ele se organiza. Além disso, muitos entrevistados não pensavam que o produto do ideário cultural poderia se transformar em um produto comercializável.

A fala do entrevistado EGAS 7 sintetiza muitos dos dilemas que envolvem o conceito em estudo, pois enfatiza a elasticidade e fluidez que o termo traz consigo, no que justifica, em alguns casos, parecer paradoxal.

(...) e quando a gente fala de economia criativa, é muito importante a gente entender que é um conceito fluido. Eu não posso dizer que a economia criativa de Pernambuco é a mesma economia criativa de São Paulo, entende? Porque a economia criativa de Pernambuco precisa incorporar os elementos criativos daqui de Pernambuco, que a maior parte deles são oriundos da cultura popular. Então, não dá para falar de economia criativa sem falar da cultura pernambucana. Então, para mim, a economia criativa é um conceito elástico, é um conceito que comporta linguagens culturais, linguagens criativas que promovem, que têm o potencial de promover o desenvolvimento econômico (...) (EGAS 7).

Esses achados corroboram com a literatura (Pratt, 2010; Pratt; Hutton, 2013; Galloway; Dunlop, 2007), que destaca a imprecisão conceitual no âmbito da economia criativa. Por ser um conceito fluido, ele se adapta às diversas transformações sociais, políticas e econômicas que sucederam nos últimos tempos. Sua elasticidade permite se expandir para diversos territórios, abarcando diversas linguagens criativas e culturais. A emergência do conceito de território, já discutido por Leitão (2023), nos permite pensar um conceito de economia criativa local, no qual é necessário um mapeamento territorial de cada lugar.

Isso ficou evidente nas falas dos entrevistados, pois para cada um do grupo EGAS a economia criativa tinha o tamanho do seu mundo, do seu espaço de atuação ou de conhecimento. Já do grupo EGAP, conseguiam ir para além, e circular por diversas linguagens. “(...) eu entendo a economia criativa como aquele setor determinado por região, cultura, ou fortalecimento econômico em X motivo que está sendo desenvolvido (...)” (EGAP 21), “Eu acho que ela muda de estado para estado e de região para região(...)” (EGAS 1). Ademais, foi unânime a percepção de que a economia criativa envolve diversos setores, dentre eles, turismo criativo, moda, design, artesanato, gastronomia, audiovisual, expressões populares, games, software, entre outros.

Outros dois pontos que emergiram da pesquisa foram a dimensão imaterial da economia criativa. Em outras palavras, ela tem a capacidade de gerar riqueza e renda a partir da transformação dos elementos culturais e criativos de determinado território. Essa geração de riqueza pode vir também a partir da transformação do patrimônio cultural e simbólico “(...) dentro de uma visão de recursos financeiros e de bens simbólicos (...) então, a economia criativa está numa dimensão de comercializar bens simbólicos e culturais e entregar à sociedade (...)” (EGAS 3).

A geração de riqueza e renda é outro ponto quase que unânime no entendimento da economia criativa, conforme Kon (2016) aponta. A partir da visão dos atores podemos argumentar que a economia criativa em Pernambuco está sendo pensada também a partir da dimensão da riqueza, isso é justificado pelo fato de estar inserida na pasta de desenvolvimento econômico sob a responsabilidade da ADEPE. “Economia criativa é a atividade produtiva oriunda das expressões criativas humanas. Então, são atividades que geram renda, geram... retornos financeiros baseados nas expressões criativas das pessoas que temos de criatividade” (EGAS 9).

A dinamicidade econômica em termos de retornos para a economia foi outro ponto levantado pelos entrevistados. Nas suas percepções, investir em economia criativa é mais vantajoso, pois o retorno é maior. “(...) é a gente entender a importância da cadeia produtiva da cultura que ela traz de volta (...)” (EGAP 18). Além da riqueza, a economia criativa pode trazer

soluções para seu território “Acho que a economia criativa é quando você consegue juntar diversos atores, você consegue agregar valor dentro de um contexto onde você consegue prover soluções, não necessariamente tecnológicas (...)” (EGAP 4).

A dimensão criativa e cultural é outra percepção quase unânime dentre as falas dos entrevistados. Como monetizar a partir dos saberes culturais e criativos.

Olha, na minha percepção, a economia criativa é tudo que você pode produzir, né? que tenha como insumo algo voltado para a criatividade, para a cultura, mas que seja tratado como valor agregado, ou seja, que gere renda para você. Porque existem pessoas que até produzem, são artistas, mas elas não vivem desse saber, elas não consideram esse o seu alvo, que seja, digamos assim, a sua principal fonte de renda. E nem precisa ser a principal fonte de renda, mas ela precisa gerar renda, porque aquilo que eu tenho talento sem fazer e presenteio você e não recebo nada, eu não sou monetizada por isso, isso não é economia criativa (EGAP 14).

Talvez a maior diferença entre economia da cultura da economia criativa seja a finalidade. A cultura gera riqueza por consequência dos seus desmembramentos, já a economia criativa visa gerar rendimentos, movimentar empreendimentos, gerar soluções, e inovações a partir da arte.

(...) esse papo de economia criativa é um papo muito de mercado. É uma lógica comercial por trás, né? E a cultura popular, por exemplo, não tem nada de lógica comercial por trás. Um mestre em Maracatu, ele consagra a vida dele pra fazer aquela brincadeira (...) é, porque a gente precisa dizer que são duas coisas diferentes. A gente não pode... Jaca é jaca e coqueiro é coqueiro, né? Coqueiro não dá jaca, nem jaca dá coqueiro. Então, realmente é diferente. Existe uma área de confluência, certo? Mas existem também coisas diferentes (EGAP 16).

Desenvolver empreendimentos, gerar inovações e tecnologias, a partir também do capital intelectual, são consequências também de uma economia criativa ampla que envolve tanto os setores culturais quanto os altamente tecnológicos “Bom, economia criativa são modelos de negócio que estão relacionados muito com a produção cultural” (EGAP 23).

Mas, nem tudo que usa criatividade pode ser considerado economia criativa. Vimos que a criatividade não é consequência, mas um principal fator para a economia criativa. A indústria tradicional também se utiliza da criatividade, porque percebeu que é uma forma de se manter competitiva.

A dimensão da sustentabilidade também foi associada ao conceito de economia criativa em ambos os grupos de entrevistados “(...) claro, quando falo de desenvolvimento econômico, estou falando também de desenvolvimento social, do desenvolvimento cultural, do desenvolvimento intelectual das pessoas” (EGAS 7). A diversidade cultural é um elemento do desenvolvimento social, e, a economia criativa é um terreno fértil para essa diversidade.

Nessa perspectiva, a gente olha para as formulações políticas dentro da economia criativa de modo muito amplificado, não generalista, amplificado no sentido de abarcar ODSs, abarcar discursos dentro de uma perspectiva que procure também privilegiar a diversidade em diversos aspectos, a sustentabilidade em diversos aspectos (...) (EGAP 2)

Então, entendo como uma cadeia produtiva que tende à sustentabilidade, acho que é uma cadeia produtiva que tende a ser interessante para o meio ambiente, digo tende porque, enfim, não necessariamente, mas tende, assim como tende a ser uma cadeia produtiva em que você não necessariamente vai precisar de tantos recursos materiais e que pode se sobressair, por exemplo, em um cenário de carência de empregos formais e de desgaste da economia bruta (EGAP 18).

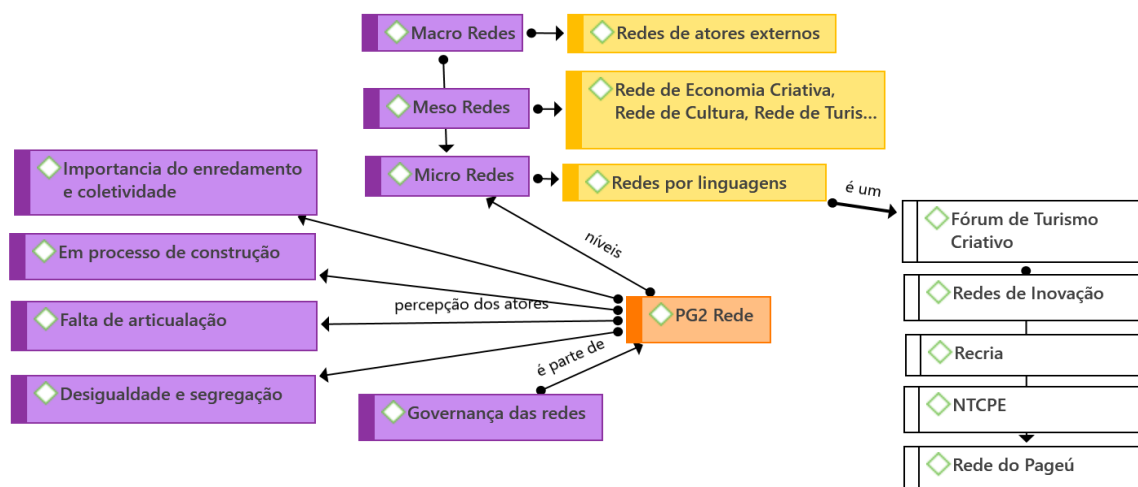
Além da diversidade cultural, a economia criativa se utiliza de recursos inesgotáveis que não prejudicam o meio ambiente e que quanto mais os utiliza, mais eles tendem a se propagar. Ao passo que preenche espaço que a economia tradicional não ocupa por incapacidade ou finalidade. Nesse sentido, Steward e Kuska (2010) já havia destacado a importância das cidades criativas no domínio da sustentabilidade e Negrão *et. al.* (2025) contribuíram para literatura sobre as estratégias de sustentabilidade no conteúdo da (bio)economia criativa em Belém do Pará.

Por fim, a partir da pesquisa com entrevistas vimos que o conceito de economia criativa para atores políticos e sociais em Pernambuco é ainda um conceito em construção, sendo disseminado, que envolve diversos setores. Tem dimensões econômicas, mas também culturais e criativas, que podem gerar retornos financeiros ou não financeiros para sociedade e meio ambiente, por meio de desenvolvimento de empreendimentos, geração de soluções tecnológicas ou não, inovação e conhecimento.

5.1.2 REDE

Na categoria rede, buscamos analisar a percepção dos entrevistados sobre o conceito de redes para eles, se a economia criativa opera desta forma e se as políticas públicas para o setor estão sendo articuladas em rede. A figura abaixo traz a síntese dos achados da pesquisa.

Figura 12 - Rede- entrevistas



Fonte: (dados da pesquisa 2025, feito no Atlas Ti.)

Tanto na fala dos entrevistados EGAP quanto EGAS a suas percepções sobre o que seria o trabalho em rede foram de coletividade e colaboração. Ambos percebem que ao trabalhar de forma coletiva, os ganhos passam a ser mútuos. “A economia criativa, ela depende... Você consegue fazer as coisas sozinha, né? Mas quanto mais você se conectar com outros, agentes que são complementares, mais coisas você faz, mais coisas você consegue entregar” (EGAS 18).

Assim a economia criativa, na percepção deles, opera através do enredamento “(...) o princípio da economia coletiva é dado em redes. Então, o fato é que quanto mais coletividade você oportunizar dentro desse quadrante da economia mais você estimula para que ela seja propagada e aí você tem um retorno para a sociedade de forma mais ampla. (...)” (EGAS 11). “Sim. Sim, e não vejo outra forma de funcionar. Eu acredito que tem que... Um grande exemplo que eu vejo na prática é a quantidade de municípios e a quantidade de pessoas e empresas que estão recebendo ações do NTCPE” (EGAS 8).

Apesar de reconhecerem a importância da colaboração e da articulação em rede no âmbito da economia criativa, ambos os grupos de entrevistados observaram limitações na articulação dos atores no processo da política pública. Quando questionados, alguns autores se posicionaram das seguintes formas. “Olha, pela experiência que eu tenho com a economia criativa, eu acredito que não. Acredito que a gente não tem muita expertise em trabalho em rede. Isso falando por experiência própria de quem coordena uma rede nacional e que conhece as idiossincrasias de uma rede” (EGAP 17). “Sim, quanto a isso, sim. É claro que essa rede tem algumas fissuras e fraturas e ela ainda está sendo tecida, ela está sendo construída” (EGAP 8).

(..) acredito que as políticas públicas do Estado, falando como Estado, eu entendo que estamos, temos algumas práticas, algumas iniciativas com parcerias, mas isso não significa dizer na sua totalidade que nós temos

ainda as melhores práticas. Eu entendo que precisamos ainda evoluir bastante nesse sentido. A gente consegue ver, inclusive, práticas de economia criativa muito fortes, principalmente no artesanato, na moda, a gente consegue ver essas ações com mais força. Mas, por exemplo, na dança, nas artes cênicas, no teatro, que são ambientes que eu navego, eu não vejo com tanta força. Eu acho que, inclusive, é uma excelente oportunidade de desenvolver essas práticas em coletivos para que possam, inclusive, fomentar e gerar mais a economia criativa (EGAS 11).

E eu acho que isso ainda não é tão claro assim, tão visível para a política pública. Ainda é muito assim, em bloquinhos. Bloquinhos de cinema, bloquinhos de dança, bloquinhos de vídeo, de música. Os bloquinhos não estão juntos. Os editais não... não fazem muito essa... Apesar de tentarem, em alguns momentos tentam, mas não conseguem fazer essa conexão ainda para mim. É algo novo que precisa andar um pouquinho para que a política pública entenda (EGAS 18).

Eu acho que ainda é frágil, não é uma rede efetiva. Eu acho que está em processo de mobilização para a tesouração de uma rede, tá? Acho que ainda está nesse pé. Existem alguns atores privados e públicos que se aproximam, mas é aquela história que eu falei, é a compressão do setor. Ainda é muito, por mais que já tenhamos algum tempo nessa discussão, ainda é muito vaga, né? (EGAP 2).

Podemos abstrair duas observações das percepções dos entrevistados. Primeiro, eles reconhecem um movimento de enredamento que circunda a economia criativa, independente do fato de haver ou não uma política em rede, os atores apresentam um nível de articulação. Aparentemente, são várias as camadas de articulação desses atores, tendo em vista setores que apresentam uma governança mais amadurecida. Por outro lado, reconhecem que as políticas não conseguiram acompanhar esse modo de operação das redes. Aparentemente, percebem a importância das políticas para o desenvolvimento da rede, fato que classificam como uma fase de maturação, o atual estado da rede.

Essas várias camadas que constituem as redes tendem a potencializar problemas típicos desse tipo de articulação. Desta forma, observam-se altos níveis de desigualdade “tem muita desigualdade na rede também, entendeu?” (EGAP 16). Também de exclusão de atores e instituições “então, quando você fala em rede, fala de enredamento, para mim é muito distante” (EGAS 2). Assim, observa-se a orquestração de uma rede que já se encontra desigual e excludente.

No que tange à governança, ela será melhor trabalhada na dimensão própria. No entanto, já identificamos que existe uma centralidade por parte do governo, mas que não significa uma governança estruturada.

Identificamos também três níveis que envolvem o campo da economia criativa em Pernambuco, nas quais atribuímos as seguintes nomenclaturas: micro redes, meso redes e macro

redes. Essa é uma evidência ainda incipiente da pesquisa, por isso não sabemos distinguir os limites e todos os atores de cada nível. Mas, usamos como uma forma de sistematizar a percepção dos entrevistados.

No que diz respeito ao nível macro, observamos que é o ambiente de instituições e atores que são externos ao setor da economia criativa, ou geograficamente não fazem parte do funcionamento da rede.

E a gente está em contato contínuo, diário mesmo, porque tem grupo de WhatsApp, tem e-mail, e-mail que a gente recebe dessas cidades, do que está sendo feito ao redor do mundo. Além disso, a gente entrou em outra rede, que eu também fiz o dossiê para a gente entrar nessa rede, que é a rede de estádios Seventinas. É uma rede que nenhuma cidade do Brasil fazia parte, é a primeira e ainda hoje a única cidade do Brasil que ingressa nessa rede espanhola, e isso coloca a gente também em contato com mais cidades ainda (EGAP 8).

Na categoria própria, os atores externos serão analisados em profundidade. No entanto, os achados até o momento nos permitem supor que os atores da rede macro não fazem parte do dia a dia da rede de economia criativa. Mas, indiretamente, os atores externos estão conectados, inclusive, via tecnologias da informação.

Do ponto de vista meso, observamos a própria rede para economia criativa. Como visto anteriormente, na percepção dos atores, esta rede ainda está em fase de maturação. Operam nela os principais atores, Governo do Estado, por meio da ADEPE, conselhos, municípios, instituições, associações, sociedade civil organizada, Porto Digital, FACEPE, entre outros. Nesse nível, meso, a rede para economia criativa se articula com as demais redes, a exemplo da cultura, do turismo, esporte e lazer, C&T, infraestrutura e urbanismo, entre outros. Essa transversalidade atribui à economia criativa um grau de complexidade para o estabelecimento da política. Esse dilema será discutido mais adiante.

Tanto essa transversalidade quanto multisetoridade dão origem ao surgimento de subcamadas da economia criativa. A esse fenômeno, atribuímos a nomenclatura micro redes. “A rede da economia criativa existe, a gente sabe que existe, há uma correlação entre cultura, turismo, gastronomia e artesanato, por exemplo, e existem redes específicas em cada segmento desse” (EGAP 7).

Tem várias redes dentro da rede e vai mudando ao longo do tempo, não é? E a depender da linguagem. Eu acho que isso é um ponto sempre muito importante, porque quando a gente trata a economia criativa, de uma forma homogênea, a gente está negando vários pontos importantes. Então, eu acho que a gente não pode tratar assim como um grande conjunto, sabe? (EGAS 3).

Assim, a rede não é composta por um conjunto de linguagens, mas da articulação de diversas sub redes, com vida própria e cada uma com seu nível de maturação. Esse fenômeno permite o surgimento de instâncias de governanças e de colaboração mais positivas. Vamos citar algumas delas que ficaram mais evidentes nas falas dos entrevistados, mas não fomos a fundo, pois não era o foco da pesquisa até então. Observamos que alguns setores ou regiões que apresentam maior nível de articulação ou uma instância de governança consolidada, tendem a ter resultados mais positivos.

O primeiro exemplo é a rede de turismo criativo. Apesar de fazer parte da rede de turismo e da Prefeitura do Recife, essa rede apresenta-se como um exemplo de enredamento, transversalidade e governanças positivas.

(...) o fórum não só auxilia no desenvolvimento da rede, como ele auxilia a gestão, porque ele não só cobra a execução do plano, não é? Ele acompanha, ele cobra, mas ele ajuda a executar porque aí as pessoas já estão lá para isso, é de interesse delas. Se eu não cumprir essa ação, vou acabar, não é prejudicando, mas vou acabar não ajudando determinados grupos que fazem parte dali. Então, eles atuam muito nessa frente, pelo menos o nosso, de tipo, tem tal projeto, a gente não tem condições de fazer, não tem perna aí, se voluntária e ajuda a gente a escrever um projeto, a executar uma atividade (EGAP 7).

(...) e aí o Fórum tem esse papel de articular os atores do turismo criativo na cidade, para fazer o debate, a troca de demandas e de sugestões também junto ao governo municipal, na gestão municipal, e terminou tendo participação até na construção de legislação. A gente deu suporte à Câmara Municipal na elaboração da lei de atuação do Condutor de Turismo Criativo (EGAP 10).

Tem o fórum, um fórum de turismo criativo é um outro organismo, é uma outra rede, tem muita gente da Recria que está no fórum, mas nem todo mundo que está no fórum está na Recria. Então, tem outros pesos e outras dinâmicas ali. O papel deles também é diferente. Então, a dinâmica é diferente. O nível de confiança é diferente. Então, é uma rede imbricada na outra. São redes de redes (EGAS 9).

Isso porque, para a instituição dessas redes, foram desenvolvidas por parte dos atores, tanto políticos quanto sociais, um fórum de turismo criativo e em outro momento, pelos atores da RECRIA. A partir de gestão compartilhada, as ações para o setor desenvolveram-se e superaram mudanças de governos.

Já outro exemplo é a rede articulada pelo NTCPE (Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções em Pernambuco). Com objetivo de impulsionar a cadeia têxtil em Pernambuco, o NTCPE é uma instituição privada, mas com uma governança compartilhada. “Sim, e não vejo

outra forma de funcionar. Eu acredito que tem que... Um grande exemplo que eu vejo na prática é a quantidade de municípios e a quantidade de pessoas e empresas que estão recebendo ações do NTCPE” (EGAS 8). Quando questionado se no setor da moda, os atores trabalham em rede, o entrevistado respondeu que sim. Muitos atores da moda autoral e cultural passam a ser assistidos e se fortalecem ao participarem da rede.

A partir dos achados observamos também a rede de empreendedores culturais e criativos que estão se articulando no Sertão do Pajeú de Pernambuco.

(...) a gente começou, a gente não levou primeiro, porque não foi com nada pronto. Nada, nem o nome do projeto. Foi tudo co-criado com eles. E aí, a gente colocou isso. A gente não tem receita de bolo, mas a gente tem estratégia (...) não estou falando de um bairro nem de uma cidade, estou falando de 17 cidades, 17, todas banhadas, atravessadas pela poesia e cantoria popular, e que esse atravessamento poético se reverbera em todas as linguagens e onde conflui tradição e contemporaneidade (...) então, lá tá com uma cena inacreditável de moda, audiovisual, teatro, dança, poesia, hip-hop. Inacreditável aquilo ali, inacreditável (...) só que eles eram todos desarticulados, difusos, no máximo se conheciam dentro da mesma cidade e da mesma linguagem. E a gente botou todo mundo para confluir. A gente faz encontros formativos em forma de rodízio, cada vez em uma cidade, para que os Pajeús se conheçam (...) (EGAS 22).

O entrevistado EGAS 22 destaca a formação de uma governança orgânica na região do Pajeú. Orgânica por que está ocorrendo sem a atuação direta do Governo do Estado, mas, algumas instituições como SEBRAE, OSs e prefeituras municipais estão se articulando. Inclusive, esse exemplo foi destacado na entrevista com o (a) especialista nacional. Em ocasião foi citado a governança que está se estruturando nessa região, e, como isso tende a ser um modelo interessante para a economia criativa.

Por fim, as redes de inovação destacadas pelos entrevistados, evidenciam como o setor de inovação e tecnologia está mais articulado tanto do ponto de vista do Governo do Estado, quanto dos atores centrais dessas redes. “Pronto, ela está ali na área do Agreste, uma região de desenvolvimento importantíssima para o nosso Estado. E é fruto de uma política pública, de um contrato de gestão da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado com o Porto Digital. (EGAP 20)”.

Hoje nós temos redes de inovação que são alianças estratégicas que são dedicadas aos mais variados setores produtivos aqui do estado, especialmente setores produtivos estratégicos e economias estratégicas daqui do Estado, onde, em cada uma das mesmas regiões de Pernambuco, nós temos redes de inovação que estão atuando dentro desses ambientes de inovação, conectando governo, academia e sociedade, terceiro setor. Então, dessa forma, a gente criou redes vocacionadas por setores

produtivos, onde a gente tem maior atuação para esses nossos programas e políticas públicas voltadas ao apoio da economia criativa, onde eles possam aflorar (EGAP 12).

Desta forma, observamos que na percepção de ambos grupos de atores, a economia criativa opera em rede, e que essa colaboração é imprescindível para o seu fortalecimento. No entanto, a ausência de uma governança, somada a falta de articulação de uma política em rede, tende a potencializar os desafios. “Eu vejo que a gente ainda precisa caminhar muito. A gente é um estado, né? Onde a gente tem vários territórios com muita vocação para a economia criativa” (EGAP 25). O processo parece estar lento, com diversas fragmentações territoriais.

A literatura de rede e governança em rede já é amplamente difundida, principalmente no campo de redes de inovação. No âmbito da economia criativa essa perspectiva ainda é limitada. Os achados aqui corroboram a com literatura de Himanen (2006) quando fala que a economia criativa opera sim em rede. Já Wegner, Verschoore e Balestrin (2022) enfatizaram o fenômeno da colaboração para o fortalecimento da governança em redes interorganizacionais.

5.1.3 POLÍTICA

Nessa categoria, buscamos entender a percepção dos entrevistados sobre a política para economia criativa em Pernambuco e a relação com as redes políticas. Os atores do grupo EGAS, no geral, enfatizaram as ações e políticas para seu setor. “Olha, o que eu enxergo das políticas do governo são esses encontros que tem, feira não sei onde. Aí tem esses festivais que têm, que aí tem uma feira para a gente vender esse produto, que é uma economia criativa também, essa coisa desses festivais que estão atrelados” (EGAS 13).

Figura 13- Política - Entrevistas



Fonte: (dados da pesquisa 2025, feito no Atlas Ti.)

Ao serem questionados se a política para economia criativa em Pernambuco é formulada em rede, os atores do grupo EGAP, destacaram que não há uma política estruturante para economia criativa no estado. “A gente não tem uma política da economia criativa em Pernambuco. A gente tem uma tentativa de construção. A gente está querendo desenvolver, de fato” (EGAP 2). “Eu vi que não tinha nada no plano, eu entendi que essa política não... não existia, de fato. A gente tem, como eu falei, a ADEPE que faz um trabalho, e agora tem uma galera lá que faz um trabalho, mas que haja um plano, uma orientação, eu desconheço” (EGAP 5).

Não, não há uma política de economia criativa em Pernambuco. Eu desconheço um incentivo, um planejamento e um investimento na economia criativa do Estado. O que existe é um fundo de cultura específico, existe recurso para shows, para eventos temáticos, como Carnaval, São João, mas não tem um planejamento. Fenearte, por exemplo, são datas e eventos específicos, mas não há uma política pública pensada para desenvolver todo o setor para além desses marcos (EGAP 26).

Por consequência, não há uma política em rede para a economia criativa. “Então, é isso que eu sinto falta. Uma política de rede. Então, a gente tem uma rede formalizada, só que quando você quer executar alguma coisa, você tem que ter uma rede. O seu network tem que ser muito maior para que você consiga gerar algum projeto” (EGAP 4).

O que existem são eventos, editais e fundos de investimentos que permitem o funcionamento de algumas políticas para a economia criativa. “Hoje em dia a Secult tem uma robustez porque tem executado várias políticas, LPG, PNAB, mas ainda não visualizo essa política” (EGAP 5).

Não é uma política, exatamente, para a economia criativa. Não pode se restringir a eventos. É necessário realmente se estruturar melhor toda essa... toda essa cadeia, desde formação até a própria escuta, até a própria – e aí sim – exposição, como o evento Fenearte, para fazer o fortalecimento, o enriquecimento, o engrandecimento dessa área da economia criativa. Ainda falta, mas acredito que já existe a direção, a vontade de se fazer (EGAP 10).

Com isso, a partir dos achados, é possível enfatizar que existem políticas e ações para economia criativa em seus diversos setores, mas não uma política estruturante. Além disso, essas políticas apresentam algumas limitações, a exemplo da burocracia, principalmente em relação aos editais, conforme a figura 13. Também, centralização tanto do ponto de vista de planejamento da parte do estado, quanto em termos geográficos, na Região Metropolitana do Recife.

As políticas e ações estão desarticuladas e fragmentadas em termos de setores, níveis de redes e dentro do próprio governo. Em termos de limitações, serão mais analisadas na categoria

própria. Por fim, por parte do governo e dos atores que representam as instituições políticas, há uma percepção de que está ocorrendo uma movimentação em torno de pensar uma política para economia criativa em Pernambuco.

Alguns desses problemas já foram identificados na literatura a exemplo do excesso de burocracia (Liu, 2013; Silva; Silveira; Muzzio, 2024) que passou a ser um grande desafio enfrentado pela economia criativa.

5.1.4 FATORES INTERNOS A REDE

O quadro a seguir é o resultado das análises das entrevistas. Nas duas primeiras colunas estão as dimensões e categorias propostas no modelo a partir da literatura. A terceira coluna apresenta as subcategorias emergentes nas entrevistas.

Quadro 15 - Subcategorias dos emergentes fatores internos

Dimensão	Categorias	Subcategorias emergentes
Tradições da Rede	Discursos	1. Influência da Política Nacional 2. Termo recente/falta de estrutura política administrativa para EC 3. Influência do turismo criativo 4. Pouca valorização do cultural, criativo e cultural 5. Atores com atuação incipiente
	Dilemas	6. Desarticulação entre membros e setores da rede 7. Mudança de governos 8. Dificuldades de acesso as políticas 9. Burocracia 10. Incentivos financeiros 11. Ausência de dados e de avaliação 12. Formação para os atores sociais e políticos 13. Ausência de regulamentação para alguns setores
	Visão	14. Necessidade de desburocratização dos processos 15. Pensar estrategicamente a rede 16. Fortalece a colaboração na rede 17. Promover uma agenda transversal 18. Otimismo por parte dos atores
Governança da Rede	Funcionamento	19. Falta de sistematização dos processos 20. Sazonalidade na maior parte dos setores 21. Dupla jornada de trabalho dos atores 22. Importância da colaboração 23. Papel das instâncias de governança
	Relações internas	24. Influência dos atravessadores 25. Auto-organização das linguagens 26. Poder público com papel centralizador 27. Relações entre atores públicos 28. Organizações de maior articulação

	Decisões	29. Conflitos entre atores 30. Influência das relações unilaterais
Processo da política pública	Agenda	31. Ausência de escuta efetiva 32. Chamadas Públicas para escuta 33. Papel dos conselhos e planos
	Formulação	34. Papel das conferências 35. Papel dos conselheiros
	Implementação	36. Atuação estatal
	Avaliação	37. Controle social 38. Conselhos

Fonte: (dados da pesquisa 2025)

5.1.4.1 Tradições da rede

Na dimensão tradições da rede, estão contidas as categorias discursos, visão e dilemas. Conforme a literatura apresentada, esses elementos dos modelos fornecem um arcabouço teórico para analisar o pano de fundo da rede. Em outras palavras, contribui para mapear como a rede funcionava e como ela se configura hoje a partir do processo de mudança.

Discursos

No que diz respeito aos discursos, tentamos analisar quais as histórias contadas, quais crenças e práticas adotadas pelos atores da rede, atuais e anteriores. Atores que estão a mais tempo na rede afirmaram a forte influência da política nacional no estabelecimento da política para economia criativa em Pernambuco. A criação da Secretaria Nacional de Economia Criativa, em seguida sua extinção, a criação das leis de incentivos à cultura, e a nova configuração de uma secretaria nacional, são marcos destacados pelos entrevistados de ambos os grupos.

A cultura já era um termo mais disseminado, mas a economia criativa passou a ser difundida em Pernambuco nos últimos 15 anos.

Na verdade, essa rede antes, há 20 anos, ela realmente não existia. A gente nem falava em economia criativa, né? Economia criativa é um termo, acho que, bem... Recente. Bem recente. Outros termos, são termos bem recentes. São termos bem recentes mesmo. Eu acho que ainda falta... Na verdade, a economia criativa surgiu depois dessas grandes feiras. A galera começou a entender o que era economia, um pouco da economia criativa, através dessas feiras, através do SEBRAE (EGAS 13).

É uma coisa que a gente tem muito tempo em termos econômicos. E a própria economia criativa vista enquanto setor econômico, valorizada como tal, é coisa muito recente. A coisa é muito recente, principalmente aqui em Pernambuco. O mundo giratório estava para cá e começou a se olhar para isso enquanto setor estratégico (EGAP 22).

Nesse tempo, criatividade não era muito falado. Cultura, sim. Mas é o que eu estou dizendo. Era muito mais uma ação de imagem. Era uma ação de marketing, tá? E isso reverberava onde? Lá na ponta (EGAP 3).

Reflexo de um movimento nacional, a economia criativa passou a ser reconhecida enquanto potencial econômico tardiamente em Pernambuco. Além disso, o ambiente administrativo para o setor não havia sido estruturado, com poucas pessoas/profissionais que pudessem colaborar com políticas. A dificuldade para estabelecer em qual pasta inserir esse setor que emergia, também era presente

A agenda da economia criativa sempre apareceu de forma muito superficial, e imagino que talvez por não se saber muito bem o que fazer com ela. Na época, cheguei a defender que ela fosse uma agenda transversal, que estivesse conectada com desenvolvimento econômico, com educação principalmente, com desenvolvimento social (EGAS 21).

Outra constatação foi referente aos atores da rede, na visão dos atores ainda temos uma rede fragmentada e pouca maturidade do ponto de vista do empreendedor criativo. Um mercado com pouca prospecção para negócios da economia criativa, e, um público sem visão mercadológica para os produtos culturais.

Do ponto de vista da sociedade civil, do empreendedor criativo, do criativo em geral, a gente tem uma baixa maturidade também do ponto de vista de negócio. Enfim, o nosso objetivo é gerar ativações, gerar valor. A gente tem a perspectiva artística, criativa, por um lado, mas na geração de valor afetivo, na perspectiva de crescimento, de escalabilidade, a gente tem um público muito imaturo ainda, mas natural, é a cultura mesmo. A cultura de se pensar muito no produto ou no serviço e não se pensar no negócio, no modelo de negócio. Isso é um processo. Eu falo isso em relação à rede porque a cadeia está fragmentada e fragilizada em alguns aspectos, ela não está equilibrada como um todo, pelo menos assim que eu percebo (EGAP 2).

Por parte do governo foi destacado que inicialmente havia pouca valorização dos aspectos culturais e criativos. Isso avançou um pouco desde então, mas ainda apresenta limitações que, na visão dos atores, já deveriam ter sido superadas. “Hoje eles estimulam mais do que antes. Hoje eles estimulam mais porque com esses benefícios que estão vindo através do governo” (EGAS 14).

Por fim, destaca-se a influência do setor do turismo, em específico do turismo criativo no desenvolvimento da economia criativa em Pernambuco. Essa dupla relação foi crucial para a estruturação do que se configura como turismo criativo, fortemente influenciado pela prefeitura do Recife.

(...) e nesse ano que eu entrei, a gente falou turismo e economia criativa. Já se começava a falar turismo criativo, que não é bem economia criativa, mas bem. Já se começava a falar disso na cidade e tal, já tinha alguns estudiosos, algumas pessoas estudando. E a gente, em 2015, começou a trabalhar com esse tema porque achava que era um tema importante, que turismo poderia se aproximar. dessa economia criativa, porque a economia criativa nada mais é do que a economia da cultura, numa perspectiva um pouco diferente em relação a se colocar no mercado e a trabalhar as questões de mercado, de tradição, enfim. Não é um tema que, para a cultura, é algo, vamos dizer assim, fechado, mas, enfim, a gente entendia esse arcabouço de tentar trabalhar com essa economia criativa relacionando com o turismo. Em 2018, 2019, nem lembro, a gente rumou para trabalhar com o turismo criativo (EGAP 5).

Na percepção das entrevistadas, a rede para economia criativa em Pernambuco começou recentemente, em média 15 anos. Apesar de apresentar forte potencial para economia criativa, o estado não tinha apresentou limitações administrativas e culturais para receber as demandas desse setor. O setor de turismo criativo foi um dos primeiros a se estruturarem.

A Percepção limitada do potencial da economia criativa é um fenômeno não apenas de Pernambuco, a literatura brasileira (Kon, 2016; Bresciani, Peria; Chér, 2022) já havia destacado que isso acontece amplamente no Brasil, no qual dificulta o processo de políticas públicas.

Dilemas

Na categoria dilemas, buscamos identificar quais os principais desafios e mudanças da rede na percepção dos atores. Em ambos os grupos, um ponto destacado foi a desarticulação dos membros da rede. Isso é um desafio para qualquer rede, pois ela se alimenta de relações de troca e interligação dos participantes. “(...) o que não acontece. Não acontece diálogo, não acontece troca, não acontece processo de aprendizagem, não acontece pesquisa, não acontece (...)” (EGAP 2).

Não, porque a galera da tecnologia não consegue conversar com a galera da cultura e a galera da cultura não consegue conversar com a galera da tecnologia. Então não está acontecendo nenhuma coisa nem outra. Nem a tecnologia sendo usada para otimizar processos, nem substituindo e muito menos ressignificando para criar coisas novas (EGAS 21).

No entanto, apesar da desarticulação entre os diversos setores que compõem a economia criativa ser um grande dilema para a rede, as transições governamentais e descontinuidade política e administrativa causam consequências negativas. Ambos os grupos de entrevistados questionaram esse dilema, e enfatizaram como precisam se adaptar em relação a essas mudanças. “A gente procurou sempre estar neutro, sempre estar neutro para não estar tendo atrito nenhum, porque a gente sabe que o negócio é complicado” (EGAS 5). Aqui, o entrevistado relata sobre a posição

política na qual a instituição que ele representa precisa adotar. Em muitos casos, para não prejudicar a grande parte dos atores, o silenciamento político passa a ser uma atitude tomada pelos membros.

Na Secretaria como um todo acaba tendo uma movimentação política. A gente não tem cargos, por exemplo, públicos dentro da secretaria. A secretaria opera com terceirização e com cargos comissionados. Porque isso vai depender de cada governo(...) então, nesse período a gente já passou por duas mudanças de gestão. Essa segunda, que é a que está até o momento, é uma gestão mais estável. As coisas estão organizadas e a gente está começando esse processo de construção, de programação. Tem uma avaliação, não tenho, do que foi feito, porque é justamente viver nesse processo de transição. E isso é bem difícil, porque cada vez que um gestor novo chega com essa perspectiva política, ele chega num status de tentar mudar, de invalidar e mudar e fazer diferente (EGAP 24).

A desarticulação no âmbito da economia criativa foi discutida na literatura (Emmendoerfer; Fioravante; Cezar, 2016; Fioravante; Cezar, 2016) como um problema em decorrência também da ausência de comunicação organizacional entre os atores, o que dificulta a efetividade das ações.

Apesar de alguns avanços em relação à valorização para economia criativa, mudanças em termos de financiamento, como já destacado na literatura (Marçal e Santos, 2018; Teixeira; Teixeira; Benini, 2019; Reyes Junior; Dias; Gomes, 2019; Vitória; Emmendoerfer, 2025b). Além disso, a economia criativa enfrenta problemas como automatização de processos e dificuldade de acesso as políticas.

A adoção de processos administrativos e burocráticos, passou a ser um dificultador para grande parte dos atores, como já foi discutido anteriormente. Tanto os atores do grupo EGAS destacaram isso, quanto atores do grupo EGAP reconheceram essa limitação.” Eu entendo, eu entendo. Assim, eu vou falar como um favelado, entendeu? Onde esses poderes estão ausentes há muito tempo. Eu, que sou empreendedor, tenho dificuldade de entender esses conceitos, por exemplo” (EGAS 2). “Não não tinha acesso ao edital o problema que faz a seleção a seleção. Eles fazem do jeito deles lá não sei como é que muita gente que não é artesão foi beneficiada teve ganhando de 18 mil aqui que não trabalha com artesanato. que esses editais foram para os artesãos” (EGAS 5). A dificuldade de acesso e entendimento as exigências causam exclusão de muitos atores na rede e o sentimento de estar sendo injustiçado.

Toda mudança, do ponto que o governo faz de alguma medida, cada interferência, mínima que seja, ela é sempre tida como uma coisa negativa, em sua maioria das vezes. Até a comunidade entender e perceber, a gente passa por um período de tensão muito grande, de cobrança, enfim. É bem intenso. Por outro lado, a gente também vê muita dificuldade da comunidade de se adaptar a alguns processos novos, inovadores. E eu não

estou falando aqui de inovação e novidade apenas de tecnologias digitais. Não estou falando disso, não. Processos. Vou dar um exemplo para você. A gente fez uma inovação no edital da moda para absorver novas marcas. Se inscreveram 64 e só 33 conseguiram apresentar a documentação. E uma documentação básica, nada fora do normal (EGAP 2).

Os próprios atores políticos reconhecem essa limitação, pois estatisticamente os dados denotam evasão dos atores nas seleções. O avanço nos processos da administração pública não é acompanhado pela percepção dos atores beneficiários dela, pelo contrário, eles se sentem não reconhecidos. No entanto, o confronto de percepções gera desgaste e distanciamento de ambos os atores. Apesar disso, alguns avanços em termos de editais parecem ser mais coerentes com o dia a dia e o perfil dos beneficiários. “E como eu já conhecia a realidade dos mestres, a gente permitiu a inscrição através de um vídeo, entendeu? O mestre fazia um vídeo falando quem é ele, num vídeo pelo celular, falando quem é ele, qual é o trabalho dele (...)” (EGAP 16).

As disfunções burocráticas que atingem todo o setor público, inclusive a economia criativa, intensificam a dificuldade de acesso, conforme relatam os próprios atores políticos. “Elas precisam evoluir, amadurecer para que se construam realmente. Mas tem coisa que, como eu te falei, esbarra na parte jurídica e orçamentária, que não consegue andar, ela realmente trava” (EGAP 13). “O Funcultura ainda é muito burocrático. Certo?! burocrático na prestação de contas, burocrático no acesso” (EGAP 26).

A ausência de dados quantitativos e qualitativos sobre os diversos setores da economia criativa é um impeditivo encontrado não apenas em Pernambuco, mas é um problema no âmbito nacional (Kon, 2016; Santos; Gonçalves; Simões, 2019; Teixeira; Teixeira; Benini, 2019; Vitória; Emmendoerfer, 2025a).

Os entrevistados do grupo EGAP, destacaram essa limitação. “Dados, né, em estudo, né? Realmente, não se tem. Tudo isso, né? (EGAP 22). Com isso, o processo de avaliação e formulação de políticas mais consistentes a realidade da economia criativa local se torna um problema. “(...) não acontece processo de aprendizagem, não acontece pesquisa, não acontece... não temos um observatório para trabalhar com dados” (EGAP 2).

Sem ter mapeamento das demandas e avaliação das metas para a economia criativa, outros problemas vão se agravando. Ambos os grupos de entrevistados destacaram suas insatisfações com o quesito formação. Formações adequadas a alguns setores específicos que não possuem cursos técnicos nem superiores, e, também cursos voltados para gestão cultural e da economia criativa.

Isso, pois é. Se você for em outro setor, a dinâmica é outra. Por exemplo, se você for ser uma gestora de uma empresa de cultura, você tem que entender de edital de cultura, você tem que entender como funciona a prestação de conta nos vários editais, nas várias instâncias de

financiamento. Isso é uma formação que deveria haver. Eu imagino também que tem uma carga limitada de horas, mas poderia ter mais cursos livres, cursos de extensão, cursos que você pudesse estar oferecendo regularmente para as pessoas que se interessam por áreas diferentes poderem. Pelo menos tem um cheirinho do que é aquela área, saber que qualificações ela precisa ter, além da graduação, do título de graduado, para atuar bem no setor (EGAS 12).

A ausência de formação adequada possui uma relação dialética com o problema da ausência de regulamentação para alguns setores. Em outras palavras, alguns setores operam enquanto atividade economicamente ativa, mas, não são regulamentados enquanto profissão, consequentemente não gera a demanda para cursos superiores. “Por exemplo, design não é uma profissão regulamentada. Várias profissões da área criativa não são regulamentadas. Houve um movimento geral, do setor contratante, para o governo, para não haver tanta regulamentação dos setores. Então, é uma área que tem muitas sombras, entendeu?” (EGAS 12).

Entretanto, algumas mudanças positivas foram destacadas pelos entrevistados, além de uma mudança, ainda que pequena, no quesito valorização da cultura, avanços nos incentivos financeiros foram destacados. “A gente tem um processo de investimento muito maior. E isso é extremamente importante, porque a gente não consegue é o básico, é o equilíbrio básico (...)” (EGAP 24). “Falando de Pernambuco, não é nacionalmente não. Pernambuco estagnou. Houve um boom com a criação do Funcultura, com a ampliação dos recursos. Depois passou anos e anos e anos sem aumentar esse recurso. Ainda esse ano aumentou o recurso, mas é muito pouco” (EGAP 21). No entanto, mudanças ocorreram, mas, na visão dos entrevistados, não foram suficientes para atenderem as demandas da economia criativa.

Por fim, dentre os principais dilemas enfrentados na rede, destaca-se, as mudanças políticas, que afetam o desenvolvimento da rede, potencializando os desafios e demais dilemas. Observa-se avanços, mas ainda não suficientes para suprir a demanda da rede. No Âmbito da economia criativa esse fenômeno foi discutido por Anjo e Teixeira (2019).

Visão

Na categoria visão, buscamos analisar a percepção dos atores em como deveria ser o funcionamento da rede, e, qual a visão deles sobre a rede. Inicialmente a necessidade de desburocratizar os processos, foi um fenômeno destacado por ambos grupos de atores. “Eu acho que deveria ser algo mais direto, sem tanta burocracia” (EGAS 10).

Na verdade, eu acho que a mudança é necessária o tempo todo. Tem mudanças que são mais das secretarias, a gente é independente, então a maneira de a gente fazer um convênio, fazer algum tipo de documento torna-se um pouco mais fácil, mas ainda há um rigor, há um excesso de

burocracia, porque a burocracia ela é necessária, mas há um excesso de burocracia (EGAP 1).

Na visão dos entrevistados, a política para economia criativa em Pernambuco nunca foi pensada estrategicamente, nem reconhecida enquanto potencial econômico e competitivo.

Acho que eles não pensam estrategicamente nem a cultura direito. As coisas são feitas de forma atropelada, sem diálogo. Eu acho que vou trazer de volta aquele conceito que eu estava falando anteriormente da inteligência coletiva. A gente tem tanto fazedor de cultura, tanta gente boa, inteligente, capaz, sabe de contribuir para o desenvolvimento das coisas. Eu nunca vi nenhum gestor público convidar essas pessoas para a construção de um olhar sério de uma estratégia séria para a economia criativa, sabe? É sempre tudo feito de todo jeito, a toque de caixa, é sempre tudo feito muito rápido, porque o prazo foi para ontem, então a gente lançou (EGAP 2).

Eu acho que o mais importante dessa coisa toda da economia criativa e na área da administração é entender que isso é uma indústria que gera riqueza. O dinheiro que chega na cultura, ele não fica parado, ele sai no outro dia e ele duplica imposto, e ele promove uma empregabilidade imensa, maior do que o setor automobilístico (EGAP 26).

Ambos grupos de entrevistados reconhecem o potencial da economia criativa, mas, se sentem impotentes diante dos desafios enfrentados. Aparentemente, conseguem pontuar primeiros passos para o estabelecimento de uma política mais efetiva, no entanto, se esbarram em dilemas, a exemplo de alguns já citados. Ao serem questionados sobre sua visão sobre a rede e a política, destacam dois quesitos, a transversalidade e os eixos norteadores, que poderiam ser um ponto de partida para a constituição da política.

No que diz respeito aos eixos para a política, destaca-se “aquelas que foram voltadas para a informação, inovação, sustentabilidade e empreendedorismo” (EGAP 22).

Na época, cheguei a defender que ela fosse uma agenda transversal, que estivesse conectada com desenvolvimento econômico, com educação principalmente, com desenvolvimento social. Então, na minha cabeça, deveria ser uma política pública transversal, partindo, sim, da cultura como elemento conector dos produtos, dos ativos culturais, mas ancorada por uma governança que induzisse essa integração entre esses diversos setores. Eu acredito que essa seria a política pública fundamental para pensar em uma estruturação de uma agenda séria – séria talvez seja equivocado, mas de uma agenda robusta e estruturante para a economia criativa (EGAS 21).

Na visão dos atores, para que a política aconteça de forma mais coerente, é necessário o estabelecimento de uma governança colaborativa. Descentralizar decisões administrativas, por meio do diálogo com a comunidade e demais atores da rede.

Eu acredito que esse ecossistema da criatividade, essa rede que você fala, ela precisava de uma governança muito mais intensa, do ponto de vista de trocas e cocriações efetivas. Muito mais do que investir em fomento, em editais, etc. Eu acho que criar ambientes que propiciam a criatividade, a inovação. Ambientes em que a gente fosse transversal, não seriamente temáticos. No ambiente tem que privilegiar-se também culturas e modos de fazer em outras instâncias, não necessariamente apenas os modos de fazer digitais. Eu acho que tem alguns gaps aí a serem superados ao longo do tempo (EGAP 2).

Apesar de todos os desafios enfrentados, os atores possuem uma visão positiva sobre a rede, acreditando que sua tendência é o desenvolvimento, mesmo que lento. “Eu vejo com muito otimismo, porque eu sou suspeito de falar, porque eu estou dentro, estou vivenciando ali os bastidores e atuando nisso fortemente. Então eu percebo que existe um investimento muito grande, de forma bastante otimista, no que diz respeito à economia criativa” (EGAP 20). “Dentro da rede, a potência é gigante” (EGAP 22).

Por fim, destaca-se que ambos os grupos de atores se apresentam conscientes de alguns pontos que precisam mudar, para que a rede possa funcionar e as políticas possam ser estruturadas. Desde a desburocratização, até pensar em agendas transversais, estratégicas e colaborativas, acreditando no potencial da economia criativa.

5.1.4.2 Governança da Rede

Na dimensão governança da rede, buscamos analisar os mecanismos que fazem a rede funcionar no seu dia a dia. Neste sentido, perguntamos aos entrevistados quais suas percepções sobre o funcionamento da rede, atores e relações internas, e, como as decisões são tomadas.

A respeito da colaboração nas redes, ao estudar redes inter organizacionais de diversos setores, Wegner, Verschoore e Balestrin (2022), enfatizaram que para a rede funcionar funções e práticas desempenhadas por líderes e gestores viabilizam a colaboração, por sua vez, a colaboração pode trazer resultado efetivos para a rede.

Funcionamento

No que tange o funcionamento da rede, observamos que, do ponto de vista dos atores EGAP, há muita dependência da estrutura funcional típica da administração pública e das disfunções da burocracia. “Então, acho que o dia-a-dia é muito fragmentado. Eu não acho que haja um dia-a-dia, eu acho que há momentos e momentos. E é isso, por não haver uma estrutura governamental dentro de governança, dentro do aspecto dessa rede” (EGAP 2). Uma falta de

estruturação de processos e sistematização das tarefas é um desafio enfrentado no dia a dia dos atores políticos para a economia criativa.

E aí tem a ver com o processo ainda, mas dentro da perspectiva de instrumentos. Essa rede que estamos falando, ela não tem método, não tem referenciais específicos. O próprio conceito de entendimento de economia dentro dessa rede é muito deturpado, muito variável a gente não tem instrumentos para se comunicar de forma adequada. Então, assim, existem vários processos, várias demandas que vão ser superadas, sabem? Eu entendo e vejo isso diariamente (EGAP 2).

Do ponto de vista dos entrevistados do grupo EGAS, o que ficou mais evidente foi a singularidade de cada setor, de cada micro rede. Setores com momentos de sazonalidade, alguns com instâncias de governança mais definidas, outros com atores mais articulados, entre outros. Além disso, grande parte dos atores relataram a necessidade de compartilharem suas atividades da economia criativa com outra jornada de trabalho ou fazendo mais de uma função na rede. Isso acontece devido a necessidade de irem em busca de outras fontes de renda, uma vez que, as oriundas da economia criativa não são suficientes “Então, como eu falei para você, eu acabo assumindo muitas funções para que a gente possa ter uma renda que nos permita a gente, enfim, viver certas coisas” (EGAS 4).

Outro ponto destacado pelos entrevistados se refere a colaboração. Ela se manifestou de duas formas diferentes para os grupos dos entrevistados. Do ponto de vista dos atores EGAS, destacamos a colaboração como um mecanismo de inserção nas redes, para manter os atores relacionados. “Bom, a vida de artista tem muito sobre como a gente se relaciona no meio. É impossível você acessar muitos lugares se você não faz relações, não cria relações positivas também. Então, muita coisa é na coletividade mesmo” (EGAS 2). O papel das comunidades foi algo destacado, uma vez que, são elas que mantêm certas manifestações culturais e criativas vivas.

Então, quando a igreja traz esse olhar, essa preocupação, fica mais fácil. Porque ali você já tem uma comunidade unida e ele conseguiu muita coisa. Ele conseguiu resgatar aqui o maracatu, a mazurca, o reisado. A festa de reis eu criei, mas a festa de reis sem a existência do reisado não é nada. como também o reisado por si só, que não tem uma data para ele botar a cara na rua, também não vale, entende-se? (EGAS 10)

O papel das associações foi destacado pelos atores elas favorecem e articulam os atores da rede fortalecendo suas relações e poder de barganha.

(...) a gente precisa estar dentro dessas associações (...) por exemplo, se você está dentro da associação, você tem acesso a créditos na Amazon para colocar o seu software lá. O software é bem caro, assim, para você implantar software de alta escala, é bem caro. Serviço de servidor é caro,

então você tem que estar em grandes servidores, como da Amazon, ou da Google, ou da Microsoft. Então a gente fica buscando essas instituições, tanto para melhorar, aumentar nossa rede de contatos, como também para tem alguns benefícios através dos próprios parceiros das instituições, mas existem várias que centralizam esse mercado de startup mesmo, existem várias (EGAS 20).

Do ponto de vista dos atores EGAP, a colaboração tem maior dependência das articulações proposta pelo governo. Não sendo um processo orgânico, as políticas públicas são necessárias para que essas relações estabelecidas sejam efetivas.

Esse trabalho tem atuação estadual. Diversas ações fazemos sempre buscando atuar integrado com os outros atores do ecossistema, que vai desde um diálogo com o governo do estado aos representantes locais daquele território, como incubadoras, aceleradoras, universidades, centros de pesquisa e tudo mais (EGAP 9).

O papel das associações, conselhos, hubs, instâncias de governança como os fóruns, são cruciais para o funcionamento da rede. Observamos que as áreas que apresentam uma governança articulada, tendem a ter resultados mais efetivos. Isso porque, a colaboração passa a ser fortalecida com processos estruturados de relações entre os atores. As áreas que não possuem essas referidas organizações, tendem a estar mais enfraquecidas nas redes.

Apesar de vermos organizações como essas em várias áreas da economia criativa, observamos que do ponto de vista da rede como um todo, a governança tende a ser fragmentada. Não identificamos nenhuma instância de governança para a economia criativa no estado de Pernambuco. Os atores destacaram a inexistência de um modelo de governança que possibilite o desenvolvimento da rede.

Não tem. Não tem. É uma governança anárquica. Não tem, não tem. Você tem pouca coisa. O que você tem de governança que eu vejo? Eu não sei, por exemplo, você que vai me dizer, eu não sei se existe instância de conselho sobre economia criativa. Eu sei que existem políticas culturais (...) (EGAP 18).

Por fim, concluímos que o funcionamento da rede tende a ser bem específico para cada linguagem. No entanto, os atores que mais colaboram tendem a se manter mais articulados na rede. As linguagens que possuem instâncias de governança, tendem a funcionar com maior legitimidade dentro da rede, e, conseqüentemente, possuem maior poder de influência.

Relações internas

As relações internas se mostraram com características distintas para ambos grupos de entrevistados. Do ponto de vista dos atores EGAS identificamos os seguintes pontos. Os atores

menos articulados das redes, com menor acesso às políticas públicas, alguns atravessadores tendem a se beneficiar dos trabalhos, podem ser tanto pessoas, quanto organizações.

Sinto muito que aqui, neste meio das artes, é muito nisso, na relação de indicação, de pôr o... Quero vender o teu trabalho e tirar uma porcentagem. Existem muitas incoerências também, por exemplo, galerias que te procuram. Um artista de periferia lhe aborda assim. Um artista negro de periferia, seu trabalho é massa, tem uma verdade e tal, a gente quer vender seus trabalhos. E aí você começa a produzir para essa galera. E aí se você fizer um comentário de, estou adoecendo produzindo para você, preciso de ajuda, estou investindo tudo que eu tenho, estou vivendo um risco aqui muito grande, aí eles vão olhar para você e dizem que não estão nem aí, meu irmão. O que ocorre aí? Então, existe um aproveitamento da realidade, de vulnerabilidade também do artista nesse meio (EGAS 2).

Além disso, as relações internas dos atores EGAS tendem a ser bem específicas de cada linguagem. Por meio de uma certa auto organização eles buscam no dia a dia formas de lidarem com suas advertências.

(...) É um bolão que tem várias linguagens. Então isso tem a ver também com organizações, a forma como cada linguagem se organiza, a necessidade de cada linguagem. Por isso que eu não consigo ver a questão da disputa. Dança disputa com teatro, teatro disputa com cinema. Não, eu não vejo isso, eu vejo que existem necessidades, necessidades e necessidades políticas também de organização de cada segmento desse, que corrobora exatamente com a forma como eles estão sendo apresentados (...) EGAS 17.

Do ponto de vista dos atores EGAP as seguintes percepções foram destacadas. O papel centralizador do poder público, assim, muitas decisões ficam centralizadas nessas instâncias, o que pode dificultar o fluxo de atividades da rede.

Poder público, em geral, tem um papel bem dominante, mesmo que alguém do que gostaríamos, mas, particularmente na relação ao poder, você tem ainda uma dependência muito grande dos editais, você tem uma dependência muito grande dos gestores do momento para a realização da atividade (EGAP 18).

As articulações entre atores EGAP são por intermédio das instituições ou departamentos públicos ligados a cada linguagem. No entanto destaca-se para além as secretarias, prefeituras e conselhos, as seguintes instituições “Como Sebrae, Senai, Senac, Porto Digital, FACEP, as ICTs que são oriundas das universidades, né, Federal Rural, UPE e UFPE” (EGAP 6). Dentre elas destacamos as que apresentaram maior articulação com linguagens e governos diversos, a exemplo do SEBRAE e Porto Digital.

Por fim, observamos que a rede apresenta relações internas distintas de acordo com a natureza e auto-organização de cada linguagem. O poder público tende a centralizar as ações, a comunicação passa a ser via editais, ou entre organismos internos. Não encontramos indícios de sistematização dessa comunicação. Organizações como SEBRAE e Porto Digital, conseguem dialogar com diversas micro redes e governos.

Acreditamos que essas instituições e atores representantes contribuem como um processo de orquestração das redes, assumindo papéis de liderança e fortalecendo a articulação, como acontece nas redes de inovação (Toigo, 2020; Hoffmann *et. al.*, 2022; Souza; Wegner; Faccin, 2024).

Decisões

Ao serem questionados sobre como ocorre a tomada de decisão dentro da rede, os atores do grupo EGAS não falaram de uma visão da rede política para economia criativa. Mas, observamos que dentre as micro redes, esse processo tende a ser muito particular e muitas vezes ocorrer conflitos.

Do ponto de vista dos atores EGAP, as decisões se mostraram unilaterais por parte do governo. “Em algum momento, há decisões que são unilaterais, sabe? Ou do governo, ou uma pressão do poder da iniciativa privada para atender a uma demanda específica. Isso acontece em alguns momentos. E aí sobrepõe-se ao desejo coletivo. Isso acontece em algum momento” (EGAP 2). “Mas mesmo os próprios secretários de Cultura muitas vezes parecem não ter autonomia na sua decisão” (EGAP 18).

Por fim, observa-se uma ausência de governança colaborativa na rede de economia criativa. As linguagens não se conversam, são fragmentadas e se auto-organizam. O estado centraliza as decisões, mas não apresenta uma governança estabelecida entre seus órgãos e demais linguagens.

5.1.4.3 Processo da Política Pública

Na dimensão Processo da Política Pública, perspectiva adotada de Xu *et al.* (2014), observamos percepções distintas dos dois grupos. Por ser uma dimensão muito voltada internamente, consequentemente os atores sociais sabiam pouco sobre o processo da política. Além disso, os próprios atores políticos não apresentaram uma visão processual da política detalhada, cada uma falou especificamente de suas ações.

Agenda

Nesse ponto, os atores do grupo EGAS relataram não haver escuta na proposição da política, quando existe, observam que pouco foi levado em consideração.

Eu, por exemplo, para a gente quando... Eu acho que existe esse ciclo, mas de uma forma com que parece que não há escuta. Por exemplo, a gente traz algumas questões específicas, por exemplo, o formulário da agenda, mas quando existe a avaliação, depois de todo esse processo, para a gente é como se não tivesse funcionado, sabe? (EGAS 4).

Já os atores do grupo EGAP consideram que há escuta sim, principalmente por meio de chamadas abertas, divulgadas em sites e redes institucionais.

Mas, mais uma vez, é necessário se organizar, é necessário também entender o seu papel, os seus deveres também, além dos direitos, entender os seus deveres e buscar estar mais dentro da dinâmica. Porque eu que também já fiz parte da gestão, muitas vezes as chamadas públicas para se debater os assuntos, para se debater as questões são feitas, é aberto, é convocado a participação popular, mas é difícil, é muito difícil a gente ter também a atuação dessas da sociedade civil, das pessoas chegarem junto da gestão e fazerem essa construção (EGAP 10).

O que parece é que o diálogo entre esses grupos de atores e a forma de comunicação não está sendo suficiente. Além disso, uma formação para a cidadania, é algo ausente entre os atores EGAS. Há um desencontro de expectativas nesse processo, o que cria gargalos para uma governança mais participativa.

O papel dos conselhos como instância de escuta foi destacado em vários momentos das falas do grupo EGAP.

A gente tem uma instância de escuta contínua que é o conselho. Então, mensalmente, a gente tem reunião ordinária com eles, uma vez por mês, e, dependendo da falta, a gente marca uma extraordinária para discutir o que a gente está pensando, o que a gente está estruturando, o que a gente está propondo, para ouvir as propostas que vêm deles também, essas demandas, e, a partir daí, a gente cria o nosso plano de ação do que a gente vai realizar (EGAP 8).

Os planos estaduais são outras formas de construção de uma agenda participativa. No entanto, tanto os planos, quanto os conselhos, não são estabelecidos para economia criativa como um todo, existe para a cultura. Além disso, os planos apresentam forte teor de uma agenda governamental.

Formulação

Poucas informações foram extraídas dessa categoria. Os formuladores de políticas não comentaram sobre os métodos utilizados na sistematização da política. Por parte do grupo EGAS,

destacaram as conferências como única forma de atuação na formulação. “E veja, a formulação pode vir através de conferências, quando o governo abre um viés democrático, através de um viés democrático” (EGAS 1).

Os atores do grupo EGAP destacaram o papel dos conselheiros. Porém, o que se observa é o papel dos conselhos em legitimar as propostas políticas e da sociedade, interferem na versão final da proposta.

Então, mensalmente, a gente tem reunião ordinária com eles, uma vez por mês, e, dependendo da falta, a gente marca uma extraordinária para discutir o que a gente está pensando, o que a gente está estruturando, o que a gente está propondo, para ouvir as propostas que vêm deles também, essas demandas, e, a partir daí, a gente cria o nosso plano de ação do que a gente vai realizar. E esse processo, enquanto ele está sendo realizado, ele é submetido, ele é acompanhado pelos conselheiros (EGAP 8).

Esses mecanismos de participação não foram identificados para economia criativa como um todo, nem para todas as linguagens do setor.

Implementação

O quesito implementação é o que demanda quase exclusivamente atuação do estado “A implementação vai ser através do Estado, e aí o que cabe à rede nesse aspecto é o monitoramento” (EGAS 1). Pouco foi extraído dos atores EGAP sobre essa fase do processo. Em nenhum momento houve uma sistematização da implementação dessas políticas. Grande parte dos atores EGAP participaram de um ou mais projetos, alguns deles já pegaram o ciclo em andamento.

Avaliação

Já na avaliação não foram identificados dados, métricas nem indicadores para avaliação das políticas. A sociedade civil avalia e fiscaliza a partir do controle social. “Mas o peso vem depois. O peso da rede também vem na fiscalização, no monitoramento, na avaliação” (EGAS 1). Os conselhos, de forma organizada, também apresentam esse papel de avaliação e monitoramento, que não ocorre apenas na fase final do processo, mas em todas as fases.

E esse processo, enquanto ele está sendo realizado, ele é submetido, ele é acompanhado pelos conselheiros. Os conselheiros são eleitos para a sociedade civil, então eles são essa representação mais válida e fiel, não sei a palavra, é isso, é a representação da sociedade civil dentro da gestão pública. Eles fiscalizam, ao mesmo tempo que eles também propõem, eles trazem essas ideias para as proposições, para a gente estruturar essa política (EGAP 8).

Por fim, destaca-se que o processo da política não é sistematizado, a ponto de os atores de ambos os grupos, em sua grande maioria, não mencionarem como ele ocorre. A fragmentação

dessas etapas e a descontinuidade ficam nas entrelinhas das falas dos entrevistados. Além disso, há uma grande dependência da atuação do estado.

As relações internas da rede são marcadas por uma fragmentação estrutural e uma multiplicidade de atores com baixa coordenação e ausência de uma governança sistêmica. A dependência excessiva dos ciclos de políticas públicas, muitas vezes personalistas e descontinuadas, reflete a fragilidade institucional e reforça um modelo oneroso e pouco sustentável de ação. A inexistência de uma política estruturada para a economia criativa, substituída por iniciativas pontuais e desarticuladas, intensifica a dificuldade de articulação entre os diferentes elos da rede.

Além disso, as marcas políticas que permeiam os atores dificultam o alinhamento estratégico e contribuem para uma espécie de "controle de percepções", onde a disputa simbólica se sobrepõe à construção de caminhos coletivos. Assim, a rede opera mais como um conjunto de interesses dispersos do que como um ecossistema coeso, comprometendo sua capacidade de ação coordenada e de fortalecimento enquanto campo.

Em relação ao processo de formulação de políticas para a economia criativa, a literatura aponta diferentes formas pelas quais governos em todo o mundo têm atuado, seja por meio de departamentos governamentais (Gavrilova *et al.*, 2022), de consultorias especializadas (Schlesinger, 2009) ou ainda por agências intermediárias (Munro, 2017).

Nossos achados mostram que, em Pernambuco, esse processo se consolidou principalmente a partir de um modelo de governança (Park, 2016; Mulero; Rius-Ulldemolins, 2017; Procopiuck; Freder, 2020). Apesar da forte centralização em secretarias do governo estadual, observa-se também a participação e articulação de outros atores relevantes, como o Sebrae, o Porto Digital e instituições parceiras.

5.1.5 FATORES EXTERNOS A REDE

Assim como nas relações internas, no quadro a seguir são apresentadas as dimensões, categorias e subcategorias extraídas das entrevistas.

Quadro 16- Subcategorias emergentes dos fatores externos

Dimensão	Categorias	Subcategorias emergentes
Econômicas	Bases da nova economia	1. Momento de transição e de grandes transformações 2. Caráter subjetivo e transversal da criatividade
	Classe criativa	3. Classe que sempre existiu 4. Trabalho singular 5. Ausência de profissionalização

		6. Subvalorização 7. Informalidade 8. Precarização
Socioculturais	Tecnologia	9. Alto custo 10. Democratizante 11. Facilitadora 12. Possui dificultadores
	Interseccionalidade	13. Relação com a identidade dos atores 14. Impulso das TICs 15. Inserção nas políticas para economia criativa
Institucionais	Mídias e comunicação	16. Melhoria na comunicação e posicionamento 17. Não alcança todas as linguagens 18. A grande mídia se beneficia
	Relações externas	19. Influência das relações de poder 20. Relações com redes nacionais 21. Influência do governo nacional e de seus órgãos da administração direta e indireta 22. Redes internacionais e organismos multilaterais
Políticas	Administrativa e legal	23. Possui grande potencial 24. Abundância nos fatores de produção 25. Necessidade de estabelecer uma política 26. Mapear as redes de tipologias (micro redes) 27. Estruturar um modelo de governança colaborativa 28. Escuta ativa 29. Suporte financeiro e técnico

Fonte: (dados da pesquisa 2025)

5.1.5.1 Econômicas

Na dimensão econômica, buscamos compreender a percepção dos atores sobre os fundamentos que sustentam essa nova economia, centrada na criatividade e na inovação, bem como sobre a emergência de uma nova classe de trabalhadores criativos (Himanen, 2006).

Bases da nova economia

Nessa categoria, buscamos entender a percepção dos atores a respeito dos fatores que movimentam a economia criativa. Ambos os grupos de atores percebem esse momento como uma fase de transição, nos quais estão ocorrendo muitas transformações que precisam ser entendidas para que políticas sejam executadas.

Acho que é um momento de transição, talvez. De transição e de busca de consolidação. Não é de consolidação. as pessoas que atuam com a criatividade e com essas coisinhas que a gente falou, precisam realmente se organizar e mostrar ao poder público que precisa de organização e que precisa de cuidado com essa área (EGAP 10).

Nossa, eu enxergo como... Estou até pensando assim, como que eu posso resumir isso, porque, de fato, isso é real, é urgente, está acontecendo que existem grandes transformações, existe uma grande necessidade de, não só de atualização, mas de aceitação, porque eu acho que o mundo está mudando, Por exemplo, a economia, de modo geral, está mudando e falta a gente entender que isso é real, que isso é o jeito, que isso precisa ser trabalhado, levado de forma séria, porque acho que muita gente entra em estado de negação (EGAS 4).

É nítida a necessidade de os atores problematizarem mais as bases que sustentam a economia criativa. As mudanças estão ocorrendo, e as políticas precisam acompanhar essas transformações. Dá o devido valor de uma atividade economicamente viável é uma questão a ser trabalhada. Essa dualidade da economia criativa, já discutida anteriormente, é ainda um quesito de entrave.

Eu acho que a economia criativa precisa ser vista como economia, e acho que isso é uma questão ainda na nossa sociedade. A gente reclama muito dos gestores, porque a gente precisa reclamar dos gestores, mas eu não tenho certeza absoluta de que o nosso povo, que a nossa sociedade compreende o tamanho que isso pode alcançar (EGAP 18).

Além disso, temos problemas mal resolvidos de uma economia tradicional, que consequentemente respinga na economia criativa. O fenômeno da criatividade é algo muito subjetivo, que para gerar valor, ela se manifesta de diferentes formas nas diversas linguagens, como apresentado por Muzzio *et al.* (2024). “O que eu vejo de diferente, que é assim, vamos lá, criatividade é uma coisa muito subjetiva, né? Assim, criatividade é uma coisa muito subjetiva” (EGAP 16). Na política pública ela não é diferente. Sua transversalidade se desmembra para diversas pastas dos governos. “Bom, nós trazemos uma corrente da transversalidade da criatividade. Ela não está estanque dentro de um ambiente. Então, por exemplo, a gente entende que todas as secretarias de governo permeiam um processo de economia criativa em algum nível, ou pleno ou parcial” (EGAP 2).

Nesse sentido, observa-se que, embora haja um reconhecimento crescente do potencial da criatividade e da inovação como vetores de desenvolvimento econômico, as percepções ainda são marcadas por contradições e desigualdades. A valorização simbólica dos trabalhadores criativos nem sempre se traduz em reconhecimento material ou em condições estruturadas de trabalho, o que revela uma lacuna entre o discurso e a prática no campo da economia criativa.

Classe Criativa

Para o grupo de entrevistados EGAP essa classe de trabalhadores criativos existe antes do termo já ter sido cunhado, tanto que Florida (2022) já havia apresentado. “esse formato que se

pontua em relação aos novos, ele sempre existiu (...)” (EGAP 13). “É uma nova classe que sempre existiu, só que foi reposicionada nos contextos (EGAP 2).

Alguns problemas que essa classe enfrenta são desafios não superados por uma economia tradicional de ampla concorrência. No entanto, tais desafios se potencializam na economia criativa, por esta ainda estar em fase de consolidação. A falta de qualificação para esse setor é tida como ponto a ser problematizado. Algumas linguagens já estão mais desenvolvidas nesse sentido do que outras.

Não é um amadorismo que eu quero dizer, mas é uma ingenuidade, eu acho. Ainda falta um traquejo de mercado que não é natural da economia criativa. Uma inserção no mercado, no entendimento da lógica de mercado que não é tradicional da economia criativa, mas que é preciso ter, porque ainda a economia criativa cresceu, mas tem atores muito pontuais que estão ganhando muito dinheiro da economia criativa e muitas vezes em cima de uma massa gigante da economia criativa, que produz a economia criativa. Então falta um pouco mais de profissionalização de quem faz economia criativa (EGAP 17).

Na visão dos atores, a economia criativa precisa lidar com aspectos de singularidade ao passo que precisam buscar se inserir na lógica de mercado, levando em consideração suas particularidades. Inclusive, a necessidade de valorização desse trabalho criativo é um quesito que precisa ser problematizado, para que essa economia seja reconhecida enquanto atividade econômica. “Esses novos empregos, esses novos trabalhos, são como qualquer setor que está renovando-se cada dia. O que precisa é ser valorizado, ser aproveitado” (EGAP 22).

Os problemas não superados de uma economia tradicional, juntamente com a subvalorização e falta de profissionalismo na classe trabalhadora, impulsionam a informalidade e precarização do trabalho criativo. “Não, eu acho que, veja, existe uma massa de trabalhadores informais nesse processo, né? Porque, basicamente, até as categorizações do mês são muito loucas” (EGAS 12).

No processo de produção, ele está neste lugar da nova economia. Uma coisa mais fluida, mais parceira, digamos assim, mas o modelo de negócio, as formas de comercialização, as formas de gestão não se adaptaram ou não foram desenvolvidas para esse grupo. Então, o que eu sinto? Eu sinto que os produtores da economia criativa continuam desenhando negócios no modelo tradicional (EGAS 9).

Dessa forma, observa-se que a informalidade e a precarização do trabalho criativo estão fortemente ligadas à permanência de estruturas tradicionais que não acompanham as dinâmicas da nova economia. A falta de reconhecimento e profissionalização da classe criativa, aliada à ausência

de modelos de negócio adequados, mantém esses trabalhadores à margem, mesmo em um contexto que exige inovação e flexibilidade.

Portanto, a consolidação da economia criativa passa pelo reconhecimento de suas especificidades e pela construção de políticas públicas que acompanhem as transformações em curso. Os próprios atores percebem esse momento como uma fase de transição, em que é necessário organização, valorização e entendimento do potencial econômico da criatividade. Apesar dos desafios herdados da economia tradicional, há um movimento de busca por reconhecimento e profissionalização, ainda que marcado por contradições. Assim, a economia criativa segue em construção, demandando esforços para que seja compreendida e estruturada como parte integrante da economia.

5.1.5.2 Socioculturais

Nesta dimensão buscamos entender a percepção dos atores a respeito de como as transformações tecnológicas e inovadoras afetam o comportamento social e como isso reflete na economia criativa.

Tecnologia

Na categoria tecnologia, os atores não responderam como esse fenômeno muda os seus comportamentos de forma direta. Mas, reconheceram o quanto ela influencia nos seus negócios e como precisam lidar com essa inferência. Os atores do grupo EGAS destacaram que precisam estar inseridos nessas mudanças tecnológicas porque o mundo dos negócios funciona assim, no entanto um entrave para sua inserção é o alto valor dessas tecnologias que eles não conseguem acompanhar “Rapaz, eu acho que a gente tem que... eu mesmo tenho que aprender, porque eu não tenho grana para pagar uma mídia social, então eu tento aprender, tento usar os aplicativos facinhos que a gente consegue aplicar, mas é difícil” (EGAS 13).

Os atores se deterão às tecnologias da informação, mesmo que não tenha sido perguntado a eles o tipo de tecnologia. Os atores do grupo EGAS destacam o caráter democratizante dessas tecnologias, por possibilitar a inserção de seus trabalhos na rede. “Eu acho que são incríveis. Acho que é o que possibilitou essa democratização de cada um poder expressar, vender a sua arte” (EGAS 9).

O caráter facilitador da tecnologia foi destacado por ambos grupos de atores. A percepção dos entrevistados sobre a tecnologia no contexto da economia criativa é majoritariamente positiva, sendo vista como uma ferramenta transformadora que promove inclusão, articulação entre saberes tradicionais e contemporâneos, além de facilitar a produção e divulgação de trabalhos criativos. Ela contribuiu significativamente para ampliar o alcance de produtores antes marginalizados,

permitindo que comunidades historicamente excluídas tenham maior visibilidade e acesso a novos mercados. “Eu acho que a tecnologia é um agente transformador a partir do momento que eu inseri a população na tecnologia e consigo entregar mais informação, informação correta, informação de boa fonte, isso faz com que eu comece a conformar o conhecimento das pessoas” (EGAP 4). Esse achado coaduna com análise de Castells (2013) sobre uma sociedade em que as interações são mediadas pelas plataformas digitais, muitas das vezes reguladas.

No entanto, existem dificuldades, como a falta de internet de qualidade e equipamentos adequados em algumas regiões, o que limita o pleno aproveitamento dessas ferramentas. Além disso, foram mencionadas dificuldades logísticas, como a ausência de soluções específicas para o transporte seguro de peças artesanais, o que impacta diretamente as possibilidades de comercialização. Também se destaca a necessidade de apoio mais efetivo por parte do poder público para garantir que esses avanços tecnológicos beneficiam de forma mais ampla todos os segmentos da economia criativa. Elas, em dado momento podem excluir atores da rede, aqueles que não possuem acesso e a transformação ser lenta e desigual. “É muito importante, mas eu ainda vejo muito distante” (EGAS 8).

Por fim, a tecnologia é vista como um agente transformador para a economia criativa, possibilitando a conexão entre diferentes saberes e facilitando a visibilidade e o alcance de trabalhos criativos, especialmente para aqueles que antes estavam excluídos. Ela tem favorecido a inclusão de comunidades periféricas e de menor acesso a recursos, permitindo a rápida disseminação de saberes e inovações. No entanto, ainda há desafios relacionados à acessibilidade, como a qualidade da internet e equipamentos, além de dificuldades logísticas no transporte de produtos. Existe também a necessidade de maior apoio do poder público para garantir o pleno potencial dessas transformações. Em uma sociedade mediada por plataformas digitais, atores da economia criativa tendem a ficar afastados e desorganizados, uma vez que não possuem infraestrutura tecnológica para serem inseridos nas redes.

Interseccionalidade

Quando questionados sobre a relação da interseccionalidade, ambos os grupos de entrevistados consideraram um fenômeno emergente da sociedade, que precisa ser levando em consideração. Além disso, concordaram que a economia criativa é um terreno fértil para essa pluralidade de pensamentos, comportamentos, entre outros. Os entrevistados do grupo EGAS identificaram a necessidade de empreendimentos mais focados em suas identidades para alcançar estratégias viáveis para seus negócios criativos.

Eu acredito que toda marca deve deixar muito evidente para quem ela está trabalhando e o seu propósito e o que é que ela a bandeira que ela levanta. Não adianta hoje você simplesmente só vender algum produto e você não defender nada. É uma visão que tenho. Acho que você precisa, sim, levantar alguma bandeira, mas que seja uma coisa muito legítima (EGAS 8).

Os atores EGAS também destacaram o papel das TICs para o fortalecimento destas intersecções. “Eu acho que essas intersecções sempre existiram. Agora eu acho que com essa questão da internet ela ficou mais aflorada” (EGAS 13).

Os atores EGAP, além de destacarem a relevância do tema no campo das políticas públicas, enfatizaram que as práticas de interseccionalidade já vem sendo praticadas no âmbito das políticas públicas, com destaque para as cotas raciais, gênero e territoriais em editais.

É... É, isso aqui é muito forte, né? A questão da interseccionalidade, né? Porque, por exemplo, tanto na UPE, quanto na SECTI, quanto na FACEP, nós temos comissões específicas, né, de equidade. Então, como eu mencionei, a gente... Traz isso para os nossos editais, como política pública, de forma expressa, clara. Isso também é presente. Tanto questões de gênero quanto questões de sexualidade, o público LGBT, trans, povos quilombolas, povos originários, as questões de raça, de cor. Então, tudo isso hoje é visto de uma forma muito mais sensível (EGAP 20).

Ambos os grupos de entrevistados reconheceram a interseccionalidade como um fenômeno social relevante e em crescimento, especialmente no contexto da economia criativa, que se mostra aberta à diversidade de pensamentos e identidades. Os participantes do grupo EGAS ressaltaram a importância de empreendimentos alinhados com suas identidades e com propósitos claros, reforçando o papel das TICs na visibilidade dessas intersecções. Já os integrantes do grupo EGAP destacaram a presença da interseccionalidade nas políticas públicas, evidenciada em ações afirmativas como cotas e comissões de equidade que contemplam raça, gênero, sexualidade e territorialidade.

Por fim, observamos que na dimensão sociocultural, os entrevistados destacaram a influência significativa das tecnologias nas dinâmicas da economia criativa, percebendo-as como ferramentas facilitadoras e democratizantes. Embora não tenham relatado mudanças diretas em seus comportamentos sociais, os participantes reconheceram o impacto das inovações tecnológicas em seus negócios, especialmente na produção, divulgação e alcance de seus trabalhos.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) foram apontadas como fundamentais para promover inclusão e visibilidade a grupos antes marginalizados. No entanto, barreiras como o custo elevado, a falta de infraestrutura adequada e apoio governamental ainda limitam o pleno acesso e uso dessas tecnologias, podendo gerar desigualdades no setor.

5.1.5.3 Institucionais

Na dimensão institucional, buscamos analisar a percepção dos atores sobre as relações institucionais que influenciam a rede, embora não façam parte direta dela. Destacamos, nesse contexto, as mídias de comunicação e os atores externos.

Mídias e Comunicação

Com intuito de entender a relação das mídias digitais (Castells, 2013) e as instituições de comunicação com a política para economia criativa, buscamos saber a percepção dos atores a esse respeito também. Foi unânime entre os grupos de entrevistados a visão positiva que possuem sobre esta relação. Também ambos direcionaram suas respostas para as redes sociais, com ênfase no Instagram.

A melhoria na comunicação e posicionamento dos atores sociais e na forma que o governo se articula, foram destacados pelos entrevistados. Influencia muito. “A gente faz, por exemplo, a comunicação da gente hoje é toda digital” (EGAS 15)

Sim. Acho que essas mídias e esses meios de comunicação, eles estão atrelados mesmo a esse processo da tecnologia. As mídias, o Instagram da vida. Acho que o Instagram hoje é uma das maiores plataformas da gente maiores, assim, de divulgação. E que consegue ainda furar mais bolhas, assim. De fronteiras (EGAP 11).

Furar a bolha, ocupar outros espaços e dar voz a quem não tinha, são exemplos de como os entrevistados se sentem em relação às mídias. Porém, quando se trata de comunicação em massa e grandes corporações, os entrevistados relatam questões adversas. “Olha... Eu acho que... A grande mídia contribui com a divulgação da indústria da cultura, da cultura de massa, do audiovisual, mas de uma linguagem da cultura popular não muito, é pouco” (EGAS 3). “(,) eu não sei até que ponto, o que uma Globo faz no replay, além de dar uma visibilidade na própria Globo. Porque, vou ser muito sério, se a Globo saísse da REC in PLAY, o REC in PLAY não sentiria falta nenhuma, entendendo? (EGAS 1).

Bom, as redes sociais foram o principal canal para mim de me comunicar, de me mostrar, de vender meu trampo. A mídia... Não sei se teve um grande impacto na minha caminhada. Já fui procurado por algumas emissoras e tal. Eu não sei nem se falar sobre isso. Acho que não teve um impacto não (EGAS 2).

O sentimento dos entrevistados EGAS é o de que as grandes mídias e a imprensa não contribuem para a economia criativa, mas, se beneficiam com as informações podem causar impacto.

É mais um exemplo, tem um evento tipo Fenearte, aí eles chegam fazendo reportagem para falar alguns artesãos que vão, essa questão aí. Mas para a gente tentar juntar a imprensa, o público municipal do estado e tentar trazer ideia para melhoria aqui da comunidade, esse diálogo não tem, nunca teve (EGAS 16).

Além disso, apesar da importância de ambas as formas de comunicação, nem todas as linguagens são alcançadas da mesma forma.

Pronto. Eu entendo como um recurso, uma ferramenta, né? Muito importante nesse sentido de articulação mesmo, né? Que a gente sabe para articular mesmo essas redes, né? Preciso muito, assim a gente precisa, para se conectar nesse sentido. Mas, ao mesmo tempo, distancia da verdadeira, que é o que eu estou buscando, com essas práticas, com essas ações que a gente faz, é sempre se integrar de uma maneira que a máquina não faz, que a tecnologia não alcança, que é o lugar da nossa ancestralidade, que eu me coloco, enquanto uma pessoa indígena e retomada, em retomada da identidade que foi perdida, e estou em busca de me reconhecer, de me conectar e aprender dessas origens que foram negadas, foram cortadas, perdidas, de serem vivenciadas. E essas práticas ancestrais, elas de fato são tecnologias também, que elas não são essa tecnologia virtual, como a de outro, mas que eu carrego para o meu trabalho, para a minha vida mesmo em prática, que, por exemplo, só para dar um exemplo, a ciência do cachimbo, por exemplo, ou fazer fumaça de um cachimbo, é uma tecnologia que você contacta outras forças e outras tantas. A dança é uma tecnologia ancestral muito forte, que a partir do corpo você rememora movimentos que foram feitos há épocas imemoriais (EGAS 19).

A fala do entrevistado acima reflete o caráter de profunda territorialidade pernambucana na qual as mídias e a comunicação tradicionais ainda não superam as práticas ancestrais. Práticas como estas mantêm vivas no ideário dos povos e comunidades reverberando no caráter único e simbólico da economia criativa.

Os entrevistados destacaram uma visão positiva sobre a relação entre mídias, instituições de comunicação e a política para a economia criativa, com ênfase no papel das redes sociais, especialmente o Instagram, como ferramentas de divulgação, articulação e ocupação de novos espaços. Enquanto as mídias digitais são vistas como facilitadoras da visibilidade e da comunicação, a grande mídia é percebida como limitada em seu apoio à cultura popular e mais voltada a seus próprios interesses.

Relações externas

No que diz respeito às relações externas, os entrevistados EGAS relataram os desafios que se apresentam em termos de relações de poder e vulnerabilidade. A concorrência externa é

desafiadora para os atores das redes, tanto em termos de indústrias, quanto de atravessadores. Acompanhar a dinâmica do comércio exterior também é um grande desafio para os atores.

E a gente acaba entrando numa relação que tem a ver com poder, mas, às vezes, tendo até a pensar que tem a ver com uma certa, não vou dizer que é uma submissão, mas às vezes a gente acaba entrando em um estado de omissão em determinadas coisas, o fato do entendimento dos outros, desses outros agentes, desses outros atores (...) (EGAS 4).

Na visão de ambos os grupos de entrevistados, o fato de estarem articulados com redes nacionais é algo positivo. “A Recria é a Rede Nacional de Experiências e Turismo Criativo. Ela é realmente a rede. E aí o que ela faz? Ela articula atores dentro do turismo criativo e de experiência para... para essa atuação coletiva” (EGAP 10).

O governo nacional com sua ideologia e com órgãos da administração direta e indireta representam atores de grandes impactos na rede de política pública, como já discutimos anteriormente. Os entrevistados, de ambos os grupos, destacam o quanto as mudanças de governos, com diversos vieses políticos, impactaram o desenvolvimento da rede. Mas, os desafios do Estado e governos nacionais também refletem na economia criativa.

Eu vou falar de dois núcleos de trabalhadores, tá? O trabalhador da cultura. O que eu vou te colocar não é uma crítica ideológica, até porque o meu viés ideológico é o que eu vou te falar agora. Mas o governo Lula faz uma coisa incrível. Ele começa a criar programas de acesso a recursos para poder desenvolver políticas culturais, pontos de cultura, os editais diversos, Viva Cultura, enfim, um monte de projetos legais. Só que, ao mesmo tempo, não se criaram outros mecanismos de desenvolvimento do setor cultural (EGAP 1).

A dinâmica das redes internacionais de dos organismos multilaterais também impacta a rede de economia criativa. Os exemplos na UNESCO e da Cátedra de Economia Criativa, entre outros, refletem o nível de articulação positiva dos atores em termos de relações externas que ultrapassam o nível macro da rede.

(...) o Recife hoje faz parte de redes muito maiores, como eu te falei, no meu primeiro ano na prefeitura participei da confecção desse dossiê para a Unesco, E aí, no final do primeiro ano, a gente recebeu a notícia de que tinha sido aprovado e ingressou na rede de cidades criativas da Unesco (...) acho que está inserido nessas redes mundiais pode fortalecer muito a produção local. E o Estado, a função do Estado é justamente ser essa ponte, porque dificilmente um pequeno produtor cultural local ele vai conseguir furar uma bolha e chegar a um mercado internacional ou dialogar sem essa ponte que o Estado faz (...) (EGAP 8).

Os entrevistados relataram desafios nas relações externas, especialmente em relação ao poder, vulnerabilidade e concorrência com indústrias e atravessadores. A articulação com redes nacionais, como a Recria, é vista de forma positiva, assim como a inserção em redes internacionais,

como a da Unesco. As mudanças nos governos nacionais também impactam diretamente a economia criativa, sendo mencionadas iniciativas importantes, mas com limitações estruturais.

Por fim, na dimensão institucional, os entrevistados destacaram de forma positiva o papel das mídias, principalmente as redes sociais como o Instagram, na promoção, articulação e visibilidade da economia criativa. Essas plataformas foram apontadas como meios eficazes para furar bolhas, ocupar novos espaços e dar voz a diferentes atores. Em contrapartida, a grande mídia foi percebida como distante da cultura popular e mais voltada a interesses próprios.

Em relação às conexões externas, foram apontados desafios ligados a relações de poder, concorrência com indústrias e atravessadores, além da dificuldade de acompanhar o comércio exterior. A articulação com redes nacionais e internacionais, como a Recria e a Unesco, foi vista como positiva, enquanto as mudanças nos governos nacionais influenciam diretamente o desenvolvimento da política cultural.

5.1.5.4 Políticos

Capacidade administrativa/ legal

Na dimensão política, buscamos analisar a percepção dos atores sobre aspectos políticos ligados à rede. Assim, buscamos analisar a capacidade geral do governo de Pernambuco em executar uma política para a economia criativa, bem como verificar a atuação de possíveis outros atores envolvidos. Nenhum outro fato foi identificado, tanto nesta quanto nas demais dimensões analisadas. No que diz respeito à capacidade administrativa e legal, obtivemos as seguintes informações.

Na percepção de ambos os grupos de atores, o estado de Pernambuco, independente de governos, possui alto potencial para o desenvolvimento da economia criativa. “Nossa, eles têm tudo” (EGAS 6). Do ponto de vista dos recursos, os atores percebem como abundante. “O potencial aqui é imenso, muito artista, a efervescência cultural aqui é muito forte. Eu acho que nas últimas eleições a gente não foi muito sortudo, a gente não teve muito sucesso” (EGAS 2). “Eu sempre falo que é um terreno movediço, é um lugar de possibilidades, é um lugar da criatividade do acontecimento e do encontro. Porque ela é uma manifestação humana do aqui e agora (EGAP 19).

Para que o potencial da economia criativa seja melhor aproveitado, alguns passos deveriam ser considerados, na percepção dos entrevistados. Um deles seria a formulação de uma política pública mais efetiva e abrangente para o setor, capaz de integrar as diversas linguagens artísticas e culturais. “Mais uma vez, para se estabelecer uma política pública é preciso haver articulação, é preciso haver a gritaria, o coro pedindo isso. Então, eu acredito que a política pública em economia criativa para o Estado só sai quando os criativos se mobilizarem para demandar isso” (EGAS 9).

Destacou-se também a importância de realizar um mapeamento das redes existentes em cada linguagem “Primeiro, dimensionar cada linguagem cultural, dentro desse guarda-chuva chamado economia criativa” (EGAS 3), acompanhado de uma escuta ativa que valorize as especificidades de cada grupo “Eu acho que existe uma capacidade de estabelecer uma política eficaz, que primeira precisa ter uma grande escuta” (EGAS 4).

Segundo os entrevistados, seria desejável a estruturação de um modelo de governança mais colaborativo e articulado, promovendo a interlocução entre diferentes setores da sociedade civil e do poder público.

Eu acho que a gente tem uma grande capacidade, mas que precisa de uma boa articulação que não está tendo. Então, eu acho que são coisas que precisam andar em conjunto para se ter essa sinergia. Eu percebo que temos atitudes importantes, se você olhar todas as regiões do Pernambuco, tem muita gente atuando, muita gente. Agora, muita gente, às vezes, que faz acontecer inovação, economia criativa por iniciativas isoladas (EGAP 4).

Além disso, foi apontada a necessidade de maior suporte financeiro e técnico, tanto para as micro redes quanto para os órgãos e departamentos públicos que atuam no campo da cultura e da economia criativa “Cabe olhar principalmente para quem está começando mesmo e dar esse suporte, suporte financeiro, suporte técnico, sabe?” (EGAS 6).

As contribuições dos atores revelam um conjunto de percepções sobre caminhos possíveis para o fortalecimento da economia criativa em Pernambuco. As sugestões apresentadas refletem experiências práticas e demandas observadas no cotidiano das redes culturais, oferecendo subsídios para futuras iniciativas no campo das políticas públicas.

5.2 RESULTADOS DA OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE

Nesta etapa, irei apresentar os dados coletados por meio da pesquisa por observação direta e do registro fotográfico realizados ao longo do trabalho de campo. Além disso, compartilho informações obtidas por meio de conversas informais com especialistas na área e representantes de instituições, que contribuíram para a compreensão do tema.

A pesquisa também incluiu visitas a organizações relevantes, participação em eventos ligados ao assunto estudado, e o contato direto com atores sociais envolvidos, o que possibilitou uma visão mais ampla e contextualizada da realidade observada.

REC’n’Play (2022-2024)

O REC’n’Play é um grande que tem como organizadores o Porto Digital, Sebrae e Simpla, que acontece no bairro histórico do Recife, reunindo atividades ligadas à tecnologia, inovação,

arte, cultura e educação. Durante quatro dias, o público participa de palestras, oficinas e shows, tudo com o objetivo de discutir o presente e pensar o futuro (<https://recnplay.pe/>).

Para observação, frequentei as edições de 2022, 2023 e 2024. Nas ocasiões, pude observar alguns atores, a exemplo do Porto Digital, Sebrae, Prefeitura do Recife, Governo do Estado, startups, empresas entre outros atores que interagem de forma colaborativa gerando conexões para a rede. A princípio, o evento tem maior ênfase na tecnologia e nas redes de inovação, mas que se desmembra para outro braço de atuação do Porto Digital que é a economia criativa.

A associação entre o tecnológico e o cultural permeia todo o evento. Isso se evidencia desde o local onde ele acontece — o bairro histórico do Recife, que abriga grande parte dos participantes — até a identidade visual adotada. Elementos como o caranguejo, Chico Science e a Nação Zumbi, além de manifestações populares presentes como atrações, se unem a temas tecnológicos e ao uso de cores vibrantes da cidade para simbolizar esse viés da economia criativa.

A foto a seguir retrata um dos palcos em que acontecem apresentações artísticas e culturais durante todos os dias de evento. Esse, e outros são espalhados pelo bairro do Recife com diferentes atrações culturais.

Figura 14- Foto do Palco do Rec n' Play 2024



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Na figura 14 a representação da Ala Ursa que faz parte da cultura popular do Recife é apresentada de forma tecnológica e criativa. Dois dos organizadores do evento, Porto Digital e Sebrae, são instituições que possuem a capacidade de dialogar com diversos governos e linguagens

da economia criativa. Além disso, articulam diversos setores em todo o território pernambucano, não apenas em Recife.

Na figura 15, a representação de uma figura importante para o movimento Mangue Beat, Chico Science, aparece com uma mão mecânica que simboliza a pata do caranguejo. Esse animal faz parte da cultura local, pois grande parte da cidade foi construída sobre manguezais. A extração do caranguejo passou a integrar a atividade econômica de muitos moradores e foi adotada como um ícone da cultura popular.

Figura 15- Post de divulgação do Rec n' Play 2022



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Em conversas com algumas pessoas que participaram da organização dos eventos, eles relatam o quanto as instituições se preparam antecipadamente para o evento. Nas atividades diárias do Porto Digital, as indústrias e solucionadoras já são motivadas a inserirem nas suas agendas de projetos o evento.

Profissionais são contratados exclusivamente para o evento, uma vez que, o corpo de colaboradores das instituições organizadoras, não suporta as demandas. Esses jovens são imersos na organização do evento, em alguns chegam a ser contratados por algumas instituições da rede após a finalização do evento.

A empresas parceiras também fazem questão de terem um espaço no evento. Esse é um importante espaço de conexões, inovação aberta e de divulgar os investimentos em inovação. A figura a seguir mostra um protótipo da Jeep sendo exposto no evento.

Figura 16 - Protótipo da Jeep na Arena de Tecnologia do Rec n' Play 2024



Fonte: dados da pesquisa (2025)

A partir da observação e conversas com organizadores do evento, observo que esse evento é um importante marco para as redes de inovação. Fortalece a articulação entre os diversos atores políticos e sociais, sem falar na exibição nacional e internacional que o evento tem e proporciona para os participantes. É um importante evento para quem tem interesse em desenvolver projetos de inovação aberta.

A economia criativa pode ser vista na medida em que ocorre a interlocução do cultural local com a tecnologia. Isso fica evidente nesses espaços de interação entre os diversos atores.

Porto Digital

Entre os dias 01 de abril de 2025 e 14 de julho de 2025 iniciei a observação participante no Porto Digital. Atuando como Analista de Inovação Aberta pude obter alguns insights para a pesquisa.

O Porto Digital é um importante ator para articular diferentes atores sociais, econômicos e políticos. Como já mencionado, essa instituição consegue dialogar com diferentes governos. Isso é importante para a política, uma vez que existe a possibilidade de alguns projetos não serem descontinuados.

No dia a dia o Porto está preocupado em promover soluções para empresas, através da inovação aberta, desenvolver a capacidade inovadora e empreendedora de startups, e promover

articulação entre governo e mercado. Observei que a inovação é o ponto central da atuação do Porto, e apesar da economia criativa ser uma das vertentes intituladas por eles, ela só é desenvolvida a partir das redes de inovação.

As redes de inovação, como já discutido nas entrevistas, são micro redes maduras em relação às demais linguagens. Nessa perspectiva, observei o Porto como importante ator para a governança dessa rede. Essa governança é fortalecida pelo processo de inovação aberta, que impulsiona a articulação entre diversos atores. Ao contrário do que parece, esse processo não influencia na autonomia dos atores, mas, torna-se uma forma para equilibrar os objetivos das organizações.

O que o Porto Digital tem de importante para a rede, é a capacidade de conversar com diversos atores, principalmente governamentais, independente de partido político. Esse perfil possibilita diversas ações para o ecossistema há 25 anos de atuação do Porto.

Para além dessa instituição, observei o entorno ao Porto. Por ter várias empresas de base tecnológica, escritórios, e atores governamentais no bairro, os atores vez por outra se encontram, mesmo que intencionalmente, em bares, restaurantes, cafés, entre outros. Nesses encontros, podemos observar componentes que favorecem a criatividade aberta (Muzzio, 2017). São trocadas percepções, opiniões e ideias que ultrapassam os limites de uma instituição.

Dito isto, acredito que o ecossistema de inovação é altamente articulado. Possui espaços propícios para a criatividade e inovação, políticas públicas mais maduras, instituições mais articuladas, atores com mais oportunidades de formação e capital intelectual avançado. Isso porque, o Porto Digital funciona como uma espécie de orquestrador (Hoffmann *et al.* 2022) para os atores.

Armazém da Criatividade

Como resultado da interiorização, o Porto Digital estabeleceu um ponto de atuação na cidade de Caruaru, no Agreste pernambucano. Atuando como uma unidade avançada, o armazém tem um importante papel no desenvolvimento da economia criativa e do empreendedorismo no agreste do estado. Com destaque para o setor de moda, essa instituição fortalece e articula os empreendimentos locais ligados também à cultura do estado.

O ambiente é permeado por espaços de interlocução desses atores. Startups, microempreendedores, estudantes e comércio local estão em sintonia a partir de uma governança estabelecida pelo armazém.

Na foto abaixo, está a apresentação do tema criatividade aberta na Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2024.

Figura 17 - Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2024



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Nesses espaços, a comunicação com diversos atores do ecossistema é favorecida. Atores políticos, empresários, solucionadores, estudantes, entre outros, passam a interagir e trocar informações relevantes para o desenvolvimento do ecossistema.

O Porto Digital percebe que, apesar de a inovação permitir a participação online das pessoas em diversas situações, a presença física é crucial e ainda não vai ser substituída. Relato as palavras do então presidente Pierre Lucena: “A inovação é feita por pessoas.” Essa percepção da importância das pessoas para o processo de inovação é observada no âmbito presencial. A presença física do Porto, com demais colaboradores, é fator indispensável. Dito isto, o Armazém da Criatividade, antes situado no Polo de Caruaru, está sendo transferido para o centro da cidade. Ficar próximo aos atores é elemento crucial para a promoção da criatividade e inovação.

Essa política é levada a sério no Porto, que está abrindo sedes em Goiana e Aveiro, em Portugal. Para além disso, a atual governadora solicitou uma sede do Porto na cidade de Petrolina. A ideia é poder ocupar os diferentes espaços e regiões do estado de forma física.

Feneart

Durante dois anos consecutivos, pude observar de forma mais aprofundada o ambiente da Fenearte (Feira Nacional de Negócios do Artesanato) e como os atores da rede de negócios artesanais se relacionam dentro desse espaço. No entanto, por meio da observação não participante,

não foi possível identificar todos os detalhes e desafios enfrentados nos bastidores do evento, apenas com as entrevistas.

É visível que a Fenearte constitui um ambiente grandioso, no qual artesãos de Pernambuco e de outras redes nacionais expõem seus trabalhos ao longo de toda a feira. Para o público, o evento é encantador: a mistura de diversas culturas reunidas em um único espaço gigantesco é impactante, como se pode observar na imagem abaixo.

Figura 18 - Fenearte 2024



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Figura 19 - Fenearte 2024



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Todo o ambiente da feira remete ao artesanato e às culturas populares. Há espaços dedicados à música, culinária e apresentações culturais, o que torna o evento, de fato, fascinante. Entretanto, uma das principais questões que observei é a ausência de um espaço real de interação entre os diversos atores presentes. O ritmo intenso de trabalho imposto pela feira não permite que os artesãos vivenciem trocas significativas de experiências e conhecimentos entre si.

Em conversas e entrevistas realizadas durante o evento, ficou evidente o quanto é financeiramente custoso para esses artesãos participarem da feira. Os gastos com o aluguel dos estandes e a manutenção na cidade durante os dias do evento representam um grande desafio econômico. Os atores vinculados ao Sebrae, se beneficiam de incentivos financeiros para colocar seus estandes no evento. Apesar dessas dificuldades, os artesãos consideram extremamente importante fazer esse esforço para estarem presentes. A Fenearte tem grande renome nacional, e a cobertura midiática reforça isso, destacando-se como o maior evento de artesanato da América Latina.

Conversa com Especialista Nacional em Política para Economia Criativa – Cláudia Leitão

Em conversa com a Especialista Nacional em Política para a Economia Criativa, Cláudia Leitão, no dia 23 de janeiro de 2025 das 18h às 17h via Meet, foi possível compreender com maior profundidade o panorama nacional desse setor e seus desafios estruturais. Como já era de se esperar, a economia criativa no Brasil passou – e ainda passa – por intensas mudanças e implicações decorrentes das trocas de governo. A experiência da especialista, construída ao longo de décadas de atuação, permitiu traçar um panorama histórico sobre como a área vem sendo pensada no Brasil. Sem uma estratégia nacional clara e sem financiamento contínuo, a economia criativa enfrentou momentos de grande fragilidade, sendo muitas vezes reduzida à organização de eventos, sem a devida valorização de seu potencial simbólico, econômico, social e cultural.

A pandemia de COVID-19 representou outro momento crítico, impactando severamente o setor e evidenciando a ausência de políticas públicas consistentes. Nesse contexto, medidas paliativas e emergenciais tornaram-se essenciais para tentar minimizar os efeitos da crise, como foi o caso da Lei Paulo Gustavo, que desempenhou um papel importante no processo de retomada.

No momento da conversa, a Cláudia relatou que, havia sinais de reconstrução, com movimentações para reestruturar a Secretaria Nacional de Economia Criativa. Contudo, segundo ela, esse processo avança lentamente e carrega o peso de prejuízos acumulados, econômicos, políticos e sociais, além da permanência de problemas históricos.

Entre os principais desafios apontados, a especialista destacou a dificuldade de pensar a economia criativa a partir das epistemologias do Sul Global, valorizando saberes, práticas e realidades locais. Para ela, é fundamental construir uma política estratégica nacional sólida, que contemple também a formação e qualificação de profissionais da área, evitando a importação acrítica de modelos e metodologias que não dialogam com as especificidades brasileiras.

Nesse sentido, Cláudia apresentou seu livro: *Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira* (Leitão, 2021), no qual analisa como a

construção e o fortalecimento dessas redes podem ser determinantes para potencializar o desenvolvimento local e regional. A obra defende que as comunidades criativas, organizadas de forma colaborativa e com base na confiança mútua, na diversidade cultural e na valorização das vocações territoriais, constituem um pilar essencial para uma economia criativa inclusiva e sustentável. Ela argumenta que políticas públicas mais eficazes precisam considerar essas redes como ecossistemas vivos, interdependentes e em constante transformação, capazes de articular cultura, inovação e desenvolvimento socioeconômico.

Por fim, Leitão enfatizou que a economia criativa deve ser pensada a partir dos conceitos de território e identidade, e não apenas sob modelos genéricos inspirados em experiências estrangeiras. O risco da generalização, segundo ela, é alto, pois desconsidera as especificidades culturais, sociais e econômicas que fazem do Brasil um país diverso e complexo. É necessário aproveitar plenamente o potencial do setor, compreendendo-o em todas as suas dimensões, simbólicas, econômicas, sociais e culturais e estruturando políticas capazes de garantir sua continuidade e relevância no cenário nacional.

Após a conversa no dia 28 de maio de 2025, foi estabelecido o DECRETO Nº 12.471, DE 28 DE MAIO DE 2025, que altera o Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remanejando e transformando cargos em comissão e funções de confiança.

Para Cláudia, foi dito em conversa pelo WhatsApp no dia 29/05/2025: *“A partir de hoje a Economia Criativa retoma autonomia institucional. Muito importante para o campo cultural e criativo brasileiro.”*

No dia 09/07/2025, a Ministra Margareth Menezes empossa Cláudia Leitão como Secretária de Economia Criativa.

Essa conversa revelou-se fundamental para refletir sobre como desenvolver uma economia criativa genuinamente brasileira, que não reproduza padrões internacionais de forma acrítica. Ao destacar a importância de pensar a economia criativa como um fenômeno descentralizado e em rede, a análise contribui para a construção de políticas públicas que valorizem as especificidades culturais, territoriais e sociais do país, fortalecendo assim um modelo mais inclusivo, autônomo e sustentável para o setor.

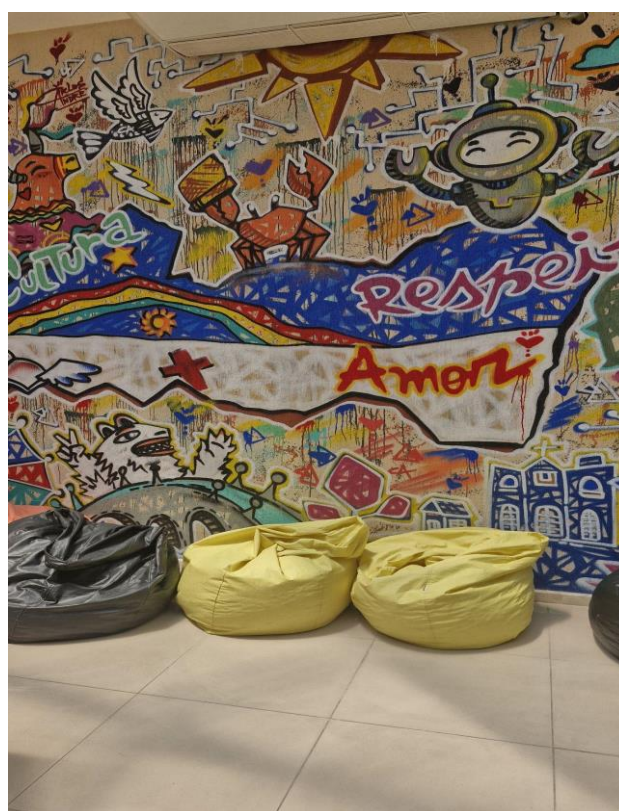
Visita a SECTI

A visita à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) proporcionou uma oportunidade valiosa para compreendermos melhor o cotidiano dos atores que formulam políticas públicas para o setor.

A localização da SECTI é, por si só, estratégica. Situada no bairro do Recife, a secretaria se insere no coração do ecossistema de inovação do estado, permitindo que seus atores compartilhem presencialmente os benefícios dessa integração territorial. Estar fisicamente nesse ambiente fortalece as conexões com outras instituições, startups, empresas e iniciativas criativas que compõem o polo tecnológico e cultural da região.

A própria SECTI, assim como vários prédios do bairro, representa uma combinação entre o tradicional e o inovador. As fachadas externas preservam a arquitetura histórica, em respeito à identidade cultural local. No entanto, o interior dos edifícios busca refletir um ambiente moderno, tecnológico e criativo — como se pode observar no espaço de convivência mostrado na imagem abaixo.

Figura 20 - Espaço de convivência da SECTI



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Visita Ateliê da Salamandra

Em visita à casa de trabalhadores e trabalhadoras criativos, pude entender um pouco do seu dia a dia e conversar sobre as motivações para suas produções. Na galeria de arte Toca da Salamandra, foi possível compreender melhor as motivações pessoais e sociais presentes nas peças expostas. Como observado nas fotos, há uma forte relação com a cultura, expressa em peças manuais, bem como uma conexão profunda com a natureza e o cuidado com o meio ambiente. A sustentabilidade do fazer artesanal e das artes se entrelaça nessa esfera da economia criativa, revelando um modo de vida que integra expressão artística, consciência ambiental e identidade cultural.

Figura 21- Produções do Ateliê da Salamandra

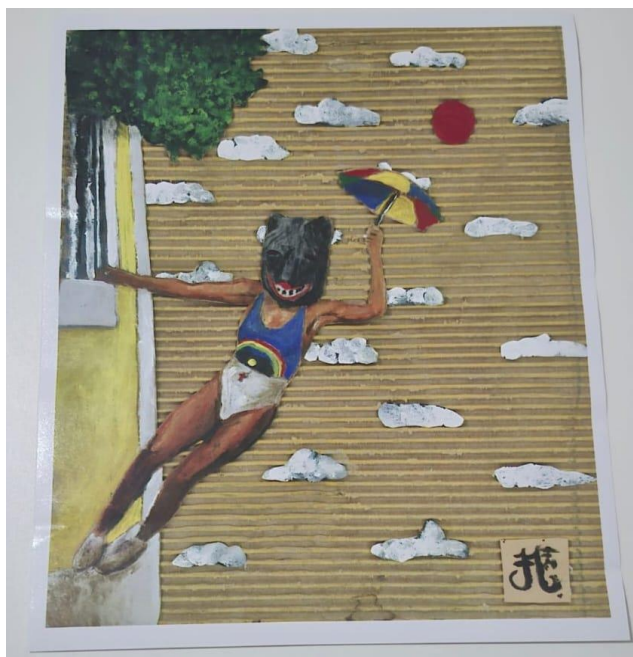


Fonte: dados da pesquisa (2025)

Visita na casa de Francisco

Nas peças produzidas no ateliê de Francisco, pude enxergar a mistura entre cultura, arte e resistência — uma cultura que sobrevive nas periferias do Recife e de Olinda, brotando da força das resistências cotidianas. Ali, foi possível observar o quanto a cultura é parte integrante da realidade política e social das pessoas. Ela é uma forma de manifestação que, muitas vezes distante das grandes redes econômicas, se mantém viva e resistente.

Figura 22- Produção do ateliê de Francisco



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Nas artes do ateliê de artesanato de Terezinha Gonzaga, pude observar a força das raízes históricas no interior do estado. Ali, como tantos outros artesãos, ela mantém viva a cultura do manuseio do barro, resistente às mudanças dos tempos e à desvalorização do trabalho artesanal.

Figura 23 - Produção de Terezinha Gonzaga



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Essas e tantas outras observações no dia a dia dos atores políticos e sociais contribuíram para uma imersão e possibilitaram uma reflexão acerca das redes de economia criativa em Pernambuco.

Essas visitas foram fundamentais para aprofundar a compreensão sobre a dinâmica e os desafios das redes de economia criativa em Pernambuco, ao possibilitar um contato direto com os diversos atores que compõem esse ecossistema. A experiência prática, tanto no ambiente institucional da SECTI quanto nos espaços de produção artística e artesanal, revelou a complexidade e a riqueza das conexões entre cultura, inovação, território e identidade.

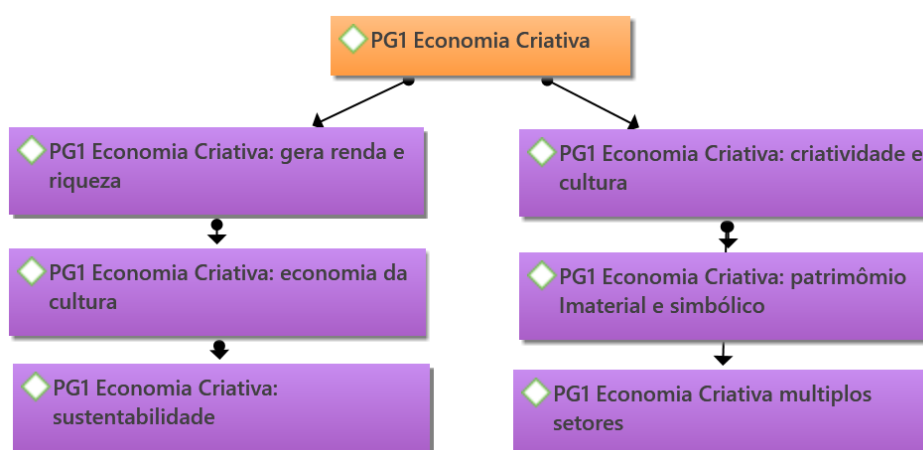
5.3 RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise a seguir discute os documentos institucionais do governo de Pernambuco, com foco específico em instituições diretamente vinculadas ao governo estadual. Buscou-se recortar o universo de análise para aquelas entidades que possuem relação direta com a administração pública estadual, de modo a compreender melhor as diretrizes, ações e políticas públicas formuladas e implementadas no âmbito governamental.

5.3.1 ECONOMIA CRIATIVA, POLÍTICA E REDE

Aqui serão analisados os documentos a partir das categorias e dimensões apresentadas anteriormente, buscando realizar a triangulação com as análises feitas nas entrevistas. A figura abaixo apresenta as categorias sobre o conceito de economia criativa extraídas das entrevistas que se mostraram mais evidentes nas análises realizadas nos documentos.

Figura 24 - Economia criativa - documentos



Fonte: (dados da pesquisa 2025, feito no Atlas Ti.)

As análises sobre a economia criativa a partir dos documentos institucionais confirmam que o termo é relativamente recente na política em Pernambuco. Foi possível constatar que no

primeiro Plano de Governo de Eduardo Campos, o termo não havia sido empregado, exceto o termo cultura (DOC 18).

No segundo Plano de Governo de Eduardo Campos, o termo economia criativa passa a compor como uma das áreas que podem levar ao desenvolvimento do estado. “O Programa de Governo para a Cultura define duas frentes de intervenção: consolidação da política pública de cultura e consolidação da economia criativa no Estado” (DOC 19, p.56). Essas evidências denotam o que a literatura e os entrevistados disseram sobre a inclusão recente do conceito de economia criativa nas políticas públicas. Além disso, observa-se o reconhecimento da cultura e da criatividade como frentes importantes para o desenvolvimento do estado. Ainda segundo o plano, a economia criativa estava voltada a sustentabilidade tida como uma ferramenta que estimula um modelo de desenvolvimento econômico sustentável (DOC 19).

Em relação à cultura, observam-se as políticas para economia criativa ainda incipientes. Não encontramos um arcabouço administrativo, documental e regulatório que nos permitisse aprofundar no tema. Poucos documentos oficiais foram encontrados nos sites. Observamos também que, em relação à cultura, esses documentos estão mais consolidados. Até porque as políticas para cultura são de décadas passadas (DOC 1) e já considerada como riqueza que tornaram o estado o centro da sociedade brasileira desde a colonização, principalmente devido seu ao patrimônio material e simbólico (DOC 18).

Para a ADEPE, a economia criativa é classificada como aquela que engloba "Patrimônio, Artes, Mídia e Criações Funcionais, e é relevante tanto pela geração de empregos quanto pela promoção cultural" (DOC 15, p.2).

A economia criativa em Pernambuco fica na pasta da ADEPE ligada à secretaria de desenvolvimento econômico. A missão da ADEPE é apoiar, por meio de ações indutoras e do apoio, os setores industrial, agroindustrial, comercial, de serviços e da economia criativa com foco em inovação (DOC 22, DOC 24).

Um estudo recente feito pela ADEPE relevou que os empregos criativos em Pernambuco estão distribuídos conforme a especialização de cada território. Municípios menores aparecem com menos diversidade de empregos para economia criativa e maior especialização em algumas áreas. Já municípios maiores e a própria região metropolitana apresentam maior diversidade de áreas na economia criativa por meio de empregos. Ainda segundo esse estudo, no quesito geração de emprego e renda, a atividades na área de patrimônio representam 41, 1% da geração de empregos na economia criativa. Em seguida a área de criações com 36,5%, mídia com 18% e artes com 4,4% (DOC 15).

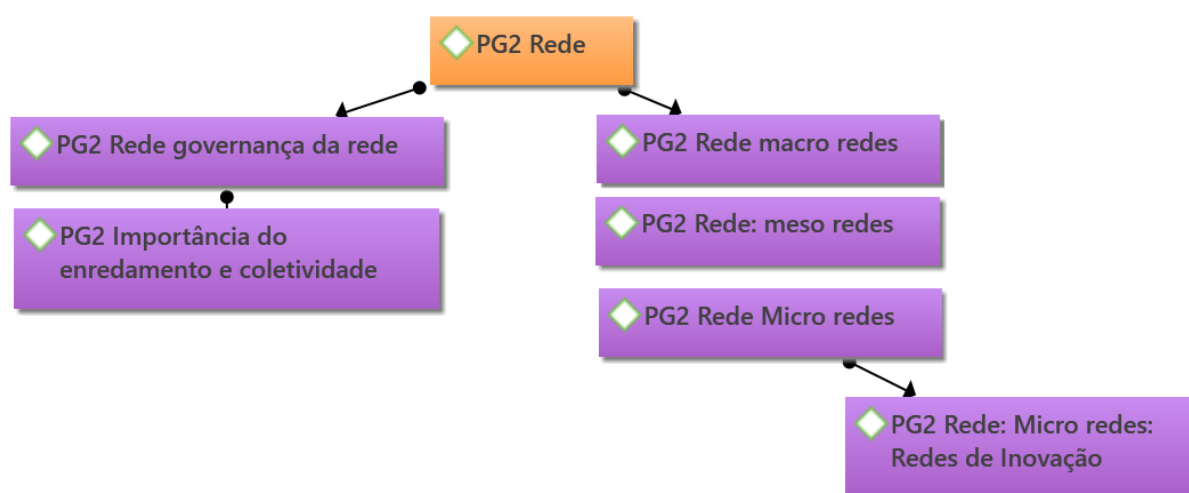
O quesito territorialidade presente nas falas dos entrevistados e na literatura já havia dimensionado a questão da territorialidade (Leitão, 2023) como forma de diagnosticar os setores para economia criativa e então estabelecer políticas para esse setor conforme a especialidade de cada território.

Por fim, as análises documentais confirmam que a economia criativa surge recentemente nas políticas públicas de Pernambuco, com maior consolidação no campo da cultura. Apesar do reconhecimento de seu potencial para o desenvolvimento econômico e sustentável, observa-se um arcabouço institucional e normativo ainda incipiente, concentrado na ADEPE e em iniciativas pontuais. A distribuição territorial dos empregos criativos evidencia desigualdades e reforça a necessidade de políticas específicas que considerem as vocações locais para fortalecer o setor.

Rede

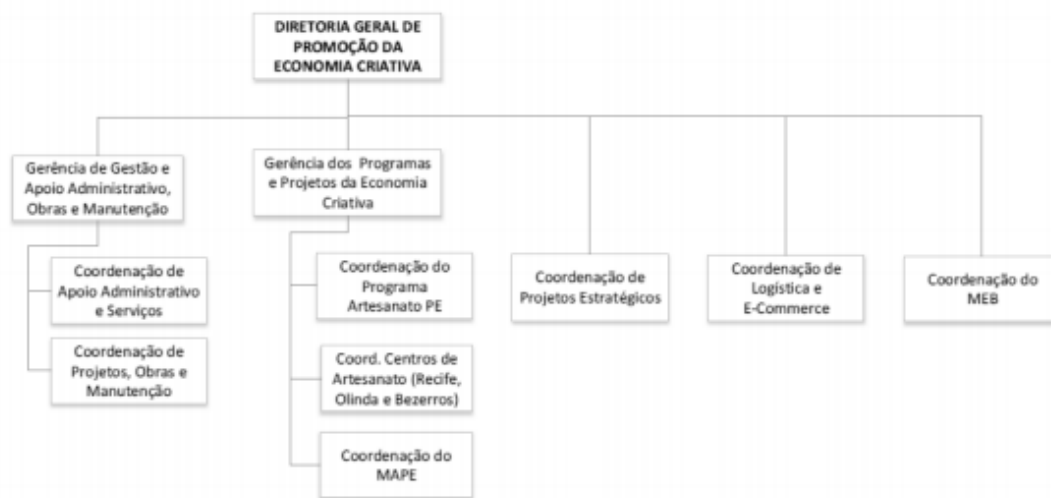
A figura abaixo apresenta as categorias sobre a visão da rede no âmbito economia criativa extraídas das entrevistas que se mostraram mais evidentes nas análises realizadas nos documentos.

Figura 25- Rede - documentos



Fonte: (dados da pesquisa 2025, feito no Atlas Ti.)

De acordo com a ADEPE, A diretoria Geral de Promoção da Economia Criativa em Pernambuco (DGPEC) é responsável pelo Fomento Promoção da Economia Criativa possui a responsabilidade de fortalecer e visibilizar a economia criativa de Pernambuco em diversas linguagens da cultura, principalmente a do artesanato (DOC 12, p.82) a mesma, apresenta a seguinte estrutura de governança interna.

Figura 26 - Estrutura de Governança da DGPEC

Fonte: (DOC 12)

Essa é a estrutura de governança da diretoria responsável pelas políticas de economia criativa. A partir da imagem acima, observamos uma estrutura bem funcional para o setor. No entanto, não ficou claro na análise dos documentos como essa instância de governança se articula com demais setores do governo para promoção das políticas. Até porque, no entrelaçamento entre cultura e economia criativa, observamos diversas áreas que estão em ambas as pastas. A princípio, o papel da ADEPE apresenta-se como fomentador das políticas, nas quais algumas envolvem cultura.

A divisão das redes também emergiu na análise dos documentos. No que tange às macro redes, observa-se a importância da articulação de redes externas, a exemplo das redes nacional de cultura (DOC 40)., além disso, a instituição de atividades para que o governo promova o intercâmbio dos artistas e produtores locais com redes de países para promover articulação, e desenvolvimento (DOC 6), (DOC 21).

Usando o termo cadeia produtiva, a ADEPE institui ações para continuar desenvolvendo atividade de fomento e apoio à economia criativa (DOC, 2022). Para fins desse trabalho, definimos a cadeia produtiva da economia criativa em Pernambuco como a rede para economia criativa caracterizada como uma meso rede. Preferimos esse termo, pois o conceito rede engloba uma camada de atores diretos e indiretos, nas quais está enredado com diversas outras redes de diversos níveis, denotando a não especificação dos limites da rede, típico da natureza da economia criativa. Inclusive com a rede de cultura, nas quais apresenta zonas cinzentas de atuação (DOC 6), (DOC 8), (DOC 21).

Algo que não havia sido amplamente discutido nas entrevistas, mas que se tornou mais evidente nas análises documentais, é o papel da rede de inovação. Observa-se que a inovação se

configura como uma rede independente – uma meso rede – com seus próprios órgãos, políticas e instrumentos. No entanto, quando se entrelaça com a economia criativa, origina micro redes voltadas especificamente para esse setor. Isso ocorre porque parte da economia criativa está diretamente ligada à área de inovação e tecnologia, alimentando-se dos avanços inovativos para manter-se dinâmica e atuante. Ressalta-se, contudo, que nem todas as iniciativas do setor de inovação se enquadram na economia criativa, mas uma parcela significativa das atividades da economia criativa está inserida nesse ecossistema inovador.

Dessa forma, no que se refere à micro rede de inovação, destacam-se instituições como o Porto Digital (DOC 19), (DOC 20) e a Usina Pernambucana de Inovação (DOC 10). Entretanto, a análise documental evidencia que, embora ambas desempenhem papel relevante nas políticas de inovação do estado, apresentam contribuições ainda limitadas para o fortalecimento das políticas de economia criativa.

Em relação às demais micro redes, estas não se mostraram evidentes nos documentos oficiais. No entanto, a análise das atas (DOC 25 a DOC 52) evidencia a intensa articulação dos atores em suas próprias redes segmentadas, demonstrando a dinâmica de interação entre os diferentes setores

Por fim, a análise documental evidencia que a economia criativa em Pernambuco possui uma estrutura de governança formalizada, mas com articulação limitada entre setores do governo. As políticas ainda se mostram concentradas na ADEPE e em iniciativas voltadas para o artesanato e para algumas áreas culturais, com atuação incipiente em outras frentes da economia criativa. Já nos resultados das entrevistas, foi observado uma atuação maior dos atores sociais e de instituições.

As redes observadas demonstram um cenário fragmentado: enquanto as macro redes se articulam nacional e internacionalmente, as micro redes aparecem de forma pontual, sobretudo na interseção com a inovação. Essa configuração revela o potencial do estado para fortalecer políticas mais integradas, capazes de conectar cultura, inovação e desenvolvimento econômico sustentável.

Política

A partir do segundo Plano de Governo de Eduardo Campos, o tema da economia criativa passou a ser mencionado. Entretanto, a análise realizada dos documentos evidencia que, ao longo de quase vinte anos, não se consolidou uma política estruturada para o setor, mas apenas ações pontuais implementadas nesse período. Embora tenha havido avanços a partir do reconhecimento do tema, não se pode considerar que exista uma política formal de economia criativa em Pernambuco.

Em comparação com a cultura, a economia criativa encontra-se em posição secundária: não possui fundos específicos, conselhos próprios nem outras instâncias de governança consolidadas. Enquanto a área cultural, mesmo com dados ainda imprecisos, já conta com um sistema de coleta denominado Mapa Cultural, a economia criativa carece de instrumentos semelhantes para diagnóstico e acompanhamento das ações no setor.

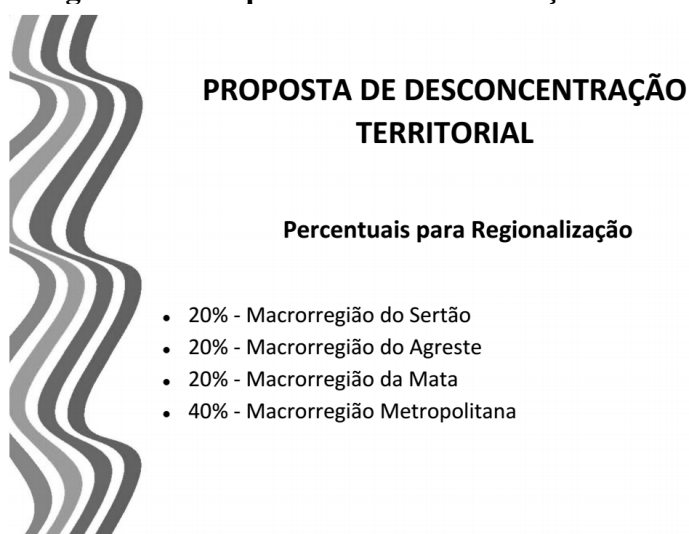
Sobre as categorias analisadas nos documentos, emergiram as mesmas da análise das entrevistas (ver figura 13). Em sua maioria, as ações para economia criativa consistem em eventos e editais de financiamento, sendo a FENEARTE o principal evento destacado pela ADEPE (DOC 16), (DOC 22), (DOC 24).

No DOC 11 encontra-se a apresentação de todos os editais propostos pela Lei Paulo Gustavo, bem como a descrição do montante de recursos destinados a cada linguagem. Já nos documentos de 25 a 52, que correspondem às atas das reuniões, observa-se que grande parte do tempo dos encontros do conselho é dedicada à discussão sobre os fundos de investimento e ao acompanhamento do andamento dos editais. Também se destaca o FUNCULTURA como principal política de incentivos financeiros para a cultura de Pernambuco (DOC 2).

A burocracia foi um elemento destacado na política, sobretudo devido ao grande número de editais existentes, o que coaduna com a literatura sobre o tema anteriormente apresentada. Além disso, as exigências desses editais e o acesso restrito aos recursos financeiros dificultam a adesão dos atores sociais (DOC 14).

A categoria desarticulação e fragmentação ficou particularmente evidente nos documentos 25 a 52. Neles, aparecem diversas queixas, principalmente de atores sociais, em relação às ações do Estado e da Secretaria de Cultura. Entre os principais pontos levantados estão: deficiências nos editais, ausência de inclusão de determinados setores, falta de articulação entre os conselhos e as regiões e, ainda, a pouca integração da própria Secretaria de Cultura com o governo. Esses aspectos reforçam a percepção de fragilidade na condução das políticas para a economia criativa em Pernambuco. Isso coaduna com o problema de comunicação discutido por (Emmendoerfer; Fioravante; Cezar, 2016; Fioravante; Cezar, 2016).

Outro problema destacado nos documentos foi a centralização geográfica na distribuição dos recursos. Embora o DOC 11 apresente uma divisão territorial para a destinação dos investimentos (ver figura 27), os conselheiros consideraram que os valores destinados ainda eram incipientes, principalmente para regiões mais afastadas, como o Sertão (DOC 40). Essa percepção reforça as desigualdades regionais e a dificuldade de interiorização efetiva das políticas de economia criativa em Pernambuco.

Figura 27 - Proposta de desconcentração territorial

Fonte: (DOC 11)

Além disso, defensores de diferentes linguagens artísticas relataram a falta de atenção a determinadas atividades, como os brinquedos populares, que são fundamentais para a preservação da cultura local.

Por fim, a análise dos documentos evidencia que, apesar do reconhecimento gradual da economia criativa em Pernambuco desde o segundo Plano de Governo de Eduardo Campos, ainda não existe uma política estruturada para o setor. As ações permanecem pontuais, centradas em eventos e editais de financiamento, com destaque para a FENEARTE, a Lei Paulo Gustavo e o FUNCULTURA. Persistem fragilidades como a burocracia excessiva, a desarticulação entre conselhos e regiões, a centralização geográfica na distribuição de recursos e a falta de atenção a manifestações culturais tradicionais, como os brinquedos populares. Esses elementos revelam a necessidade de maior integração, planejamento e institucionalização para que a economia criativa avance de forma consistente e sustentável no estado.

5.3.2 ANÁLISE DOS FATORES INTERNOS A PARTIR DOS DOCUMENTOS

Tradições da rede

No que tange aos Discursos e Dilemas em rede, a partir da análise dos documentos, observa-se a influência das mudanças de governo. No plano nacional, observa-se uma recorrência em relação às conferências propostas e às já realizadas. Em 2017, destacou-se a falta de compromisso do Ministério da Cultura diante da política cultural e a ausência da Representação Regional do MinC no Nordeste na construção da Conferência em Pernambuco. Também foi ressaltado que o momento político do país era marcado pela quebra de acordos e compromissos anteriormente assumidos pelo Governo Federal, sendo o próprio Ministério da Cultura apontado

como pouco comprometido com a manutenção desses pactos. Por fim, questionou-se a realização de conferências em outros estados, diante desse cenário de fragilidades institucionais (DOC 25).

No plano estadual, observa-se que no primeiro Plano de Governo de Eduardo Campos já havia a sinalização para a recriação da Secretaria de Cultura, que havia sido extinta por gestões anteriores (DOC 18). Durante esse governo, a cultura recebeu maior atenção e reconhecimento. Já no último Plano de Governo, de Raquel Lyra, identificamos uma preocupação com o tema, mas restrita à replicação de ações já existentes, sem a proposição de medidas que caracterizem uma atuação própria dessa gestão (DOC 23).

A falta de regulação para algumas linguagens foi outro problema destacado nos documentos. Por não estarem suficientemente estruturados, alguns setores enfrentam maiores dificuldades para acessar recursos, sobretudo diante da burocracia exigida nos editais de fomento (DOC 28); (DOC 47). Essa fragilidade ficou evidente no caso dos brinquedos populares, como as quadrilhas, que apresentaram obstáculos de natureza funcional para sua participação nas políticas de incentivo (DOC 39); (DOC 43).

Dentre os dilemas identificados, destaca-se a limitação de acesso a infraestrutura tecnológica de qualidade, especialmente entre pequenos produtores do setor de mídia. Essa deficiência reduz a capacidade desses empreendedores de se desenvolverem, configurando tanto um problema de infraestrutura quanto de ausência de políticas adequadas (DOC 15).

Outro desafio recorrente é a dificuldade de acesso a financiamento, sobretudo para pequenos empreendedores criativos, problema já mencionado na literatura anteriormente. A ausência de garantias financeiras ou de histórico de crédito formal dificulta o acesso ao crédito bancário, enquanto a burocracia dos programas públicos de incentivo afasta muitos produtores. Soma-se a isso a escassez de investimentos privados, uma vez que setores como o artesanato e a música não são percebidos como áreas de retorno financeiro rápido, o que desestimula a participação de investidores (DOC 15, p. 21).

A questão dos incentivos financeiros configura-se como um dos principais dilemas. Apesar da escassez de recursos, observa-se também uma dificuldade na distribuição desses investimentos entre os diferentes setores. Áreas como o audiovisual passaram a contar com leis específicas que garantem uma parcela maior de recursos, em razão da complexidade e do elevado custo de produção característicos desse segmento (DOC 7); (DOC 17).

Além disso, para receber recursos das novas políticas do governo federal até 2027, os estados e municípios precisam ter seus planos atualizados e cadastrados nas plataformas oficiais. Estão previstos cerca de R\$ 15 bilhões para a cultura em âmbito nacional, configurando-se como

despesa obrigatória. Para evitar que os municípios ficassem de fora desse repasse, os conselhos passaram a oferecer capacitações, auxiliando na atualização e no cadastramento necessário (DOC 31). Esse cenário evidencia a complexidade da gestão da cultura em nível local, onde não apenas os produtores culturais enfrentam dificuldades de acesso às políticas, mas também os próprios gestores e atores políticos locais encontram obstáculos para acessar tais recursos.

Por isso, a questão das capacitações para produtores culturais e criativos aparece como uma pauta amplamente discutida. Apesar das limitações, as estratégias de formação, tanto para o desenvolvimento dos atores sociais quanto para a adequação ao uso dos editais, mostram-se pertinentes e requerem ampliação (DOC 6); (DOC 8); (DOC 24); (DOC 40); (DOC 52).

Ainda sobre os incentivos financeiros, observa-se uma série de dilemas relacionados à própria estrutura administrativa do conselho no direcionamento adequado dos recursos. Erros, atrasos, problemas de formatação e falta de transparência, desarticulação entre setores governamentais figuram entre os principais entraves gerenciais, gerando indignação entre os atores sociais (DOC 45); (DOC 29); (DOC 46).

Do lado da sociedade, os atores políticos também enfrentam desafios que dificultam a entrega dos recursos financeiros. Erros nas documentações de inscrição, falta de informações ou arquivos não legíveis acabam por atrasar o processo. Para evitar a perda do benefício, muitas vezes os conselheiros e gestores precisam entrar em contato com os proponentes, mas frequentemente os dados de contato estão desatualizados (DOCs 25–52).

Outros problemas recorrentes são as fraudes, com pessoas se passando por cidadãos habilitados ao uso dos recursos por meio de documentos falsos (DOC 45). Por fim, a morosidade da Secretaria de Cultura em resolver esses dilemas e em fornecer respostas em tempo hábil acentua o desgaste da imagem dos atores políticos perante a sociedade (DOC 46).

Por fim, a falta de dados sobre a economia criativa ficou evidente a partir da análise dos documentos, nos quais não foram encontrados registros significativos que permitissem um mapeamento consistente da rede, conforme a literatura acima apontou. Inclusive, a própria ADEPE recorre a bases externas, como as do IBGE e do CAGED, para obter informações sobre renda e empregos (DOC 15). Já no âmbito da cultura, observa-se um movimento mais estruturado de coleta de dados, ainda que incipiente, com iniciativas registradas em diferentes documentos (DOC 8; DOC 42; DOC 52).

No que tange à visão da ADEPE para a economia criativa em Pernambuco, observou-se que até 2029 está fortemente centrada no artesanato, com a meta de posicionar o Centro de Artesanato como referência nacional e internacional, além da modernização e revitalização de seus

equipamentos. Há também propostas de criação de um HUB de Economia Criativa e Inovação, embora com ações ainda pontuais, como mapeamentos e oferta de cursos. A captação de recursos, prevista em cerca de R\$ 10 milhões, aparece como estratégica, assim como a manutenção de eventos consolidados, como a FENEARTE, e a preocupação com a eficiência e sustentabilidade dos equipamentos culturais. No entanto, a estratégia revela fragilidades, como o foco excessivo no artesanato em detrimento de outros segmentos criativos, a pouca clareza sobre articulação em rede e descentralização territorial, e a ausência de indicadores robustos sobre impactos sociais e econômicos. Assim, a proposta da ADEPE mostra continuidade e consolidação, mas ainda carece de maior diversificação setorial e integração para fortalecer a economia criativa como vetor de desenvolvimento sustentável no estado (DOC 24).

Em conclusão, a análise evidencia que os discursos e dilemas em rede no campo da cultura e da economia criativa em Pernambuco permanecem marcados por continuidades e limitações históricas. A influência das mudanças de governo, a burocracia, a falta de regulação de determinadas linguagens, as desigualdades de acesso a financiamento, infraestrutura e dados, além da centralização das ações em torno do artesanato, refletem uma tradição de redes que operam de forma fragmentada e com baixa articulação institucional. Embora haja avanços pontuais, como a previsão de capacitações e a inclusão da economia criativa nos planos governamentais, não se identificam perspectivas de mudanças estruturais capazes de superar os entraves diagnosticados. Assim, a rede de políticas para a economia criativa em Pernambuco mantém-se vinculada a práticas consolidadas, mas restrita em seu potencial de transformação e integração sistêmica.

Governança da rede

A governança da rede, já discutida anteriormente no quesito das articulações, mostrou-se marcada por fragilidades significativas. A partir da análise dos documentos, ficou evidente a categoria decisões, com o elemento emergente de conflitos entre produtores locais e a gestão pública (DOC 40). Também se destacaram situações de conflitos internos, ameaças e até agressões entre membros do conselho, que acabam consumindo grande parte do tempo das reuniões (DOC 48). Além disso, interesses partidários interferem diretamente no processo, dificultando inclusive a descentralização das políticas (DOC 41).

Processo da política pública

No processo de formulação, todas as categorias analisadas estiveram presentes. Na agenda, destacam-se a pertinência de políticas como os planos e os conselhos. O Plano de Cultura (DOC 8), desenvolvido em 2018, constitui-se como uma ferramenta importante para orientar a política

cultural do estado, embora ainda receba críticas em razão de deficiências em sua aplicação e atualização. O Conselho de Cultura, instância consultiva, propositiva e deliberativa, também se apresenta como um instrumento relevante no âmbito estadual (DOC 9).

Entre os documentos 25 a 52, sobressai a atuação do Conselho de Política Cultural de Pernambuco (CEPC), além de outros conselhos, como o de Preservação do Patrimônio. Ressalta-se a importância desses órgãos em sua articulação com conselhos municipais, já que o CEPC não atua de forma isolada, mas busca conexões com outros atores, inclusive por meio de conselheiros que integram também o Conselho Municipal de Cultura do Recife, atuando como orquestradores da rede (Hoffmann *et. al.*, 2022).

Apesar dessa relevância, observam-se dificuldades de funcionamento relacionadas à infraestrutura, ao custeio e a questões políticas internas, que acabam por comprometer sua atuação. Na prática, a maior parte das reuniões é dedicada à resolução de conflitos entre atores, problemas de financiamento e editais, enquanto pouco se discute sobre a estruturação de uma política consolidada para o setor.

Em seguida, observamos um aspecto contraditório: ao mesmo tempo em que foram identificados elementos de chamadas públicas para escuta, também se evidenciou a ausência de uma escuta efetiva. Por um lado, os documentos registram iniciativas formais, como a disponibilização,

“(...) na plataforma Mapa Cultural, de um formulário específico para coletar propostas da sociedade civil e realizar uma análise sociocultural dos respondentes. A divulgação das escutas ocorreu pelos canais oficiais da SECULT-PE — Instagram, Portal Cultura PE, WhatsApp e e-mails. Além disso, o Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC) foi convidado para todas as escutas online, por meio de convites enviados pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Houve ainda uma sessão com o CEPC em 12 de abril de 2024, na qual foram apresentados os resultados das escutas presenciais e online, incluindo aquelas realizadas nos dias 02, 03 e 05 de abril de 2024” (DOC 13, p.2).

Por outro lado, emergiram evidências de ausência de diálogo, como no caso em que a Fundarpe foi convocada a prestar esclarecimentos diante da forte indignação da classe artística e de conselheiros com o lançamento do edital *Pernambuco Meu País*, realizado sem qualquer consulta prévia ao Conselho. Nesse episódio, foi ressaltado que o Conselho não deveria ser figurativo e buscava contribuir ativamente com as ações da Fundarpe e da SECULT. Embora a importância do festival tenha sido reconhecida, criticou-se a forma de divulgação do edital, sem diálogo ou transparência, além de tentativas frustradas de reunião com a Secretária de Cultura e a

presidência da Fundarpe. Inclusive, dois dias antes do lançamento, uma representante da instituição participou de reunião do Conselho sem mencionar o edital (DOC 50).

Esse contraste também ficou evidente nas entrevistas, nas quais se destacou a ausência de escutas efetivas e a dificuldade de acesso da maior parte dos produtores a esses processos. Ainda assim, ressalta-se o esforço dos conselheiros em tentar ampliar a comunicação e garantir maior transparência junto aos diferentes atores da rede.

No quesito formulação, emergiram as mesmas categorias destacadas nas entrevistas: o papel das conferências e o papel dos conselheiros. Em relação às conferências, ressalta-se sua institucionalização no Plano de Cultura (DOC 8). Além disso, nos documentos de 25 a 52, os conselheiros enfatizam a importância da presença da sociedade civil nesses espaços, de modo a garantir participação ativa no processo de formulação.

No âmbito da atuação dos conselheiros, observa-se que, por se tratar de uma instância propositiva e deliberativa, sua atuação torna o processo de formulação mais evidente. Contudo, reforça-se a necessidade de maior aproximação dos conselheiros com suas respectivas classes, condição essencial para que políticas públicas mais efetivas sejam elaboradas (DOC 40).

No que diz respeito à implementação, o resultado da análise das entrevistas foi convergente com o dos documentos, evidenciando que a execução das políticas ocorre de forma predominantemente estatal. Esse aspecto pode ser observado em trechos como o seguinte:

“XIX - Secretaria de Cultura: promover e executar a política cultural do Estado; promover ações para mobilizar o apoio técnico necessário à produção cultural do Estado; fomentar e promover a arte brasileira fundamentada nas raízes da nossa cultura; e executar a política de preservação e conservação da memória do patrimônio histórico, arqueológico, paisagístico, artístico, documental e cultural do Estado” (DOC 3, p. 6).

No âmbito da avaliação, destaca-se a atuação dos conselhos como uma política importante, reforçada no Plano de Cultura (DOC 8), por constituírem espaços institucionais de participação e controle social. A relevância desses órgãos reside no fato de permitirem que a sociedade avalie e acompanhe a execução das políticas culturais, garantindo maior transparência e legitimidade às ações governamentais.

Um exemplo desse papel avaliativo está no processo de elaboração do Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR), que, conforme previsto, deve ser construído a partir de um procedimento de planejamento participativo. Isso inclui a realização de consultas e audiências públicas, com a participação de agentes culturais e da população local, preferencialmente representada por seus conselhos de cultura (DOC 13).

Em síntese, a análise da categoria processo da política evidencia que, em Pernambuco, as etapas de formulação, implementação e avaliação apresentam avanços importantes, mas ainda carecem de maior consistência. A formulação demonstra a relevância de instrumentos como o Plano de Cultura, os conselhos e as conferências, que se configuram como espaços institucionais de participação, embora enfrentem limitações quanto à efetiva escuta e ao alcance junto aos produtores culturais. Na implementação, predomina a centralidade estatal, com a Secretaria de Cultura assumindo a execução das principais ações, o que revela baixa articulação com outros atores da rede. Já a avaliação aparece vinculada principalmente à atuação dos conselhos, que cumprem o papel de instâncias de acompanhamento e controle social, mas enfrentam dificuldades estruturais e políticas que limitam sua efetividade.

Por fim, observamos que, a partir das entrevistas, os fatores internos das redes revelam fragilidades semelhantes às evidenciadas nos documentos. Observam-se tradições marcadas por descontinuidade de políticas a cada mudança de governo, burocracia excessiva, dificuldades de acesso a financiamento e infraestrutura, além da ausência de dados sistematizados sobre a economia criativa. A governança mostra-se permeada por conflitos, interesses partidários e limitações na atuação dos conselhos, que, embora reconhecidos como instâncias relevantes, ainda enfrentam problemas de articulação e funcionamento. No processo da política, prevalece a centralidade estatal na implementação, enquanto a formulação e a avaliação, mesmo contando com instrumentos formais como planos, conferências e conselhos, não conseguem garantir efetiva participação e consolidação de políticas estruturadas. Assim, os fatores internos revelam uma rede fragmentada, com avanços pontuais, mas ainda distante de mudanças estruturais capazes de fortalecer a economia criativa como política pública consolidada.

5.3.3 ANÁLISE DOS FATORES EXTERNOS A PARTIR DO DOCUMENTOS

Em relação aos fatores externos, foram observadas apenas três categorias, o que nos leva a concluir que, no âmbito dos documentos, a percepção dos atores acerca das influências externas sobre a economia criativa mostra-se mais limitada quando comparada aos dados evidenciados nas entrevistas. Esse resultado reforça a tese da pouca reflexividade sobre os aspectos relacionados à economia do conhecimento e às dinâmicas em rede, fragilizando a compreensão mais ampla do contexto em que a economia criativa se insere.

A categoria tecnologia ficou evidente nas reuniões dos conselhos. Todos os documentos de 25 a 52 demonstraram o quanto a tecnologia contribuiu para promover encontros online e híbridos, possibilitando a participação de um maior número de pessoas, inclusive de cidades mais

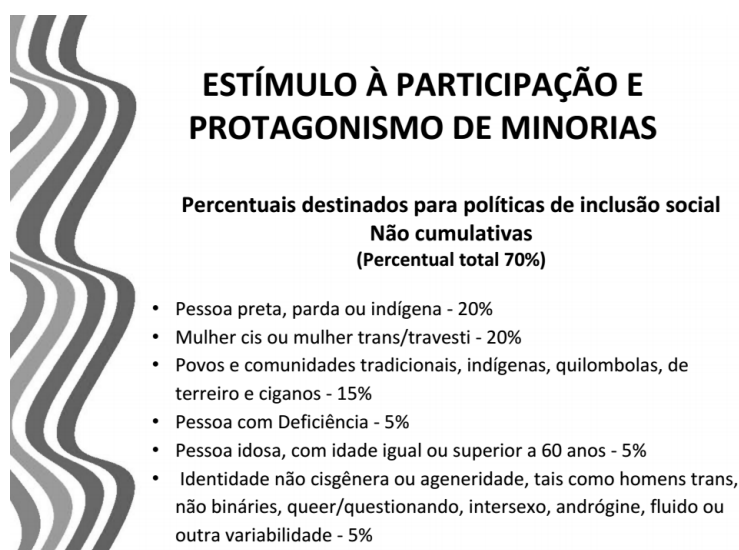
distantes. Esse avanço ajudou a enfrentar o problema da centralização, já que antes, com poucos recursos para realizar reuniões presenciais em diferentes regiões do estado, a participação era restrita. Com as novas modalidades, mais conselheiros puderam se envolver, promovendo uma maior inclusão da sociedade no processo.

No âmbito das mídias e da comunicação, destacaram-se o Instagram e o WhatsApp como ferramentas utilizadas para consultas públicas. Já a TVPE foi lembrada por sua atuação social, ao promover maior aproximação e divulgação de informações culturais para a sociedade. No entanto, os documentos apontam que esse canal deveria ser mais bem aproveitado em favor da política cultural (DOC 27).

A questão da interseccionalidade apareceu com maior destaque nos documentos, sobretudo nas diretrizes voltadas ao estímulo da participação de minorias em editais. Entre as medidas, ressaltam-se a inserção de mecanismos como cotas, critérios diferenciados de pontuação, editais específicos e outras ações afirmativas (DOC 11). Também foram previstas formas de acesso mais inclusivas, como editais, chamamentos públicos e prêmios disponibilizados em formatos acessíveis, com entrega de propostas tanto pela internet quanto presencialmente, além da possibilidade de apresentação oral ou semi-oral. Destaca-se ainda a atenção voltada às pessoas com deficiência, reforçando a necessidade de ampliar a acessibilidade e a diversidade na política cultural (DOC 11, p. 5).

Além disso, a figura abaixo apresenta o percentual destinado a cada grupo de minorias, evidenciando como os recursos foram distribuídos de forma a contemplar a diversidade e promover maior inclusão nas políticas culturais.

Figura 28 - Apresentação dos editais – Lei Paulo Gustavo



Fonte: (DOC 11)

Todos os editais da Lei Paulo Gustavo seguiram as diretrizes de interseccionalidade. As ressalvas foram avaliadas de forma positiva e, inclusive, passaram a ser incorporadas em outros editais vinculados a diferentes legislações.

Em síntese, a análise dos fatores externos demonstra avanços pontuais, sobretudo no uso da tecnologia, das mídias digitais e nas diretrizes de interseccionalidade dos editais, que ampliaram a participação social e promoveram maior inclusão. No entanto, a percepção registrada nos documentos ainda se mostra limitada diante da complexidade das influências externas sobre a economia criativa, reforçando a necessidade de maior reflexividade e integração para consolidar esses progressos de forma estrutural.

A análise dos documentos revela que a economia criativa em Pernambuco, apesar de reconhecida como vetor de desenvolvimento desde o segundo Plano de Governo de Eduardo Campos, ainda não alcançou o status de política pública estruturada. O setor permanece marcado por ações pontuais, concentradas na ADEPE e voltadas principalmente ao artesanato e a eventos como a FENEARTE, sem fundos específicos, conselhos próprios ou instrumentos robustos de monitoramento. No campo das redes, a governança mostra-se formalizada, mas pouco articulada entre os setores do governo, com macro redes melhor estabelecidas e micro redes pouco evidentes, sobretudo na interseção com a inovação. Os fatores internos confirmam dilemas históricos: burocracia, centralização geográfica, dificuldades de financiamento e ausência de dados sistematizados, além de conflitos e limitações na atuação dos conselhos. Já os fatores externos apontam avanços em tecnologia, comunicação e interseccionalidade nos editais, mas ainda com percepção limitada sobre a inserção da economia criativa na economia do conhecimento e nas dinâmicas em rede.

Em suma, a análise documental confirma uma rede de políticas marcada pela fragmentação, pela baixa reflexividade e pela ausência de mudanças estruturais. Embora haja sinais de avanço em termos de inclusão, participação social e reconhecimento institucional, a economia criativa em Pernambuco segue restrita em seu potencial de consolidação como política pública integrada e sustentável.

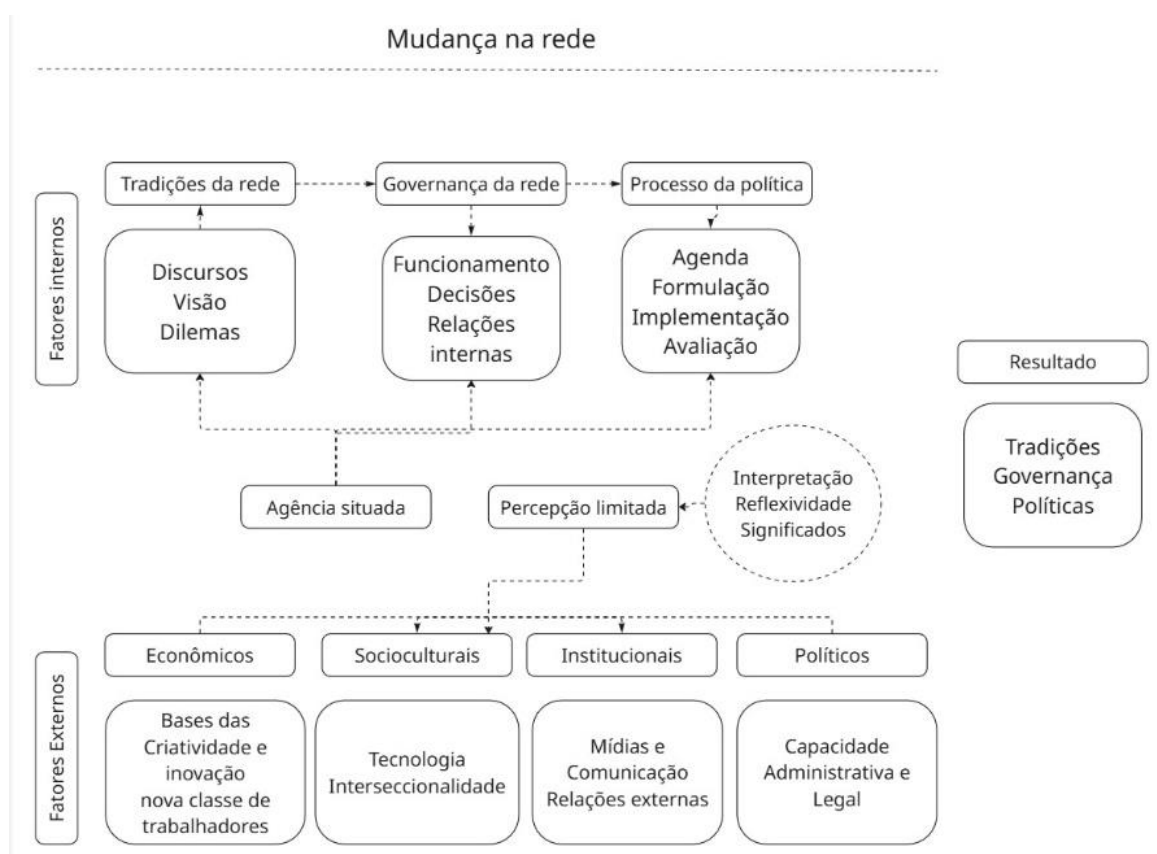
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são discutidos os resultados da pesquisa. Inicialmente, é realizada uma adequação do framework proposto para a pesquisa, que foi adaptado ao longo do processo. Em seguida, discute-se o panorama da economia criativa em Pernambuco, com destaque para a descentralização das redes que atuam no setor. Por fim, são apresentadas as contribuições para a formulação de uma política pública voltada à economia criativa.

6.1 ADAPTAÇÃO DO FRAMEWORK

Ao iniciar a coleta dos dados, foi realizado um teste piloto com os cinco primeiros entrevistados de cada grupo, em ambas as fontes de coleta. A partir dessa etapa inicial, observou-se a necessidade de readequação do instrumento à realidade da aplicação. As mudanças realizadas não alteraram o conteúdo conceitual, limitando-se a ajustes na redação e ao aprimoramento da linguagem. Essa etapa também configurou um momento de reflexividade metodológica, no qual foi possível alinhar os referenciais teóricos às particularidades do campo empírico, ajustando o instrumento de coleta sem comprometer a coerência conceitual da pesquisa, conforme a figura abaixo.

Figura 29 - Framework revisado



Fonte: resultados da pesquisa (2025)

Assim, na dimensão crenças, observou-se que ela reflete, na verdade, as tradições da rede um pano de fundo mais amplo que engloba aspectos discursivos, dilemas e as visões que os atores constroem sobre o funcionamento da própria rede.

Na dimensão prática, consideramos que a denominação governança da rede é mais adequada, pois abrange de forma mais ampla aspectos como o funcionamento da rede, as relações internas entre os atores e os modos como as decisões são tomadas.

A terceira dimensão diz respeito ao próprio processo da política, englobando aspectos relacionados à construção da agenda, formulação, implementação e avaliação das ações no âmbito da política pública.

Nos fatores externos, optamos por iniciar o modelo pelos fatores econômicos, contemplando temas como as bases da criatividade e da inovação, bem como o surgimento de novas classes de trabalhadores.

Em seguida, foram considerados os fatores socioculturais, com destaque para as categorias tecnologia e interseccionalidade. Optou-se por utilizar o termo interseccionalidade por abarcar uma gama mais ampla e complexa de temas do que a expressão grupos e movimentos emergentes, permitindo analisar de forma mais integrada os atravessamentos de raça, classe, gênero, sexualidade e outros marcadores sociais que influenciam as dinâmicas culturais e as disputas por reconhecimento e representação nas políticas públicas.

Já na dimensão institucional, optou-se por incluir as categorias mídias e comunicação e relações externas, considerando a influência que esses elementos exercem sobre a legitimação da política, a construção de narrativas públicas e os vínculos estabelecidos entre a rede e outros atores institucionais.

A dimensão política englobou os aspectos administrativos, legais e outros fatores políticos relevantes, que influenciam diretamente a formulação, implementação e sustentabilidade das políticas públicas.

Além disso, três das cinco perguntas avulsas contribuíram para a construção dos resultados relacionados às percepções sobre o conceito de economia criativa, a rede de economia criativa e a política de economia criativa em Pernambuco.

Os atores sociais e culturais possuem agência situada em relação aos fatores internos, ou seja, atuam com base em suas próprias experiências e contextos, ainda que não estejam totalmente condicionados por esses fatores. No entanto, observa-se uma percepção limitada em relação aos fatores externos, o que se reflete em dificuldades de reflexividade, interpretação e adoção de práticas capazes de acompanhar as transformações impostas por esses elementos sobre a política.

Como resultado dessas dinâmicas na rede, surgem novas tradições, formas de governança e políticas.

No entanto, essas mudanças não necessariamente representam rupturas paradigmáticas, em muitos casos, resultam na manutenção do status quo. A ausência de políticas permanece como uma característica recorrente, enquanto a governança da rede intensifica disputas internas. Assim, a mudança nem sempre é positiva ou contributiva.

O Framework aqui sugerido diferente da literatura ao buscar uma visão tanto interna quanto externa da rede, no entanto, considerado fatores externos da sociedade da informação. Do ponto de vista interno, Wegner, Verschoore e Balestrin (2022) já haviam produzido um modelo de micro governança em redes interorganizacionais, nos quais buscam verificar o funcionamento da rede no dia a dia por meio de práticas e funções desenvolvidos pelos líderes.

O modelo de percepção dos atores em redes de políticas descentralizadas, além de entender o funcionamento das redes, permite analisar a percepção da mudança na rede. Esse processo ocorre por meio do comportamento de agência situada dos atores em relação as tradições da rede, governança e o processo da política. Mas, isso ocorre ao mesmo tempo que estão imersos em um contexto de fatores econômicos, socioculturais, institucionais e políticos, nos quais precisam ser interpretados, refletidos e atribuídos significados pelos atores. Isso resulta em um processo complexo, de interação entre indivíduos e instituições em que a maioria das vezes é influenciado pela percepção limitada dos indivíduos que não conseguem produzir uma visão clara da rede e dos fatores que a influenciam.

Assim, é possível analisar não apenas como uma rede de política funciona, mas como ele se movimenta ao longo dos anos, estabelecendo processos de mudanças ou até mesmo, estabelecendo o *status quo*.

A partir da análise feita na rede de política para economia criativa em Pernambuco observamos que existem aspectos de mudança significativas na rede, mas ao mesmo tempo aspectos que mantiveram o *status quo*. Assim, chegamos as conclusões de que a rede não se movimenta de forma igual, nem todos os fatores internos ocorre em mesma sintonia, e, os fatores externos são interpretados de diversas formas por diversos atores. A rede é elástica, não um padrão linear e para manter-se funcionando, uma certa desorganização a mantém em funcionamento.

A seguir serão apresentadas as discussões relativas aos achados que permitiram chegar a essas conclusões. Por fim, as mudanças, descritas nos Apêndices A e B, consistiram em atualizações e ajustes necessários para aprimorar, enxugar e adaptar o instrumento às especificidades do campo empírico.

6.2 POR UMA ECONOMIA CRIATIVA EM PERNAMBUCO

Ao analisar o termo economia criativa no âmbito do estado de Pernambuco foi observado que este termo não é bem interpretado pelos atores, conforme apontam a literatura nacional (Kon, 2016; Bresciani; Peria; Chér, 2022) e internacional (Hesmondhalgh, 2005; Hesmondhalgh; Pratt, 2005; Galloway e Dunlop, 2007; Kim, 2017; Park, 2016), que indicam tratar-se de um conceito ainda em construção. Ainda está muito relacionado à noção de cultura. Internamente, os atores conseguem compreender alguns aspectos dessa economia, mas, do ponto de vista macro, têm dificuldade em dimensioná-la.

Assim, eles conseguem interferir por meio da capacidade de agência (Bevir, 2016), mas ainda não refletem sobre o conjunto mais amplo. Reconhecem o duplo caráter do conceito, que envolve tanto aspectos materiais e econômicos quanto simbólicos. Os atores aparentemente sabem da existência de elementos externos vinculados à sociedade da informação (Castells, 1997; 2013), como o papel da tecnologia, da cultura, da criatividade, da inovação e do conhecimento. No entanto, trabalhar essas capacidades de forma integrada, em torno de uma única política, ainda parece um desafio.

Do ponto de vista institucional, isso também se evidencia. As instituições cumprem seu papel na política, mas em nenhum momento há uma discussão ou esforço concreto para a estruturação da economia criativa. Os atores sociais, por sua vez, também apresentam limitações, pois só conseguem analisar a política até onde seu campo de atuação alcança.

Isso ficou evidente na análise realizada na própria estrutura administrativa da economia criativa. O termo usado para descrever o setor é o da UNCTAD, nele não envolve, por exemplo, o turismo criativo, mas, ao conversar com os atores, esse setor apresenta grande contribuição na economia criativa do estado. Além disso, a ADEPE classifica a economia criativa em Patrimônio, Artes, Mídia e Criações Funcionais. No entanto, as ações ligadas a cultura são desenvolvidas pela pasta da própria cultura de forma independente.

Era esperado que a ADEPE tivesse um plano mais robusto a respeito da política para economia criativa. No seu planejamento estratégico, ela aparece timidamente, e não pensando estrategicamente o setor. Há bastante atenção para Feneart por exemplo, mas os demais setores ficam bastantes genéricos, e não se apresenta ações específicas.

Esses achados nos levam a questionar até que ponto a economia criativa pode estar atrelada a uma estrutura funcional e a uma divisão setorial das demais políticas públicas? Ao pesquisar políticas para esse setor, tende-se a tentar encaixar a economia criativa em uma perspectiva funcional. Como esse enquadramento nem sempre é possível, acabamos por considerá-la

“desorganizada”. No entanto, o que a literatura tem apontado é que, justamente nos limites do que já se alcançou com políticas voltadas à economia criativa, o modelo tradicional, “organizado”, acaba por engessá-la ou até mesmo negá-la. Ademais, observa-se a partir da experiência em Pernambuco que uma única pasta não comporta sozinha a dimensão da economia criativa, como no caso da ADEPE, na realidade, ela transborda para outros setores, como cultura e turismo, mas burocraticamente não.

Ao analisar a política, ou a ausência dela, para a economia criativa em Pernambuco, alinhamo-nos à literatura que considera o conceito de território como fundamental para a construção de uma definição de economia criativa. Nesse sentido, ser “elástico” significa abarcar os diversos elementos culturais e criativos presentes em um território. Recorremos, assim, à tese de Leitão (2021), e chegamos à conclusão que o conceito de economia criativa em Pernambuco é amplamente descentralizado. Cada região do estado apresenta suas próprias práticas culturais e criativas, sendo a Região Metropolitana do Recife marcada por uma maior diversidade, enquanto as demais regiões apresentam características mais especializadas (ADEPE, 2024). No entanto, do ponto de vista prático, isso parece contraditório, até porque não existe esse mapeamento integral e usado para a construção das políticas.

A análise da descentralização (Bevir; Rhodes, 2003) da rede de economia criativa em Pernambuco permitiu evidenciar que essa economia está imersa em uma complexa teia de redes. Em nível macro, observam-se redes nacionais e internacionais ligadas direta ou indiretamente à economia criativa. Nesse nível de análise observamos uma relação de oxigenação da rede, uma vez que são atraídos novas percepções e conceitos para serem interpretados dentre das redes. Ao mesmo tempo, atores externos nessas redes globais podem significar forças contrastantes e de disputas de poder global, enfraquecendo as redes locais de economia criativa.

No nível meso, configura-se a própria rede de economia criativa em Pernambuco, que mantém relações mais diretas com outras redes como as de cultura, turismo e inovação. Essas redes, por serem mais estruturadas, oferecem suporte administrativo, institucional e financeiro à rede de economia criativa. A relação estabelecida é de enredamento, não se trata de uma dependência total, mas sim de interdependência. Em alguns momentos a rede precisa ser unir, em dados momentos ocorre um (des) enredamento. Isso ocorre porque nesse nível há também disputas por recursos públicos, cada rede precisa cumprir seus objetivos e metas, na maioria das vezes não é interessante cooperar com a economia criativa, uma vez que cada pasta possui seus interesses.

A dependência no nível meso tende a ser maior, uma vez que envolve instâncias governamentais locais. Já no nível macro, há uma conexão com instâncias nacionais e

internacionais, como o Ministério da Cultura, a Secretaria Executiva Nacional de Economia Criativa, redes promovidas pela ONU, entre outras.

No nível micro, o enredamento se dá tanto com instâncias governamentais municipais quanto com redes de atores ou setores organizados em comunidades-rede (Leitão, 2021). Observamos que essas comunidades se articulam em torno de territórios específicos, como é o caso da micro rede mapeada no Pajeú, ou em torno de setores, como o turismo criativo e as redes de inovação, entre outros. As redes em nível micro sofrem problemas geográficos, nitidamente ficou claro que muitas políticas chegam apenas até Caruaru. Para outras, existe apenas RMR, Caruaru e Petrolina, sendo o resto do estado considerado esquecido. Esse nível de detalhamento não foi encontrado na literatura, inclusive no trabalho que mais se aproxima que é o de Procopiuck e Freder (2020).

A governança da rede será discutida com mais profundidade adiante. No entanto, já é possível observar que, no contexto da economia criativa em Pernambuco, esse processo ocorre de forma descentralizada, por meio de um padrão complexo e contínuo de interpretação, conflito entre os atores e atividades desconectadas (Bevir, Rhodes e Weller, 2003).

As mudanças emergem em um cenário recente, no qual redes começam a se organizar e colaborar, por volta dos últimos 15 anos. Por essa razão, há uma necessidade crescente de maior articulação e de instrumentos que fortaleçam uma governança mais colaborativa, especialmente diante dos elevados índices de desigualdade e segregação observados na rede.

Nesse sentido, especula-se saber, até que ponto os orquestradores da rede contribuem diretamente ou indiretamente para essa segregação e desigualdade? Será que esse líderes contribuem apenas para fortalecimento da governança? Em nossos achados há indícios de redes excludentes e de atores que não se sentem pertencentes devido a privilégios e desentendimentos dos próprios membros das micro redes. O uso de mídia sociais e network para determinados membros que já possuem maior vantagem política, midiática ou financeira. A literatura não apresenta essas especulações, inclusive quando se trata da orquestração das redes de inovação (Toigo, 2020; Hoffmann *et al.*, 2022; Souza, Wegner; Faccin, 2024).

Assim, observamos que a economia criativa em Pernambuco opera em rede, confirmando com o que a literatura já destaca sobre o setor em âmbito global (Himanem, 2006). A política é descentralizada por meio de redes de políticas públicas (Bevir; Rhodes, 2003). No entanto, avançamos além dessas abordagens ao identificar a existência de redes de redes, que operam em níveis complexos de descentralização e seguem padrões distintos de mudança. No caso da economia criativa, seu caráter intersetorial resulta em uma estrutura em formato de matriz.

Em alguns momentos, observa-se um enredamento que permite a articulação com outras políticas, possibilitando que certas ações ocorram. Em outros, a economia criativa não consegue se conectar a essas redes, seja pela ausência de uma governança colaborativa, seja porque não se encaixa em uma estrutura funcional tradicional, sobre a qual operam as demais políticas públicas, ocorrendo um (des) enredamento. O por exemplo, nas épocas de festejos juninos e de carnaval, atores políticos e sociais tendem a ter maior colaboração, porém, quando passam esses festejos, lugares menos centrais passam a ser esquecido, como ocorre com Alto do Moura em Caruaru, sendo um lugar pouco frequentado em momentos não sazonais.

O trabalho de Procopiuck e Freder (2020) se aproxima de nossa pesquisa ao estudar a política pública para a cultura em Curitiba – PR. Os autores analisam a governança da economia criativa na cidade e destacam as dificuldades de articulação entre União, Estado e Município na formulação e implementação de políticas culturais. O estudo mostra que, apesar de haver iniciativas e instrumentos nos diferentes níveis, a falta de coordenação e alinhamento conceitual limita a efetividade das ações, tornando-as vulneráveis a mudanças políticas. Os autores concluem que fortalecer a cooperação interfederativa, estabilizar mecanismos de fomento e ampliar a capacidade institucional municipal são pontos-chave para consolidar uma política de economia criativa mais eficiente.

Nossos achados diferem da pesquisa dos autores na medida em que observamos que essas instâncias federativas representam níveis de redes macro, meso e micro. Não se trata de uma relação direta e isolada, mas entrelaçada em redes de interesses e atores diversos. Assim, a política não funciona apenas por uma questão de gestão administrativa, mas pela ausência de uma governança colaborativa.

Além disso, observamos que não apenas as mudanças políticas influenciam o processo de formulação das políticas, mas também os fatores econômicos, institucionais e socioculturais, que resultam em percepções distintas sobre a política para a economia criativa. O formato funcional de estabelecimento da política para o setor foi algo que não identificamos na literatura. Nossos achados contribuem nesse sentido ao discutir um modelo de política matricial. Observamos que, do ponto de vista administrativo, os formuladores e implementadores das políticas se deparam com problemas de gerência, que acabam por inserir a economia criativa dentro de uma pasta sem considerar sua transversalidade.

Por fim, constatamos que não há, de fato, uma política estruturada para a economia criativa em Pernambuco. Sendo mais drásticos, poderíamos afirmar que, no Brasil, essa política ainda não existe de maneira consolidada. Esse achado confirma com Brsciani, Peria e Chér (2022) sobre a

ausência unificadora das políticas para economia criativa no Brasil. Os autores destacam também a importância das ações de governos estaduais e atores sociais que formulam suas políticas de forma independente e são responsáveis por grandes partes das ações no país. Porém, constatamos que os próprios estados, como o caso de Pernambuco não possuem uma política estruturada. O que se observa em Pernambuco são ações pontuais, que permitem que a economia criativa aconteça, apesar da ausência de um desenho institucional robusto. Santos, Gonçalves e Simões (2019) já haviam feito essa constatação para o estado do Rio de Janeiro.

Nossos achados concluem que isso implica em uma sobrecarga para as camadas mais locais da rede. Observamos que o tecido social das redes de economia criativa são as micro redes, composta pelos atores sociais e políticos locais. A necessidade de resistência para se manter vivas e atuantes por meio de suas ações de cultura e criatividade em meio as políticas descontinuadas é que fazem a economia criativa se manter, mesmo em meio a momentos de crise. Um exemplo disso foi o período de retrocesso vivido entre 2016 a 2022 com governos nacionais que não priorizaram o setor. Em nível estadual, vimos que Pernambuco pouco fez para romper drasticamente com a política, mas em instância local, observamos maior resistência por parte dos atores.

Outro exemplo são os grupos e movimentos de brincadeiras locais, como a festa de Reis no Agreste, Maracatu e Cavalo Marinho na região da Mata Norte as Cirandas no litoral, especialmente em Itamaracá, entre outros. Esses brinquedos populares são considerados em tempos de festejos, passado isso, são, na maioria das vezes, esquecidos em termos de políticas.

Mais à frente serão discutidos os possíveis meios de superação desse problema. De antemão, constatamos a necessidade de mapeamento dessas micro redes e inclusão delas no processo das políticas públicas.

6.3 DESCENTRALIZANDO A REDE DE POLÍTICA PARA ECONOMIA CRIATIVA EM PERNAMBUCO

A construção sócio-histórica da rede de economia criativa em Pernambuco pode ser analisada a partir de um pano de fundo que envolve tradições (Bevir; Rhodes, 2003) que, ao longo do tempo, permitiram tanto mudanças quanto a manutenção de estabilidades no *status quo* em algumas áreas da política. No âmbito dos discursos, observa-se que se trata de um termo recente, discutido há menos de 15 anos no campo das políticas públicas. Dessa forma, não havia uma intenção clara de estruturar uma política específica para o setor, as ações surgiam, em grande parte, como respostas às influências socioculturais e políticas do momento.

Quando os governos nacionais se mobilizavam para construir políticas voltadas à economia criativa, Pernambuco acompanhava esse movimento. Por outro lado, quando havia retrocessos ou desmobilização em nível federal, o estado também não apresentava respostas diferenciadas. Em outras palavras, a influência da política nacional foi, desde o início, um fator decisivo, não se observando, por parte de Pernambuco, nenhuma iniciativa significativamente acima da média ou propositiva no enfrentamento dessa lacuna.

Além disso, o processo de valorização do setor cultural e criativo foi lento e marcado por disputas entre diferentes setores, refletindo o que a literatura (Kon, 2016; Bresciani; Peria; Chér, 2022; Hesmondhalgh, 2005; Hesmondhalgh; Pratt, 2005; Galloway; Dunlop, 2007; Kim, 2017; Park, 2016) aponta sobre a persistente e a falta de reconhecimento e valorização do potencial da economia criativa. Observam-se lutas e resistências para inserir esse setor no âmbito das políticas de desenvolvimento econômico de Pernambuco. Ademais, os próprios atores locais ainda demonstram pouco conhecimento sobre os impactos gerados por esse setor e sobre seu potencial transformador, o que evidencia a necessidade de maior articulação, sensibilização e formação.

Ao longo do tempo, os principais dilemas da rede de economia criativa em Pernambuco parecem não ter sido superados de forma significativa. Apesar de avanços em termos de financiamento e dos impactos financeiros gerados pelo setor, a rede vem se transformando através, e muitas vezes apesar, de desafios persistentes, como a desarticulação entre seus membros e setores.

Mesmo com a existência da rede, o enredamento nem sempre é suficiente para manter seus integrantes conectados e atuantes de forma integrada. As mudanças de governo (Anjo; Teixeira, 2019) representam outro dilema relevante, pois influenciam diretamente a continuidade das políticas públicas. Observa-se que, sob gestões consideradas de centro-esquerda, como a anterior de Paulo Câmara, não se observou mudanças significativas no âmbito do setor. Muito menos em gestões mais conservadoras, como a atual, a economia criativa, embora reconhecida, não é tratada como eixo estruturante das políticas de desenvolvimento. Além disso, a economia criativa enfrenta desafios que não lhe são exclusivos, mas que afetam quase todos os setores governamentais: a burocracia (Liu, 2013) e as disputas por recursos financeiros (Marçal; Santos, 2018; Teixeira; Teixeira; Benini, 2019; Reyes Junior; Dias; Gomes, 2019).

Esses dois problemas se intensificam no contexto da economia criativa em Pernambuco, considerando que suas principais ações se dão por meio de editais de incentivo financeiro. Assim, a burocracia já existente se torna ainda mais complexa na aplicação desses editais, dificultando o acesso por parte dos atores sociais. Além disso, como o principal mecanismo de fomento é o

incentivo financeiro, que por sua vez é um recurso escasso, o problema se agrava. Esses fatores contribuem para inviabilizar o desenvolvimento da economia criativa no estado.

A rigidez burocrática também dificulta o acesso de diversos setores da economia criativa que ainda não estão regulamentados. Essa falta de formalização agrava os obstáculos ao acesso a editais e financiamentos públicos. Maior parte dos atores sociais não sabem acessar os meios de financiamento devido a falta de conhecimento sobre os processos. A secretaria de Cultura por exemplo, apresenta limitações para superar essa deficiência no acesso, isso gera insegurança e desconfiança por parte dos atores sociais que já se depararam com erros nos processos, atrasos e até fraudes por parte de supostos cidadãos que se diziam pertencentes ao setor, mas que, na verdade não são. Na maior parte das vezes, os editais extrapolam os prazos, muitos atores sociais já desistiram de buscar esse recurso, e, passaram a desacreditar do processo.

Diante disso, observa-se a necessidade de ampliar a regulamentação desses setores, bem como aprimorar o diagnóstico do campo por meio de dados e indicadores específicos (Kon, 2016; Santo; Gonçalves; Simões, 2019; Teixeira; Teixeira; Benini, 2019). Além disso, é fundamental investir na formação dos agentes envolvidos, de modo que possam compreender e acessar as políticas públicas disponíveis. Em relação a esse último ponto, algumas medidas já vêm sendo adotadas no âmbito da rede.

Ainda no que diz respeito à tradição da rede, observa-se que, apesar das mudanças, ainda é urgente a necessidade de desburocratização dos processos, os quais continuam fortemente atrelados a um modelo tradicional de formulação e implementação de políticas públicas. Também se destaca a importância de pensar estrategicamente a rede. No início das discussões, cultura e criatividade eram consideradas apenas elementos complementares, hoje, no entanto, são reconhecidas como fontes significativas de recursos para o desenvolvimento, inclusive em países em desenvolvimento (Procopiuck; Freder, 2020).

Outro ponto crítico é o fortalecimento da colaboração dentro da rede. A visão de trabalho colaborativo é parcialmente percebida, mas ainda não há uma identidade coletiva consolidada entre todos os membros. Apesar da utilização de termos como "cadeia" e "arranjo produtivo", muitos atores não se sentem pertencentes à rede, seja porque não são incluídos ou porque não compreendem plenamente a essência do trabalho colaborativo.

Atualmente, a política para a economia criativa sofre com a contradição de estar presente em todos os lugares, mas, ao mesmo tempo, não se consolidar em nenhum espaço específico. Nesse sentido, dentro da rede, destaca-se a necessidade de promover uma agenda verdadeiramente transversal. Este tema será abordado com mais profundidade na seção seguinte.

A governança da rede de políticas para a economia criativa em Pernambuco não se diferencia, em essência, de outras redes, apresentando dilemas típicos de estruturas em rede (Bevir, 2016). No entanto, no contexto da economia criativa, alguns desses desafios se intensificam. Um dos principais fatores é que os processos ainda estão em fase de sistematização, o que faz com que diferentes secretarias e órgãos sejam responsáveis por aspectos específicos do setor. Essa fragmentação gera entraves operacionais, como dificuldades na prestação de contas, na implementação de políticas integradas e na continuidade das ações.

Outro ponto crítico é a sazonalidade, já que a economia criativa possui ciclos produtivos e financeiros altamente variáveis ao longo do ano, dificultando ainda mais a estruturação estável dos processos e dos projetos. Além disso, a ausência de regulamentação clara obriga muitos atores a recorrerem a outras fontes de renda no mercado tradicional, o que compromete sua permanência e dedicação exclusiva ao setor. Quando há dependência direta da economia criativa como principal fonte de renda, observa-se que a maioria dos envolvidos vive em situações de vulnerabilidade econômica.

Nesse cenário, torna-se evidente a importância de fortalecer a colaboração e a articulação entre os atores da rede (Bevir, 2016). A organização coletiva possibilita o acesso mais efetivo às políticas públicas e o exercício pleno de direitos, uma vez que grupos articulados conseguem atuar com mais força em instâncias deliberativas, como conselhos e assembleias. Isso é visível em setores onde há instâncias consolidadas de governança. Quando existem redes organizadas, conselhos ou grupos de articulação setorial, observa-se um maior desenvolvimento do campo e a consolidação de políticas públicas mais eficazes, como é o caso da Rede de Inovação e da Rede de Turismo Criativo do Recife.

Nessas instâncias, os atores demonstram maior capacidade reflexiva, conseguem se engajar com mais força nas redes e participam ativamente de comunidades em rede, chegando à economia criativa com uma posição fortalecida. Por outro lado, atores que não possuem articulação tendem ao isolamento e, conseqüentemente, têm mais dificuldade de usufruir das políticas públicas disponíveis.

A literatura de redes de inovação chama esses atores ou instituições líderes de orquestradores da rede (Toigo, 2020; Hoffmann *et al.*, 2022; Souza; Wegner; Faccin, 2024). Em nosso estudo das redes de economia criativa observamos que a presença desses líderes em forma de atores ou instâncias de gestão fazem total diferença na governança da rede, promovendo uma maior colaboração.

Fomos além, constatamos que, devido à sobrecarga direcionada as micro redes devido à ausência de uma política estruturante e governança pública colaborativa, observamos que as micro redes que apresentam esses orquestradores possuem mais poder de articulação e imposição de suas demandas para os atores políticos da meso e macro rede.

Observou-se também que a mudança na rede (Bevir; Richards, 2009a) ocorre principalmente a partir da busca por transformações e pela superação do *status quo*, especialmente quando existem micro redes ou comunidades em rede (Leitão, 2021) em determinados setores da economia criativa.

Tais redes funcionam como nós fortalecedores para a composição da rede maior, especialmente porque as relações internas, como em qualquer rede (Bevir; Richards, 2009b) são complexas. Há disputas por espaços, visibilidade e recursos. Algumas linguagens e setores possuem maior capacidade de imposição e articulação. O setor audiovisual, por exemplo, detém mais poder na solicitação de recursos, em parte por sua natureza e por sua expressiva visibilidade. Já o setor de tecnologia se apresenta mais estruturado e consolidado, contando com instituições legitimadoras, como o Porto Digital, e com uma rede própria já bem estabelecida.

No entanto, em Pernambuco, observa-se certo distanciamento desse setor em relação à rede de economia criativa. Há uma zona cinzenta entre os campos da inovação, cultura e da economia criativa, o que tem dificultado uma atuação conjunta e a construção de parcerias mais efetivas entre os atores desses dois universos.

Todas essas relações de governança geram conflitos dentro da rede, seja por questões de níveis de poder entre governos estadual e municipal, pela disputa em torno do avanço de setores específicos da economia criativa, ou mesmo pela dificuldade de comunicação entre órgãos e secretarias responsáveis. A ausência de uma articulação efetiva entre essas instâncias compromete o funcionamento da rede e a implementação de políticas mais integradas. Esses problemas não são recentes. Mesmo com as mudanças ocorridas ao longo dos últimos 15 anos, observa-se que tais conflitos permanecem como entraves estruturais recorrentes.

O processo da política (Xu *et al.*, 2014) de economia criativa em Pernambuco ocorre por meio de tomadas de decisão marcadas por conflitos, como já discutido anteriormente. A construção da agenda apresenta um caráter ambíguo. Apesar da existência de chamadas públicas com o objetivo de escutar a sociedade civil, grande parte dos atores da economia criativa não consegue acessá-las efetivamente. Os principais canais de escuta existentes são os conselhos e conferências, todos vinculados à área da cultura. Não há, até o momento, nenhuma instância de

participação dedicada exclusivamente à economia criativa, o estado de Pernambuco, por exemplo, ainda não conta com um conselho específico para o setor.

A implementação das políticas fica majoritariamente a cargo da atuação estatal. Não se discutem outros modelos de gestão ou execução, o que revela uma limitação estrutural presente em diversas políticas públicas, não apenas nas voltadas para a economia criativa. Já a avaliação ocorre, principalmente, por meio dos conselhos, como mecanismos de controle social. No entanto, como já mencionado, essas instâncias estão vinculadas à cultura, não havendo estruturas específicas dedicadas à avaliação das políticas de economia criativa.

Em síntese, os atores políticos e sociais da rede de políticas para a economia criativa em Pernambuco atuam tanto na manutenção de práticas tradicionais quanto na busca por mudanças nas estruturas da própria rede. Observa-se, nesse contexto, um caráter de resistência, aliado a uma constante movimentação por transformação. Ao analisar a visão desses atores, a resistência se destaca como principal expressão da agência situada (Bevir, 2016) dos indivíduos: manter-se ativo e criativo apesar das mudanças tecnológicas, da ausência de políticas públicas específicas, da desvalorização da cultura e da criatividade por parte de alguns governos, e da persistente desigualdade territorial presente no estado.

Esses atores que se mantêm resistentes continuam manifestando seus aspectos culturais, históricos e criativos em diversas regiões do estado, mesmo quando não encontram políticas públicas que sustentem suas práticas. Muitas vezes, só recebem visibilidade e apoio quando ganham espaço na mídia, como ocorre com o setor do artesanato. Na prática, os atores mais periféricos ou distantes da rede formal sofrem com a ausência de políticas estruturadas, o que acentua as desigualdades dentro do próprio campo da economia criativa.

Por meio da cultura e da criatividade, esses atores se associam em redes ou setores, buscando um espaço de existência diante das grandes redes globais (Castells, 2018). Mantêm-se vivos e atuantes por meio da identidade e do sentimento de pertencimento, tanto local quanto cultural, fortalece suas práticas e dá sentido à sua permanência, mesmo diante das adversidades.

Por fim, a rede de economia criativa em Pernambuco revela uma complexa teia de fatores internos que moldam sua dinâmica e sua trajetória. Desde sua construção sócio-histórica, marcada por práticas tradicionais e ausência de políticas estruturadas específicas, até os dilemas contemporâneos como a burocracia excessiva, a fragmentação entre setores e secretarias, e a escassez de instâncias próprias de governança, observa-se um cenário de avanços limitados e desafios persistentes. A falta de articulação entre os atores, a inexistência de um conselho

específico, a centralização estatal nas etapas de implementação e a avaliação restrita ao campo da cultura enfraquecem a consolidação de uma política robusta para o setor.

Apesar disso, os atores sociais demonstram significativa agência, resistindo às adversidades e promovendo ações criativas enraizadas em identidades culturais e territoriais. Essa resistência se expressa tanto na busca por transformações estruturais quanto na manutenção de práticas tradicionais que afirmam modos de vida locais. Redes menores e comunidades colaborativas emergem como pontos de força dentro da estrutura frágil da rede maior, ainda marcada por disputas de poder, desigualdades regionais e pela ausência de um planejamento estratégico transversal. Em suma, os fatores internos da rede revelam tanto suas limitações operacionais quanto sua potência simbólica e criativa, evidenciando a urgência de políticas públicas mais integradas, sensíveis às realidades locais e voltadas para o fortalecimento das conexões entre os diversos atores do campo. Achados como esse, não se encontram na literatura sobre o tema.

Do ponto de vista dos aspectos externos, observa-se a influência de fatores econômicos, socioculturais, institucionais e políticos sobre a rede de economia criativa em Pernambuco. No campo econômico, é nítido que apenas alguns setores da rede reconhecem a criatividade e a cultura como novos fatores de produção (Leitão, 2016).

Isso se deve, em grande parte, à predominância histórica dos setores tradicionais da economia, que continuam sendo mais representados nas políticas públicas e nos planos de governo das últimas décadas. A transição para o reconhecimento da economia criativa como estratégica ainda é lenta. Essa mudança começa a se tornar perceptível a partir do Plano de Governo de 2007, durante a gestão de Eduardo Campos, quando o tema passa a ser tratado com mais atenção no discurso oficial e em algumas ações institucionais.

A classe criativa, já discutida por Florida (2002), está presente no ambiente da economia criativa de Pernambuco antes dos 15 anos de discussões sobre o tema. No entanto, com sua consolidação, alguns problemas estruturais ainda persistem até os dias atuais. Entre eles, destacam-se a ausência de profissionalização do setor, a subvalorização das atividades criativas, a informalidade e a precarização das condições de trabalho. Em muitos aspectos, não houve uma mudança efetiva no status quo, mantendo-se as fragilidades históricas que limitam o pleno desenvolvimento do campo criativo no estado.

No âmbito dos fatores socioculturais, observa-se a prevalência da influência das tecnologias. Por um lado, elas contribuem para a democratização do acesso às políticas públicas, fortalecem a afirmação da identidade dos atores sociais e facilitam a comunicação por parte dos

atores políticos. Por outro lado, ainda há desafios significativos. Em alguns casos, os custos elevados limitam o acesso, e a desigualdade no desenvolvimento tecnológico torna evidente a exclusão de determinados grupos. O avanço tecnológico, embora significativo, ainda é centralizado e, em muitos contextos, contribui para a segregação de alguns membros da rede.

No âmbito dos fatores socioculturais, observa-se a prevalência da influência das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Por um lado, essas ferramentas contribuem para a democratização do acesso às políticas públicas, fortalecem a afirmação da identidade dos atores sociais e ampliam os canais de comunicação entre sociedade e Estado. Por outro lado, ainda existem desafios significativos. Em muitos casos, o custo elevado e a infraestrutura desigual dificultam o acesso de certos grupos. O avanço tecnológico é centralizado e, em diversos contextos, contribui para a exclusão digital, principalmente no interior do estado. Essa realidade reforça a análise de Castells (1997), segundo a qual as TICs podem tanto conectar indivíduos de diferentes continentes quanto excluir atores dentro do mesmo território. Em nível micro, essa exclusão digital continua a persistir, limitando a participação plena de diversos membros da rede de economia criativa.

Já do ponto de vista dos grandes meios de comunicação institucionais, observa-se que eles tendem a se beneficiar mais dos resultados da economia criativa do que propriamente contribuir para seu fortalecimento. Um exemplo disso são os destaques na mídia em torno de eventos como a Fenearte, o REC'n'Play, ações do Porto Digital e o reconhecimento de alguns casos do setor de artesanato. Nesses casos, a mídia hegemônica se apropria da visibilidade gerada por esses eventos, sem necessariamente apoiar ou impulsionar as políticas públicas que os sustentam.

A ocupação e apropriação de espaços simbólicos e culturais ocorre tanto por parte de corporações, por exemplo se apropriando de camarotes no São João de Caruaru e Carnaval de Recife e Olinda, mas também do ponto de vista político. O atual prefeito de Recife, João Campos, ironicamente denominado como o “prefeito Tik Tok”, utiliza-se de elementos das culturas periféricas da RMR mediado pelas mídias sociais para ocupar espaços populares e legitimação política junto a esses segmentos sociais.

Por outro lado, quando se trata de defender políticas culturais ou pautas relacionadas à desigualdade de renda, as mídias nacionais frequentemente priorizam os setores que mais contribuem para o crescimento econômico, com pouca preocupação com os aspectos culturais e sociais. Os sistemas de comunicação locais, que poderiam representar uma alternativa mais alinhada aos interesses territoriais e culturais, possuem pouca força em comparação às mídias nacionais, o que limita seu alcance e sua capacidade de influência.

As relações externas à rede não se constituem, necessariamente, em interações que contribuem para o desenvolvimento da própria rede. No âmbito das redes globais, como já destacado por Castells (1997), observa-se a atuação de grandes corporações na disputa pela predominância de espaços culturais. Na economia criativa, essa disputa manifesta-se especialmente na ocupação e apropriação de espaços simbólicos e culturais, onde culturas globais buscam se sobrepor às culturas locais.

Esse processo de captura cultural é intensificado pelos meios de comunicação, que permitem a imersão e a disseminação de modelos culturais oriundos de economias desenvolvidas, muitas vezes em detrimento das manifestações culturais locais e periféricas. Trata-se de uma dinâmica assimétrica, potencializada por políticas de cunho neoliberal. Assim como discutido por Gomes e Lisboa (2020), o Brasil tem sido impactado por tais políticas a partir do final do século XX, o que fragiliza ainda mais a capacidade de resistência das redes locais e compromete o fortalecimento de uma economia criativa enraizada em identidades e contextos territoriais próprios.

Defendemos que essa ideologia política, de orientação neoliberal, não contribui para o fortalecimento de uma economia criativa genuinamente brasileira. Pelo contrário, tende a aprofundar desigualdades, invisibilizar expressões culturais locais e subordinar a criatividade a lógicas de mercado globalizadas. Diante disso, torna-se necessário democratizar o processo de formulação da política para a economia criativa, reconhecendo e valorizando as potencialidades locais como base estruturante da ação pública (Leitão, 2021). Isso se torna possível a partir de uma governança democrática no âmbito do território nacional (Filgueiras, 2018).

Somente a partir dessa perspectiva será possível construir uma economia criativa inclusiva, plural e comprometida com o desenvolvimento cultural, social e territorial do país. Assim, a ideologia neoliberal, predominante no Brasil a partir de 1995, fortaleceu um modelo de desenvolvimento econômico focado em padrões internacionais impostos por países desenvolvidos para a economia criativa. Ao contrário, defendemos que, para o fortalecimento de uma economia criativa brasileira, é necessário desenvolvê-la a partir de epistemologias do Sul (Leitão, 2021), com foco em um modelo de desenvolvimento econômico baseado em fatores endógenos (Furtado, 1978).

Pernambuco é um exemplo disso, ainda utiliza a nomenclatura da UCTAD para a economia criativa. Não apresenta um mapeamento de quais são seus setores incluídos na economia criativa de todo estado. Faz grande divulgação do setor de inovação como grande potencial do estado, no entanto, esse setor pouco se articula com o de economia criativa. Na prática, as principais ações

são de cultura e de inovação, para a economia criativa observa-se uma lacuna em políticas que caracterizem efetivamente o setor.

Do ponto de vista administrativo e legal, o estado de Pernambuco não se distancia muito da média nacional. O estado apresenta potencial concreto para o desenvolvimento da economia criativa, com abundância de fatores de produção, como capital cultural, talentos e diversidade sociocultural. No entanto, ainda é necessário avançar na formulação e implementação de políticas públicas específicas e estruturantes para consolidar a economia criativa em Pernambuco. O que aparenta é que o estado possui os elementos para o desenvolvimento do setor, divulga esse potencial, enfatizando sempre as mesmas ações como carnaval, São João, cinema, rede de inovação, mas, na prática, está atrás de estados da região nordeste como o caso da Bahia e Ceará.

Ter o potencial não significa a mesma coisa que desenvolvê-lo. Enquanto Pernambuco não despertar para potencializar sua economia criativa, vai ficar preso a uma realidade ideal que não é mais a atual e sobrecarregando seus atores e sua cultura.

Apesar dos avanços pontuais observados nos últimos anos, a rede de economia criativa em Pernambuco ainda apresenta limitações importantes, especialmente no que se refere à compreensão e enfrentamento dos fatores externos que influenciam seu desenvolvimento. Os dados e análises indicam que há uma evolução, mas essa ocorre de forma lenta e desigual, refletindo um processo de consolidação ainda incipiente. Fatores econômicos, socioculturais, institucionais e políticos seguem impactando diretamente o ritmo e a profundidade dessa transformação.

A literatura doravante apresentada não fornece informações sobre o panorama de como a rede da política se transforma ao longo do tempo. A análise aqui apresentada se diferencia na medida em que não analisa apenas um segmento da economia criativa, mas, discute o setor como um todo no estado de Pernambuco. Esse panorama não foi estudado ainda enfatizando a economia criativa, mas Cultura (Procopiuck; Freder, 2020).

Pernambuco demonstra potencial, mas para alcançar um modelo de economia criativa verdadeiramente sustentável e inclusivo, é necessário superar as limitações estruturais, reorientar políticas públicas e fortalecer uma perspectiva baseada nas dinâmicas e identidades locais.

O termo (des) enredamento é empregado no texto refere-se à falta de articulação entre atores e redes, evidenciando a fragmentação, a descontinuidade e a ausência de coordenação entre políticas, iniciativas e agentes da economia criativa. Nesse caso, o (des) enredamento expressa um déficit de governança e de conexão entre os diferentes nós da rede.

De modo complementar, a metáfora da desorganização também é mobilizada em duas direções interpretativas. Em uma primeira acepção, indica que a economia criativa apresenta políticas e ações aparentemente desorganizadas em razão de sua complexidade intrínseca, uma vez que atores políticos e sociais, orientados por lógicas tradicionais de formulação de políticas públicas, encontram dificuldades para organizar um setor marcado pela informalidade, pela transversalidade e pela heterogeneidade. Em uma segunda acepção, a desorganização não é compreendida como falha, mas como condição necessária: a organização exigida pela economia criativa não corresponde aos modelos tradicionais, hierárquicos e lineares de política pública.

Nesse sentido, a economia criativa demanda uma forma de organização desorganizada, semelhante à lógica das próprias redes. Para ilustrar essa dinâmica, recorre-se à metáfora do crochê: observada de longe, a rede pode parecer um emaranhado de linhas sem ordem aparente; de perto demais, os nós isolados não permitem captar o sentido do conjunto; contudo, a uma distância analítica adequada, tornam-se visíveis as linhas, os nós e o significado atribuído ao elemento que está sendo enredado. Assim, a aparente desorganização revela-se como uma ordem relacional, própria das redes, que exige instrumentos analíticos e arranjos institucionais distintos daqueles mobilizados pelas políticas públicas tradicionais.

O (des) enredamento observado na rede estudada ocorre por múltiplos fatores. Entre eles, destacam-se as forças de fatores externos, sobretudo relacionadas à composição das redes globais digitais, que tendem a imputar culturas, ideologias e valores associados a modelos de governança distintos daqueles presentes no contexto local. Esse tensionamento entre escalas global e territorial fragiliza a articulação entre os atores e compromete a coesão da rede.

O (des) enredamento também se manifesta em função das disputas por recursos escassos no âmbito do Estado, bem como pela dificuldade de acesso às políticas públicas, o que aprofunda assimetrias entre os atores. Contudo, a ausência de uma política estruturante para a economia criativa constitui o principal elemento explicativo do (des) enredamento, agravada pela inexistência de mecanismos de governança colaborativa capazes de articular interesses, alinhar expectativas e promover ações conjuntas.

Em alguns casos observados, as disputas internas entre os próprios atores locais contribuem para o enfraquecimento da rede, uma vez que a falta de cooperação impede o enredamento e compromete a construção de relações de confiança. Embora a colaboração seja condição fundamental para o fortalecimento das redes, essa dinâmica mostrou-se incipiente em parte do contexto analisado em Pernambuco.

No que se refere à desorganização, seu sentido negativo está associado a uma tradição local que atribui baixa centralidade ao poder econômico e simbólico da economia criativa, especialmente do ponto de vista governamental, somada à ausência de políticas públicas específicas e à escassez de agentes locais capacitados para lidar com as particularidades do setor. Já em seu sentido positivo, a desorganização emerge como uma possibilidade analítica e política, indicando a necessidade de romper com modelos tradicionais de formulação de políticas públicas para construir uma política de economia criativa em Pernambuco baseada no território, nas dinâmicas locais e em suas especificidades culturais, sociais e institucionais.

6.4 POR UMA POLÍTICA PARA ECONOMIA CRIATIVA

Antes de iniciar a discussão deste tópico, no qual se propõem possíveis caminhos para a formulação de políticas públicas para a economia criativa a partir do estudo empírico e teórico realizado no estado de Pernambuco, faz-se necessário apresentar alguns argumentos preliminares. Em primeiro lugar, reconhece-se a complexidade intrínseca do problema em questão, o que dificulta qualquer pretensão de solução simples, linear ou definitiva. A proposta aqui não é construir uma política finalizada, acabada ou prescritiva, mas sim ensaiar possibilidades, abrindo um campo inicial de debate e reflexão a partir de diferentes perspectivas epistemológicas. Trata-se, portanto, do início de uma discussão, e não de seu encerramento, reconhecendo-se que ainda há um longo caminho a ser trilhado.

É importante destacar que a ideia de política pública adotada neste trabalho não se restringe à estrutura administrativa sugerida ao final do tópico. Tal estrutura constitui apenas uma parte de um panorama mais amplo, que envolve dimensões sociais, educacionais, culturais e simbólicas, além dos aspectos administrativos e institucionais. Assim, a política para a economia criativa é compreendida como um arranjo complexo, que extrapola o desenho organizacional e envolve práticas, valores, aprendizagens e formas de coordenação entre atores diversos.

Reconhece-se que alguns leitores podem considerar a proposta de uma política municipal excessivamente instrumental para uma abordagem de inspiração interpretativista. No entanto, é necessário considerar que, no cotidiano da gestão pública, gestores e formuladores de políticas precisam inserir suas práticas e ações em modelos de administração pública que ainda refletem, em grande medida, padrões internacionais consolidados. Nesse sentido, a discussão sobre um modelo matricial de gestão não se apresenta como uma solução definitiva ou redentora, mas como um ponto de partida para um novo olhar sobre as políticas públicas no contexto do Sul Global.

Não seria funcional, nem estrategicamente viável, propor um modelo totalmente disruptivo para a economia criativa enquanto as estruturas de governança e a política nacional ainda não acompanham esse novo paradigma. Assim, defende-se a necessidade de trilhar caminhos graduais, com passos pequenos, porém concretos. A proposta busca ser ambiciosa no plano normativo e analítico, mas também realista quanto às limitações institucionais e políticas existentes.

Reconhece-se, igualmente, que um plano consistente para a economia criativa e a construção de uma política pública estruturante dificilmente ocorrerão sem uma mudança profunda na gestão pública nacional, rompendo com o modelo funcionalista de política pública herdado do processo de colonização europeia. Ainda assim, argumenta-se que, mesmo que alguns leitores não considerem a sugestão de estrutura administrativa como ideal, é necessário concordar que alguma forma de operacionalização é imprescindível. Tal operacionalização não deve ser automaticamente interpretada como um retorno a um instrumentalismo positivista, mas como uma mediação prática necessária entre ideias, valores e ação pública.

Por fim, antes de analisar o modelo político-administrativo transversal proposto, solicita-se ao leitor que observe atentamente as práticas que o antecedem. Acredita-se que essas práticas são fundamentais para a construção de um terreno fértil, capaz de sustentar, de forma progressiva e contextualizada, a formulação de uma política pública para a economia criativa.

Para a consolidação de uma política pública voltada à economia criativa, é fundamental o estabelecimento de um marco regulatório que institucionalize essa política como uma política de Estado, e não apenas de governo. Isso se justifica pelo fato de que um dos principais entraves ao avanço da economia criativa no Brasil são as discontinuidades governamentais: mudanças de gestão que, muitas vezes, desconsideram a importância do setor, comprometendo os avanços previamente conquistados. Os segmentos das indústrias criativas já estão mais avançados nesse sentido em países com a economia criativa mais desenvolvidos, como o caso do Reino Unido (Hesmondhalgh, 2005).

É necessário inserir no ideário nacional a valorização dos nossos recursos culturais e criativos, reconhecendo o potencial de desenvolvimento que emerge a partir de fatores endógenos, ou seja, das nossas próprias riquezas simbólicas, identitárias e produtivas. O que não pode continuar ocorrendo é a supervalorização de aspectos de outras culturas em detrimento da nossa, o que enfraquece a identidade cultural e limita o pleno aproveitamento das oportunidades oferecidas pela economia criativa.

Para tanto, a educação voltada à valorização da cultura e da criatividade deve estar inserida de forma transversal nos currículos da educação básica, considerando as particularidades de cada

território. É fundamental que as escolas reconheçam e incorporem as identidades locais, promovendo desde cedo o pertencimento cultural e o reconhecimento dos saberes e fazeres regionais.

Nos cursos de ensino superior, as disciplinas de empreendedorismo precisam estar alinhadas às potencialidades e vocações dos contextos locais. A abordagem genérica, baseada em manuais universais de "como empreender", pouco contribui para a formação de jovens empreendedores que têm, muitas vezes, os recursos culturais e criativos como os únicos ativos disponíveis para iniciar um negócio. Valorizar esses ativos exige uma formação sensível às realidades socioculturais, capaz de estimular modelos de negócio sustentáveis a partir da criatividade e da identidade territorial.

As universidades também precisam incorporar em seus currículos formações voltadas para a gestão de empreendimentos culturais e criativos. Não se trata da simples criação de cursos genéricos de "gestão da cultura" ou "gestão da criatividade", mas sim de formações alinhadas às vocações específicas da economia criativa presentes nos territórios onde essas instituições estão inseridas. É essencial que as universidades reconheçam esses potenciais locais e atuem na formação de profissionais qualificados para gerir, desenvolver e sustentar esses mercados criativos, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas culturais regionais.

O mercado também precisa estar preparado para o setor da economia criativa, por meio de regulamentações adequadas e incentivos específicos que estimulem uma cultura de valorização dos aspectos locais. É necessário criar um ambiente favorável para que os empreendimentos criativos possam se desenvolver de forma sustentável, sendo reconhecidos como agentes legítimos de desenvolvimento econômico e social. Isso envolve desde o acesso a financiamento e crédito até a inserção desses produtos e serviços criativos nos circuitos comerciais e institucionais, rompendo com a lógica de marginalização das expressões culturais locais.

Uma política pública para a economia criativa precisa estar inserida na dinâmica social e no ideário coletivo antes mesmo de ser efetivamente implementada. Ou seja, é necessário preparar a sociedade para compreender e valorizar a importância da cultura e da criatividade como eixos estratégicos de desenvolvimento. Sem esse preparo, políticas bem formuladas podem encontrar resistência, incompreensão ou descontinuidade. É fundamental construir um ambiente sociocultural favorável, no qual a economia criativa seja percebida não como algo periférico, mas como uma força motriz legítima de transformação econômica, social e identitária.

A natureza da economia criativa, que não pode ser estruturada de forma setorial, também não pode ser analisada a partir de lentes teóricas que buscam generalizar padrões de governança.

Nesse sentido, a (TD) (Bevir, 2003) nos permitiu avançar em algumas análises importantes para a construção de uma política para a economia criativa.

Os aspectos políticos são fundamentais para a consolidação de uma política pública para a economia criativa. É imprescindível estabelecer fontes estáveis de financiamento específicas para o setor, garantindo a continuidade das ações e a sustentabilidade dos empreendimentos criativos. Além disso, é necessário criar instâncias de gestão no âmbito dos governos estaduais e municipais, com estruturas dedicadas à formulação, execução e monitoramento das políticas para a economia criativa.

Outro passo importante é a instituição de um Conselho Estadual de Economia Criativa, com participação de representantes do poder público, da sociedade civil, de empreendedores do setor e de instituições de ensino. Esse conselho teria o papel de fomentar o diálogo, garantir a participação social e orientar a implementação das ações. Em seguida a construção de Planos Estaduais de Economia Criativa como política de planejamento e norteadora para o setor. Complementarmente, a criação de núcleos técnicos ou observatórios de economia criativa dentro das estruturas públicas e universitárias pode contribuir para a produção de dados, análises e recomendações que qualifiquem a tomada de decisão e orientem as políticas de forma mais contextualizada.

É fundamental mapear os territórios e as comunidades-rede para, a partir disso, dimensionar o conceito e o alcance da economia criativa em cada contexto territorial. Esse mapeamento permite identificar os ativos culturais existentes, os saberes locais, as práticas criativas e os arranjos produtivos já em operação, mesmo que de forma informal. Somente com esse diagnóstico é possível formular políticas eficazes, alinhadas às realidades específicas de cada região, respeitando as diversidades culturais e estimulando o desenvolvimento a partir dos potenciais endógenos.

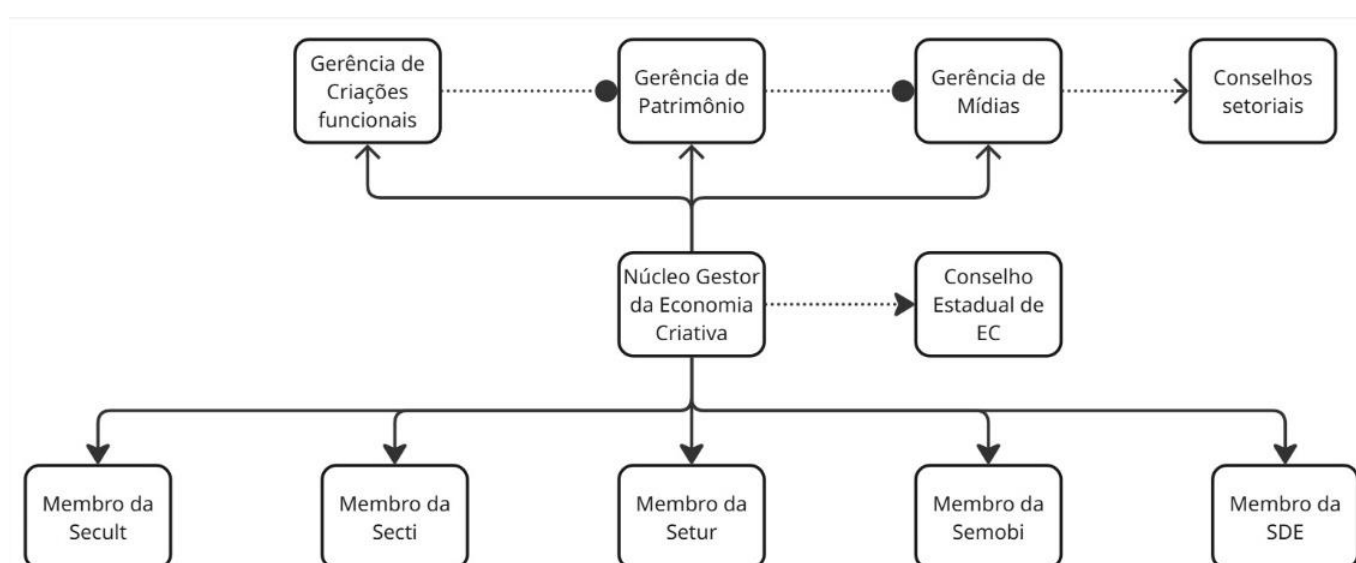
O núcleo gestor da política de economia criativa precisa ter caráter transversal. Ainda que esteja vinculado a uma pasta específica, como a Secretaria de Cultura, por exemplo, sua gestão deve ocorrer por meio de um conselho intersetorial, composto por representantes de diversas áreas do governo, tais como Cultura, Turismo, Ciência, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura (podendo variar conforme as particularidades de cada território). Em um cenário ideal, a economia criativa teria sua própria pasta.

Esse arranjo institucional assegura uma abordagem integrada, reconhecendo que a economia criativa perpassa múltiplas dimensões do desenvolvimento. Além disso, cabe a esse núcleo gestor estabelecer conexões com redes de articulação em nível regional, nacional e até

internacional, promovendo o intercâmbio de experiências, a captação de recursos e o fortalecimento das cadeias produtivas criativas em escala ampliada.

Do ponto de vista das políticas públicas, a estruturação da economia criativa deve partir do mapeamento dos territórios, considerando suas especificidades culturais, sociais e produtivas. A partir desse mapeamento, pode-se adotar um modelo semelhante ao utilizado pela ADEPE com a divisão dos territórios criativos em três grandes eixos: patrimônio, mídias e criações funcionais, conforme a figura a seguir.

Figura 30 - Proposta de estrutura administrativa para a política de economia criativa



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Cada um desses eixos corresponderia a um campo específico da economia criativa, com suas próprias dinâmicas, cadeias de valor e necessidades de políticas públicas. Para garantir uma gestão democrática e especializada, seria instituído um conselho setorial para cada eixo, com a participação de representantes do poder público, da sociedade civil, dos empreendedores criativos e das instituições de ensino e pesquisa. Esses conselhos teriam o papel de orientar estratégias, propor ações específicas e acompanhar a implementação das políticas conforme as características de cada segmento. Além disso, fazer um intercâmbio entre as micro redes.

Para que essa estrutura se torne viável, é necessário repensar e discutir previamente a organização governamental e administrativa. A implementação de políticas públicas para a economia criativa, especialmente em formatos intersetoriais e descentralizados, exige ajustes nos fluxos financeiros e nos processos administrativos, de modo que a burocracia não se torne um entrave para a execução das ações.

Esse redesenho institucional deve garantir maior agilidade, flexibilidade e articulação entre os órgãos envolvidos, respeitando os princípios legais, mas permitindo a fluidez necessária à natureza dinâmica e inovadora da economia criativa. Só assim será possível assegurar que os recursos cheguem de forma eficaz aos territórios e que as ações planejadas tenham impacto real.

Em síntese, os caminhos aqui apresentados não pretendem esgotar o debate nem oferecer uma solução acabada para a formulação de políticas públicas para a economia criativa em Pernambuco. Trata-se de um esforço analítico e propositivo que articula evidências empíricas e aportes teóricos para iluminar possibilidades concretas de ação pública, reconhecendo os limites institucionais, políticos e históricos que moldam a gestão pública no contexto brasileiro.

A proposta de um arranjo político-administrativo transversal deve ser compreendida como um dispositivo inicial de coordenação e aprendizado institucional, e não como um modelo rígido ou normativo. Seu valor reside justamente na capacidade de abrir espaço para experimentações, ajustes e negociações contínuas entre atores, territórios e escalas de governança. Assim, mais do que definir uma política final, este item busca contribuir para a construção de um campo de reflexão e prática sobre a economia criativa, entendida como processo social, cultural e político em permanente construção, cujo fortalecimento exige tanto mudanças estruturais quanto avanços graduais, contextualizados e socialmente negociados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo de considerações finais, retomamos o problema central que norteou o estudo: De que maneira os atores estatais e sociais envolvidos no processo de políticas públicas interpretam os fatores internos e externos às redes ao estabelecerem a política de economia criativa?

Constatou-se que não existe, de fato, uma política estruturada para a economia criativa em Pernambuco, mas sim ações pontuais e dispersas. Em alguns casos, observa-se o enredamento entre atores e iniciativas, em outros, o (des) enredamento, a ausência dessa conexão é evidente. Observa-se que, para o setor da economia criativa, uma política pública tradicional, funcional e organizada de forma hierárquica não se mostra adequada. Trata-se de um setor diverso, com conceito elástico e articulado a outros segmentos econômicos e sociais, demandando uma abordagem matricial.

Parafraseando Chico Science e Nação Zumbi para análise da economia criativa em seu território, concluímos que “é preciso se desorganizar para se organizar”. Ou seja, para enfrentar a complexidade e pluralidade desse campo, torna-se necessário desconstruir os modelos tradicionais e funcionais de formulação política. Somente assim será possível construir uma política pública coerente com a realidade dinâmica e multifacetada da economia criativa, que seja flexível, inclusiva e capaz de abarcar a diversidade das práticas, atores e setores envolvidos.

Para chegar a essas constatações foram discutidas os fatores internos e externos que influenciam as redes de políticas públicas. Entre os fatores internos, destacam-se as tradições da rede, a governança e o próprio processo de formulação das políticas, os quais influenciam, remodelam e explicam o comportamento da rede. Apesar da forte influência desses elementos, os atores políticos e sociais não estão totalmente condicionados a eles. Por meio da agência situada, conseguem agir de forma diferenciada, empregando novas práticas e estratégias para promover mudanças na rede.

No caso de Pernambuco, observou-se uma notável capacidade de resistência cultural e histórica. Mesmo diante de anos de limitações políticas, de governos nacionais que contribuíram para retrocessos e de governos estaduais que não implementaram políticas estruturantes, os atores mantiveram-se resilientes. Em muitos casos, o próprio enredamento entre esses atores contribuiu para fortalecê-los e sustentar suas iniciativas.

Do ponto de vista externo, observou-se que fatores econômicos, socioculturais, institucionais e políticos também afetam a rede de economia criativa em Pernambuco. Na maioria das vezes, os elementos que compõem esses fatores chegam a ser percebidos pelos atores.

Entretanto, no momento de empregar práticas para a construção da política, eles não conseguem desenvolver uma visão macro da rede e das influências que tais elementos podem exercer. Esses fatores, contudo, impactam a rede de forma diferenciada, uma vez que, apesar de sua natureza local, ela está em sintonia com outras redes nacionais e globais.

A partir da análise desses aspectos, à luz da literatura, foi proposto um framework para analisar a percepção dos atores no processo de formulação de políticas públicas para a economia criativa, considerando a interação entre fatores internos e externos. Em seguida, procedeu-se à aplicação desse framework junto a atores políticos e sociais, a fim de compreender, de maneira mais aprofundada, como tais variáveis se manifestam no contexto estudado.

Com a pesquisa empírica, constatou-se que a economia criativa opera em rede, embora nem todos os atores percebam sua atuação de forma direta. Além disso, essa rede não abarca todos os envolvidos, deixando muitos de fora e expondo-os de forma mais intensa aos impactos da ausência de políticas públicas consistentes. Observou-se que os atores atuam em rede e que aqueles responsáveis pela formulação das políticas também estão enredados; contudo, isso não se traduz na construção de uma política pública estruturante em rede. Algumas ações pontuais, como iniciativas no turismo criativo e em determinados campos da cultura, demonstram certo nível de articulação, entretanto, o (des)enredamento é mais comum, especialmente em práticas culturais populares. Verificou-se, ainda, que as ações voltadas ao setor são relativamente recentes, concentrando-se nos últimos quinze anos. Os atores ainda não compreendem plenamente o potencial da economia criativa e carecem de uma melhor articulação, definição mais clara dos setores e maior preparo no que se refere à formação e à articulação institucional.

Observa-se a formação de três níveis de redes. No nível macro, encontram-se as redes nacionais e internacionais, que se conectam à rede de economia criativa, fortalecendo-a e trazendo novas perspectivas. Por vezes, entretanto, essas conexões exercem influência negativa, como ocorreu com determinadas políticas nacionais que representaram retrocessos no país entre 2015 e 2021.

No nível meso, está a própria rede de economia criativa de Pernambuco, vinculada a outras redes mais estruturantes, como as de cultura, inovação, turismo e outras áreas correlatas. No nível meso, espera-se a articulação de atores institucionais para o fortalecimento das micro redes, com capacidade de institucionalização e de promoção da colaboração com outras redes nacionais. No entanto, o que se observou em Pernambuco foi uma baixa capacidade de emancipação frente às influências negativas de redes nacionais e pouca proatividade diante do cenário político e econômico do país. Nesse nível, não existe uma política estruturada, e a rede não apresenta

articulação consistente. Além disso, verificam-se problemas de estruturação burocrática e conceitual, bem como fragilidades na formalização e no financiamento.

Por fim, no nível micro, situam-se as redes específicas de cada setor da economia criativa ou mesmo de caráter geográfico e municipal. Considera-se que essas redes constituem a base da economia criativa, abrigando os atores sociais mais enraizados e representando o espaço onde a produção cultural e criativa efetivamente acontece. É nesse nível que se encontra o povo, a “gente”, suas culturas, raízes e identidades, que resistem há décadas e, em alguns casos, séculos às tentativas de apropriação e imposição predominantes nas redes globais de informação.

As micro redes formam o tecido social da rede de economia criativa em Pernambuco e, neste estudo, foram identificadas algumas delas. No nível micro, as redes recebem pouco apoio institucional, sendo que alguns setores são mais contemplados que outros. Essa desigualdade reforça disparidades internas e leva muitos setores a se organizarem de forma predominantemente orgânica, com base nas iniciativas próprias dos atores sociais envolvidos.

A partir das análises realizadas, foi possível ensaiar a aplicação do framework proposto sobre a percepção dos atores internos e externos no processo de formulação de políticas públicas para a economia criativa. Após essa etapa, o modelo foi readaptado, resultando em uma nova versão que manteve sua estrutura conceitual, incorporando apenas ajustes teórico-metodológicos.

Além disso, foi discutido uma possível proposta de caminho para iniciar a construção de uma política integrada para a economia criativa. O ponto de partida seria a necessidade de considerar as especificidades do contexto analisado. Em seguida, pensar em um marco regulatório para setor. A estruturação administrativa e financeira é outro fator importante a ser estabelecido. Para tanto, é preciso focar na formação e preparação da sociedade para reconhecer, valorizar e inserir a economia criativa como um ponto de partido de um desenvolvimento local.

Neste estudo, não se trata de estabelecer um caminho único e definitivo para a economia criativa, até porque isso seria epistemologicamente e teoricamente inconsistente com a abordagem adotada. O que fizemos foi, a partir da análise da política para a economia criativa no setor, identificar os principais pontos que fazem com que a rede mude, avance ou mantenha seu status quo. Com base em dados qualitativos, identificamos aspectos que podem contribuir para uma mudança positiva, uma mudança negativa ou a manutenção do atual estado da rede. Além disso, destacamos a influência de fatores externos à rede, que contribuem para esses três estágios identificados.

Assim, chegamos à conclusão de que a rede de economia criativa em Pernambuco iniciou um ciclo de mudanças positivas a partir de 2010, passou por uma fase de retrocessos sob forte

influência das políticas nacionais, e, após uma breve tentativa de retomada, enfrenta atualmente um desafio para sair do *status quo*, com ações incrementais e nenhuma mudança radical.

Entretanto, considera-se que essas ideias esbarram em um problema de maior alcance, relacionado às próprias redes nacionais e globais, que atuam tanto regulando quanto enfraquecendo o setor. Dificilmente uma rede regional possui força suficiente para romper com as imposições da rede nacional. Se a economia criativa regional não fizer parte da proposta estratégica do país, as redes locais enfrentarão ainda maiores dificuldades.

Por outro lado, observa-se que as principais iniciativas partem das redes locais, que se mantêm resistentes. São essas redes locais que preservam a cultura viva nas regiões e estados, assegurando a continuidade das tradições e práticas culturais apesar dos desafios externos.

Dessa forma, defende-se que, à medida que as redes locais e estaduais se estruturam e amadurecem suas políticas, elas ganham mais força para atuar em nível nacional na proposição de políticas públicas. Essa dinâmica pôde ser observada nas redes locais de Pernambuco, que, ao estarem articuladas e enredadas, demonstram maior capacidade de impor suas demandas e influenciar a formulação de políticas em instâncias superiores.

As principais contribuições deste estudo residem na ampliação das discussões e problematizações no campo das políticas públicas para a economia criativa. Contribuímos para a teoria das redes de políticas descentralizadas por meio da adaptação e proposição de um framework, o qual foi aplicado e posteriormente ajustado a partir dos dados coletados. No âmbito da economia criativa, oferecemos uma contribuição ao incorporar perspectivas epistemológicas interpretativistas, com foco na formulação de políticas públicas, um tema ainda pouco explorado na literatura. Além disso, este estudo reforça a importância de se pensar em políticas territoriais, que considerem as particularidades locais, em contraposição a políticas genéricas e descontextualizadas.

Do ponto de vista prático e social, buscamos discutir soluções para alguns dos problemas enfrentados pela política para a economia criativa em Pernambuco, além de sugerir um caminho para a construção de uma política para esse setor. O poder público pode utilizar as discussões, achados e propostas desta pesquisa para iniciar o processo de construção da política para economia criativa. Além disso, oferecemos uma discussão do funcionamento da rede no estado de Pernambuco que ainda não tinha sido realizada.

Acreditamos que essa contribuição tem impactos positivos tanto do ponto de vista social quanto político e econômico, ao oferecer subsídios que podem orientar ações mais efetivas e

contextualizadas tomadas de decisão de policy makers tanto em Pernambuco quanto em todo o Brasil.

Do ponto de vista das contribuições para a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, este estudo está alinhado com os seguintes Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Através do objetivo 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos, discutimos uma economia criativa capaz de promover um desenvolvimento baseado em fatores de produção ilimitados, que não agredem a natureza e que são inerentemente democráticos, como a cultura e a criatividade. Defendemos que políticas públicas mais estruturadas podem contribuir para o desenvolvimento de empreendimentos culturais e criativos focados no território e no fortalecimento do desenvolvimento local.

Com o objetivo 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, este estudo contribui para a promoção de uma economia mais democrática, por meio do desenvolvimento de políticas públicas capazes de reduzir desigualdades. Tais políticas visam garantir que países e regiões mais desiguais tenham acesso a um desenvolvimento econômico sustentável e emancipatório, promovendo inclusão social e equidade.

Em relação ao objetivo 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, este estudo fomenta a discussão sobre a construção de cidades mais inclusivas e ocupadas pelo povo que, de fato, pertence àquele lugar. Para isso, defende políticas públicas que valorizem os fatores culturais e criativos das cidades, promovendo a identidade local, a participação comunitária e o fortalecimento do tecido social urbano.

Já em relação ao objetivo 12 – Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, neste estudo, discutimos políticas voltadas para a valorização e o reconhecimento dos elementos culturais e criativos locais, com o objetivo de fomentar uma sociedade mais consciente dos seus recursos simbólicos e patrimoniais. Defendemos a importância de valorizar o local, incentivando o consumo responsável e o desenvolvimento produtivo baseado nas riquezas e potencialidades regionais.

Por fim, a relação com ao objetivo 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, estudo destaca a necessidade de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, como um passo fundamental para o fortalecimento da economia criativa. Instituições sólidas e inclusivas são essenciais para

garantir a participação democrática, a justiça social e a sustentabilidade no âmbito das políticas públicas voltadas ao setor.

É importante relacionar este estudo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois eles funcionam como norteadores para o estabelecimento de metas sociais, econômicas e ambientais que visam promover o desenvolvimento global de forma equilibrada e inclusiva. Ao alinhar a pesquisa com os ODS, reforça-se a relevância social e política dos resultados, evidenciando o compromisso com agendas internacionais que buscam a redução das desigualdades, a promoção do crescimento sustentável, a valorização cultural e a construção de instituições democráticas e eficazes.

Quanto às limitações, esta pesquisa parte de uma perspectiva teórica que demanda a realização de estudos empíricos adicionais, capazes de confirmar e/ou refutar os elementos propostos em nosso framework. Além disso, não foi realizado um mapeamento do tipo *sensu* das micro redes de economia criativa, o que poderia permitir um estudo mais aprofundado sobre a dinâmica e a estrutura dessas redes. Do ponto de vista documental, a pesquisa se restringiu aos documentos disponíveis nas bases institucionais, o que pode ter deixado de fora dados importantes que não estavam acessíveis. Quanto à observação, não foi realizado um mapeamento em todos os municípios do estado, sendo o estudo limitado às cidades de Recife e Caruaru.

Como sugestão para estudos futuros, recomendamos a aplicação do framework em outros contextos além do estado de Pernambuco, a fim de aprofundar e validar sua abrangência e aplicabilidade. Outra recomendação é realizar o mapeamento das micro redes, buscando compreender melhor sua governança e dinâmicas, o que contribuirá para o desenvolvimento de políticas públicas mais construtivas e eficazes no campo da economia criativa.

Sugerimos o estudo mais aprofundando sobre a governança das redes de economia criativa, inclusive no que diz respeito ao processo de orquestração. Vimos que esse tema é escasso na literatura de economia criativa.

Também se sugere o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre a relação entre as plataformas digitais e a economia criativa em um contexto de sociedade pós-plataformas. Nesse sentido, pesquisas de natureza *netnográfica* mostram-se particularmente relevantes para a compreensão das práticas culturais e criativas que se configuram nos ambientes digitais, especialmente no interior das redes de políticas públicas. Além disso, recomenda-se a realização de investigações que analisem de que forma os algoritmos influenciam os processos de formulação, implementação e circulação das políticas, bem como estudos voltados à compreensão do comportamento, da dinâmica e da governança das redes de atores no ambiente digital. Tais

abordagens podem contribuir de maneira significativa para o avanço teórico e empírico do campo, ampliando a compreensão sobre as novas formas de mediação, poder e articulação que atravessam a economia criativa na contemporaneidade.

Como não foi o foco desta pesquisa, também se recomenda a realização de um estudo específico sobre o impacto do financiamento para a economia criativa em Pernambuco, analisando essas questões sob a perspectiva do impacto em cada região. Essa recomendação se justifica pelo fato de a política de financiamento ser umas das únicas no setor.

Por fim, recomenda-se a realização de estudos voltados para processos administrativos e planejamento estratégico transversal, com foco em setores mais fluidos, como a economia criativa, áreas para as quais a literatura tradicional de gestão ainda não está completamente preparada para abarcar.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **The culture industry: selected essays on mass culture**. London; New York: Routledge, 2001.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialectic of enlightenment*. London: Verso, 1979.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO – ADEPE. **Estratégia de Longo Prazo AD Diper 2019–2023**. 2018. Disponível em: https://www.adepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/ESTRATEGIA-DE-LONGO-PRAZO-AD-Diper-2019-2023_versa%CC%83o-final.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO – ADEPE. **Estratégia de Longo Prazo AD Diper 2025–2029**. Versão 15.01. 2025. Disponível em: https://www.adepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Estrategia-de-Longo-Prazo-2025-2029_V1501.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO – ADEPE. **Estratégia de Longo Prazo ADEPE 2022–2026**. Versão final. 2022. Disponível em: https://www.adepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/ESTRATEGIA_DE_LONGO_PRAZO_ADEPE_2022_2026_Versao_Final.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO (ADEPE). **A importância da Economia Criativa para o Estado de Pernambuco**. Recife: ADEPE, agosto de 2023. Disponível em: <https://www.adepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/A-importancia-da-Economia-Criativa-para-o-Estado-de-Pernambuco.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO (ADEPE). **Análise do Setor de Economia Criativa**. Recife: ADEPE, fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.adepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Analise-do-setor-de-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO (ADEPE). Disponível em: <https://www.adepe.pe.gov.br/institucional/>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO. **Relatório de gestão ADEPE 2019–2022**. Recife: ADEPE, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/15NdRzxDJWLL_e_PGY_UA70AQjDRDVVySX/view. Acesso em: 04 ago. 2025.
- AGUIAR, R. B. D.; LIMA, L. L. Economia criativa e desenvolvimento: uma análise do desenho da política pública de São José dos Campos (SP). **Revista de Ciências Humanas**, v. 54, p. 1–20, 12 ago. 2021.
- AGUIAR, R. B. D.; LIMA, L. L. Políticas públicas de economia criativa: proposta de framework analítico a partir de uma perspectiva de desenvolvimento. **Geographia Meridionalis**, v. 5, n. 2, p. 117–133, 26 maio 2020.
- ALDRICH, H.; WHETTEN, D. Organization-sets, action-sets, and networks: Making the most of simplicity. Em: *Handbook of organizational design*. [s.l.: s.n.]. p. 385–408.

ALLISON, G. Emergence of Schools of Public Policy: Reflections by a Founding Dean. Em: GOODIN, R.; MORAN, M.; REIN, M. (Eds.). *The Oxford Handbook of Public Policy*. 1. Ed. [s.l.] Oxford University Press, 2009. P. 58–79.

AMPUJA, M.; KOIVISTO, J. From ‘post-industrial’ to ‘network society’ and beyond: The political conjunctures and current crisis of information society theory. **240órum240: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society**, v. 12, n. 2, p. 447-463, 2014.

ANDREWS, C; BARIANI, E. Da década perdida à reforma gerencial: 1980- 1998. In: BARIANI, Edson; ANDREWS, W. Cristina (org.). *Administração Pública no Brasil: breve história política*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010, p. 85-118.

ATLAS.TI SCIENTIFIC SOFTWARE DEVELOPMENT GMBH. **ATLAS.ti**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://atlasti.com>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BASSETT, K.; GRIFFITHS, R.; SMITH, Ia. Cultural industries, cultural clusters and the city: the example of natural history film-making in Bristol. **Geoforum**, v. 33, n. 2, p. 165-177, 2002.

BATISTA, D. A. D. N. Regulação e política industrial do audiovisual brasileiro à luz da lei da TV paga e do fundo setorial do audiovisual. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 2, n. 6, p. 6–24, 4 dez. 2017.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BECUȚ, A.G. Dynamics of creative industries in a post-communist society. The development of creative sector in Romanian cities. **City, Culture and Society**, v. 7, n. 2, p. 63-68, 2016.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. Cultrix, 1973.

BELL, D.; JAYNE, M. The creative countryside: Policy and practice in the UK rural cultural economy. **Journal of rural studies**, v. 26, n. 3, p. 209-218, 2010.

BENAVENTE, J. M.; GRAZZI, M. Public policies for creativity and innovation: Promoting the Orange Economy in Latin America and the Caribbean. 2017.

BENNEWORTH, P.; DAUNCEY, H. Cultural policy, creative clusters and the complexity of higher education: notes from the case of Enjmin in Angoulême, France. **International journal of cultural policy**, v. 22, n. 1, p. 80-99, 2016.

BERTERO, J. F. Sobre a sociedade pós-industrial. **Anais do 4º Colóquio Marx e Engels. Campinas, IFCH–UNICAMP**, v. 8, 2012.

BEVIR, M. (ED.). *Theory of governance*. Berkeley, Calif.: Univ. of California Press, 2013a.

BEVIR, M. Decentring security governance. *Global Crime*, v. 17, n. 3–4, p. 227–239, out. 2016.

BEVIR, M. Interpretive theory. **The SAGE handbook of governance**, p. 51-64, 2010.

BEVIR, M. Une approche interprétative de la gouvernance: intentionnalité, historicité et réflexivité. **Revue française de science politique**, v. 63, n. 3, p. 603-623, 2013.

BEVIR, M. What is the decentered state? **Public Policy and Administration**, v. 37, n. 1, p. 3–21, jan. 2022.

BEVIR, M.; NEEDHAM, C. Decentring social policy: narratives, resistance, and practices. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 37, n. 11–12, p. 626–638, 10 out. 2017.

BEVIR, M.; R., Rod. **Interpreting british governance**. Routledge, 2003.

BEVIR, M.; RHODES, R. A. W. Interpretivism and the analysis of traditions and practices. **Critical Policy Studies**, v. 6, n. 2, p. 201–208, jul. 2012.

BEVIR, M.; RHODES, R. A. W.; WELLER, P. Comparative governance: prospects and lessons. **Public Administration**, v. 81, n. 1, p. 191–210, mar. 2003.

BEVIR, M.; RHODES, R.A.W. Decentred theory, change and network governance. In: **Theories of democratic network governance**. London: Palgrave Macmillan UK, 2007. P. 77-91.

BEVIR, M.; RICHARDS, D. Decentring policy networks: A theoretical agenda. **Public administration**, v. 87, n. 1, p. 3-14, 2009a.

BEVIR, M.; RICHARDS, D. Decentring policy networks: lessons and prospects. **Public Administration**, v. 87, n. 1, p. 132-141, 2009b.

BEVIR, M.; WARING, J. (Ed.). **Decentring Health and Care Networks: Reshaping the Organization and Delivery of Healthcare**. Springer Nature, 2020.

BIANCHI, C. G.; BORINI, F. M. Internacionalização da indústria criativa: o impacto do ambiente institucional. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 28, n. 4, p. 1–30, 2013.

BOĞA, S.; TOPCU, M.. Creative economy: A literature review on relational dimensions, challenges, and policy implications. **Economics**, v. 8, n. 2, p. 149-169, 2020.

BRASIL. FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2 – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 80 p.

BRESCIANI, L. P.; PERIA, P. V. G.; CHÉR, L. B. Panorama das políticas de fomento à economia criativa na América Latina. **Brazilian Creative Industries Journal**, v. 2, n. 2, p. 296–311, 13 set. 2022.

BRESSER- PEREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Lua Nova: **Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 391-410, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Revista de administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 147-156, 2017.

BRUNO, F. D. S.; FONSECA NETTO, H. P. D.; BRUNO, A. C. M. Aspectos impulsionadores do potencial inovador da indústria têxtil e de confecção no distrito criativo de flandres: inspirações para a formulação de políticas no Brasil. **Revista Produção Online**, v. 11, n. 4, p. 1028–1058, 6 dez. 2011.

BUDGE, K. Making in the city: Disjunctures between public discourse and urban policy. *Australian geographer*, v. 50, n. 2, p. 185-199, 2019.

BITRAGO RESTREPO, F.; DUQUE MÁRQUEZ, I. La economía naranja: una oportunidad infinita. 2013.

BURMAN, G. Impactos da cultura na economia da Bahia: participação no gasto turístico e consumo de residentes e governo. *Revista Turismo em Análise*, v. 9, n. 2, p. 70, 5 nov. 1998.

BURNELL, Gibson; M, Gareth. Sociological paradigms and organizational analysis: Elements of the sociology of corporate life. 1976.

CÂMARA, P. **Plano de Governo: Frente Popular de Pernambuco 2019–2022**. 2018. Disponível em: https://estaticog1.globo.com/2018/11/promessas/Pernambuco_Camara.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

CAMPOS, E. **Plano de Governo 2011–2014**. Recife: [s.n.], 2010. Documento da campanha à reeleição para o Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em: [arquivo pessoal]. Acesso em: 04 ago. 2025.

CAMPOS, E. **Programa de Governo 2007–2010**. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 2006. Disponível em: https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/f/a/e/faeafaab48a8dedc8d61e7d5dd9b1632d4f2a3081d065f55787013af52c53457a/94c6a586-3624-440c-9186-4844e743b238-1_Programa_de_Governo_-_eduardo_campos_1.pdf. Acesso em: 04 ago. 2025.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora, Todavia, EM, 2015.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Zahar. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1. 9. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**, p. 17-30, 2005.

CASTELLS, M. O poder da identidade, Vol. II de A Era da informação: Economia. **Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. The network society revisited. *American Behavioral Scientist*, v. 67, n. 7, p. 940-946, 2023.

CASTELLS, M; HALL, P. **Las tecnópolis del mundo: la formación de los complejos industriales del siglo XXI**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

CAVES, R. E. Contracts Between Art and Commerce. *Journal of Economic Perspectives*, v. 17, n. 2, p. 73–83, 1 maio 2003.

CHALMERS, A. F. O que é ciência, afinal?[What is this thing called science?]. Trad. Raul Filker. São Paulo: Ed. Brasiliense, v. 210, 1976.

CHANG, W. S.; LEE, Y. Policy momentum for the development of Taiwan's cultural creative industries. **Current Issues in Tourism**, v. 18, n. 11, p. 1088-1098, 2015.

CHICO SCIENCE E NAÇÃO ZUMBI. Da lama ao caos. No álbum: **Da lama ao caos**. São Paulo: Trama, 1994. CD.

CHOI, Y. J. Social investment in the knowledge-based economy: new politics and policies. **Policy and Society**, v. 39, n. 2, p. 147-170, 2020.

COELHO, F. S.; BARCELOS, J. K.; FERREIRA, P. V. . Capacidade Estatal nos Municípios: alguns aprendizados oriundos do Programa Conexão Pública do Centro de Liderança Pública (CLP). **Boletim de Políticas Públicas**, v. 1, p. 16-24, 2021.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A Garbage Can Model of Organizational Choice. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, n. 1, p. 1, mar. 1972.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL – CEPC. **Atas das reuniões 2017 a 2025**. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2017-2025. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/atas-de-reuniao/>. Acesso em: 4 ago. 2025.

Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Conselho de Cultura de Pernambuco. Disponível em: <https://cnpc.cultura.gov.br/conselho-de-cultura-de-pernambuco/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CONSULTING, B. O. P. Changing Attitudes and Behaviour in the 'Non-Internet' Digital World and Their Implications for Intellectual Property. **Available at SSRN 2707080**, 2010.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Criatividade, inovação e economia da cultura: abordagens multidisciplinares e ferramentas analíticas. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 12, n. 1, p. 207-231, 2013.

CORPORATION FOR DIGITAL SCHOLARSHIP. **Zotero**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.zotero.org>. Acesso em: 11 ago. 2025.

COSTA, E.R.; COELHO, F.S. **Compreendendo a administração pública: princípios e fundamentos**. In: Ziller, H. *et al.* (Orgs.). Transparência, responsabilidade e participação política: reflexões com base em conceitos e políticas públicas de educação. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

COSTA, F. L. História das reformas administrativas no Brasil: narrativas, teorizações e representações. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 59, n. 3, p. 271-288, 2017.

CRESWELL, J W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso Editora, 2021.

CUNLIFFE, A. L. Crafting qualitative research: Morgan and Smircich 30 years on. **Organizational research methods**, v. 14, n. 4, p. 647-673, 2011.

CUNNINGHAM, S. From Cultural to Creative Industries: Theory, Industry and Policy Implications. **Media International Australia**, v. 102, n. 1, p. 54–65, fev. 2002.

DA COSTA, F. L. Políticas públicas no governo Bolsonaro. **Revista de Gestión Pública**, v. 11, n. 2, p. 161-183, 2023.

DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORT. **Creative industries mapping document 2001**. As author, 2001.

- DIAS, J. M. N.; LIMA, A. C. D. C. Indústrias criativas no Brasil: mapeamento de aglomerações produtivas potenciais e sua contribuição para o desenvolvimento local. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 3, p. 1069–1093, dez. 2021.
- DINIZ, G. D. S.; MENDES, A. A. Economia da cultura e economia criativa: análise dos conceitos e contribuição aos estudos territoriais. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 2, n. 6, p. 25–40, 4 dez. 2017.
- DOWDING, K. Model or Metaphor? A Critical Review of the Policy Network Approach. **Political Studies**, v. 43, n. 1, p. 136–158, mar. 1995.
- DRAKE, G. ‘This place gives me space’: Place and Creativity in the Creative Industries. **Geoforum**, v. 34, n. 4, p. 511-524, 2003.
- DUFF, A. S. Castells versus Bell: a comparison of two grand theorists of the information age. **European Journal of Social Theory**, v. 26, n. 1, p. 90-108, 2023.
- DUFFY, B E. **(Not) Getting paid to do what you love: Gender, social media, and aspirational work**. New Haven: Yale University Press, 2017.
- DYE, T. R. Understanding public policy. **(No Title)**, 2005.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Unesp, 2006.
- EMMENDOERFER, M. L.; FIORAVANTE, A.S. A.; CEZAR, L. C. Planejamento governamental e comunicação organizacional para a política pública de Economia Criativa no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 1, n. 1, p. 137-151, jun./ago. 2016. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/1d976840-85af-43c3-9e9d-9aab0ccc7cb1>. Acesso em: 24 set. 2025.
- EMMENDOERFER, M. L. *et al.* Empreendedorismo em políticas públicas no contexto da economia criativa brasileira. **Revista Reuna**, v. 26, n. 2, p. 91-110, 2021.
- ENROTH, H. Policy network theory. **The SAGE handbook of governance**, p. 19-35, 2011.
- ESTADO DE PERNAMBUCO. **Decreto nº 58.014, de 20 de janeiro de 2025**. Cria edital específico para a linguagem de Patrimônio Cultural e define a distribuição percentual dos valores dos Editais do FUNCULTURA. Diário Oficial do Estado, Recife, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=81823> . Acesso em: 04 ago. 2025.
- ETZIONI, A. Toward a Theory of Societal Guidance. **American Journal of Sociology**, v. 73, n. 2, p. 173–187, set. 1967.
- FAHMI, F. Z.; KOSTER, S.; VAN DIJK, J. The location of creative industries in a developing country: The case of Indonesia. **Cities**, v. 59, p. 66-79, 2016.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil 2025**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2025. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa>. Acesso em: 25 set. 2025.
- FILGUEIRAS, F. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 52, p. 71-88, 2018.
- FIRJAN-FEDERAÇÃO, DAS INDÚSTRIA DO ESTADO; DO RIO, DE JANEIRO. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Dezembro de 2022.

FISCHER, T. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, p. 278-288, 1993.

FLORIDA, R. A ascensão da classe criativa. **Porto Alegre: L&PM**, 2002.

FORNAZARI, F. K. Instituições do Estado e políticas de regulação e incentivo ao cinema no Brasil: o caso Ancine e Ancinav. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 4, p. 647-677, ago. 2006.

FOUNTAIN, J. Questões centrais no desenvolvimento político do estado virtual. **A Sociedade em Rede**, p. 149, 2005.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FACEPE). Disponível em: <https://www.facepe.br/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO (FUNDARPE). Disponível em: <https://www.pe.gov.br/orgaos/fundarpe-fundacao-do-patrimonio-historico-e-artistico-de-pernambuco/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GAVRILOVA, N.; GERSHMAN, M.; THURNER, T. W. Policy challenges and recommendations in support of Moscow's creative industries—viewpoints of practitioners. **Creative Industries Journal**, v. 16, n. 2, p. 222-237, 2023.

GODART, F.; SEONG, S.; PHILLIPS, D. J. The sociology of creativity: Elements, structures, and audiences. **Annual Review of Sociology**, v. 46, p. 489-510, 2020.

GOMES, R. C.; LISBOA, E. F. Public management reform in Brazil (2002-2019). **Public Management Review**, v. 23, n. 2, p. 159-167, 2021.

GOOGLE LLC. **Google Meet**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://meet.google.com>. Acesso em: 11 ago. 2025.

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L. Hybridism as a national policy style: paths and dilemmas of the majoritarian and consensus approaches in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. e234516, 2021b.

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L. O elo perdido da descentralização no Brasil: a promoção das capacidades estatais municipais pelo governo federal. **Revista de Sociologia e Política**, v. 29, p. e002, 2021^a.

GRODACH, C.; O'CONNOR, J.; GIBSON, C. Manufacturing and cultural production: Towards a progressive policy agenda for the cultural economy. **City, culture and society**, v. 10, p. 17-25, 2017.

GUILHERME, L. L. Universidade Federal do rio de Janeiro – UFRJ Instituto de Economia – IE Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento – PPED. [s.l: s.n.].

GUILLÉN, m F.; CAPRON, L. State capacity, minority shareholder protections, and stock market development. **Administrative Science Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 125-160, 2016.

HADLEY, S.; COLLINS, P.; O'BRIEN, M.. Culture 2025 a national cultural policy framework for Ireland. **Cultural Trends**, v. 29, n. 2, p. 145-159, 2020.

HEIDEMANN, G. F. **O sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. Em: Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise**. 3. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

HEIDEMANN, G. F.; SALM, F. J. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. V. 3

HÉRAUD, J.A. Reinventing creativity in old Europe: A development scenario for cities within the Upper Rhine Valley cross-border area. **City, Culture and Society**, v. 2, n. 2, p. 65-73, 2011.

HESMONDHALGH, D. The cultural industries. London; Thousand Oaks: **The Cultural Industries**, 2002.

HESMONDHALGH, D.; PRATT, A. C. Cultural industries and cultural policy. **International Journal of Cultural Policy**, v. 11, n. 1, p. 1-13, mar. 2005.

HIMANEN, P. Desafios globais da sociedade de informação. In. CARDOSO, G.; CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política**, 2006.

HODGETT, S.; DENEULIN, S. On the use of narratives for assessing development policy. **Public Administration**, v. 87, n. 1, p. 65-79, 2009.

HOFFMANN, M. G.; MURAD, E. P.; LEMOS, D. C; FARIAS, J.S.; SANCHES, B. L. Characteristics of innovation ecosystems' governance: an integrative literature review. **International Journal of Innovation Management**, [s.l.], v. 26, n. 8, p. 1-25, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1142/S1363919622500621>.

HOLROYD, C. Digital content promotion in Japan and South Korea: Government strategies for an emerging economic sector. **Asia & the Pacific Policy Studies**, v. 6, n. 3, p. 290-307, 2019.

HOWKINS, J. **The Creative Economy: How People Make Money from Ideas**. Londres: Penguin Books, 2001.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas—uma abordagem integral**. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2024). “Pernambuco”. IBGE Cidades. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe.html>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

JONES, B. D.; BAUMGARTNER, F. R.; TALBERT, J. C. The destruction of issue monopolies in Congress. **American Political Science Review**, v. 87, n. 3, p. 657-671, 1993.

JORGENSEN, D. W.; VU, K. M. Tecnologias de informação e a economia mundial. **A Sociedade em Rede**, p. 65, 2005.

JUNQUEIRA, L. D. M.; DOS ANJOS, F. A. Análise do discurso dos setores criativos de Balneário Camboriú/SC: percepções do Movimento BC Criativo. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 12, n. 26, p. 18, 2019.

KATZ, J. E.; RICE, R. E.; ACORD, S.. Usos da Internet e de Tecnologias Móveis nos Sistemas de Saúde: abordagens sociais e organizacionais num contexto comparativo. **A Sociedade em Rede**, p. 175, 2005.

KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KIM, T. Creative economy of the developmental state: a case study of South Korea's creative economy initiatives. **The Journal of Arts Management, Law, and Society**, v. 47, n. 5, p. 322-332, 2017.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. Boston: Little, Brown, 1984.

KLIJN, E. H. **Policy Networks: An Overview. Em: Managing Complex Networks**. London: Sage, 1998.

KLIJN, E. H.; KOPPENJAN, J. F. M. Public Management and Policy Networks: Foundations of a network approach to governance. **Public Management: An International Journal of Research and Theory**, v. 2, n. 2, p. 135–158, jun. 2000.

KLIJN, E.-H. Governance and Governance Networks in Europe: An assessment of ten years of research on the theme. **Public Management Review**, v. 10, n. 4, p. 505–525, jul. 2008.

KON, Anita. On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, p. 168-189, 2016.

KONG, L. From cultural industries to creative industries and back? Towards clarifying theory and rethinking policy. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 15, n. 4, p. 593–607, 2 out. 2014.

KONG, L. From precarious labor to precarious economy? Planning for precarity in Singapore's creative economy. **City, culture and society**, v. 2, n. 2, p. 55-64, 2011.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Zahar, 2ed. 2006.

LANDRY, C. **The creative city: A toolkit for urban innovators**. Routledge, 2012.

LANGUAGETOOL. **LanguageTool**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://languagetool.org>. Acesso em: 11 ago. 2025.

LASWELL, H. D. **The Policy Orientation. Em: The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method**. Stanford: Stanford University Press, 1951. P. 3–15.

LEITÃO, C. **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.

LEITÃO, C. S. *et al.* “Nordeste Criativo” e desenvolvimento regional: esboço de uma metodologia para o fomento da economia criativa no nordeste brasileiro. **Revista Extraprensa**, v. 1, n. 1E, 3 dez. 2010.

LELIS, H. R.; HUBNER DE LANNA COSTA, P. H.; VOLPINI SILVA, C. R. A influência do mercosul no desenvolvimento da economia criativa no Brasil. **Revista do Direito Público**, v. 13, n. 1, p. 338, 27, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2018v13n1p338>.

LINDBLOM, C. E. The Science of “Muddling Through”. **Public Administration Review**, v. 19, n. 2, p. 79, 1959.

LIU, C. Raising the golden goose: A retrospective analysis of the state's role in China's online game industry. **Media International Australia**, v. 149, n. 1, p. 41-54, 2013.

- LIU, Z. The impact of government policy on macro dynamic innovation of the creative industries: Studies of the UK's and China's animation sectors. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 7, n. 3, p. 168, 2021.
- LOWI, T. J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, p. 298, 1972.
- LOZANO UVARIO, K. M. Políticas públicas para em 248órum248er creativa em Jalisco y el área metropolitana de Guadalajara. **Región y 248órum248er**, v. 33, 2021.
- LYRA, R.; KRAUSE, P. **Plano de Governo 2023–2026**. Recife: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/10/Plano-de-governo-Raquel-Lyra.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- MACDONALD, R. “Impact”, research and slaying Zombies: The pressures and possibilities of the REF. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 37, n. 11-12, p. 696-710, 2017.
- MARÇAL, M. C. C. As potencialidades e os limites presentes na economia criativa de Pernambuco no período de 2013 – 2016. V. 33, n. 2, 2018.
- MARCHI, L. Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 37, p. 193-215, 2014.
- MARSH, D.; SMITH, M. Understanding Policy Networks: Towards a Dialectical Approach. **Political Studies**, v. 48, n. 1, p. 4–21, mar. 2000.
- MELLO, S.C.B.; SÁ, M. G. Tecendo uma virtuosa” colcha de retalhos”: a constituição e interpretação de um corpus lingüístico num estudo sobre reflexividade e articulação empreendedora. **Revista de Administração Pública**, v. 40, p. 385-410, 2016.
- MIRO. **Miro**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://miro.com>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- MLADENOVIĆ, N. Three Theories of Knowledge and Society. **PaKSoM 2023**, p. 111, 2023.
- MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. **Academy of management review**, v. 5, n. 4, p. 491-500, 1980.
- MULERO, M. P; RIUS-ULLDEMOLINS, J. From creative city to generative governance of the cultural policy system? The case of Barcelona's candidature as UNESCO City of Literature. **City, culture and society**, v. 10, p. 1-10, 2017.
- MUNRO, E. Building soft skills in the creative economy: Creative intermediaries, business support and the ‘soft skills gap”. **Poetics**, v. 64, p. 14-25, 2017.
- MUZZIO, H. Indivíduo, liderança e cultura: evidências de uma gestão da criatividade. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 21, n. 1, p. 107-124, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/zNH64mVfYkXnfPtZ8tdWnPJ>. Acesso em: 26 set. 2025.
- MUZZIO, H. Uso da Fotografia na Pesquisa Organizacional: Legitimidade e Potencialidades. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, p. e220012, 2022.
- MUZZIO, H.; TURETA, C.; CUNHA, C.; SOARES DA SILVA, J. Creativity in the management field in Brazil – trajectory and future directions. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 30, n. 1, 2024. DOI: 10.1590/1413-2311.395.124406.

NEEDHAM, C. Policing with a smile: Narratives of 249órum249erismo in New Labour's criminal justice policy. **Public Administration**, v. 87, n. 1, p. 97-116, 2009.

NEGRÃO, K R. M.; CARVALHO, M. C. S.; EMMENDOERFER, M. L.; GOMES, S.C. Estratégias para a sustentabilidade no contexto da (bio)economia criativa: evidência de Belém (PA), Brasil. **Revista de Economía**, v. 42, n. 105, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33937/reveco.2025.468>

NOBLE, S U. **Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism**. New York: NYU Press, 2018.

O'CONNOR, J. The cultural and creative industries: a literature review. 2nd ed ed. **Newcastle upon Tyne: Creativity, Culture and Education**, 2010.

OPENAI. **ChatGPT**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://chat.openai.com>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PAIVA JÚNIOR, F.G.; DE SOUZA LEÃO, A.L.M.; DE MELLO, S.C.B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de ciências da administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

PARIS, T.; BEN MAHMOUD-JOUINI, S. The process of creation in creative industries. **Creativity and Innovation Management**, v. 28, n. 3, p. 403-419, 2019.

PARK, S.H. Can we implant an artist community? A reflection on government-led cultural districts in Korea. **Cities**, v. 56, p. 172-179, 2016.

PELTONIEMI, M. Cultural industries: Product–market characteristics, management challenges and industry dynamics. **International journal of management reviews**, v. 17, n. 1, p. 41-68, 2015.

PEREIRA, L. F.; COELHO, F. S.; OLENSCKI, A. R. B. Planejamento governamental e capacidades estatais: por uma abordagem multidimensional de análise do PPA municipal a partir do caso de Osasco/SP. In: XLVII Encontro Nacional de Administração - EnANPAD 2023, 2023, São Paulo. Anais XLVII EnANPAD, 2023.

PERNAMBUCO. **Apresentação Audiovisual – Ciclo de Escutas Lei Paulo Gustavo**. Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, mar. 2023. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Audiovisual-Ciclo-de-Escutas-Lei-Paulo-Gustavo.pptx.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 25.343, de 31 de março de 2003**. Regulamenta a Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002, que institui o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco – RPPV-PE, e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 31 mar. 2003. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=XXXX&tipo=TEXTINDICE> . Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 45.508, de 28 de dezembro de 2017**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 28 dez. 2017. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Decreto-45.508-de-2017.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 49.253, de 31 de julho de 2020**. Regulamenta a Lei Complementar nº 400, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre incentivo à pesquisa,

desenvolvimento e inovação no Estado de Pernambuco. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/?de492532020=>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Lei nº 12.196, de 02 de maio de 2002**. Dispõe sobre [...]. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=12196&complemento=0&ano=2002>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Lei nº 15.225, de 30 de dezembro de 2013** (revogada). Institui o Sistema de Incentivo à Cultura do Estado de Pernambuco – SIC, e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 30 dez. 2013. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=15225&complemento=0&ano=2013&tipo=&url=>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Lei nº 15.430, de 22 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC. Vide Decreto nº 46.523, de 21 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 22 dez. 2014. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5295>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Lei nº 16.113, de 29 de dezembro de 2017**. Consolida e altera o Sistema de Incentivo à Cultura, e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 29 dez. 2017. Disponível em: https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Leis_Tributarias/2017/Lei16113_2017orig.htm. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Plano Estadual de Cultura de Pernambuco**. Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, jan. 2018. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Plano-Estadual-de-Cultura.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Plano Estratégico de Longo Prazo – Pernambuco 2035**. Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). Governo do Estado de Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://www.seplag.pe.gov.br/pe-2035>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Regimento Interno do Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC)**. Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, 20 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/20.08.2019-Regimento-Interno-do-CEPC.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PIEKAS, A. A. S. *et al.* Aspectos legais e percepções sobre as estratégias para cidades inteligentes e criativas: estudo da cidade de Chapecó (SC). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. suppl 1, p. 197–211, 8 out. 2018.

POTTS, J. *et al.* Social network markets: A new definition of the creative industries. **Journal of cultural economics**, v. 32, p. 167–185, 2008.

POULSEN, B. Competing traditions of governance and dilemmas of administrative accountability: The case of Denmark. **Public Administration**, v. 87, n. 1, p. 117–131, 2009.

PRATT, A.C. Creative cities: Tensions within and between social, cultural and economic development: A critical reading of the UK experience. **City, culture and society**, v. 1, n. 1, p. 13-20, 2010.

PRATT, A.C.; HUTTON, Thomas A. Reconceptualising the relationship between the creative economy and the city: Learning from the financial crisis. **Cities**, v. 33, p. 86-95, 2013.

PROCOPIUCK, M.; FREDER, S.M. Public policies and multilevel governance to promote the creative economy from the cultural field: inter-federative support for Curitiba's policy. **Nova Economia**, v. 30, p. 383-405, 2020.

RAMOS, A. G. **A redução sociológica**. 3. Ed ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RECKWITZ, A. **The invention of creativity: Modern society and the culture of the new**. John Wiley & Sons, 2020.

REIS, D.L.; LIMA, D.C.; TEIXEIRA, C.S. A evolução do nível de maturidade do ecossistema de inovação à luz da economia criativa: em busca de um ecossistema criativo no nordeste brasileiro. **Brazilian Creative Industries Journal**, v. 2, n. 2, p. 131-154, 2022.

REIS, P. C. G. *et al.* O processo de institucionalização da economia criativa no Brasil. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 4, n. 2, p. 52, 4 maio 2017.

REYES JUNIOR, E.; DIAS, F.; GOMES, R. A economia criativa sob a ótica das redes sociais dos produtores culturais de Brasília. **Revista Ciências Administrativas**, v. 24, n. 3, 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2018.7191>.

RHODES, R. A. W. **Policy Networks: A British Perspective**. Journal of Theoretical Politics, v. 2, n. 3, p. 293–317, jul. 1990.

RHODES, R. A. W. **Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity and accountability**, Philadelphia, US, Open University Press, 2010.

RHODES, R. A. W.; MARSH, D. New directions in the study of policy networks. **European Journal of Political Research**, v. 21, n. 1–2, p. 181–205, fev. 1992.

RIBEIRO, LM de P.; PEREIRA, J. R.; BENEDICTO, G. C. de. **As reformas da administração pública brasileira: uma contextualização do seu cenário, dos entraves e das novas perspectivas**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37., Rio de Janeiro Anais[...]. Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, 2013.

ROBERTS, S T. **Behind the screen: Content moderation in the shadows of social media**. New Haven: Yale University Press, 2019.

ROSYADI, S. *et al.* Barriers of public policy faced by SMEs of creative economy in Indonesia. **International Journal of Law and Management**, v. 64, n. 1, p. 32-48, 2021.

ROSYADI, S. *et al.* The Indonesian government capacity in responding to the COVID-19 impacts on the creative economy sector. **Sage Open**, v. 12, n. 2, p. 21582440221105820, 2022.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H.C. Policy change and learning: An advocacy coalition approach. **(No Title)**, 1993.

SALLES, R. D. L. Economia Criativa: uma estratégia de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole**, v. 24, n. 54, p. 721–738, ago. 2022.

SANTOS, C. A. D. S.; GONÇALVES, M. T.; SIMÕES, J. M. A Gestão dos Programas Públicos de Economia Criativa no estado do Rio de Janeiro. **Revista Ciências Administrativas**, v. 25, n. 2, 23 out. 2019.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas – Coletânea**. V.1 Brasília: ENAP, 2006^a.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas – Coletânea**. V.2 Brasília: ENAP, 2006b.

SARMENTO, P. B.; ANJO, J. E. D. S. Lei Rubem Braga e a EPC: o motor do trabalho da economia criativa em Vitória-ES. **Revista Extraprensa**, v. 12, p. 78–95, 17 out. 2019.

SCHREIER, M. *et al.* Qualitative content analysis: Conceptualizations and challenges in research practice. 2019.

SCOTT, K.; ROWE, F.s; POLLOCK, V. Creating the good life? A wellbeing perspective on cultural value in rural development. **Journal of Rural Studies**, v. 59, p. 173-182, 2018.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L.; DE SOUZA COELHO, F.; PIRES, V. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos–3a edição**. Cengage Learning, 2019.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <https://www.secti.pe.gov.br/secti-2/a-secretaria/> . Acesso em: 30 abr. 2024.

SECRETARIA DE CULTURA DE PERNAMBUCO. **Editais de Chamamento Público nº 003/2024 – PNAB – Para Fomentar Iniciativas Artísticas-Culturais**. Recife: Secult-PE, 19 de setembro de 2024. Disponível em: https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/EDITAL_NA_003_2024_GERAL_PARA_FOMENTAR_INICIATIVAS_ARTISTICAS__TEC_assinado.pdf. Acesso em: 04 ago. 2025.

SECRETARIA DE CULTURA DE PERNAMBUCO. **Estado de Pernambuco – Plano Anual de Aplicação de Recursos**. Recife: Secult-PE, maio de 2024. Disponível em: https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/17SACXDSPE_ESTADO_DE_PERNAMBUCO-V1-1.pdf. Acesso em: 04 ago. 2025.

SECRETARIA DE CULTURA DE PERNAMBUCO. SECULTEPE. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/> Acesso em: 01 de abril de 2024.

SERRA, N.; FERNANDEZ, R. S. Economia criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. **Revista de Administração e Inovação**, v. 11, n. 4, p. 355–372, 2014.

SHARPE, L. J. Central Coordination and the Policy Network. **Political Studies**, v. 33, n. 3, p. 361–381, set. 1985.

SI, S. A report on Beijing’s cultural and creative industries media clusters. **Global Media and China**, v. 1, n. 4, p. 412-421, 2017.

SILVA, A.M.V. SILVEIRA, D.S.; MUZZIO, H. "Analyzing Public Policies for the Creative Economy: A Systematic Literature Review. **Journal of International Development**. 2024, artigo aceito para publicação.

SILVA, A.M.V.; CÂNDIDO, G.A. Governança pública e gestão municipal: uma análise dos municípios do estado da Paraíba a partir de uma proposta de índice. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 231-255, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v15i1.8507>.

SILVA, A.M.V.; PAZ, H.C.; SILVA, G.B.; RODRIGUES, S.S. **Políticas públicas para economia criativa no contexto brasileiro: uma revisão sistemática da literatura**. In: XLVIII Encontro da ANPAD (EnANPAD 2024), 2024, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPAD, 2024. Disponível em: https://eventos.anpad.org.br/pt_br/event/details/131/2019#navsdivision-2. Acesso em: 24 set. 2025.

SILVA, L. A.; PAIVA JÚNIOR, F. G. D.; SANTANA, R. C. B. D. O turismo criativo na agenda política e urbana: possibilidades de contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Revista Turismo em Análise**, v. 32, n. 2, p. 323–343, 31 ago. 2021.

SILVA, R.S.; EMMENDOERFER, M.L. MEDIOTTE, E.J.; LOCATELLI, D.R.S. Schneider. Placemaking como instrumento de economia criativa: estudo de caso a partir do Festival Folclórico de Parintins (AM). **Margens: Revista Interdisciplinar**, v. 19, n. 32, p. 253-273, jan./jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.18542/rmi.v19i32.18493>.

SIMON, H. A. Models of man; social and rational. [s.l.] Wiley, 1957.

SOUSA, M.L.. **Meu verbo cultura: escritos amorosos sobre o desenvolvimento**. EDUFBA, 2016.

SOUZA, A.R.; WEGNER, D. FACCIN, K. Orchestration in innovation ecosystems pre-initiation stage. *International Journal of Innovation Management*, v. 27, n. 09n10, p. 1-35, maio 2024. DOI: 10.1142/S1363919623500548

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.

SOUZA, C. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. **Revista de administração pública**, v. 51, p. 27-45, 2017.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STAKE, R.E. Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

STERNBERG, Rolf. Learning from the past? Why ‘creative industries’ can hardly be created by local/regional government policies. **Erde** **143 (2012), Nr. 4**, v. 143, n. 4, p. 293-315, 2012.

STEWART, W. C; KUSKA, S. Developing and sustaining creative cities: A sustainability tool for designers, planners, and public administrators. **International Journal of Sustainable Development**, v. 13, n. 1-2, p. 6-16, 2010.

TEIXEIRA, V.; TEIXEIRA, W.; BENINI, E. G. A institucionalização da Economia Criativa no estado de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, p. 1235–1248, 5 nov. 2019.

TOIGO, T. **Modelo para orquestração de redes de inovação: um estudo de caso**. 2020. 166 f. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9201>. Acesso em: 25 set. 2025.

TOURAINE, A. **Critique of Modernity**. Tradução de David Macey. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

TRACY, S. J. **Qualitative research methods: Collecting evidence, crafting analysis, communicating impact**. John Wiley & Sons, 2019.

TRANSKRIPTOR. **Transkriptor**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://transkriptor.com>. Acesso em: 11 ago. 2025.

TRIANGULATION, Data Source. The use of triangulation in qualitative research. In: **Oncol nursórum**. 2014. p. 545-7.

UNCTAD, Relatório de Economia Criativa. Economia criativa: uma opção de desenvolvimento viável. **São Paulo**, 2010.

UNITED NATIONS (ED.). Creative economy report 2013: widening local development pathways. Paris: UNESCO, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Start: Ferramenta para sistematização de revisão de literatura**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.lapes.ufscar.br/resources/tools-1/start-1>. Acesso em: 11 ago. 2025.

VAN DIJCK, J; POELL, T; DE WAAL, M. **The platform society: Public values in a connective world**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VASCONCELOS, A. T. A. Os espaços Mais Cultura e a Funarte: política pública como ferramenta de criação e difusão cultural. **Liinc em Revista**, v. 6, n. 1, p. 89–100, 2010.

VITÓRIA, J.R.; EMMENDOERFER, M.L, Magnus Luiz. Espaços teatrais e os desafios para a descentralização cultural em Belo Horizonte. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 6, p. 34326-34343, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n6-305>. b.

VITÓRIA, J.R.; EMMENDOERFER, M.L. Sistematização dos CNAEs da economia criativa no Brasil: implicações para o monitoramento e a avaliação de políticas públicas culturais. **Revista de Gestão e Secretariado – GeSec**, v. 16, n. 3, p. 1-21, 2025. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v16i3.4784>. a.

WACHOWICZ, M. Direito autoral e economia criativa: a construção de uma economia preocupada com a criatividade. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 2, p. 556–572, 2011.

WARREN, J. “The way things get done around here...” Exploring spatial biographies, social policy and governance in the North East of England. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 37, n. 11-12, p. 655-666, 2017.

WARREN, S.; JONES, P. Local governance, disadvantaged communities and cultural intermediation in the creative urban economy. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 33, n. 6, p. 1738-1752, 2015.

WEBBER, N. The Britishness of ‘British Video Games’. **International Journal of Cultural Policy**, v. 26, n. 2, p. 135-149, 2020.

- WEGNER, D.; VERSCHOORE, J. R. S. Network Governance in Action: Functions and Practices to Foster Collaborative Environments. **Administration & Society**, v. 54, n. 3, p. 479–499, 2022. DOI: 10.1177/00953997211024580. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00953997211024580>. Acesso em: 25 set. 2025.
- WEN, W. Realizing ‘four comforts’ in the urban fringe: the case of White Horse Lake Eco-creative City Project, Hangzhou, China. **International journal of cultural studies**, v. 15, n. 3, p. 273-285, 2012.
- WEST, K.; NEEDHAM, C. Making it real or sustaining a fantasy? Personal budgets for older people. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 37, n. 11-12, p. 683-695, 2017.
- WIGGAN, J. Contesting the austerity and “welfare reform” narrative of the UK Government: Forging a social democratic imaginary in Scotland. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 37, n. 11-12, p. 639-654, 2017.
- WILLIAMS, R. Com vistas a uma sociologia da cultura. **Cultura**, v. 2, 1992.
- WU, X. *et al.* Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014. Link: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2555>
- YIN, R. K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.
- YOON, D. The regional-innovation cluster policy for R&D efficiency and the creative economy: With focus on Daedeok Innopolis. **Journal of Science and Technology Policy Management**, v. 8, n. 2, p. 206-226, 2017.
- YÚDICE, G. **A Conveniência da Cultura: Usos da Cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ZHOU, J. *et al.* The more funding the better? The moderating role of knowledge stock on the effects of different government-funded research projects on firm innovation in Chinese cultural and creative industries. **Technovation**, v. 92, p. 102059, 2020.
- ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power**. New York: PublicAffairs, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PROTOCOLO DE ENTREVISTA COM OS ATORES

PERGUNTAS GERAIS
PG1. O que você entende por Economia Criativa?
PG2. O que você entende por rede? Nossa pesquisa investiga as redes de políticas no âmbito da economia criativa. Utilizamos o conceito de redes para nos referirmos à articulação de diversos colaboradores na formulação de políticas, que podem incluir governo, sociedade civil, e outros atores sociais e políticos. Isso não implica que todos esses atores trabalhem necessariamente de forma conjunta em todas as etapas, mas reforça a ideia de que, na contemporaneidade, a formulação de políticas não ocorre de forma isolada. Cada ator está em constante articulação com os demais, formando uma rede colaborativa essencial para o processo.
PG3. Você acredita que a política para economia criativa em Pernambuco opera em Rede? Poderia falar um pouco mais sobre isso? Quais essas redes? quem participa delas?
PG4. Qual sua atuação na rede? Quanto tempo?

FATORES INTERNOS		
Dimensão	Categorias	Perguntas auxiliares
Tradições da Rede	Discursos	Como a rede funcionava quando você chegou? Quais histórias eram contadas?
	Visão	Na sua percepção, Como você analisa o funcionamento da rede para EC hoje? Para você, como deveria ser o funcionamento da rede?
	Dilemas	Como você lida com as mudanças na rede (novas visões políticas ideológicas), novas práticas, novos atores, entre outros? Na sua percepção, quais aspectos requerem mudanças e quais aspectos devem ser mantidos?
Governança da Rede	Funcionamento	Como funciona o dia a dia de vocês, em termos de agenda, reuniões? Fale um pouco sobre isso.
	Decisões	Como ocorre a tomada de decisão em geral sobre uma política? Quando decidem permanecer com as decisões anteriores e quando pensam em inovar?
	Relações internas	Quem são e como são as relações com outros atores sociais antes da construção da agenda de política? Como se dá as relações de parcerias e afiliações ou até mesmo a de ausência delas?
	Construção da Agenda	Como é o processo de identificação da necessidade de uma política, público-alvo, escolha, antes que política seja formulada?
	Formulação das políticas	Como se dá o processo de formulação da política? Como é o processo de planejamento? Quem são os envolvidos?
	Implementação	Como se dá o processo de implementação ? Quem são os envolvidos? Qual sua opinião sobre os recursos financeiros, humanos e físicos destinadas a atender as demandas da economia criativa?
	Avaliação	Como se dá o processo de avaliação ? Quem são os envolvidos?

APÊNDICE B - PROTOCOLO DE ENTREVISTA COM OS ATORES

FATORES EXTERNOS		
Dimensão	Categorias	Perguntas auxiliares
Econômicas	Bases da criatividade e inovação	Em sua opinião, qual a relação entre os elementos da criatividade, Inovação e conhecimento com a EC? Como você acha que isso influencia no processo de políticas para EC?
	Novas classe de trabalhadores	Qual sua opinião sobre o perfil do trabalhador atual? Sobre as características ligadas a criatividade, inovação, tecnologia? E como isso influencia no processo de políticas para EC?
Socioculturais	Tecnologia	Na sua opinião, a rede usa ou se beneficia das TICs? Como ocorre esse processo de influência?
	Interseccionalidade	Você consegue observar um novo comportamento social desenvolvido por indivíduos e grupo? O que você acha? Influencia no processo de política? Quem são esses grupos?
Institucionais	Mídias e comunicação	Qual sua opinião sobre existência e influência das mídias de comunicação (enquanto redes de interesses) no âmbito das redes de políticas? Quais outras organizações/ Instituições estão em articulação para construção da política? Como ocorre as trocas de informações, recurso, etc.?
	Relações externas	Como essas organizações/grupos/ indivíduos se inserem no processo de política? Quais os pontos positivos e negativos disso?
Políticas	Administrativa e legal	Qual sua percepção sobre a capacidade dos governos em gerenciar a política pública para economia criativa? Qual sua percepção sobre a capacidade de criar e implementar um arcabouço regulatório condizente com as demandas da economia criativa?
	Outros fatores políticos	Na sua opinião quais as principais influências externas que atuam no processo de política pública para EC?

PG 5. Fazendo um apanhando de tudo que conversamos aqui, qual sua percepção geral sobre a EC no estado de Pernambuco?

PG 6. Teria algo a acrescentar?

APÊNDICE C – GUIA PARA OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE

			DIÁRIO DE CAMPO PARA OBSERVAÇÃO		
Dia	Horário	Local	Dimensões	Categorias	Reflexões
			Tradições da rede	Discursos	
				Visão	
				Dilemas	
			Governança da rede	Funcionamento das redes	
				Decisões	
				Relações internas	
			Processo da política pública	Construção da Agenda	
				Formulação das políticas	
				Implementação	
				Avaliação	
			Econômicas	Bases da Criatividade e inovação	
				Nova classe de trabalhadores	
			Socioculturais	Tecnologia	
				Interseccionalidade	
			Institucionais	Mídias e comunicação	
				Relações externas	
			Políticas	Administrativa e legal	
				Outros fatores políticos	

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Pesquisa:**

Esta pesquisa, conduzida pela Discente Ana Maria Vicente da Silva, faz parte de um Projeto desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa Lócus de Investigação em Economia Criativa (LÓCUS), do Laboratório de Criatividade e Inovação-LCI vinculado ao Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Henrique Muzzio.

Gostaríamos de contar com sua colaboração, por meio de sua participação em uma Entrevista. Esclarecemos que sua identidade será mantida em sigilo e que todas as informações prestadas serão utilizadas unicamente para os fins desta pesquisa. Sua participação, portanto, não lhe causará prejuízo profissional algum, mas terá uma contribuição para uma melhor compreensão sobre a temática investigada.

Esclarecemos, também, que sua participação é voluntária e que, caso queira, poderá interromper ou desistir desta entrevista a qualquer hora ou deixar de responder a quaisquer das questões que lhe forem feitas, sem necessidade de justificativa.

Qualquer dúvida ou esclarecimento poderá também ser sanado junto ao pesquisador ou ao Professor Orientador, Henrique Muzzio (henrique.muzzio@ufpe.br).

Se você concorda em participar da entrevista, agradecemos muito a sua colaboração e pedimos que você assine a seguir, o que indica que você foi devidamente informado (a) sobre os objetivos da pesquisa, a maneira de realização e os usos dos seus resultados.

_____, ____ de ____ de ____.

Nome: _____ Ass: _____

APÊNDICE E – Carta de Apresentação



Recife, ____ de _____ de 202X

Prezado Parceiro,

Eu, Ana Maria Vicente da Silva, doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD), estou desenvolvendo uma pesquisa sobre políticas públicas para a economia criativa no estado de Pernambuco.

Gostaria de convidar o(a) senhor(a) para participar deste estudo e solicitar sua autorização para realizar a pesquisa através da coleta de dados (entrevista/observação) com

É importante esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, e que o senhor(a) pode recusar-se a participar ou desistir a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo. Garantimos o caráter ético desta pesquisa, assegurando a preservação da identidade dos participantes. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade.

Uma das metas deste estudo é proporcionar aos participantes um retorno dos resultados da pesquisa. Solicito também a permissão para divulgar esses resultados e suas conclusões, preservando sigilo e ética conforme o termo de consentimento livre e esclarecido que será assinado pelo participante. Esclareço que tal autorização é uma pré-condição para a participação.

Agradeço sua compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste (a) futuro (a) profissional e da pesquisa científica em nossa região. Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais pelo número pelo e-mail ana.vicentesilva@ufpe.br.

Atenciosamente,

Ana Maria Vicente da Silva

Doutoranda em Administração - PROPAD/UFPE